



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRANCISCO MAGNEL CARVALHO RODRIGUES**

**SECA, DESLOCAMENTOS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA: A EXPERIÊNCIA  
DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ARARAS (1951-1958)**

**FORTALEZA**

**2020**

FRANCISCO MAGNEL CARVALHO RODRIGUES

SECA, DESLOCAMENTOS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS  
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ARARAS (1951-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 
- R613s Rodrigues, Francisco Magnel Carvalho.  
Seca, deslocamentos e Serviços de Emergência : A experiência dos trabalhadores da construção do Açude Araras (1951-1958) / Francisco Magnel Carvalho Rodrigues. – 2020.  
184 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em História, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.
1. Migrações. 2. Serviços de Emergência. 3. Açude Araras. I. Título.

CDD 900

---

FRANCISCO MAGNEL CARVALHO RODRIGUES

SECA, DESLOCAMENTOS E SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS  
TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ARARAS (1951-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Lara Vanessa de Castro Ferreira  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Aos meus pais Manoel Rodrigues dos Santos e Elza Maria Carvalho Rodrigues, minha companheira Carina Ferreira Lima e a minha querida filha Emanuele Lima Rodrigues.

## AGRADECIMENTOS

Ao observar, retrospectivamente, minha trajetória acadêmica até aqui, sinto uma enorme gratidão por todos os professores e amigos que me ajudaram a desenvolver reflexões e incentivaram-me a buscar uma caminhada em que o conhecimento se transformasse em uma atividade cotidiana, um fazer da vida, no entanto, as certezas nem sempre se tornaram minhas pegadas, as dúvidas foram e são, assim, os sentidos pelos quais reencontro minha (s) realidade (s).

Deste modo, sei que irei olvidar nesse preciso momento de mencionar alguns daqueles que me inquiriram, objetaram, complementaram, corrigiram ou fiaram de alguma forma este trabalho dissertativo. Início então esta finita linha incompleta agradecendo aos meus professores da graduação na Universidade Estadual Vale do Acaraú - (UVA), os quais me inspiraram a ver na História o desnudar do mundo.

Meus sinceros agradecimentos ao professor Igor Moreira Alves pela amizade e orientações no TCC da licenciatura, ao Denis Melo, pelas brilhantes aulas, à professora Josefa Nunes, pelo acompanhamento de minha formação, à Telma Bessa, pela simplicidade com que explicava coisas complexas, à professora Crislene Carvalho, pelo carinhoso ensino, ao Carlos Augusto Pereira, Elzenita Alexandre, Guilardo Maia, Agenor Soares, José Italo Bezerra, Edvanir Maia, Paulo Henrique Martins, Maria Antônia Veiga, Raimundo Nonato Rodrigues, Regina Celi Fonseca Raick e de mais docentes que compartilharam comigo os princípios da pesquisa e conhecimento histórico na Universidade Estadual Vale do Acaraú, meu afetuoso obrigado.

Durante os estudos do curso de Especialização em Ensino de História do Ceará, ainda na UVA, tive o prazer de ser orientando de Reginaldo Alves de Araújo a quem devo valiosas indicações de leituras, apontamentos e estímulos que contribuíram não só com a conclusão de uma pesquisa monográfica, mas também, com a preparação para o ingresso no curso de Mestrado Acadêmico.

Agradecemos à Secretaria de Cultura e Tecnologia de Varjota por disponibilizar fontes utilizadas na elaboração do projeto desta pesquisa, e em seu desenvolvimento, bem como aos funcionários da Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunhado, Biblioteca do DNOCS (situada no endereço Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, Centro– CEP: 60.035-111 – Fortaleza, CE), pelo auxílio durante algumas pesquisas em seu acervo.

Em meio as investigações de campo também colhemos fontes em outro arquivo do DNOCS, situado na rua Alagoas, no bairro do PICI, Fortaleza, Ceará, onde compartilhamos as

felicidades e incômodos de “garimpar” documentos em acervos desordenados com o professor Francisco José Rodrigues que, na época, fazia doutorado nesta casa, amigo pelo qual tivemos contato com Marcos, o receptivo funcionário local do arquivo que nos autorizou a entrada e pesquisas naquele lugar.

Agradecemos as palavras de otimismo e o compartilhamento de algumas fontes feita pela professora Lara de Castro, aproveitando para agradecer, também, por esta ter aceitado compor a banca examinadora da presente dissertação, dispendendo valiosas colaborações e sugestões juntamente com o professor Tyrone Apollo Cândido, o qual nos premiou com inestimáveis observações enquanto membro da banca examinadora.

Na metade de nosso caminhar investigativo tivemos contribuições dos professores Tyrone e Eurípedes Funes durante a qualificação de nosso texto parcial, no que resultou em aperfeiçoamentos teóricos e metodológicos que facilitaram o trato das fontes na continuidade da escrita.

Agradecemos as amigas pesquisadoras da história local Inara de Oliveira, Gilmara Farias e Tecla Lopes por terem disponibilizado para consulta e cópias os materiais documentais que resguardam consigo, suas solidariedades não demonstram apenas empatia, mas também, consciência de um legado histórico que vai além de nossos trabalhos.

Durante o curso de mestrado tivemos oportunidade de refletir melhor sobre aportes teóricos e contextos correlatos ao nosso tema ao participarmos de instigantes discussões no Grupo de Trabalho: Seca, Cultura e Movimentos Sociais, coordenado pelo professor Frederico de Castro Neves.

Ao professor Frederico de Castro Neves, a quem chamamos de Fred, também devemos grande parte do refinamento de nosso objeto de pesquisa, e incessantes muito obrigado, por ter aceitado orientar nossa pesquisa, com suas indicações e comentários esclarecedores, agradecemos por sua atenta leitura de minha escrita e construtivas questões que me impunha.

As aulas do mestrado foram bastante relevantes para nossa formação e para os nossos resultados, deste modo, registramos agradecimentos tanto ao nosso orientador Fred e ao professor Tyrone, que também ministraram disciplinas ao longo do curso, como também aos professores Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, Ana Amélia de Moura Cavalcante, Franck Pierre Gilbert Ribard, Adelaide Maria Gonçalves Pereira e Francisco Régis Lopes Ramos, pelas lições no Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

Agradecemos a todos os senhores e senhoras que entrevistamos durante a pesquisa: Antônio de Souza Andrade, Antônio Francisco do Nascimento, mais conhecido como Maria

Preta, Antônio Gomes da Silva, mais conhecido como Valente, Cesarina Bezerra de Oliveira, mais conhecida como Cesária, Edvar Souza Lopes, Felix Ximenes Furtado, Francisca Rodrigues de Lima, Francisco Rodrigues Leitão, mais conhecido como Chico Tem-Tem, Getúlio Ferreira Rocha , João Rodrigues de Lima, mais conhecido por Avanir, José Arteiro Rocha, José Gerado Gomes, mais conhecido como Zé Neco, José Rodrigues Cavalcante, in memoriam, Maria Miranda do Nascimento, Maria de Lourdes do Nascimento, Nestor Florentino de Oliveira, Severino Barbosa Andrade, pelo tempo que cederam, por cada fio das memórias compartilhadas e pela colaboração nesta tecedura.

Nosso obrigado à Prefeitura e à Secretaria Municipal da Educação de Cariré pela licença para estudo concedida, aos colegas da Escola Coronel João Fernandes pela torcida e proximidade durante meu afastamento, à colega Erileuda Texeira e ao Mailson Furtado pelas leituras e sugestões que realizaram em nosso trabalho.

Nosso agradecimento se destina também aos colegas de turma do curso de mestrado pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas, pelas risadas e amizades construídas, em especial ao Marcelo Alef de Oliveira, com quem convivi cotidianamente durante o período de aulas em Fortaleza.

Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo financiamento com concessão e manutenção da bolsa de auxílio durante os dois anos de curso do Mestrado.

Não tenho palavras para expressar a gratidão que tenho pelos meus familiares, mesmo que estes não tenham se envolvido diretamente com as pesquisas ou escrita deste trabalho, apoiaram-me com suas compreensões e incentivos, dividindo em alguns momentos as angústias que uma pós-graduação pode acarretar vez por outra, comemorando cada conquista desde a seleção para o ingresso e compensando a minha ausência durante o estudo.

Sucintamente digo obrigado aos meus irmãos, aos meus pais, e em especial quero agradecer a minha esposa Carina, companheira que dividiu meus anseios, triunfos e frustrações, acalentou, divertiu e me conectou com nossa filha Emanuele durante os momentos em que estive distante.

“Luta e suor  
em terra seca  
piçarra

picaretas à terra  
a quebrar pedra  
a procura de água

à barragem  
barraram vidas  
também a minha  
no mar do Araras”

(VIANA, 2018, p. 132).

## RESUMO

Na presente dissertação pretendemos discutir os processos migratórios e as experiências dos trabalhadores dos serviços de construção do Açude Araras, localizado no município de Varjota, situado na Zona Norte do Ceará, no médio curso do Rio Acaraú, distante 270 quilômetros de Fortaleza, capital do Estado. A barragem, constituída sob a tutela do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), foi inaugurada em 31 de julho de 1958. Transformada em serviços de emergência para os retirantes durante as secas de 1951-1953 e 1958, recorte temporal de nossa pesquisa, atraiu milhares de pessoas à procura de emprego. Ao confrontarmos fontes de diferentes naturezas, buscamos responder problemáticas, tais como: quem eram os sujeitos em questão? Que motivações consideraram para escolher as obras do Açude Araras como local destino? Como percebem tal experiência, reconstituem as dinâmicas espaciais e suas identidades? Como resistiram às imposições no conflito social vivenciado? A manutenção destes operários no abarracamento formado no canteiro da obra, que a princípio seria provisório, exerceu a possibilidade de fluxos, fixação e rotação de moradores. Posteriormente, como relata as fontes orais, este acampamento foi transferido para outra área no limiar da década de 1960, desenvolvendo-se e integrando uma cidade, Varjota. Deste modo, tais migrações se mostram como um fenômeno multifacetado, extrapolando a esfera econômica, visto que apontam para interações socioculturais. No processo estudado, as vivências comuns do cotidiano daqueles migrantes revelam construção de consciência de antagonismos, colaboração, direitos e resistências às explorações e precarizações de suas condições de vida em um processo de proletarização pretendido. Assim, constatamos que as obras de emergência do estado, no período considerado, são colocadas pelo discurso oficial como implementação de infraestrutura, modernização do campo e assistência social aos retirantes em momentos de seca, mas também, podem ser encaradas como repertórios e aprendizados dos camponeses para reprodução de seus modos de vida.

**Palavras-chave:** Migrações. Serviços de Emergência. Açude Araras.

## ABSTRACT

At this moment, the dissertation intends to discuss the migratory processes and the experiences of workers in the construction services of Araras sugar, located in the municipality of Varjota, located in the North Zone of Ceará, in the middle course of the Rio Acaraú, 270 miles from Fortaleza, capital of State . A dam, created under the tutelage of the National Department of Works Against Segas (DNOCS), was inaugurated on July 31, 1958. Transformed into emergency services for retirees during the droughts of 1951-1953 and 1958, a time frame of our research, attracted thousands of people looking for a job. When confronting sources of different natures, we look for problematic answers, such as: who were the subjects in question? What motivations did you consider to choose the works of Açude Araras as a local destination? How do we perceive this experience, reconstitute it as spatial dynamics and their identities? How to resist the impositions in the social conflict experienced? The maintenance of these operators is not allowed, as the principle would be provisional, exercising the possibility of transfers, fixation and rotation of residents. Later, as related to oral sources, this camp was transferred to another area in the late 1960s, developing and integrating a city, Varjota. This mode, such migrations is shown as a multifaceted phenomenon, extrapolating an economic sphere, since it points to socio-cultural interactions. In the studied process, how common experiences in the daily lives of these migrants reveal the construction of an awareness of antagonisms, collaboration, rights and resistance and explorations and precariousness of their living conditions in an intended proletarianization process. Thus, we found that the works of state of emergency, without a period considered, are placed by the official discourse of infrastructure implementation, the modernization of the field and social assistance to retirees in times of drought, but they can also be seen as repertoires and learning from peasants to reproduce their ways of life.

**Keywords:** Migrations. Emergency Services. Araras Weir.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização do Açude Araras no estado do Ceará.....	16
Figura 2	– Representação do mapa hidrográfico do Sistema do Acaraú.....	62
Figura 3	– Trabalhadores na construção da estrada de acesso ao açude público Araras (CE), Km 3 (1951).....	67
Figura 4	– Ilustrativo da disposição das obras, estradas e moradias no espaço de construção do Açude Araras em meados da década de 1950.....	83
Figura 5	– Mulher segurando uma criança durante a visita de Juscelino Kubitschek às obras do Açude Araras, em abril de 1958.....	110
Figura 6	– Loder carregando Truks com materiais retirados do “Empréstimos”, em 1958.....	112
Figura 7	– Truk transportando materiais retirados do “Empréstimos” para a barragem do Açude Araras, em 1958.....	112
Figura 8	– Arranjo Geral do Açude Araras.....	124
Figura 9	– Morro aproveitado na estrutura da barragem do Açude Araras.....	125
Figura 10	– Diretor do DNOCS, José Candido, posando para foto em armações de ferro das futuras comportas do Açude Araras.....	134
Figura 11	– Máquinas transportando rochas e materiais para a construção da barragem principal do Açude Araras.....	137
Figura 12	– Perfil da barragem principal do Açude Araras com trânsito de “Trucks”, máquinas de descarregar barro.....	137
Figura 13	– Ilustração de trabalhadores das obras do governo presente na descrição de Oswaldo Lamartine de Faria sobre “Cassacos”.....	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População presente, situação do domicílio, segundo as zonas fisiográficas, Recenseamento Geral de 1950.....	37
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNI	Departamento Nacional de Imigração
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MVOP	Ministério da Viação e Obras Públicas
SMCTV	Secretaria Municipal de Cultura e Tecnologia de Varjota
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UFC	Universidade Federal do Ceará

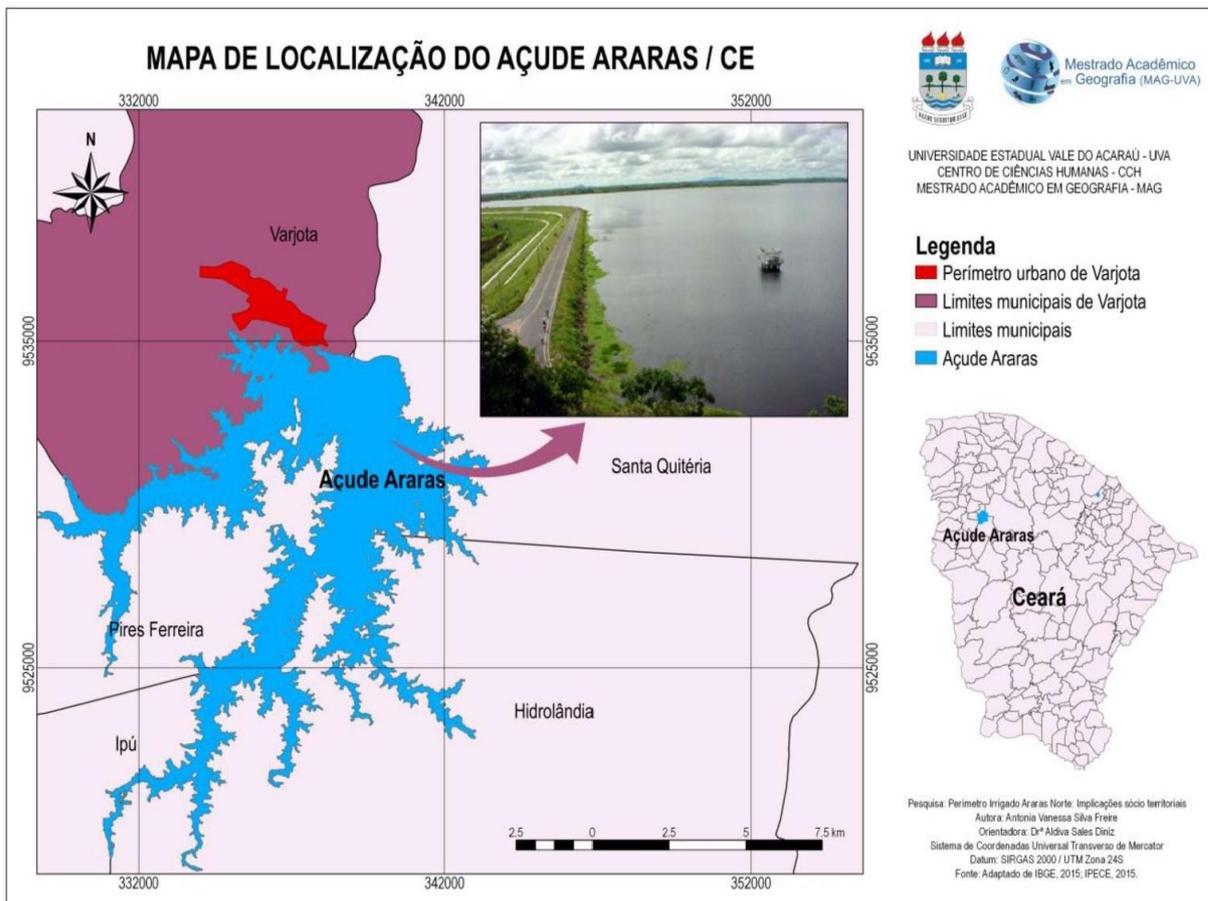
## LISTA DE SÍMBOLOS

Km	Quilômetros
%	Porcentagem
M	Metros
Cr\$	Cruzeiros
ha	Hectares

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 - OS CAMPONESES TRABALHADORES DO AÇUDE ARARAS: TERRA, DESLOCAMENTOS E OBRAS DE EMERGÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1</b>	<b>Antes de vir: O trabalho em terras alheias.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2</b>	<b>A Seca de 1951-1953 e as Obras de Emergências.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3</b>	<b>Perspectivas de legitimidades durante as secas: O Açude Araras como obra para as massas.....</b>	<b>57</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: UM LUGAR PARA FICAR .....</b>	<b>74</b>
<b>3.1</b>	<b>O acampamento dos operários do Araras.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Entre o serviço e o descanso: vivendo no canteiro de obras.....</b>	<b>86</b>
<b>3.2</b>	<b>A força e o serviço: Controle social pelo trabalho.....</b>	<b>90</b>
<b>3.3</b>	<b>As mulheres no acampamento do Açude Araras.....</b>	<b>106</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3: AS LÓGICAS DE TRABALHO E SEUS FINS.....</b>	<b>121</b>
<b>4.1</b>	<b>Camponeses-operários .....</b>	<b>121</b>
<b>4.2</b>	<b>Os trabalhadores na conclusão do Açude Araras (1958): o rescaldo ou o fim do começo.....</b>	<b>134</b>
<b>4.3</b>	<b>A identidade social de retirantes da seca sob investidas de modernidades.....</b>	<b>147</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>180</b>

Figura 1- Localização do Açude Araras no estado do Ceará.



Fonte: XIMENES, 2015, p.56. Desenho cartográfico elaborado por Rodrigo Souza.

## 1. INTRODUÇÃO

As inquietações para a pesquisa intitulada *Seca, deslocamentos e serviços de emergências: as experiências dos trabalhadores da construção do Açude Araras (1951-1958)* surgiram na conclusão de uma pesquisa anterior, realizada durante o curso de especialização em Ensino de História do Ceará (2014-2016), na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

Ao fim das investigações em torno da construção da(s) identidade(s) do(s) “varjotense(s)”, na produção de uma monografia, percebemos que a povoação da região onde se formara a cidade de Varjota, no Norte do Estado do Ceará, se deu, em grande parte, por migrantes do período da construção de um açude de grande porte naquele espaço, concluído bem antes da emancipação política do município, o então Açude Araras.

Na presente pesquisa pretendemos discutir os processos migratórios e as experiências dos trabalhadores dos serviços de construção do referido Açude Araras (Oficialmente Açude Paulo Sarasate), situado no médio curso do rio Acaraú, no atual município de Varjota, distante 270 quilômetros de Fortaleza, capital do estado.

A barragem foi constituída sob a tutela do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e teve sua inauguração em 31 de julho de 1958. Na época, o local das construções pertencia ao território do município de Reriutaba. As obras de sua edificação foram transformadas em serviços de emergências para os retirantes durante as secas ocorridas em 1951 e 1958, recorte temporal de nosso escopo.

Buscamos responder problemáticas tais como: Quem eram os sujeitos migrantes em questão? Que motivações consideraram para escolher as obras do Açude Araras como local destino? De quais contextos partiram? Como percebem tal experiência e reconstituem as dinâmicas espaciais e suas identidades? Qual a relação do Estado e do governo para com os pobres em períodos de seca? Como estas populações incorporavam-se ao dia a dia da obra? De que modo suas ações agenciavam espaços de autonomia nas relações de poder estabelecidas na frente de serviços?

Assim, objetivamos conhecer e dar visibilidade as relações e experiências daqueles trabalhadores e trabalhadoras, suas estratégias e táticas para conviver com outras modalidades de trabalho e condições de vida, em um cotidiano de ambiguidades de sentido, construindo autonomia dentro de sistemas e estruturas predeterminadas por políticas de disciplinamento no combate às secas e discursivas de modernidade.

Pensamos que com tal pesquisa seja possível estudar o impacto das *obras de emergência* (NEVES, 2007, p. 99.) na vida das pessoas comuns, tanto para os trabalhadores migrantes em função da oferta de emprego como para as populações anteriormente

estabelecidas, problematizando as imagens atribuídas aos trabalhadores e trabalhadoras das frentes de trabalho do Estado em meados do século XX através do contexto da construção do Açude Araras.

Visto que, naquele espaço formou-se uma comunidade de operários a partir de um acampamento levantado pelo Departamento, neste, além dos serviços, o trabalhador estava sob vigilância (principalmente no âmbito discursivo) de seu comportamento, até nos momentos de folga.

Porém, no aludido acampamento, o aparato repressivo não garantia o total controle dos trabalhadores. Preferimos pensar que os acontecimentos ordinários, as façanhas dos operários, sob vigilância, através das suas rotinas de trabalho e moradia, fazem parte das tensões e “políticas cotidianas”, com tentativas de controle, mas também com suas dialéticas de resistência.

As ações de solidariedade entre os operários, através dos auxílios prestados aos recém-chegados no acampamento da obra, são entendidas aqui como estratégias de ajuda mútua, ou seja, faziam para os outros o que alguém os fez ou poderia vir a fazer. Inclusive o lazer vivenciado pelos trabalhadores, longe de ser uma concessão dos dirigentes, era neste prisma, uma conquista e criação do cotidiano (CERTEAU, 1998, p. 212) nos espaços forjados nos abarracamentos.

No entanto, como nem todos os trabalhadores das frentes do Araras foram residentes no acampamento de operários, muitos mantinham uma movimentação diária ou semanal entre o canteiro de obras e suas moradias fora dali, através da problematização das experiências dos trabalhadores aludidos supomos que “migrações temporárias há tempos faziam parte das estratégias de obtenção de recursos de milhares de famílias nordestinas” (FONTES, 2008, p. 56).

As frentes de serviços eram, portanto, procuradas pelos camponeses em momentos de seca como uma espécie de alternativa para superarem a falta de recursos agravada pela estiagem, uma maneira que encontravam para não migrarem para locais mais distantes. Assim, muitos operários das frentes, no período da construção do Açude Araras, largavam os postos de trabalho e retornavam para seus locais de origem para arar a terra aos primeiros sinais de chuva.

Desta maneira, vemos os atores sociais, mesmo em situações desfavoráveis, realizando escolhas, apesar de muitos não possuírem as terras onde viviam e trabalhavam. Mesmo reconhecendo tentativas e ações de exploração de sua mão de obra, faziam da produção familiar e da referência ao cultivo da terra como situação de trabalho mais adequada, formas de manutenção do modo de vida camponês.

O contexto das migrações e trabalho na construção do Açude Araras permite, ainda, discutir relações de dominação e resistência nas políticas de combate às secas, bem como abordar sociabilidades estabelecidas em situações atípicas, embasados nos conceitos de economia moral, classe e experiência do historiador E. P. Thompson, pois as vivências de antagonismo, cooperações e sofrimentos que os ex-operários passaram geraram, nestes trabalhadores, o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social.

Os confrontos de interesses que se davam entre si e com outros ocupantes de cargos mais elevados, decorriam no dia a dia de trabalho e convivência no acampamento como experiência de uma consciência de classe (THOMPSON, 2001, p. 201), a classe, nesta perspectiva, se constitui no cotidiano e não como entidades sócio-históricas soltas no espaço e no tempo.

O relacionamento com os vizinhos, companheiros de moradia nas barracas, ou fornecedores de alimento no acampamento, ou ainda com os supervisores, feitores e engenheiros nos serviços, mostra os indivíduos nas lutas diárias para melhorar sua condição de trabalho, não apenas como mobilizações coletivas padronizadas, mas como ações por alguns momentos de descanso a mais, direito de chegar no trabalho um pouco atrasado, por ferramentas melhores e coisas desse tipo. Assim, as tensões nos serviços “constituem-no como conflito social” (CASTORIADIS, 1985, p.73).

As ações individuais ou coletivas dos operários do Araras para trabalharem menos ou receberem mais pelas tarefas realizadas, as sabotagens, saques, boatos e fofocas que utilizaram para alcançar benefícios imediatos ou a longo prazo, interpretamo-las sob as chaves de leitura de resistência infrapolítica do cientista político James Scott (SCOTT 2002, p. 18).

As margens de atuações aproveitadas pelos trabalhadores dentro dos regimentos e exigências da obra e do acampamento, encaramo-las como “campo de possibilidade”, os relatos de intenções nas condutas e trajetórias sociais dos sujeitos podem ser compreendidos como projeto ou metamorfose, conforme proposto pelo antropólogo Gilberto Velho (VELHO, 1999, p.103). Deste modo, fugiremos a interpretações que homogeneíze as experiências individuais em linhas essencialistas e fatalistas.

Na pesquisa, fizemos uso de uma gama de fontes históricas de diferentes naturezas, como jornais, documentos oficiais, correspondências oficiais do DNOCS, fotos, relatos orais, manuscritos, entre outros, indagando-os sobre as pluralidades de experiências dos sujeitos sociais envolvidos no processo, no campo de forças e de interesses igualmente diversos.

As fontes oficiais localizadas, em grande maioria, foram produzidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), é importante saber que o problema

das secas, com registros desde os tempos coloniais, torna-se objeto de discursivas políticas a partir da grande seca de 1877-79. Esta é referenciada por Frederico de Castro Neves (2007, p. 76) como o momento em que as elites do sertão passaram a incomodar-se com os estragos da estiagem, pois os retirantes “flagelados” já não mais se continham pelo sertão, dirigindo-se às cidades.

Uma parte dos documentos, como os relatórios das atividades realizadas pelo DNOCS, foram localizados nos arquivos da Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunhado (Biblioteca do DNOCS).<sup>1</sup>

Outros documentos do Departamento, em grande maioria correspondências que durante o processo de construção da barragem foram enviadas por funcionários do primeiro distrito a outros setores do DNOCS, foram localizados em outro arquivo da mesma instituição (DNOCS), situada na Rua Alagoas, número 2205, no bairro PICI, também em Fortaleza- CE.

Desta maneira, temos consciência que as fontes oficiais, assim como todo e qualquer tipo de fonte, são produzidas em relações de poder, como documento monumento (LE GOFF, 2003, p. 497) e ligadas a um lugar social (CERTEAU, 2013, p. 47), sendo necessária uma postura crítica em seus enfrentamentos, para só assim desnudar os testemunhos involuntários (BLOCH, 2001, p. 78). Temos de ver os elementos incontrolados em uma leitura das fontes contra as intenções de quem as produziu, como propôs Walter Benjamin (GINZBURG, 2007, p. 11).

As fontes oficiais do DNOCS estão imbuídas de uma imagem institucional de harmonia nos trabalhos realizados; porém, toda a documentação do Departamento envolve não só os engenheiros e trabalhadores retirantes, mas também autoridades do poder do estado federal, estadual, municipal, legislativo, judiciário e outros como padres, fazendeiros, comerciantes e se faz necessário ver qual é o lugar, nos discursos das fontes, reservado aos trabalhadores e que intenções estão por trás das representações tal como estão postas.

Encontramos inúmeros jornais digitalizados referentes às obras do Açude Araras arquivados nas memórias de computadores da Secretaria Municipal de Cultura e Tecnologia de Varjota (SMCTV). O acervo não se encontra online. No entanto, a diversidade de periódicos que a instituição resguarda permite uma boa análise de como os noticiários abordavam o drama dos retirantes da seca, trabalhadores das frentes de serviços.

As fontes hemerográficas utilizadas em nossa pesquisa, quando cruzados os conteúdos com fontes de natureza oficial e relatos orais, permitem acompanhar a cronologia da

---

<sup>1</sup> Situada na Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa, Centro– CEP: 60.035-111 – Fortaleza, Ceará.

obra da construção do Açude Araras. De tal modo, pensando o período da década de 1950, recorte temporal de nossa pesquisa, vemos que existiram dois períodos de seca (1951-1953 e 1958), quando se intensificaram as migrações para o “Araras”. Percebemos, assim, de que maneira os trabalhadores migrantes se inseriam nestas frentes de serviços nos momentos de estiagem e nos períodos entre estas.

Por outro lado, a apropriação dos cargos, órgãos e recursos das políticas de combate às secas por grupos oligárquicos em benefício próprio ou como instrumentalização no jogo político, levam as obras de emergência a tornarem-se complexas arenas de controle social: embates entre camponeses e o disciplinamento para o trabalho ao molde fabril, pressões de retirantes e da administração dos serviços, paternalismo e apropriação dos lugares de poder pelos sujeitos conhecidos na literatura por “industriais das secas” e etc.

Temos de considerar que as frentes de emergências do Estado e a oferta de serviços pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas visavam, ao mesmo tempo, levantar uma infraestrutura no mote das soluções hidráulicas e funcionavam, também, como obra de assistência social, empregando os camponeses migrantes principalmente nos períodos de estiagem, tentando evitar, assim, migrações para lugares mais distantes.

Este conjunto de demandas declaradas possuía um teor de suposta dinamização econômica ao construir formas de acúmulo de água, discursos de amparo dos trabalhadores em momentos de paralisação de suas atividades no campo e evitando a evasão da mão de obra e do eleitorado local. No entanto, arrefeciam as tensões sociais que os retirantes produziam para cobrar ações da sociedade e do governo no sentido de garantir alternativas para a manutenção vida durante as crises.

O estado, através do DNOCS, e as elites regionais, assentadas nos jornais, buscavam justificativas para o emprego da mão de obra dos retirantes, fazendo uso político do fenômeno climático da falta de chuvas, para angariar recursos. As bancadas parlamentares do polígono das secas utilizavam a exploração do trabalho dos retirantes, muitas vezes, em suas propriedades privadas, tirando proveito na organização das frentes de trabalho, beneficiando parentes e apadrinhados políticos.

Os discursos de grupos políticos detentores de jornais no Ceará, no Nordeste e em outras regiões do país são visíveis na forma como os acontecimentos são noticiados. O tom de julgamento das ações do governo, das autoridades e dos trabalhadores por estes periódicos, mostra o viés ideológico a que estes meios de comunicação estavam atrelados.

Os temas do progresso da economia e da salvação pela ciência e tecnologia são exemplos de discurso do liberalismo que os jornais da década de 1950 realizavam. Alguns

poucos denunciavam as explorações que os trabalhadores das frentes sofriam e, muito raramente, questionavam a estruturação da pobreza nestas áreas do semiárido.

O cerne das desigualdades sociais era, na realidade, o acesso à terra e à água, fundamentais para a manutenção de suas condições de vida no campo e a diminuição das dependências econômicas a vínculos de trabalho opressores. Deste modo, temos a consciência que

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2008, p. 139).

Nesta perspectiva, é importante que atentemos para “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa [...] atentar para o destaque conferido [...] assim como para o local em que se deu a publicação” (LUCA, 2008, p. 139).

Alguns acontecimentos do dia a dia do canteiro de obras também podem ser vistos nos jornais, como o aumento pela procura por alistamento nas frentes, ou os cortes realizados nos pontos da diária dos trabalhadores, o que significava a perda de mantimentos e víveres daqueles retirantes.

Os anúncios do andamento da obra, o incremento com maquinaria e novos métodos de trabalho, que afetavam diretamente o cotidiano dos trabalhadores, são percebidos nas publicações dos periódicos analisados, assim como reivindicações dos trabalhadores e exploração de seu trabalho e condições de vida.

As formas de resistências talvez seja o que menos aparece nos noticiários das publicações; no entanto, deve-se lembrar que os discursos podem assumir formas diferentes e seus significados serem repassados em linguagens específicas visando seu público (LUCA, 2008, p. 139).

Em um contexto de tensões sociais, provocado pelo deslocamento de milhares de pessoas, em situação precarizada, em busca de alistamento em obras do governo, os jornais buscavam sensibilizar o público da condição destes migrantes, mas, sem demonstrar sua força de reação às opressões que sofriam.

A noção de obrigação de “auxílio aos flagelados” pelo Estado para evitar rebeliões e invasões (NEVES, 2012, p.52), por exemplo, é constante em publicações na literatura e documentação que analisamos. Nosso ponto de vista permite ver as obras não como benefício de governos ou poderosos locais, mas como resultado das ações de massa dos próprios

camponeses.

Os relatos orais nos permitem ver as microrrelações inseridas em estruturas mais amplas (REVEL, 1998, p. 13). Consideraremos aqui o caráter seletivo da memória sem tomar as entrevistas como verdades indubitáveis, mas como relatos e, também, resíduos de ações (ALBERTI, 2005, p. 168).

As histórias colhidas da oralidade “permitem o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situação de aprendizado e decisão estratégicas” (ALBERTI, 2005, p. 165). Em nossa pesquisa, as entrevistas são do tipo temático e história de vida, tanto de migrantes que encontraram emprego na obra de construção do açude como de pessoas na região anteriormente estabelecidas.

Levando em consideração que os trabalhadores da construção do Açude Araras foram muitas vezes excluídos dos processos de registros oficiais e que se encontram muitos ainda vivos e dispostos a cederem suas memórias orais para a análise historiográfica, como também participaram diretamente do processo, suas falas são relevantes para percebermos como as populações vivenciavam o cotidiano nas frentes de serviços do DNOCS naquele período, suas especificidades locais e como reelaboram suas memórias (ALBERTI, 2005, p. 19).

Nesta perspectiva, o diálogo dos relatos orais com as informações de outras fontes, como as hemerográficas e oficiais, torna possível problematizações essenciais para atingir os objetivos de nossa pesquisa,

A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta e documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém das fontes já existentes material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início” (FREITAS, 2006, p. 88).

Desta forma, a análise das fontes de natureza diversa traz à tona os trabalhadores, o meio pelo qual se incorporavam ao cotidiano da obra, seus modos de vida, as motivações das migrações, o viajar, o chegar, o passo a passo para o alistamento nas frentes de trabalho, as acomodações nas moradias, as contendias, a obediência, ressignificações das ordens de superiores, as resistências, a cooperação com os companheiros, vizinhos e novatos no acampamento, a solidariedade e cuidados em uma comunidade que cresceu desordenadamente, formada por sujeitos de origens diversas.

Entrevistamos dezessete ex-trabalhadores e trabalhadoras, a maior parte oriundos de localidades rurais vizinhas ao local das obras do açude ou de outras frentes de serviços do

governo, como a de Jaibaras. Hoje, a grande maioria mora na Zona Urbana da cidade de Varjota. Muitos são aposentados pelo DNOCS, mas alguns dos entrevistados não mantiveram o vínculo com o Departamento e atualmente são aposentados como lavradores.

No entanto, é de suma importância conhecer os precedentes e experiências vivenciadas por estes atores sociais, assim como outros, na tentativa de compreender as políticas cotidianas estabelecidas face às políticas de estado para com os pobres em períodos de seca na década de 1950.

Tais sujeitos situam-se em contextos plurais; a grande maioria é de lavradores sem a propriedade das terras onde moravam, inseridos em processos econômicos, culturais, sociais e políticos amplos; suas ações, somadas a infindáveis outras, constituem o tecido social que se pautava em sistêmicas relações trabalhistas e de propriedade no campo.

Assim, as histórias de vida de alguns trabalhadores podem dar uma contribuição para a compreensão das estruturas que mantinham tais condições de existência. Além do cotidiano e referência cultural, podemos ver o próprio trabalhador da barragem questionando a alcunha de “cassacos”, estigma que recebem ao viver naquelas condições de pauperismo extremo (GOFFIMAN, 2013, p. 41).

No Capítulo I, intitulado *Os camponeses trabalhadores do Açude Araras: terra, deslocamentos e obras de emergências*, entre outras coisas, abordamos a conjuntura social, econômica e cultura laboral na qual viviam os sujeitos enfocados. A concentração de terra, fruto das relações de poder, coloca os camponeses em vulnerabilidade econômica e social em relação aos proprietários das terras onde trabalham.

As migrações se mostram como uma alternativa nos itinerários dos sertanejos, o trabalho, o modo de vida, sua visão sobre este universo de relações são saberes e culturas desenvolvidas no meio e sob as instituições pelas quais são pressionados os camponeses, os quais pressionam de volta, de acordo com interesses múltiplos.

As frentes de serviços, para o modo de vida camponês, surgem como alternativas, aprendizados incorporados pelos agricultores ao longo do tempo, para superarem momentos de paralização de suas atividades regulares, captando as mudanças de sociabilidades entre si e os fazendeiros, mas também entre si e o Estado.

No primeiro tópico deste primeiro capítulo: 2.1- “*Antes de vir*”<sup>2</sup>, debateremos as experiências dos trabalhadores rurais da região norte do Ceará (então Zona Sertão Centro-Norte), suas atividades típicas, cultura laboral, moradias, relações de poder e com o meio,

---

<sup>2</sup> Trecho retirado da transcrição da fala de Cesarina Bezerra de Oliveira, entrevista realizada em 5 de maio de 2018 em seu domicílio em Varjota-CE.

visibilizando seus lugares sociais.

Utilizamos entrevistas com diversos entrevistados, todos trabalhadores do campo. Por meio de suas narrativas, da apresentação de suas histórias de vida, pretendemos oferecer um panorama social daqueles retirantes que se tornariam trabalhadores das frentes de serviços de construção do Açude Araras.

A desestruturação de suas relações de dependência costumeira pela seca de 1951-1953, a maneira como a imprensa da época (jornais) e o estado lidaram com o fenômeno e os descolamentos dos camponeses afetados são os temas do tópico seguinte: *2.2- A Seca de 1951-1953, e as Obras de Emergências.*

Ao falarmos de como a seca foi abordada pelos jornais e órgãos oficiais de então, através dos relatos orais, objetivamos dimensionar os impactos deste fenômeno na vida social e econômica daqueles trabalhadores, denotando a desarticulação de seus gêneros de vida (BENOIT, 1979, apud BONNEMAISON, 2002, p 90).

Durante as secas, ocorre a intensificação da exploração e das relações de dependência até o rompimento dos laços habituais e a adesão à ideia da migração. Traçaremos suas trajetórias tentando dar conta de uma cartografia das retiradas influenciada pelas escolhas com motivações diversas e também por um arsenal político/cultural do povo e do Estado para lidar com períodos de seca naquele recorte.

No terceiro e último tópico do primeiro capítulo: *2.3 - Perspectivas de legitimidades durante as secas: O Açude Araras como obra para as massas*, visibilizamos algumas ações dos retirantes com ganhos imediatos para suprir suas necessidades e ao mesmo tempo pressionar a sociedade e o Estado em dispor “auxílio” aos que vivenciavam aquela situação de migração em plena seca.

De tal modo, para os fatos abordados, traremos notícias de saques, obras e aglomerações de retirantes, consideramos um recorte espacial do local que inclui os municípios de origem de nossos entrevistados ou os locais mencionados por estes durante seus trajetos do êxodo, a maior parte em regiões da ribeira do Rio Acaraú.

Discorreremos, no mesmo momento, sobre a divulgação e abertura de estradas para as obras de construção do Açude Araras. Neste contexto, pensamo-las como serviço acionado para alívio de ações de massa na região. Apresentamos, também, uma discussão das especificidades locais da obra da barragem que a colocou como atrativo para as massas de retirantes. Veremos que a antiguidade do projeto e notícias das obras do Açude Araras, como um dos maiores a ser construído pelo DNOCS, contribuíram para seu sucesso como “obra das massas”.

No Capítulo II, o qual demos o nome de “*Um lugar para ficar*” iremos tecer narrativas sobre as instalações dos retirantes em um acampamento montado pelo DNOCS no local da construção do Açude Araras a partir de 1953, revelando a luta dos retirantes por melhores condições de moradia e vida.

Assim, lemos as ações de disciplinamento propaladas no acampamento dos operários e no canteiro de obras com suas dialéticas resistências, bem como as releituras que os trabalhadores realizam destes códigos são suas próprias composições e visões de mundo, suas relações de solidariedade, conflitos e rede de influências que constituem os seus cotidianos.

Subdividimos a segunda parte do trabalho em três pontos: *3.1 O acampamento dos operários do Araras*, *3.2. A força e o serviço: controle social pelo trabalho* e *3.3. As mulheres no acampamento do Açude Araras*.

No item inicial, abordamos as afluências de retirantes para as obras de construção do Açude Araras com suas narrativas sobre o percurso, chegada e instalação no canteiro das obras, a estruturação do acampamento e sua precária disponibilidade de assistência às famílias dos retirantes.

Já no subitem seguinte, penetramos mais no cotidiano dos operários do Araras, tentando ver os mecanismos de controle social no acampamento, analisando o funcionamento das estruturas hierárquicas de poder onde o disciplinamento pelo trabalho fica mais evidente.

No terceiro tópico do segundo capítulo, faremos uma análise das experiências de trabalho e sociabilidades femininas no acampamento dos operários; suas ações de solidariedade, labuta e cuidados revelam as especificidades de suas inserções naquele ambiente marcado por restrições e tentativas de controle.

No Capítulo 3, *As Lógicas de trabalho e seus fins*, vamos repensar as experiências dos trabalhadores do Açude Araras a partir de conflitos ideológicos entre o trabalho fabril e a visão campesina de seu labor. As fases pelas quais a construção do Araras passou é um bom indício para isso. A engenharia das secas se debatia conduzida por seus industriais, produzindo a exploração dos camponeses operários. As secas tornavam os serviços uma gangorra de ofertas de trabalhos e carência de gêneros, em algo comparável a um formigueiro humano.

As identidades dos trabalhadores sob ataques de uma proletarização pretendida na frente de serviços entravam em embates, sistemas sócio culturais em choque. As frentes de emergência, neste capítulo, são compreendidas, também, como escolas de trabalho, cujo aprendizado se fazia na prática; veremos que as categorias sociais construídas não são indiferentes às lutas sociais intercruzadas naquele espaço.

Buscamos compreender no tópico primeiro do terceiro e derradeiro capítulo, *4.1.*

*Camponeses-Operários*, o porquê de terem existido dois momentos de intensa migração para as obras do Açude Araras, já evidenciando as flutuações na procura pelos postos de serviços e na carência por mão de obra, tendo como plano de fundo um paternalismo do estado (NEVES, 2000, p. 208).

As obras, com seus dois picos de alistamentos durante as secas de 1951-1953 e 1958, intercalados por um período de lentidão dos serviços, se mostram como um espaço para compreendermos a dubiedade das frentes de serviços, entre a busca pela produtividade e o assistencialismo.

Ainda analisaremos os arranjos feitos entre os fornecedores e demais autoridades do DNOCS para a exploração dos trabalhadores nas frentes de serviços. As variações de oferta e procura pelos serviços refletia diretamente nas condições de vida, que poderiam variar de acordo com o momento em que os trabalhadores chegassem no canteiro de obras.

No tópico 4.2. *Os trabalhadores na conclusão do Açude Araras (1958): o rescaldo ou o fim do começo* problematizaremos as relações contraditórias entre auxílio aos retirantes e esforços para finalizar a obra em plena seca de 1958. De que maneira as levadas de trabalhadores se inseriam em tais dinâmicas? Qual foi o impacto sofrido na vida dos trabalhadores daquela frente com a inauguração da barragem?

Finalizaremos o texto no tópico 4.3. *A identidade social de retirantes da seca sob investidas de modernidades no Açude Araras* com uma discussão que perpassa as categorias sociais dos trabalhadores migrantes das obras de emergência. Em que medida o disciplinamento para o trabalho na obra de construção civil e o êxodo rural exerciam uma proletarização daqueles camponeses migrantes? De que maneira estes resistiram ao processo?

Os retirantes empregados nas obras do governo tinham uma situação ambígua: erigiam obras de modernização ao passo que foram, de maneira depreciativa, acunhados de “cassacos”, um animal fétido da caatinga nordestina. Que finalidades esta categoria pretendia dar à imagem daqueles sujeitos? A que fim as obras de emergências como a do Araras se prestavam?

As trajetórias dos trabalhadores da construção do Açude Araras são diversas, entrelaces de vias e caminhos trilhados, veredas transformadas em avenidas, nos quais, mesmo procurando permanecer no campo, eram envolvidos em trabalhos que nem sempre compreendiam o objetivo final, descrentes muitas vezes da conclusão de que fariam um dos maiores açudes do Nordeste.

Uma experiência feita pelas condições não somente impostas, mas também transpostas, compostas por eles mesmo através das armas dos fracos em condições de

moradores, de retirantes, de alistados, de ex-funcionários, de trabalhadores em busca de autonomia. Convido o leitor para conhecer uma história que vai além das secas, retiradas e obras de emergência, porque não apenas remonta à construção do Araras, mas reconstitui os seus construtores.

## **2. CAPÍTULO 1 – OS CAMPONESES TRABALHADORES DO AÇUDE ARARAS: TERRA, DESLOCAMENTOS E OBRAS DE EMERGÊNCIAS.**

### **2.1. Antes de vir: O trabalho em terras alheias.**

Eu nasci no Forquilha, morei uns anos no Cariré, isso menino, ainda, e de lá eu vim para o Tapuio, nós morava no Tapuio, nós se acabemos de se criar no Tapuio, era nós... nós era cinco irmão filho legítimo homem e quatro mulher, a gente se criou-se no Tapuio, e levemo a vida toda por ali, a mocidade, durante o tempo de novo, trabalhando nos roçados, fazendo roçado, plantando e fazendo legume, cinquenta e dois nós ainda tava no Cajueiro, é entre Cariré e Tapuio. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2018)

A passagem a cima é um trecho do relato de José Gerardo Gomes (José Neco), um aposentado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que tem hoje 88 anos de idade e é residente no município de Varjota-CE. O relato nos mostra um pouco da trajetória de vida do entrevistado, trabalhador rural desde a infância, fato que remete a uma característica do campesinato.

José Neco, como é popularmente conhecido, cita alguns lugares nos quais morou, na então Zona Sertão Centro-Norte do estado do Ceará (divisão política no Censo Geral de 1950), área que inclui a maioria dos municípios da atual Região Norte do Estado. Da localidade natal, Forquilha, então distrito de Sobral, teria ele se mudado para Cariré, município vizinho, da sede desta cidade a família se deslocou para a zona rural, Tapuio.

Posteriormente, foram para outra localidade chamada Cajueiro, povoado entre Tapuio e a sede do município de Cariré, onde se encontravam em 1952, ano em que migram para o acampamento no canteiro de obras da construção do Açude Araras, distante dali cerca de 22 quilômetros, como relatou em outras falas.

Este itinerário recomposto na narrativa tem centralidade na temporalidade percebida por meio do trabalho no campo. Todos os lugares citados ficam em áreas semiáridas, próximas às margens do Rio Acaraú, com seus afluentes e riachos temporários, propícias, na maior parte do tempo, ao cultivo da terra.

É interessante notar que, na fala de José Neco, a família é também identificada como núcleo de produção, sem distinção de gênero (ou idade) na divisão do trabalho entre os familiares, na labuta no campo, “fazendo roçado”. O entrevistado não faz referência à posse das terras, no entanto, as constantes migrações são indícios de que não eram donos dos meios necessários para o trabalho.

Outra história de vida que apresentaremos é a de Cesarina Bezerra de Oliveira (Cesária), aposentada como lavradora. Assim como José Neco, Cesária também estudou pouco e também não concluiu o ensino primário. Tem hoje 86 anos de idade, é originária de uma

comunidade rural chamada Pavuna, no município de Ubajara-CE, distante 79 quilômetros do Sítio Araras Velho, zona rural de Varjota-CE, na jusante do Rio Acaraú, próximo a barragem do Açude Paulo Sarasate (Araras), onde mora atualmente. Ela diz:

Era, eu morava lá [Pavuna, em Ubajara, Ceará], tinha minha casinha lá, e tudo, a primeira filha que eu tive eu ganhei lá, depois a família do João [...], era no Jaibaras, era por essas partes, e aí ele também, e vinha do sertão, que ele vinha deixar as coisas lá na tapera que era do finado Francisco de Sá, tio dele, ele era dono de “escravo” [confidente], e ele vinha deixar, vinha de lá da Pavuna, vinha do Cajueiro deixar aí no sertão, farinha, rapadura, essas coisas ele vinha deixar pra ele, e aí eu não sei como foi que a gente se achou-se, ou, eu não sei como foi não. Nós andava era assim... dois mês em um sítio, três meses em um sítio, era assim, fazendo, era no Boi morto, era no Pitanga, no Salgado do Pitanga, era no outro Salgado aí da... do Cajueiro pra cima, aí perto... entre a Ibiapina, entre... Betânia, era por aí, e a gente andava assim, fazendo trabalho, era moagem, era farinha, era tudo assim, fazia numa parte, quando terminava aquele pouco passava pra outro, pra Pavuna, aí assim a gente vivia. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

No relato de Cesária, como prefere ser chamada, notamos que esta circulava entre municípios de regiões próximas, entre a Serra da Ibiapaba e a já mencionada Zona Sertão Centro-Norte, acompanhada do marido, realizando trabalhos temporários e uma espécie de distribuição de mercadorias agrícolas levadas da Ibiapaba, onde se localizavam as unidades produtivas citadas, até as regiões ribeirinhas do Rio Acaraú, por entre propriedades do, segundo a entrevistada, tio do esposo, “Francisco de Sá”.

Os lugares por onde passa são ligados ao seu modo de vida e trabalho no campo, sem fixação, mesmo em períodos regulares de condições climáticas, na medida que as circulações entre aqueles espaços lhes garantiam o meio de vida e um conhecimento dos aspectos do ambiente e das relações ali estabelecidas.

Em um dado momento, porém, conta a entrevistada que a dinâmica de distribuição de mercadorias da Serra para o sertão é desarticulada, não deixa claro o motivo, talvez por opção dos atores sociais em uma mudança de estratégia de trabalho, por desentendimentos entre trabalhadores e proprietário ou por qualquer outro motivo.

Sabemos que as condições de produção agrícola, para os que não detinham terras naquele contexto, eram intrincadas e afetadas por interesses divergentes, circunstâncias econômicas de rentabilidade e meios materiais, inclusive condições ambientais/climáticas que eram importantes para o sucesso ou fracasso dos negócios relacionados ao campo.

Podemos presumir pelo relato que, com certa regularidade, existiam redes de produções e distribuições de mercadorias agrícolas que fazem uso de regiões mais amenas como

a Serra da Ibiapaba<sup>3</sup> para produzir farinhas, açúcar, rapadura, frutas, legumes (e, podemos incluir, outros gêneros de extração animal), transportados para regiões mais distantes e semiáridas.

O fato é que a família do marido de Cesária (mãe e irmã) migraram para Jaibaras, distrito de Sobral, onde em 1936 foi inaugurado o açude público Aires de Sousa. O local também é referência para construção de uma estrada de acesso, à área da construção do que viria a ser o Açude Araras, distante 48 quilômetros.

As “obras do Araras” se dariam no início da década de 1950, quando Cesária e a família do marido, à qual estava incorporada, para lá migram em busca de alistamento nos serviços de emergência durante a seca de 1951-1953.

A experiência de migrar rumo a uma obra de emergência é totalmente diferente das migrações que Cesária e o marido faziam quando trabalhavam para o proprietário das terras, tio do esposo de Cesária. Mesmo acostumada com as *andanças*, os novos deslocamentos não se davam mais por períodos de colheitas e distribuição dos gêneros da fazenda de “Francisco Sá”.

Os dois discursos apresentados estão bastante associados ao cultivo da terra em condições de não proprietários e ainda ao elemento dos constantes deslocamentos. São esses conhecidos modos de viver de pessoas pobres, moradores de zona rural expropriados dos meios de produção, os sujeitos estudados em nossa pesquisa; o fato de viverem nos sertões cearenses<sup>4</sup> acrescenta o fator de convivência com o semiárido e com as secas, aspectos ambientais que se incorporam às estruturas de circulação, consumo e produção agrária.

Todavia, as estruturas socioeconômicas pressupõem modos de expropriação ligados à geração e manutenção de uma população de despossuídos. As agregações familiares eram, portanto, elementos importantes para manutenção daqueles sistemas de produção, ancorados na concentração de terras.

Deste modo, os negócios, o trabalho, a mobilidade ou fixação poderiam variar de acordo com o tempo, se chuvoso ou de seca. E incluía decisões tomadas pelos próprios sujeitos,

---

<sup>3</sup> Em momentos de seca, a Serra da Ibiapaba também era um local procurado por criadores de gado de regiões sertanejas próximas, incluindo as amplas áreas do entorno do local onde seria construído o Açude Araras para levarem seus rebanhos em busca de pastos, é o que consta no documento da Memória Justificativa da construção do Açude Araras, (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Coordenadoria Estadual do Ceará (CEST-CE). Setor de Arquivo. Acervos Açudes Público. Paulo Sarasate. “Memória Justificativa”. p.03. Apud OLIVEIRA, 2012, p. 42.

<sup>4</sup> As áreas com pouca incidências de chuva, chamadas de semiáridas, correspondem a grande parte do território do Ceará, o professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, em 2005, ao discutir “A terra no Ceará”, fala das três grandes regiões geoambientais do estado, onde os sertões somados com as serras secas e litorais secos, formam a região semiárida, com uma área de 136.540 km<sup>2</sup>, correspondente a 93 % do território cearense. (ALENCAR, 2005, p. 78)

conhecedores daquelas relações trabalhistas e do ambiente sertanejo.

A posse de muitas terras pelos mesmos donos possibilita que se projete uma variedade de produção cujos excedentes eram vendidos, gerando lucros, que, somados à exploração de agricultores sem posses, que circulam por entre estas estruturas, eram ampliados; coincidentemente tais condições geravam a miséria daqueles mesmos trabalhadores.

As condições de moradia são, assim, chaves para entendermos as relações sociais dos sertões, uma vez que a mobilidade, além de uma estratégia de produção da agricultura com base no trabalho familiar, poderia ser desencadeada pelas expulsões dos moradores de terras de terceiros, em que o poder de coerção dos donos de terras com suas exigências poderia fazer com que aqueles, tendo elevado ao máximo as tensões com os que os expropriavam, saíssem em busca de novos trabalhos e lugares para ficarem, muitas vezes com condições semelhantes às recém abandonadas.

José Neco e Cesária, sujeitos originários de municípios diferente, tiveram, porém, experiências de vida que confluíram para a mesma área: as frentes de serviços para a construção do Açude Araras (1951-1958), uma gigantesca obra de açudagem que, no discurso público dos governantes, serviria para combater os efeitos da estiagem no Polígono das Secas.<sup>5</sup>

As condições de vida dos entrevistados citados são bem comuns para a maioria dos camponeses cearenses na época. As estruturas fundiárias daquelas áreas, e de todo o país, passaram por um processo de concentração e privatização, aprofundado a partir da Lei de Terras Devolutas de 18 de setembro de 1850.

Essa foi a primeira norma do direito agrário brasileiro que definiu aspectos como: proibição de ocupação das terras devolutas e obrigatoriedade de sua ocupação mediante a compra em dinheiro; registro de vigararia; legitimação das anteriores à sua publicação e revalidação das sesmarias e concessões. (ALENCAR, 2005, p. 80)

A institucionalização da concentração e privatização da terra passa pela Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 (ALENCAR, 2005, p.80). A Carta Magna estabelece o domínio dos Estados Federativos sobre os territórios civis interfronteiriços, como

---

<sup>5</sup> A lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas- Em seu “Art 1º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do polígono das secas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946; a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na fóz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita dêste, a afluência do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.” (BRASIL, 1951).

argumenta ALENCAR (2005).

Influenciando o Estado, por meio da lei, os proprietários ampliavam as posses de grandes extensões de terras<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que expropriavam os camponeses para convertê-los em mãos de obra barata, explorada em sistemas de trabalho e uso da terra desvantajosos para os trabalhadores.

Aquilo que suas mãos colocam na terra para reproduzir tem que dar para seu sustento e de sua família, para a partilha com o dono das terras e para o pagamento parcelado de uma dívida sem fim que os vincula inexoravelmente, por toda a vida, aos seus senhores. (DIARIO DE NOTÍCIAS, 04 de maio de 1958).<sup>7</sup>

Existem sedimentados na cultura sertaneja, e que perduram até hoje, acordos firmados entre proprietários e lavradores para a exploração de terra e do trabalho dos camponeses sem terra, os chamados *arrendamentos*, espécies de alugueis das terras por um período determinado, em que o trabalhador retira o que produz e paga um valor estipulado pelo uso da mesma, dentre outros sistemas de uso da terra mais desvantajosos.

Os mais comuns são conhecidos como *parcerias*; por exemplo, os *meeiros*, no qual o trabalhador cede para o proprietário metade do que produz ou cria. Existe também a parceria pelo *terço*, em que o trabalhador fica com a terça parte do que produz, ou ainda a *quarta*, onde este fica apenas com um quarto da produção obtida pelo seu trabalho. (ANDRADE, 1964, p. 202; ALENCAR, 2005, p. 115)

Há também os acordos com ocupantes e administradores, a *sujeição* e muitos outros mecanismos de submissão, seja com serviços pagos em troca da moradia, nem sempre em dinheiro, seja com gêneros agrícolas produzidos pelos próprios camponeses, para quem o trabalho no roçado vem a ser a principal fonte de recursos (alimentos). Nestes casos, a manutenção de equipamentos da fazenda fica a cargo dos moradores.

Quando na fazenda existe áreas de melhores solos costumam os proprietários permitir que seus moradores e os das vilas e cidades próximas, façam roçados. [...] As terras em geral não são arrendadas, preferem os proprietários entrega-las aos agricultores sob regime de parcerias. (ANDRADE, 1964, p.202).

É comum os proprietários de terra cederem terrenos apenas para as roças de

<sup>6</sup> Vemos que os marcos legais no Estado do Ceará que regulamentam a propriedade da terra até a criação da “Lei de Terras do Estado, mediante o Decreto no. 1.676, de 16 de março de 1946”. São de: 1892, 1917 e 1937, as três leis que, segundo o Procurador Judicial de Terras do Estado do Ceará, Osvaldo Aguiar, em discurso publicado no jornal Gazeta de Notícias, de 06 de agosto de 1944, “favorecem, em detrimento dos criadores modestos e pobres, a privilegiada situação dos grandes proprietários, em cujo poder se encontram as maiores glebas de terras.” (ALENCAR, 2005, p. 81).

<sup>7</sup> A notícia citada faz parte de uma matéria publicada pelo jornalista potiguar, Expedito Quintas, em tom de denúncia, intitulada “Desorganizada a ação pública no polígono das secas”, faz oposição a intervenção do governo federal de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no enfrentamento aos problemas sociais do Nordeste.

lavradores sem terras em troca dos insumos residuais dos roçados para usar como alimento de pastagem para os rebanhos depois da colheita, as chamadas forragens.

Os trabalhadores que se tornam moradores nas terras de proprietários recebem o direito de plantar uma roça de subsistência e criar alguns animais para complementar a renda (PALMEIRA, 2009, p. 205), devendo, em troca, prestar deferências aos donos das terras, em um tipo de relação de reciprocidades desiguais, pois ficavam sujeitos aos costumeiros acordos de trabalho estabelecidos pelos proprietários.

Na época da safra, as cotações caem, caindo também o seu poder aquisitivo [dos agricultores]. Nesse período ele procura o armazém das fazendas para prover-se de utilidades. Estas por sua vez são vendidas a preços de inflação e a troca se processa numa desigualdade aviltante. A imprevidência, nessa altura, gera dívidas que se acumulam através dos anos e assim sucessivamente o homem do campo sempre e cada vez mais, fica subordinado àqueles que lhes franquiam as terras para o cultivo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 de maio de 1958).

Se relacionarmos as informações divulgadas pelo Diário de Notícias e os relatos orais já analisados, percebemos que a mobilidade dos camponeses se torna comum em um espaço social marcado por desigualdades de propriedade e desvantajosos acordos de trabalho de exploração da terra estabelecidos entre proprietários e camponeses, que são as causas maiores das “dívidas” e da pobreza, em vez da “imprevidência” sugerida na fonte.

Assim, a concentração de terras era fator preponderante na vida de milhares de sertanejos na época, a propriedade se estabelece nos ramos da vida material e das sociabilidades. Na passagem a seguir ressaltamos um trecho da narração de como Cesária conheceu o esposo, ainda em sua mocidade nas regiões da Serra da Ibiapaba.

[...] Ele disse isso né, pronto, mas, isso acabou-se, eu fui embora e ele ficou, lá, foi pra casa, que era de outro, doutro, do... major Chico... como é? Francisco de Sá, que era tio dele, era dono da terra, era tenente Lardilau, tinha, nessa época tinha, tenente Lardilau, major José Joaquim, capitão Francisco de Sá, que era este tio dele, era os três grandes que tinha, pra tudo era eles [...]. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Em seu relato de memória, em meio ao cortejo e flertes com o rapaz pretendente, sua lembrança é conduzida para o poder que três homens, “Francisco de Sá”, “Tenente Lardilau” e “Major José Joaquim” (proprietários de terras) tinham e por isto a influência “pra tudo era eles”. Assim, vemos que no cotidiano e na memória dos sujeitos históricos as estruturas de poder e as amplas redes socioculturais e políticas se exprimem perpassando os acontecimentos mais íntimos. A posse da terra era elemento decisivo.

Nestor Florentino de Oliveira, outro camponês oriundo dos vales do Acaraú, quando ainda jovem, morava na já citada localidade de Forquilha, nos conta que: “os milhos

que nós plantava, pra nós mesmo filho, o feijão, o papai ficava com tudo, não, não sabia se o inverno da frente prestava né”.

Como no sertão não se pode contar sempre com a regularidade de chuvas para o plantio, a atitude do pai de Nestor é justificada porque o alimento obtido na roça deveria servir de reserva caso a safra seguinte falhasse. Vemos assim, mais uma vez, a cooperação do agrupamento doméstico na agricultura com base no trabalho da família, distinta da lógica de trabalho assalariado com funções e rendas individualizadas, capitalizadas.

Não, aí nós fomos plantar o algodão, que o algodão ele não queria, fizemos um lastro de algodão de apanhar muitas arrobas, era bom, nós ia se aprontar pras festa do Forquilha ou noutro canto que fosse, ia se aprontar pra aquilo ali. Era bom, mas, a coisa de comida o papai não deixava se vender não, guardava... (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Observamos que as roças de feijão e milho, por exemplo, formavam uma espécie de segurança alimentar, “as coisas de comida”, enquanto o trabalho em outras propriedades poderia servir para suprir outras necessidades mais imediatas, como talvez comprar roupas para “se aprontar pras festas” ou para a compra de outros objetos. “Estes era o *modus vivendi* do trabalhador sertanejo sem-terra nas áreas de caatinga até quase nossos dias”. (ANDRADE, 1964, p. 192).

O Ceará, no período da década de 1950, era ainda “o segundo Estado do Brasil em produção de algodão, somente sobrepujado por São Paulo” (IBGE, 1959, p. 13). Ao lado da produção de algodão e da pecuária, a agricultura das cidades que compunham a Zona Fisiográfica Sertão Centro Norte se constituía, na maior parte, de: milho, feijão, mamona, café (em pé de serra), mandioca (também para produção de farinha de mandioca), cana-de-açúcar (também para produção de rapadura), oiticica, cera de carnaúba e, em alguns poucos municípios da Zona, era plantado o arroz, produtos remetidos para mercados de cidades maiores como Sobral e Fortaleza.

Deste modo, ao mesmo tempo em que cultivavam suas roças de subsistências em terras próprias, arrendadas ou por acordo de moradia, estes camponeses poderiam prestar serviços “de foice e enxadas” como diaristas em terras alheias, produzir excedentes dos produtos mais procurados em suas áreas para comercializar ou dividir a produção e o trabalho em empreendimentos dos proprietários de terras.

Os meeiros ainda são obrigados a vender o algodão ao proprietário da terra e pagam juros do dinheiro que lhes é fornecido durante o período em que a lavoura está se desenvolvendo. Quando o ano é seco, a produção é pouca e ao ser feita a colheita, em agosto, ou setembro, o lucro não é suficiente para pagar os débitos à fazenda, a qual eles ficam presos para tentar o pagamento no ano seguinte. (ANDRADE, 1964, p.

216).

A família de Nestor é um exemplo da modalidade de morador por condição. Quando o indagamos sobre se trabalhavam nas próprias terras, Nestor é categórico ao responder:

Não, [...], porque o dono de lá dizia que não tinha terra, a terra era do papai [ironizando], que era o Dr. José Saboia que era em Sobral né, Coronel José Saboia, era, que nesse tempo os dois homens era ele e o Coronel Chico Monte né. Era conhecido na história de política né, e nós era do Dr. José Saboia, a família da mamãe era toda do coronel Chico Monte, nós era protegido dos dois lado, naquilo ali, mas, tiremo a vida naquilo ali. (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

As relações de compadrio ficam assim emaranhadas por entre histórias de poder e pobreza, concentração de terras e trabalhos mal recompensados, redes de negócio e estiagens, influência política e paternalismo. Os camponeses, pelos exemplos mostrados, estavam, desta maneira, inseridos em estruturas de produção maiores, na medida em que se engajavam nos empreendimentos dos senhores das terras e se deslocando quando julgavam melhor.

Nas áreas do sertão, a produção agrícola pouco variava entre pecuária e agricultura. A produção de larga escala se fazia nas muitas terras de poucos donos, onde proprietários gozavam de uma ampla influência para explorar os moradores das áreas por eles controladas e ocupavam cargos políticos, lucrando com suas terras e seus negócios nas cidades.

Na memória de Nestor, “Chico Monte e José Saboya”,<sup>8</sup> em Sobral e região, eram os donos das terras, estabeleciam lucrativos negócios, como o cultivo de algodão e outros gêneros do campo, ostentando status e títulos militares (major, coronel, capitão, tenente) e ocupando cargos políticos, assim como “Francisco de Sá”, “tenente Lardilau” e “major José Joaquim” citados por Cesária como pessoas influentes na região da Ibiapaba, concentrando muitas formas de poder em suas mãos.<sup>9</sup>

Os atores históricos que acompanhamos através dos trechos das histórias relatadas são, portanto, todos camponeses, sem propriedade de terras, assim como a grande maioria dos ex-trabalhadores do Açude Araras, cujas experiências buscamos visibilizar.

A população cearense estava classificada no Recenseamento Geral de 1950 <sup>10</sup>

<sup>8</sup> José Saboya de Albuquerque, além de político, era diretor da Companhia de Fiação Ernesto Deocleciano, e Francisco de Almeida Monte, um político, era um fazendeiro sobralense que ocupou em diferentes momentos cargos de deputado na Assembleia Federal, sogro do ex-governador do Ceará, Parsifal Barroso (1959-1963). (Ver DIÓGENES, 1989).

<sup>9</sup> Em períodos de estiagem são os “grandes que tinha”, então, os que mais se beneficiavam com as obras de emergência de combate às secas. (Ver FERREIRA, 2016, p.76). A família membros da “Saboia”, por exemplo, ocupavam cargos na administração do DNOCS. As obras do açude Ayres Sousa tiveram um engenheiro chefe chamado José Saboya, o diretor geral do DNOCS entre 1950-1953 foi Francisco Saboya Albuquerque e o engenheiro chefe das obras do açude Araras entre 1951-1954 foi Luiz Saboya Albuquerque, todos da cidade de Sobral.

<sup>10</sup> Segundo o Censo Demográfico de 1950, o estado possuía um total de 2.695.450 habitantes residentes; no entanto, 38.198 pessoas estavam ausentes das residências no momento do recenseamento. Essas “ausências”

dentro de três categorias geográficas: *Quadros Urbanos*; *Quadro Suburbanos*; e *Quadro Rural*. Podemos ter uma ideia da proporção de camponeses em relação a população cearense em geral se somarmos os totais das categorias dos *Quadros Rural e Suburbano*, por considerarmos como mais ligadas às atividades do campo, o que não exclui as populações urbanas e não anula a possibilidade de pessoas destes quadros desempenharem ofícios citadinos.

Quadro 1- População presente, situação do domicílio, segundo as zonas fisiográficas, Recenseamento Geral de 1950.

Local	Total	Quadro Urbano	Quadro Suburbano	Quadro Rural
Estado	2.695.450	317.754	361.850	2.015.846
Zona do Sertão do Baixo e Médio Jaguaribe	238.976	25.785	16.375	196.816
Zona do Salgado e Jaguaribe	291.609	28.098	25.781	237.730
Zona do Cariri	324.605	69.520	23.865	231.220
Zona Litoral	714.509	90.347	216.834	407.328
Zona de Baturité	183.000	22, 683	18.730	141.587
Zona do Sertão Central	205.578	13.923	9.900	181.751
Zona do Sertão Centro-Norte	362.205	34 724	25.821	298.660
Zona da Ibiapaba	215.308	18.701	15.661	182.446
Zona do Sertão Sudoeste	159.660	12.473	8.883	138.304

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviços Nacional de Recenseamento, Censo Geral 1950, Série Regional, Volume XIV, Tomo I. Rio de Janeiro 1956. Tabela organizada pelo autor.

Notamos na tabela que, de um total geral da população daquele período, no número de 2.695.450 habitantes residentes, 2.377.696 são dos quadros suburbano e rural, o que corresponderia a 88,21 % da população, ou seja, uma esmagadora maioria dos cearenses da época, dado que se relaciona com nossos entrevistados, que estavam ligados às atividades laborais do campo, sujeitos às relações de trabalho, moradia e oscilações climáticas que já mencionamos.

Da tabela acima, extraímos também o índice que representa o povoamento da Zona

---

poderia ser algo corriqueiro ou indicar migrações duradouras ou mais curtas? “Na data do Recenseamento havia no Estado do Ceará 79 Municípios, 389 Distritos, 79 Cidades e 310 Vilas. Os resultados censitários reportam-se à divisão territorial para o quinquênio 1949/1953” (IBGE, Censo Demográfico de 1950).

Sertão Centro-Norte<sup>11</sup>, onde se situava Reriutaba, município em que as obras de construção do Açude Araras atraíam muitos camponeses em períodos de seca (o local da barragem passou em 1985 a ser circunscrito no território do novo município de Varjota-CE), mas o espaço geográfico de que tratamos não se restringe de maneira nenhuma a esses limites municipais.

Assim, de uma população de 362.205 habitantes que a Zona Fisiográfica Sertão Centro Norte possuía, apenas 9,5 %, ou seja, menos de um décimo do contingente populacional, residiam nos considerados quadros urbanos, populações estas que, como dissemos, tinham também relações socioeconômicas e culturais com o meio rural, como não poderia deixar de ser.

Naquele espaço, predominantemente rural, que em quase totalidade se repetia por outras zonas do estado do Ceará, desenrolavam-se as histórias de vida e relações de poder que envolviam os diversos camponeses, o grupo social estudado. Concluimos que um dos maiores fatores implicantes nestas relações de poder era sem dúvida a concentração de terras, o que gerava como consequência a exploração dos lavradores pelos proprietários.

As desigualdades materiais entrecortavam, deste modo, as histórias dos indivíduos já citados, e marcavam ainda, a história de Francisco Rodrigues Leitão (Chico Tem-tem), outro aposentado pelo DNOCS que trabalhou nas frentes de serviços do Açude Araras. Ele reside atualmente em Varjota e, quando criança, órfão de pai, trabalhava na roça, em Uruburetama, para ajudar a sustentar a mãe e os quatro irmãos. Quando indagado em que trabalhava antes de empregar-se no DNOCS responde:

Não, era apanhando algodão, pra ganhar uma mixaria, pra ajudar minha mãe, que ela era uma viúva carente, né, botou nós pra trabalhar nos proprietário pra ganhar qualquer coisa pra ajudar ela a criar a... que eu era o segundo né, os outros não tra... só também trabalhava eu e o mais velho que era o Daniel, meu irmão. (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Questionamos nosso interlocutor sobre os tipos de negócios e atividades produtivas desempenhadas pelos “proprietários” para os quais haviam trabalhado; ele sucintamente responde: “Não, era algodão, milho, feijão e só” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Chico Tem-tem, como é conhecido, depois de uma pausa, acrescenta ainda que “era prestando jornada, a mamãe só tinha mesmo a casa, não tinha terreno pra gente, tinha que trabalhar pros outros, pra ganhar qualquer coisa, pra ajudar em casa” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019). O termo que utiliza, “ganhar qualquer coisa”, explicita a má

---

<sup>11</sup>A Zona Sertão Centro-Norte é, pois, a segunda mais populosa de então, ficando, em números de população, atrás somente da Zona Litorânea na qual situa-se Fortaleza, capital do Estado, o que poderia ser um fator, em um contexto de pressão social, para que o Açude Araras fosse lá construído, fator a mais entre todos os outros arranjos políticos e estudos técnicos para a área.

remuneração que recebia quando trabalhava “prestando jornada”.

Estamos a apreciar, entre uma e outra história de vida, dados que englobam todo o estado, isto porque os atores sociais de nossa pesquisa (como José Neco, Cesária, Nestor e Chico do Tem-tem), trabalhadores que migraram para as frentes de serviços do Açude Araras durante as secas de 1951-1953 e 1958, não partiram somente da Zona Sertão Centro-Norte, mas de diversos pontos do Ceará e até de locais de fora do estado, envolvidos no tecido social mais amplo e questões ligadas à posse da terra.

Analisando as tabelas das configurações das condições de ocupação dos domicílios, classificados no Censo de 1950, como: “*próprios*”, “*alugados*”, “*outra condição*” ou “*sem declaração de condição*”, percebemos que, do total resultante dos domicílios dos *Quadros Rural e Quadro Suburbanos*, no número de 426.050, apenas 234.645 dos domicílios eram particulares, o que corresponde a 55% dos domicílios; ou seja, quase a metade da população rural e suburbana não tinha a posse do lugar onde morava e, podemos deduzir, onde trabalhava.

No entanto, 73,5% da área ocupada pelos “estabelecimentos agropecuários”, na Zona Fisiográfica Sertão Centro-Norte, era ocupada por menos de 1/5 das propriedades referentes aos latifúndios com mais de 200 ha, ao passo que as propriedades com área entre 1 e 100 ha correspondiam a 65% daquelas; porém, só ocupavam 13,7% das áreas ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários.

Todas as áreas de terras ocupadas no Sertão Centro-Norte nos “estabelecimentos agropecuários” chegavam a um total de 721.905 ha; destas, apenas 98.764 ha eram destinadas à lavoura, ou seja, somente 13,6 %, enquanto o restante correspondente a 86,4 % se destinava à “pastagem”. (PAGEÚ, 2017, p. 38).

Esses dados demonstram o quanto a produção rural, com uma estrutura fundiária concentrada, não priorizava a produção dos grãos destinados à alimentação da população. Os senhores de terra reservavam grande parte destas para a criação de bovinos, principal produto da economia cearense na época, produto mais capitalizado, reduzindo ainda mais o acesso às terras pelos agricultores.

José Neco, na sequência de sua fala apresentada no início do texto, narra as escolhas, sacrifícios e colaborações realizadas pela família nas circunstâncias em que vivenciaram a seca de 1942, como moradores de terras alheias, submetendo-se a acordos desvantajosos. O entrevistado relata uma experiência que envolve saberes e fazeres abrangidos pelas categorias do trabalho camponês aludidos pelas tabelas do recenseamento de 1950, dizendo:

Cajueiro em 52 [no final da fala Sr. José Neco retifica a data para 1942] foi seco, a gente não tinha recurso, o recurso era pouco e meu pai foi trabalhar no Pirambeba que hoje é Jaibaras e quando chegou lá só empregava o meu pai, não empregava filho e aí não dava pra ele manter a família, aí meu pai voltou do Pirambeba que era o Jaibaras. E aí chegou no Tapuio tinha um senhor que mandava fazer chapéu pra exportar pra São Paulo, esse chapéu iam de navio, pegavam o trem aí em Cariré para Fortaleza e de lá botava no navio, quer dizer que aí a gente escapou fazendo chapéu. A gente, os homens rapaizim, menino, nesse tempo eu era menino, tudo fazendo chapéu, pra vender Sr. Aprígio pra comprar de feijão, o feijão vinha de navio, era um feijão ruim chamado brogodó, o feijão e a farinha também era ruim de mais, por que vinha tudo exportado pra cá para o Tapuio, Cariré, e essa farinha ela era meio azeda, chamava suruí, a farinha, e aí fiquemo por ali e graças a Deus o chapéu nós fazia, as meninas minhas irmãs começavam e os homens fazia todo dia dez chapéu cumpade [interage com o senhor ao lado, outro aposentado do DONCS], era um cruzado uma caravana, todo dia você fazia 4 mil reis ali... se não terminasse no dia acendia um morrão, um morrão era um caco com olho e um paví dentro pra clariar pra gente terminar o chapéu, e quando foi no ciquent... isso foi 52, é quando, 42 isso aí, quando foi em 43 nós vínhamos pra Suçuarana que é vizinha ao Tapuio, aí a gente fez um roçado grande e ficou só as meninas trabalhando pra comprar a comida porque nós precisava fazer recurso né?! (JOSÉ GERARDO GOMES, 2018).

Os eventos apresentados se passam quando o entrevistado vivia, então, a fase de pré-adolescência, como dizemos hoje, morador de zona rural, colaborando com a manutenção familiar no cultivo de roças. No entanto, como deixa claro em sua fala, não possuíam muitos “*recursos*”, o que podemos imaginar posse de terras e outros bens necessários à produção e manutenção no campo.

Durante a seca de 1942, precisaram buscar alternativas diferentes do habitual para se manterem. José Neco fala que o pai tentou alistamento na conhecida frente de serviço do estado que funcionava em Jaibaras, local já mencionado no início do texto, para onde nossos outros entrevistados, Cesária, Nestor e Chico Tem-tem, na década de 1950, também migraram, local referido pelo orador por “Pirambeba”.

As secas, portanto, provocavam rearranjos nas relações dos sertanejos. A mobilidade em que estes viviam era intensificada pelas estiagens e canalizada para obras de serviços de emergências do governo, onde viveriam experiências de proletarização do seu trabalho (CÂNDIDO, 2019, p. 98-99).

As duas referências às frentes de serviços do governo sediadas em Jaibaras, feitas por José Neco e Cesária, revelam que o trabalho nas frentes de serviços do Estado eram escolhas que os camponeses faziam para não migrarem para regiões mais distantes ou para não ficarem à mercê apenas de doações durante as estiagens, permanecendo nas proximidades de suas áreas de cultivo da terra, podendo retornar ao modo de vida camponês assim que as condições lhes permitissem.

A diária oferecida a um trabalhador naqueles serviços não era suficiente para manter toda a família de José Neco, diante da impossibilidade do emprego de pelo menos algum outro

membro nos serviços do estado – “não empregava filho”, regra imposta pelos empregadores das obras de Jaibaras, segundo o entrevistado. O grupo se dirige então para Tapuio, local também já mencionado anteriormente, circunscrito ao território de Cariré-CE. Todos os lugares citados são próximos uns dos outros.

Estabelecidos em Tapuio, teriam firmado acordo para produzirem chapéus vendidos a um senhor identificado como “Aprígio”, que acreditamos ser o conhecido fazendeiro Aprígio Soares de Araújo (ELÍSIO, 2006, p. 119), morador daquela região. Os chapéus artesanais eram negociados pelo preço de “um cruzado uma caravana”<sup>12</sup>.

De acordo com o relato, tal produção era transportada por meio da linha férrea que passa por Cariré-CE em direção a Fortaleza-CE (a Rede de Viação Cearense) e de lá era remetida (a partir do Porto do Mucuripe) por navios a São Paulo.

Assim, na fala de José Neco, fica claro que muitos produtos agrícolas, e de artesanato ou manufaturas feitas a partir de extração vegetal, faziam parte de uma rede de comercialização muito mais ampla e que as formas de expropriação do trabalho no campo se davam não só pelos acordos de moradia e cultivo da terra, mas, até mesmo, pelo pagamento da mão de obra em serviços diversos, inclusive trabalho especializado, no qual os detentores de capital exploravam o trabalho dos sem posses que se incorporavam, em situação desvantajosa, em tais redes de mercado.

Enxergamos nestas escolhas uma metamorfose do projeto inicial da família de José Neco de trabalharem a terra em roçados. A mudança de atividade constitui uma ‘negociação da realidade’ (VELHO, 1999, p.103), pois, mesmo transparecendo que os ganhos com a venda dos chapéus eram pequenos (“4 mil reis”), a proposta, conforme o depoimento, parecia melhor que a de viverem das rendas obtidas nas frentes de serviços do estado naquele momento de paralização dos plantios.

As opções feitas pela família de José Neco para superar as dificuldades, agravadas pela seca de 1942, exibem a agência e a criatividade dos camponeses e levantam uma questão: por que eles dão preferência à agricultura com base no trabalho familiar? Questão que poderemos responder um pouco mais à frente.

Na entrevista, não fica claro a quem pertenciam as terras onde moravam José Neco e seus parentes de primeiro grau no período dos eventos narrados (provavelmente do tal Sr. Aprígio), ou as transações feitas por estes para a obtenção da matéria prima do produto, mas, por se tratar de família numerosa recém migrada, detentora de “pouco recurso”, deduzimos que

---

<sup>12</sup> “Caravana” é uma denominação usado para designar a peça artesanal trançada com a palha da carnaúba.

a moradia e a extração vegetal faziam parte dos acordos firmados entre eles.

De acordo com os relatos, observamos uma descrição dos poucos objetos e das técnicas utilizadas no processo de produção de chapéus de palha. O trabalho era realizado em colaboração por todos os membros da casa, os adultos e as crianças, homens e mulheres, e tomava longas horas do dia, às vezes entrando em períodos da noite, devido às metas informais de produção visadas para a garantia da compra da alimentação.<sup>13</sup>

No tocante aos tipos e relações de trabalho, de maneira geral, o recenseamento pode ser um dado interessante, pois classificou, também, a população estudada por ocupações e atividade principal<sup>14</sup>. Focaremos, mais adiante, nos tipos de ocupações mais exercidas pelos camponeses e moradores, principalmente dos *Quadros Rurais* e *Quadro Suburbanos*. São práticas elencadas pelo censo de 1950 como atividades principais: *agricultura, pecuária e silvicultura*; e a *indústria extrativista*<sup>15</sup>.

Evidente que os sujeitos exerciam mais de uma dessas atividades em seus cotidianos de trabalho, pois os bons moradores, preferidos pelos fazendeiros para receberem moradia e trabalho, eram aqueles que sabiam “fazer todo serviço” (PALMEIRA, 1977, p 211), o que inclui uma variedade de habilidades laborais.

Vimos no relato de José Neco muitas outras atividades desempenhadas por sua família que, apesar de relacionadas ao campo, não foram abordadas ou enquadradas por fusão dentro das nominadas pelo Censo. Tomamos consciência, deste modo, da criatividade empregada pelos camponeses em seus cotidianos de trabalho e da improvisação para garantir recursos. Criatividade essa que era carregada para os canteiros de obras.

Através dos dados gerais colocados ao longo do texto e das análises que realizamos, constatamos que as condições de moradia (e propriedade) são relacionadas com as condições de trabalho e vida no campo, pois, quando os trabalhadores são donos de suas terras, podem organizar melhor sua produção de maneira a tirar maiores proveitos da mesma, submetendo-se o mínimo possível às logicas mercadológicas e a sujeições de outros proprietários.

Mesmo os pequenos proprietários trabalhando por conta própria (os que detinham

---

<sup>13</sup>Por sinal, “a comida” é descrita pelo entrevistado como exportada, naquelas circunstâncias de seca e de “ruim” qualidade, o que pode ser indicativo da qualidade diferente que poderia atribuir ao alimento produzido ou consumido em outras situações sem as estiagens.

<sup>14</sup>São categorias de ocupações como: agricultura, pecuária e silvicultura; indústrias extrativistas; indústria de transformação; comércio de mercadorias; comércio de imóveis e etc.; prestação de serviços; transportes, comunicações e armazenagem; profissões liberais; atividades sociais; administração pública, legislativo, justiça; defesa nacional e segurança pública; atividades domésticas, etc.; e condições inativas.

<sup>15</sup>Segundo o Censo de 1950, as atividades ligadas à *agricultura, pecuária e silvicultura* e a *indústria extrativistas* eram as de: “técnicos agrícolas e práticos rurais, tratoristas, aradores, chacareiros, hortelãos e floricultores, jardineiros, trabalhadores agrícolas e de enxada, trabalhadores de pecuária, lenhadores, carvoeiros (fabricantes), seringueiros, ervateiros, garimpeiros, mineiros, canteiros e marroeiros, pescadores, caçadores e outros (sic.)”.

apenas 13,7 % das áreas dos estabelecimentos agropecuários) continuavam vulneráveis aos jogos de poder e desapropriação na arena social sertaneja na década de 1950, pois seus pequenos lotes não lhes garantiam grandes reservas. Estavam ainda mais expostos às variações climáticas, uma vez que estas eram capazes de desestabilizar até grandes produtores rurais, quanto mais aqueles que muitas vezes produziam apenas para subsistência. As secas periódicas certamente os colocavam em deslocamento, abandonando as próprias terras.

Toda a estruturação da pobreza – por expropriações, exploração, concentração de terras, acordos de trabalho desvantajosos, falta de intervenções políticas que beneficiem o campesinato – torna os trabalhadores vulneráveis socialmente e compõe um processo histórico referente ao desenvolvimento social do capitalismo avançando sobre as áreas rurais, iniciado na modernidade, período do qual a contemporaneidade absorve uma postura mais repressiva que caridosa face à pobreza (GEREMEK, 1986, p. 291).

As ações e políticas do cotidiano de nossos sujeitos se fazem em parâmetros sociais e culturais de longa duração, em espaços específicos, saberes e poderes institucionalizados e remodelados em diferentes épocas por atores distintos e em diversas posições de atuação.

Refletindo sobre a questão proposta acima – por que os sujeitos estudados dão preferência à agricultura doméstica como trabalho ideal? –, observamos na descrição de José Neco que, no período pós-seca de 1942, havia uma divisão do tipo de trabalho por gênero dentro do grupo doméstico: as mulheres e meninas continuavam produzindo chapéus para comprar comida naquele momento, já que as reservas alimentares advindas da roça tinham há algum tempo se exaurido com a seca.

A atividade de confecção de chapéus possui uma determinada maneira de inserção no mercado<sup>16</sup>: as irmãs de José Neco eram inseridas como trabalhadores temporários, mal remunerados, sem vínculos, direitos ou quaisquer garantias, dependentes das demandas de consumo, sujeitas às condições impostas para produção e negociação da mercadoria produzida.

Diferente delas, os homens e meninos da família de José Neco, após a seca, trabalhavam no roçado, serviço que, na fala do orador, traria “recurso”, ou seja, outra maneira de se inserir no mercado, desta vez, consumindo o que produziam, explorados pelos acordo preestabelecidos com os proprietários das terras, mas, ainda assim, com algum controle em relação ao que produziam e negociavam, alguma autoridade sobre o tempo de trabalho, sobre a

---

<sup>16</sup>Em muitas cidades da região: Sobral, Reriutaba, Ipu, Cariré, assim como em todo o estado, em meados de século XX, a extração vegetal da palmeira carnaúba era uma atividade valorizada, (ao lado do cultivo de algodão, pecuária e agricultura) principalmente para o fim de retirar a cera de suas palhas, utilizadas na indústria em diversos produtos, “Atingindo a proporção anual a 10.500 toneladas” (CORREIO DA SEMANA, 24 de setembro de 1952), a palha e o chapéu confeccionados seria um subproduto, um saber fazer do artesanato sertanejo.

(não) divisão das tarefas, metas e resultados, por mínimo que fossem as margens de vantagens nas manipulações de tais negociações.

A produção de legumes se mostra, assim, tanto como uma fonte de reservas de “recursos” na produção e no consumo familiar, pela forma exposta pelo entrevistado, tanto como uma garantia de autonomia maior do que a fabricação de chapéus ou cultivo de algodão em terras alheias, por exemplo, para venderem a baixíssimo preço e sem controle quanto à produção e negociações. A agricultura era para estes sujeitos históricos um espaço dos possíveis (REVEL, 1998, p. 26).

Por isso, a família de José Neco, após trabalhar fazendo chapéus para serem exportados por um atravessador, fez o possível para retornar às atividades de plantio. Para isso, se deslocaram novamente, agora para Suçuarana, localidade vizinha a Tapuio, onde antes fizeram as tampas de palha.

Desta maneira, vemos os atores sociais, mesmo em situações desfavoráveis, realizando escolhas, apesar de não possuírem as terras onde viviam e trabalhavam. Mesmo reconhecendo tentativas e ações de exploração de sua mão de obra, faziam da produção familiar e da referência ao cultivo da terra como situação de trabalho mais adequada em suas formas de manutenção do modo de vida camponês.

## 2.2. A Seca de 1951-1953 e as Obras de Emergências.

No dia doze de maio, caiu uma boa chuva. A água correu pelas grotas e riachos. Depois daquele dia o sol abriu novamente seu olho de fogo. Os raios escaldantes caíram sobre a terra por dias seguidos. Durante as noites, não se via um relâmpago sequer riscando o céu. O horizonte, todas as horas, sobre tudo à noite, era devassado por mil olhos aflitos. De início preocupação não foi tão grande, “inverno bom tem que ter sol” - Justificavam. Mas os dias foram passando, passando e nada. As plantas começaram a murchar, amarelando como crianças anêmicas. Dez dias, doze dias e o céu muito azul, não abrigava sequer uma nuvem cor de chumbo, prenúncio de chuva. Agora era já o desalento. (BARREIRA, 1976, p.73).

O trecho acima é como Luciano Barreira, um escritor e ex-repórter, inicia o capítulo XII de seu romance “Os Cassacos”,<sup>17</sup> livro em que narra a trajetória de personagens sertanejos em seus cotidianos como moradores de uma fazenda no sertão cearense durante uma seca em meados do século XX. A passagem é útil para abordarmos os impactos do fenômeno no cotidiano dos camponeses.

---

<sup>17</sup>O termo “cassacos”, utilizado em fontes hemerográficas, em alguns depoimentos orais, correspondências oficiais e na literatura para identificar os trabalhadores das frentes de serviços do estado, possui significados pejorativos e deve ser melhor refletido; optamos por não o reproduzir sem ressalvas.

A preocupação constante com o tempo, exposta no trecho citado, justifica-se pela necessidade de regularidade de chuva para a continuidade do trabalho na roça e a garantia de uma safra; assim, tanto na ficção como na vida real, as chuvas nos meses certos e em quantidade suficiente são imprescindíveis na vida dos agricultores, caso contrário, todo o plantio poderia ser perdido, a principal fonte de alimentos poderia falhar e as famílias dos trabalhadores rurais ficariam à mercê da caridade particular ou governamental.

O senhor Francisco Rodrigues Leitão (Chico Tem-tem), trabalhador rural, natural de Uruburetama, cuja fala citamos algumas vezes no tópico anterior, nos diz que o trabalho no campo, sem chuva, “parava, porque... em 51 pelo menos não deu nada, que foi seco, 1951, nós tava na Serrota, todo mundo foi atrás de recurso lá” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Assim, no ano de 1951, durante a seca, a rotina de produção agrícola é interrompida, tanto para pequenos agricultores, como Chico Tem-tem, como para produtores maiores.<sup>18</sup> Mas, para os trabalhadores sem terras, sujeitos a pagamentos de rendas ou parcelas da produção, aluguel ou sujeições de trabalho sem remuneração, era mais grave o problema.

Chuvas irregulares poderiam acarretar a perda dos investimentos feitos pelos agricultores, às vezes obtidos à custa de financiamentos onerosos, que não garantiam retorno, podendo inclusive piorar a dependência dos trabalhadores para com os proprietários ou outros sujeitos.

Este misto de “proteção” e exploração dos trabalhadores pelos proprietários de terras pode ser compreendido em contraste com o paternalismo presente na ordem da economia moral (THOMPSON, 2008, p. 152), cuja reciprocidade desigual fazia parte de um sistema de dominação dos pobres.

Com o correr dos dias avoluma-se o desengano do povo da esperança de inverno. Diante de si levantava-se sinistro tétrico apavorante e espectro terrível da seca com todo o seu funesto séquito: fome, sede, peste e o corvejar dos abutres humanos devorando as vítimas incautas que levadas pelos gritos do estomago entregam-se as suas garras no percurso que tem de trilhar os deserdados da sorte, andando de deo em deo mendigando migalhas para matar a fome. Sic. (CORREIO DA SEMANA, 14 de março de 1951)

Na descrição feita pelo periódico, percebemos que, em momentos de seca, existem

---

<sup>18</sup>Muitos jornais cearenses, no período, transmitem relatos e preocupações de produtores e autoridades da sociedade em geral relativas as perdas econômicas no início da seca de 1951, por exemplo: Correio da Semana, de 17 de março, daquele ano publica os trabalhos redobrados de pequenos fazendeiros para cuidarem do gado em falta de chuvas e pastos, outros falam do impacto nas lavouras de algodão, o Correio da Semana, de 17 de outubro de 1951, informa uma “subida inesperada do preço do algodão” em “face a angustiada crise financeira que ora nos angustia.”

sujeitos, adjetivados pelo jornal como *abutres humanos*, que tiram proveito da situação dos *desvalidos da sorte*, à exemplo de comerciantes e fazendeiros que compram os bens dos retirantes por baixos preços.

O aumento da prostituição e outras condutas dos pobres em retiradas, narradas em romances que tem a seca como plano de fundo, são muitas vezes tomados em discursos da época como degradação pela fome, ignorando a interpretação das ações dos homens e mulheres como alternativas utilizadas naquelas circunstâncias para superarem dificuldades imediatas e urgentes<sup>19</sup>.

Outras formas de vantagens que alguns outros tiravam sobre os lavradores pobres atingidos pela estiagem ocorriam nos sistemas das frentes de serviços do governo. Os “coronéis”, proprietários de terras, agiam como intermediários na contratação de mão de obra para os serviços nas obras públicas, ficando com “pelo menos 10% do salário dos trabalhadores” (FROTA, 1985, p. 230).

Era uma ressignificação da relação proteção/controlado com os moradores de suas terras. A influência dos proprietários e autoridades locais, em conluio com os engenheiros chefes das obras, gerava as indicações no alistamento e a abertura de barracões para pagar os trabalhadores de obras públicas em gêneros em vez de dinheiro, o que muitas vezes gerava, também, o endividamento dos obreiros.

A situação das populações do interior, atingidas pela seca, tende a piorar no segundo semestre que mais alguns dias se iniciará. É que a segunda metade do ano, inclusive nas épocas de bom inverno, via de regra, se agrava em face da velha e incorrigível imprevidência do sertanejo. Mas nos períodos de seca, em virtude da falta de gêneros para colheita, torna-se a situação verdadeiramente angustiada. Ao lado da fome, falta de recursos e de víveres, chega o sol abrasador para aumentar a angústia do homem flagelado. [...]. Durante os três primeiros meses, ele quase sempre, espera na sua própria fazenda a chegada das chuvas. E somente decorrida a quadra que deveria ser hibernosa, o sertanejo procura recurso fora do seu próprio “habitat”. (UNITÁRIO, 14 de junho de 1953).

No texto da notícia, é assinalado que o “sertanejo” teria uma “velha e incorrigível imprevidência” que, em períodos de seca, “se agrava” e, em vista disso, após decorrido o tempo no qual seria a quadra invernal e confirmada a estiagem, “procura recursos fora do seu próprio ‘habitat’”.

Notamos o lugar social no qual o jornal tenta colocar o sertanejo, responsabilizando-o pela saída de seu “habitat” por falta de previdência, escondendo, dessa

---

<sup>19</sup> Os livros “Os Cassacos”, de Luciano Barreira (1976); “Cassacos”, de Cordeiro de Andrade (1934); “Flashes das Secas - Coletânea de fatos e histórias reais”, de Paulo Guerra (1977); “Luzia Homem”, de Domingos Olímpio (1903); e “A Fome”, de Rodolfo Theóphilo (1890), por exemplo, fazem referências à personagens moças e mulheres que “perderam-se na vida” durante as estiagens.

forma, o foco do real problema que é a estruturação das desigualdades sociais debatidas anteriormente.

Em outra passagem do texto literário citado no início, de autoria de Luciano Barreira, o agricultor, personagem coadjuvante da narrativa, Zuca Machado, expressa o desânimo com a falta de chuva e de perspectiva de vida naquelas condições: “Pió, muito pió, as chuvas só sirviam pros fazendêro, pra quem cria gado, pra nós pobre foi pió, se foram as semente, se foi munto trabaio, e agora? Todo mundo devendo inté os cabelos da cabeça, e agora?” (BARREIRA, 1976, p.73).

O posicionamento do personagem em relação às poucas chuvas, como sendo “pió, muito pió”, a princípio parece paradoxal, no entanto, os investimentos feitos pelos agricultores, ventilados parágrafos acima, revelam a esperança de inverno. Muitos usavam todo o estoque de semente para plantar, outras vezes os agricultores recorriam a empréstimos com os proprietários e adquiriam as sementes ou até recursos para manutenção no período antecedente da colheita.

Os estoques de grãos, durante as secas, eram consumidos em momentos emergenciais; sem essas reservas, a total falta de comida aconteceria mais cedo. O plantio das sementes que não vingassem por falta de chuvas, além de tudo, tiravam-lhes dispendiosos dias de trabalho. A ausência das precipitações fazia com que a situação piorasse em face aos prejuízos sofridos por aqueles que já deviam aos patrões. Como enfrentar uma seca “devendo inté os cabelos da cabeça”?

Empenhoram-se ou vendem até o mais necessário utensílio doméstico, mesmo o ultimo traste, para suprir as prementes necessidades diárias... E como se diz, figuradamente: “mata-se o galo do poleiro e para cozinha-lo lasca-se o pilão”. É o ponto final. Depois mendigar de porta em porta... (CORREIO DA SEMANA, 26 de novembro de 1952)

Esta publicação de jornal, da época da seca de 1951-1953, indica a atmosfera de penúria, após a expectativa que os trabalhadores rurais experimentavam quando o “inverno” não vinha. “Como referido em inúmeros relatórios e boletins do DNOCS, a população mais vulnerável às secas e que eram, portanto, os primeiros a se retirarem, eram os *moradores* das fazendas que sobreviviam de uma cultura de subsistência em terras alheias” (LUCCHESI, 2017, p. 69).

Porém, a seca representava problemas sociais que, de algum modo, atingiam todas as classes. Além da perda de colheitas, perda de rebanhos, gastos e esforços dispendiosos para evitá-los (BOLETIM DO DNOCS, novembro de 1959, VOL.20, N.6, p. 110), a seca naquele momento poderia atingir em cheio as populações urbanas e a elite rural, pois a falta de recurso

dos sertanejos provocaria migrações, como vimos no tópico anterior, através de relatos do Sr. José Neco, Dona Cesária, Sr. Francisco do Tem-tem e Sr. Nestor.

Contudo, estas migrações, ao ocorrerem em massa, provocadas pelas retiradas dos sertanejos acossados pela estiagem, poderiam desarticular o retorno das atividades de trabalho na terra dos proprietários e provocar invasões de retirantes em centros urbanos, o que ocorria desde a seca de 1877 (NEVES, 2000, p. 47).

Antes, um mecanismo social de relações desiguais de dependência permitia que os camponeses recebessem ajuda dos proprietários durante as estiagens. A desarticulação daquele paternalismo tradicional seria um outro fator a influenciar as migrações em massa (NEVES, 1998, p. 16).

O dever dos fazendeiros em prestar auxílio aos trabalhadores de suas terras em momentos de dificuldades se desfez com as ondas de secas na passagem do século XIX ao século XX. O deslocamento dos camponeses deixava a (desigual) ordem social abalada; por estas razões, a sociedade como um todo se preocupava com a falta de chuvas, quase sempre alimentando expectativas de bom inverno.

Agora mesmo o desolador aspecto do sertão cearense onde aos milhares gemem os grandes e pequenos fazendeiros na perspectiva de uma tremenda calamidade, somos levados a refletir sobre a diversidade e até oposição as previsões dos entendidos. (CORREIO DA SEMANA, 24 de fevereiro de 1951).

O Jornal Correio da Semana, da Diocese de Sobral, defendia os interesses da classe para a qual falava, formada pela classe média, comerciantes e público católico em geral, tentando reanimá-los, mesmo quase certos que haveria outra seca.

No entanto, apenas adiaava-se este choque: os noticiários dos jornais faziam, ao mesmo tempo, um jogo de alertas, “na perspectiva de uma tremenda calamidade” e de negação dos fatos. Muitos órgãos do governo e instituições civis procuravam antecipar em previsões a quantidade de chuva que iria cair em determinado período.

Naquele contexto, em meados do século XX, a ciência gozava de credibilidade como solução para problemas diversos, inclusive da falta de chuva.<sup>20</sup> Assim, ao mesmo tempo em que os homens do campo faziam suas experiências de observação da natureza para tentar prever a seca, como Zuca Machado, em Os Cassacos, os homens da ciência,<sup>21</sup> impelidos pelos

---

<sup>20</sup> Não só pela consolidada construção de obras de “solução hidráulica”, mas, para se ter uma ideia da confiança em geral que se depositava na ciência, no ano de 1951, se realizava no sertão do Ceará, experiências científicas para produção de chuvas artificiais à partir da pulverização aérea de “gelo seco” (CORREIO DA MANHÃ, 12 de maio e 09 de junho de 1951).

<sup>21</sup>Nos referimos aos meteorologistas, geógrafos e todos os profissionais de formação científica.

Governos, realizavam previsões meteorológicas.

Em diversos meios discutia-se em cada ano se aquele e os próximos seriam chuvosos ou secos. No jornal *Correio da Manhã*, um ano antes do início da seca, na edição de 22 de março 1950, ano de boas chuvas, alardeia-se pois:

Quando o meteorologista Sampaio Ferraz escreve para a *Revista Brasileira de Geografia* longo e documentado artigo em que prevê uma nova seca periódica no Nordeste, seca que deve ocorrer antes de 1955 e que será mais forte do que a maior do século passado, convém, desde já, ir tomando umas tantas providências. (*CORREIO DA MANHÃ*, 22 de março de 1950).

O texto da notícia é em tom imperativo, transparecendo autoridade e a confiança nos homens da ciência já arraigada na sociedade. A publicação citada, de um jornal de oposição ao poder central, especificamente ao segundo mandato de Vargas, lança implicitamente uma cobrança ao poder público para reagir à eminência da calamidade e, explicitamente, o jornal conclama a todos de maneira generalizada, pois, todos deveriam “ir tomando umas tantas providências” já que o “meteorologista” “prevê uma nova seca periódica no Nordeste” e seria ele uma fonte segura.

Mas que providências os camponeses poderiam tomar se muitos já dispuseram seus poucos recursos na esperança de chuvas? Chama a atenção, também, no trecho do artigo do periódico, a expressão comparativa relacionando a “maior [seca] do século passado” à iminente seca que seria ainda “mais forte”. Desde a seca de 1877, “a maior do século [ante]passado”, a “surpresa” com o fenômeno “vai sendo substituída pelo temor e pelo desprezo que se combinam paradoxalmente com uma, cada vez mais, relutante solidariedade cristã” (NEVES, 2000, p. 63).

A confluência de tais fatos torna a seca, por mais contemporânea que fosse, símbolo de todas as figuras de horrores, quadros que já estavam sedimentados no imaginário popular. Portanto, a seca, naquele momento, após as experiências e aprendizagens que a sociedade passou durante os acontecimentos de suas recorrências anteriores, possui uma representação específica, uma determinada “estrutura de sentimento”,<sup>22</sup> que se modificou ao longo dos sucessivos períodos de estiagem.

Assim, na década de 1950, “a passagem da assistência pessoal e direta das relações mútuas do paternalismo clássico [que] já haviam sido inteiramente substituídas pela assistência oficial, garantida pela Constituição como ‘verba de emergência em caos de calamidade públicas’ e não mais como favor pessoal” (NEVES, 2000, p.208). Os jornais e as ações da

<sup>22</sup>A expressão designa um conjunto de novas sensibilidades da sociedade em relação a algum fenômeno, neste caso, as secas e as migrações de retirantes para as cidades, o conceito é assim compreendido por NEVES (2000, p. 92) a partir dos escritos de Raymond Williams, nas obras: *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989; e *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

população ratificavam isso.

No início do ano de 1951, novamente, os periódicos trazem previsões meteorológicas, desta vez mais otimistas, como se rebatessem o clima de temor que se instalava em virtude dos sinais de seca, com a manchete “Não haverá seca no Ceará este ano de 1951”:

É o que alarma em entrevista concedida aos jornais de Fortaleza, o cientista Cel. Reginaldo Hull, alta patente do exército inglês. Ex-Vice Consul da Inglaterra, engenheiro britânico e ainda estudioso, estudou aos problemas climáticos do nordeste brasileiro. Eis o que disse aquele cientista ao O Estado. O que com [ilegível] abaixo transcrevemos: Eu estudei as chuvas por muito tempo, meticulosamente, de ano para ano, de mês para mês, conhecendo profundamente todas as suas causas e efeitos. As secas no Ceará, vêm exclusivamente pelos mensageiros do sol. Conheço muito bem os seus segredos e se não falham as experiências científicas seculares, estou seguro quanto aos cálculos. Eis em suma a minha declaração, na certeza de que os astros não me trairão: NÃO HAVERÁ SECA NO CEARÁ ESTE ANO ATÉ 1965, O NOSSO ESTADO NÃO OFERECE NENHUMA SECA PERIÓDICA. PODEM FICAR TRANQUILOS TODOS OS CEARENSES. Sic. (CORREIO DA SEMANA, 28 de fevereiro de 1951).

O currículo do cientista e o método usado por ele no “cálculo” são apresentados na notícia como se creditassem a informação. Porém, o que ocorreu foi uma sequência de anos de estiagem, iniciada justamente em 1950. Acumulava-se ano após ano o desgaste ambiental; em consequência, a economia tradicional esvanecia-se em crise e os pobres viam agravarem suas situações de miséria.

Nas tabelas de medição das médias de chuva, nos “Estudos Hidrográficos” do DNOCS para as áreas da bacia hidrográfica do Rio Acaraú, são mostradas, mês a mês, as médias locais, de 1933 à 1965.<sup>23</sup>

Tal estudo informa para os vales do Rio Acaraú e seus afluentes a “média anual de 770,0 mm” de chuva. Os anos de 1950, 1951, 1952 e 1953, segundo a mesma tabela, foram de seca, e tiveram, respectivamente, 390,5, 681,3, 350,3 e 572,1 mm anuais (DNOCS- Relatório anual do DNOCS para as obras e serviços de 1967). Os dados referentes aos anos seguintes mostrariam números razoáveis dentro da expectativa da “média anual” para a área.

Com o prolongamento da falta de chuvas, esgotavam-se rapidamente os recursos dos sertanejos, principalmente os mais pobres, que buscavam meios alternativos de vida na impossibilidade dos plantios habituais: “rapaz, uns procuravam aqueles proprietários para ir tirando lenha pra vender, essas coisas assim, mas, era particular, não era do DNOCS não, era pros fazendeiro pra acolá”. (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Na fala de Chico Tem-tem, que acabamos de expor, é exemplificado uma, entre

---

<sup>23</sup> Relatório anual do DNOCS para as obras e serviços de 1967. DNOCS- BIBLIOTECA Zenaide Sá Carneiro da Cunhado, LIVRO N° DO Registro.

muitas outras, atividade que os camponeses procuravam desempenhar para suprir a falta dos recursos provenientes das roças em fracasso. Nestas poucas palavras do orador, é possível perceber, mais uma vez, a relação de dependência que os camponeses estabeleciam com os proprietários de terras.

Uma reflexão a mais pode ser levantada. A atividade de “ir tirando lenha pra vender” o suficiente para garantir recursos financeiros para manter uma família certamente envolveria grande quantidade de lenha para ser negociada, levando em conta as espécies de madeira próprias da caatinga, assim como exigia maiores deslocamentos em busca de compradores.

Na procura de alternativas, o homem do campo circulava mais pelas cidades. As secas resultavam, por conseguinte, em uma maior interação dos homens das zonas rurais com as zonas urbanas, muitas vezes em função da caridade particular ou do Estado que os retirantes conseguiam no ambiente citadino, mas também por outras razões. Por exemplo, a alternativa de vender lenha, relatada por Chico Tem-tem, provavelmente resultava em vendas a pessoas ou negócios das cidades.<sup>24</sup>

Nos momentos de seca, as autoridades e elites interioranas queixavam-se através dos jornais.

Enquanto os governantes empregam todas as rendas orçamentárias nas cidades, tornando-as confortáveis, dispondo de colégios, de teatros, cinemas, etc... o campo é esquecido e relegado a um plano inferior. Já alguém disse: “O Brasil é um país essencialmente agrícola,” e se nossa produção agro-pecuária, se nossa riqueza emana do interior, onde o campônio trabalha e sofre, é uma clamorosa injustiça desprezá-lo. É um crime que os governantes cometem. (IPU EM JORNAL, 28 de fevereiro de 1958)

Neste outro jornal da região aflora um discurso de ressentimento com a desvalorização do “campo”, pois “é esquecido e relegado a um plano inferior”, mesmo “o Brasil sendo um país essencialmente agrícola”. Tal argumento sustenta na notícia a denúncia de “injustiça” dos governantes em “empregar todas as rendas orçamentárias nas cidades” tornando-as “confortáveis”, esquecendo e relegando o campo a “um plano inferior”.

A seca, levada dos campos às cidades, abrangia uma ampla dimensão social, suscitava ainda reflexões e debates que transitavam do mundo natural para o mundo metafísico.

---

<sup>24</sup> As cidades, no interior do Ceará, naquele período, principalmente devido às aglomerações de pessoas e alto grau de especificações de trabalhos, careciam de grande parte dos recursos necessários à vida, como os alimentos e as fontes de energia para o cozimento dos mesmos, fossem comprados e não produzidas pelos próprios consumidores, como ocorria no campo. A seca, pela diminuição da oferta de gêneros alimentícios, coloca esta dinâmica em colapso.

Em novembro esperamos pelo dia de Santa Luzia. Este veio e passou. Esperamos Natal, e o dia do nascimento passou. Esperamos as luas novas e as luas cheias de Janeiro e Fevereiro. Nada. Nossas esperanças concentram-se como de costume, no dia de S. José. Passou também na ampulheta do tempo o dia consagrado ao casto esposo de Maria, sem que as chuvas chegassem. Com certeza o Carpinteiro Divino esqueceu-se de manejar com a sua mão poderosa, armada com o mesmo rústico instrumento com que preparou amorosamente os móveis da modesta casinha de Nazaré, para com ele abrir nas nuvens uma brecha por onde rolasse em catadupas as águas do céu. (CORREIO DA SEMANA, 31 de março de 1951).

Entre as metáforas do Correio da Semana, nota-se uma crença de ligação entre as forças sobrenaturais cultuadas pelo cristianismo e os fenômenos naturais. A seca era assim usada pelo jornal diocesano para inculcar/reforçar a religião católica, apresentada muitas vezes como canal para buscar a salvação e o retorno das chuvas.

Na mesma folha do Correio da Semana daquele dia, no mês das últimas “esperanças”, em março, a seca é descrita como fenômeno “cruel”, “sem dó e sem piedade”, mas que “Cristo” poderia “espargir um pouco de lenitivo a fim de suavizar essa jornada de dor...”, jornada que, para os camponeses, equivaleria à migração e ao pauperismo.

No entanto, o imaginário dos sertanejos, embebido em simbolismos religiosos de representação das secas como omissão divina (ou castigo), não os impedia de cobrar medidas de auxílio.

O longo percurso da experiência sertaneja com as secas recorrentes e as retiradas dos sertanejos, desde o final do século XIX, desenvolveu-se políticas públicas de combate às secas embasadas em legislações e criação de órgãos públicos para facilitar a aplicação de verbas, gerando discursos de caracterização de uma região carente de integração e utilizada como “lobby parlamentar”.

No seio destas políticas é criada, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal (IFOCS), em 1919, e, em 1945, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, recebe nova denominação: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

No jornal Correio da Manhã, de 28 de agosto de 1951, é colocado um resumo do longo discurso de “quase quatro horas consecutivas para prestar esclarecimentos sobre as obras de emergência contra a seca no Nordeste”, proferido pelo Ministro da Viação [Sousa Lima] na Câmara dos Deputados, em respostas aos apelos e exigências daquela casa.

Lendo o Relatório do diretor do DNOCS (Vinícius César Silva de Berrêdo) o Ministro reproduz a distinção que aquele chefe do Departamento faz entre a seca de “1931-33 e a atual”.

‘Já não há’ - diz o relatório - ‘campos de concentração, nos quais eram

verdadeiramente encurralados os flagelados que não encontravam trabalho. Já não se utilizam os famosos e humilhantes currais com abertura única, por onde saíam, um a um, os flagelados, depois de receber a diária de 1 mil reis (um cruzeiro) para a sua manutenção. Até dezembro, está previsto o aproveitamento de 70 mil trabalhadores nas várias obras'. (CORREIO DA MANHÃ, 02 de agosto de 1951).

Deste modo, o chefe da pasta responsável pelas obras de estruturação do país, por meio da reprodução de um relatório do Diretor Geral do principal órgão nos “serviços de combate às secas”, distinguia as ações que seriam tomadas daquelas feitas na seca de 1932, quando “eram verdadeiramente encurralados os flagelados” para receber auxílio “para a sua manutenção”, ou seja, uma medida momentânea, invasiva e ineficiente.

Neste momento, o ministro, fazendo suas as palavras do Diretor do DNOCS, anunciava que os auxílios seriam dispensados através do “aproveitamento” dos trabalhadores “nas várias obras”, o que não era novidade em relação a outras secas. As ações, daquela maneira, sugerem uma maior dignidade aos retirantes “auxiliados” e uma aplicação melhor dos recursos que resultariam em obras. Mas, que obras?

No segundo governo Vargas a construção de barragens voltou a ter fôlego, mas se acreditava que o atraso do Nordeste seria superado também pela irrigação e outras benfeitorias que viriam através da água acumulada em açudes. Fora isso, as rodovias também tiveram amplo papel nessa gestão. Com Sousa Lima à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas e Vinícius Berredo, integrante da comissão mista Brasil-EUA, dirigindo o DNOCS, muitas estradas foram construídas, especialmente durante as secas do primeiro triênio da década de 1950. (FERREIRA, 2016, p. 32).

As obras de rodovias e açudagem continuavam como linhas mestras da ação do DNOCS no polígono das secas, na ampliada área das estiagens periódicas, que então passou a incluir parte do estado de Minas Gerais pela outorga da lei Nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, no mesmo período de início daquela nova crise.

Os planos rodoviários e as barragens de açudes estavam organizados e previstos deste 1931, pelo decreto nº 19.726 de 20 de fevereiro, que regulamentava a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Esses planos definiam as “Rodovias Centrais” e os quatro grandes “sistemas de açude em bacias hidrográficas”: Sistema do Acaraú, Sistema do Jaguaribe, no estado do Ceará, Sistema Alto-Piranhas, na Paraíba e o Sistema do Baixo-Assú, no Rio Grande do Norte.

As políticas de combate às secas, portanto, seguiam o planejamento citado com “obras permanentes” de infraestrutura e, em tempos de estiagem, se utilizava de “medidas de emergência” (LUCCHESI, 2017, p. 47), seja novas obras ou seja a intensificação das permanentes.

O IFOCS, como dissemos, foi transformado no DNOCS pelo decreto-lei nº 8.486

de 28 de dezembro de 1945. O Departamento, na década de 1950, adotava, no enfrentamento às secas, a mesma estratégia das “obras permanentes e emergências”, com poucas diferenças em seus regulamentos.

Assim, após a revisão do “Plano de Emergência”, o ministro de Viação e Obras, Públicas Álvaro Pereira de Sousa Lima, determinou

[...] a execução das seguintes rodovias de urgência: no Rio Grande do Norte [...]; no Ceará Itapipoca, Acaraú, Camocim, Granja-Coreau, Santa Quitéria-Catunda Tamboril Russas, Canidé-Campo Sales, Russas-Jaguaruanas Aracati e Canto-Cedro-Varzea Alegre, Quixadá-Crato; Central do Ceará, ramais de acesso ao açude Santo Antônio Russas e ao local do açude Araras; açudes Araras, Santo Antônio do Aracati-Açu, Latão, Varzea do Boi, Quixabinha, Labirinto ou Tijuca, Pentecoste, Poço do Barro, Gerumim (em Itapagé), Poço da Pedra, Crateus, Pentecostes, Poço Verde e Penedo e irrigação General Sampaio e Aires de Sousa; do Piauí [...] Além das obras novas [...], 134 açudes em cooperação. (A MANHÃ, 28 de agosto de 1951).

A estratégia para evitar as retiradas e as invasões dos centros urbanos era ocupar os retirantes em obras públicas e fixá-los em locais próximos às suas residências. Assim, “na verdade, aproveita o D.N.O.C.S. os créditos de emergência, especiais e extraordinários que lhe são concedidos para amparo aos flagelados, sobretudo, para intensificar, ampliar ou antecipar as obras constantes do seu programa normal de atividades” – esta é a definição de “O que são as obras de emergências” presente no Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, volume 18, publicação trimestral do DNOCS, para as obras e serviços de 1958.

Observamos, na continuidade do documento, a condição do emprego dos retirantes “desde que não acarrete o deslocamento de trabalhadores para locais muito afastados de suas residências” (Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, vol. 18, publicação trimestral do DNOCS para as obras e serviços de 1958). Ficam claros, aqui, a justificativa do emprego da mão de obra dos retirantes e o princípio de combate às migrações pela exploração dos trabalhadores nas obras.

Persistia, deste modo, a solução hidráulica (NEVES, 2007, p.86), o acúmulo de água. A questão para a instalação de uma frente de serviço em determinada área e de como era utilizada a infraestrutura erigida remete aos jogos de poder político e econômico entre os sujeitos locais e os de outras esferas.

O período de fins da década de 1950 e início de 1960, no entanto, marca uma mudança nas políticas públicas de combate às secas, com a criação de órgãos como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), o Banco do Nordeste (BNB), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e outros a desempenharem ações de estruturação mais planejadas. A nova lógica de ação dos órgãos de combate às secas seria conviver com a estiagem em uma ação de modernização e integração

nacional do Nordeste (FERREIRA, 2016, p. 33).

No processo de conflitos entre camponeses e proprietários, campo e cidade, povo e Estado, tensões que acaloravam-se com as secas, as ações da multidão para mitigar seu sofrimento e pressionar a sociedade e o governo por auxílios, as obras de emergência surgiram como resposta do poder público.

Neste campo de disputas, com regras em elaboração constante, para os sertanejos, “a aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento e, ao mesmo tempo, o poderoso meio de pressão que os retirantes trazem para o cenário da negociação” (NEVES, 2000, p.10). Aglomerações de retirantes como a que se formou em Cariré-CE, durante a seca de 1951-53:

Com inicio [da] construção [da] estrada [que] liga Aires de Sousa a Araras e esta cidade [Cariré] ponto de convergência onde chega diariamente levas de flagelado famintos pt Sena dolorosa presenciamos vg filhos pobres gentes perecem de fome pt Hoje não mais suportando a cruciante fome cerca [de] quinhentos pessoas invadiram o depósito [de] feijão do governo tirando o que conseguiram pt Ceará inteiro estar cansado de clamar auxílio e não consegue o suficiente.<sup>25</sup>

A noção da obrigação de auxílio aos “flagelados” pelo Estado, estava, portanto, arraigada na sociedade e é constante na literatura e na documentação que analisamos.

Notícias de aglomerações de retirantes em busca de obras de emergência são frequentes nos jornais em períodos de seca. Uma grande concentração de trabalhadores ocorre no açude Aires de Sousa. Segundo a notícia veiculada pelo “O Jornal”, no dia 30 de maio de 1951, o distrito de Jaibaras, Sobral, transformava-se, por possuir uma obra do governo (Construção do Canal do Açude Aires de Sousa), em uma importante rota de migração para o Açude Araras.

Deste modo, “exércitos de retirantes chegavam diariamente aos locais de trabalho à procura do ganha-pão” (A NOITE, 01 de junho de 1951). Muitos camponeses procuravam as frentes de serviço para superarem as dificuldades potencializadas pela seca.

Para a região recorte de nossa pesquisa, nas imediações do local onde iria ser construído o Açude Araras, no médio curso do Rio Acaraú, foram acionadas principalmente construção de estradas, canais e açudes, em 1951. A principal obra era o canal de irrigação do Açude Aires de Sousa, para aproveitar as águas do reservatório inaugurado em 1936.

Com a decretação oficial de seca, em março de 1951, o chefe daquela obra, o então Diretor do Primeiro Distrito do DNOCS, Pereira Miranda, esteve, juntamente com Vinícius

---

<sup>25</sup>ARQUIVO SEGUNDA DIVISÃO REGIONAL DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4.

Berredo, representante do Ministério da Aviação e Obras Públicas, visitando os serviços do canal. Ali receberam a “ordem para inscrição de 2000 operários” (CORREIO DA MANHÃ, 28 de março de 1951).

Muitas pessoas migraram para região à procura daquelas vagas; a aglomeração se somou aos “800 trabalhadores” já existentes antes das inscrições (A NOITE, 31 de março de 1951). Ocorreu, nas imediações da obra, a formação de uma multidão de retirantes com seis mil pessoas em busca de colocação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31 de maio de 1951). As obras do canal de irrigação não comportaram a demanda de serviços pelos retirantes.

Os trabalhadores desempregados da região se amontoavam em Jaibaras. Foi então iniciada outra nova obra: os serviços de emergência da construção da estrada Aires de Sousa, dando acesso ao local do futuro Açude Araras. Mas o início da construção da citada estrada não ocorreu com a sequência e garantia dos recursos que esta sentença indica.

Em telegrama de 25 de agosto de 1951, o chefe do 1º distrito, engenheiro Pereira Miranda, sob pressão dos trabalhadores aglomerados, de suas autoridades superiores e dos jornais que divulgavam o drama dos retirantes, explica-se:

Estamos providenciando rápido estudo para ataque imediato ligação rodoviária recomendada dentro precariedade meios [do] distrito pt prevendo não demore início construção açude público Arara permiti sugerir seja estudada também ligação Santa Quitéria Reritaba passando [pelo] local mencionado açude irá proporcionar quando construído acesso mais conveniente [ao] Arara vg Meu ver vg transporte materiais vias rodoferroviária pt.<sup>26</sup>

No entanto, somente no fim de outubro as estradas de ligação entre Aires de Sousa e Araras foram iniciadas.<sup>27</sup> Após o alistamento, poucos dias depois, no começo do mês de novembro, as vagas já estavam esgotadas (CORREIO DA SEMANA, 14 de novembro de 1951).

A construção desta rodovia ligando o Aires de Sousa ao local do futuro Açude Araras foi o foco de migrações de muitos sujeitos de nossa pesquisa, como Cesária, camponesa das regiões da Ibiapaba que migrou para Aires de Sousa juntamente com o esposo. Ela explica como o marido empregou-se na construção da estrada Araras-Aires de Sousa.

Não! Era começo, eu não tô dizendo que era começo daqui, essas estradas era pra lá, a construção do...do Jaibaras era pra lá, de lá pra Sobral, era fazendo o... o canal, era fazendo o... fazendo a parede do açude, rebocando fazendo tudim a parede, do açude, era isso. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

<sup>26</sup>ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - 4 . Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito do DNOCS, 25 de agosto de 1951.

<sup>27</sup>ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - 4. Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito do DNOCS, 23 de outubro de 1951.

Do mesmo modo, Chico Tem-tem trabalhou na estrada que ligava o Açude Aires de Sousa (em Jaibaras) ao Araras (atualmente Varjota), um serviço de alargamento da estrada, feito para “aumentar, que era só, pra te dizer, só andava animal, viu, aí botaram dois trator pra melhorar” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2018).

Nestor, outro camponês citado, também trabalhou nas estradas de acesso ao açude Araras, diz: “...eu trabalhava no Jaibaras né, Aires de Sousa né, mas lá, nós terminemo o serviço lá, ninguém terminava, fazia lá fora e voltava pra lá de novo né...” (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Assim, os entrevistados, ex-trabalhadores da construção do Açude Araras, demonstram já conhecerem as obras do Aires de Sousa; os três últimos citados, por sinal, trabalharam nas estradas de ligação entre aquela barragem e Araras.

As estradas de acesso ao local onde seria construído o Açude Araras foram, no sentido literal e metafórico, os caminhos que utilizaram aqueles primeiros migrantes para chegarem a se empregar na construção do gigantesco açude. Tais migrações ocorreram durante a seca de 1951-1953, e as vias por onde passaram no êxodo foram feitas pelos próprios trabalhadores migrantes.

As passagens encaminham, também, respostas para as questões do que os trabalhadores rurais faziam para enfrentar as secas, em 1951-1953, que providências poderiam tomar e o que corresponde ao modo como o Estado “confortava” o campo e tranquilizava as cidades naquele momento de estiagem, com as obras de emergências.

### **2.3. Perspectivas de legitimidades durante as secas: O Açude Araras como obra para as massas.**

“O não pagamento dos trabalhadores das obras contra as secas”, informado pelo “presidente da Câmara Municipal de Sobral” ao então deputado Paulo Sarasate, foi motivo de reclamações na Câmara Federal. O parlamentar cearense relata “a situação de desespero dos operários que trabalham no açude Aires de Souza” (TRIBUNA DA IMPRENSA, de 30 de novembro de 1951).

Os problemas relacionados à falta de recursos para as obras contra as secas vão se fazer sentir durante todo o período da estiagem de 1951-1953, mesmo com a definição, em legislações anteriores, de alíquotas e de um fundo para uso exclusivo em casos de emergência (FROTA, 1985, p. 215).

Levantado o problema do financiamento do plano de irrigação, que seria suprido com recursos da caixa especial, o Ministro da Viação informou que a importância da caixa de emergência estava empenhada até 1951 com as obras de construção da estrada Rio-Bahia. Neste mesmo ano apresentava-se uma grande seca no Ceará e em outros pontos do Nordeste, que se debateu com total ausência de recursos imprópriamente já comprometidos (FROTA, 1985, p. 218).

O financiamento das obras públicas de combate às secas, no primeiro triênio da década de 1950, estava em crise. As obras no açude Jaibaras, em Sobral, que incluíam a construção do canal de irrigação e, posteriormente, a estrada de acesso ao Açude Araras, desde agosto de 1951, tinham os fornecimentos em atraso (O JORNAL, 30 de novembro de 1951). A situação para aqueles que estavam empregados, mas não recebiam os pagamentos, ficava muito complicada e mais grave ainda para os que migraram em busca de alistamento e não tiveram êxito.

Os alistamentos nas obras do Jaibaras estavam suspensos por já terem preenchido o número de vagas. A falta de verbas não permitia o emprego de mais trabalhadores (O JORNAL, 03 de dezembro de 1952). Os que não achavam colocação ali, ou os que não se conformavam com a falta de recursos na obra, passavam a buscar a caridade privada ou a assistência do governo em outros serviços ou nas cidades vizinhas.

GRANDE AFLUENCIA DE FLAGELADOS – Cariré, 15 (Correspondência especial) – Neste últimos dias tem havido nesta cidade grande afluência de flagelados, encontrando-se presentemente nas obras do futuro açude “Araras” cerca de 1.200 operários à procura de colocação. Sabe-se aqui que não é possível o emprego dos trabalhadores flagelados naqueles serviços em virtude da verba existente comportar apenas o número de 200 homens. Nessa circunstancia, e a fim de evitar que a situação venha a se agravar cada vez mais, acaba de ser dirigido um urgente pedido de socorros ao professor Colombo de Sousa, representante da CAN no Ceará, no sentido de que remeta para aqui a maior quantidade de gêneros alimentícios destinados a socorrer as populações flageladas. Sic. (UNITÁRIO, 17 de julho de 1952).

Outras ações também eram tomadas por parte dos retirantes para resolverem seus problemas naquelas circunstâncias. Mencionemos os saques a armazéns de alimentos nas municipalidades e a depósitos de acampamentos dos serviços de emergência, assim como no comércio e propriedades privadas (NEVES, 2000, pp. 162-170).

Tais atos se inscreviam em uma lógica dúbia: ao mesmo tempo em que eram temidos e reprimidos, possuíam um contexto de legitimidade que a seca proporcionava. Assim, muitos comportamentos da massa de retirantes, embora considerados prejudiciais à ordem, tinham, naquele momento, a punição amenizada.

Por esta lógica, compreendemos o saque ao depósito de feijão em novembro de

1951, em Cariré, cidade localizada entre as obras dos açudes Aires de Sousa e Araras.<sup>28</sup> Após a consumação do saque, “grande parte dos que levaram feijão foi admitida” nas obras públicas e “pagará a porção que se apoderou” (FERREIRA, 2016, p. 68). Não houve prisões ou processos.

Com o prolongamento da seca, a exemplo do que ocorria em Cariré, “nos anos de 1951-1953, a microrregião do Sertão Centro-Norte (conforme nomenclatura do Censo Demográfico: Estado do Ceará, parte do Recenseamento Geral de 1950) foi particularmente dominada pelas ações coletivas dos camponeses” (NEVES, 2017, p. 196), mesmo com a assistência na tentativa de manutenção dos retirantes em áreas próximas aos seus locais de origem, em maior parte, com os serviços de emergência.

Em decorrência das inúmeras ações dos camponeses que punham em risco a ordem nas cidades, em menor número, ainda existiam os defensores da ideia da migração para fora do estado como solução.

Conforme noticiamos em a nossa última edição, o trem horário de sexta feira que vinha de Crateus, foi invadido por uma leva de mais de 200 emigrantes, entre Cariré e Sobral. [...] Além das ofertas particulares, o sr. Prefeito Municipal ofereceu-lhes feijão, carne, leite, pão e água a fartar. No quartel mesmo, sob a direção do Cap. Walter Guimarães, Delegado de Polícia foi preparado a boia suficiente a saciar lhes a fome. No mesmo dia, à tarde, em caminhões, 3 da prefeitura e 2 tratados, foram enviados à Campo Maior, recomendados ao sr. Prefeito Municipal daquela cidade piauiense, de onde deviam seguir para o Estado do Maranhão. (CORREIO DA SEMANA, 05 de março de 1953).

Podemos concluir que os sertanejos naquela Zona, assim como no restante das áreas atingidas pelas secas, não ficavam inertes ao próprio sofrimento, mesmo com os discursos recorrentes de que a miséria teria por causas as condições climáticas e não a distribuição da riqueza e acesso a bens de produção, como terra e água. Os retirantes, dentro de suas margens de ação, demonstravam domínio de atitudes, naquelas circunstâncias, com menores chances de malogro e repressão.

Os saques, além de garantir um benefício imediato, e um suprimento de comida, serviam de pressão contra aqueles que poderiam retribuir com ajuda naquele contexto de legitimação de uma “economia moral” (THOMPSON, 1998, p. 152). Deste modo, as ações de massa, que se multiplicavam na região, podem ter motivado a decisão de dar início naquele momento às obras de emergência instaladas naquela área.

Considerando a ligação entre os dois fatos expostos no parágrafo anterior, podemos

---

<sup>28</sup>ARQUIVO SEGUNDA DIVISÃO REGIONAL DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4.

dizer que existia, por parte dos retirantes protagonistas das ações, uma consciência da organização política da sociedade durante as secas. Nesta medida, muitas das obras de emergência podem ser encaradas como resultado da agência dos próprios retirantes.

Portanto, assim como todos os outros açudes públicos construídos no Ceará na década de 1950, entendemos que o Araras (1951-1958) foi uma obra ativada naquele espaço densamente povoado<sup>29</sup> como resposta do governo às cobranças da sociedade para resolver os problemas gerados com as retiradas durante as estiagem, articulada dentro de estruturas de interesses de alianças e disputas entre proprietários/autoridades locais, parlamentares e dirigentes dos órgãos responsáveis pelas obras de combate às secas.

As obras de emergências são naquele período apresentadas como auxílio aos retirantes para evitar invasões e saques, como os que citamos, e para evitar a dispersão da mão de obra e do eleitorado (FERREIRA, 2016, p.24), ou, ainda, sob as justificativas de criar infraestrutura para dinamização econômica da região (CORREIO DA MANHÃ, 22 de março de 1950).

A centralização que o Departamento de combate às secas vinha passando desde que era ainda IFOCS na década de 1930 faz um recuo na década de 1950, com a passagem das responsabilidades das construções de rodovias do DNOCS para o DNER e o retorno das construções de obras por empreitadas por contratos públicos com empresas privadas. (LUCCHESI, 2017, p. 87)

Devemos considerar que, durante as secas de 1951-1953, em relação aos serviços de emergência, as obras de “estradas e açudes [estavam] em primeiro lugar” (O POVO, 29 de março de 1951) com o suposto incremento da economia, mas também pelo potencial de braços que poderiam ocupar, arrefecendo os ânimos para evitar ações de massa e diminuindo o êxodo para fora do estado.

Vinícius César Silva de Berredo (Vinícius Berredo), então Diretor Geral do DNOCS, cargo que ocupou até julho de 1951,<sup>30</sup> em conferencia a 8 de fevereiro de 1950, no Instituto de Engenharia de São Paulo, defendia que as estradas, no combate aos efeitos das secas, não eram apenas meio de integração econômica, mas, valiam como “fator psicológico contra o pânico durante as crises” (VIEIRA, 1951, p.455). E ainda:

Segundo Vinícius Berredo, o açude, anti as condições climáticas especiais da região e na plenitude de suas funções intrínsecas é: “aguada para alimentação do homem e

---

<sup>29</sup>Podemos lembrar que a Zona Sertão Centro-Norte, onde se situava Reriutaba, município que então sediou a construção do Açude Araras, era a segunda zona mais populosa do estado, ficando atrás somente da Zona Litorânea onde ficava a capital Fortaleza.

<sup>30</sup>Quando é substituído por Francisco Saboya de Albuquerque, natural de Sobral-CE.

dos rebanhos; campo de peca; centro de produção agrícola, nas vazantes; reservatórios de acumulação de água para irrigação sistemática; obra de regularização de regime, de defesa contra as cheias; fonte potencial de energia". (VIEIRA, 1951, p. 462)

Estes seriam discursos que buscavam legitimação para a construção das obras de emergência e combate às secas no período, defendidas pelas autoridades do DNOCS e requeridas pelos camponeses e sociedades afetados pela estiagem, a partir de perspectivas diferentes, mas acabavam vislumbrando o mesmo ponto em comum, a açudagem.

A construção do Açude Araras foi, assim, uma frente de serviços de emergência aberta após os preenchimentos das vagas das frentes de um outro açude, o Açude Jaibaras. Aquela que foi a maior obra de açudagem iniciada durante a primeira estiagem do decênio de 1950, um dos maiores açudes do Nordeste, figurava como projeto de barragem para a região há bastante tempo.

As possibilidades de construção de um grande açude no curso do rio Acaraú são iniciadas com estudos já na década de 1920.<sup>31</sup> Posteriormente, constam como parte do planejamento das obras de açudagem previstas no decreto nº 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, para integrar o Sistema do Acaraú, um dos quatro grandes sistemas de barragens e irrigação em bacias hidrográficas programadas para construção no polígono das secas.

---

<sup>31</sup>Memória Justificativa dos estudos complementares da construção do açude Santa Cruz, assinada por F. Cruz de Carvalho, 04 de outubro de 1927.



O Estado do Ceará, além de Sistema do Acaraú, possuía o Sistema Jaguaribe antes do início da seca de 1951. O sistema de barragens ao qual o Araras iria compor, sem falar dos açudes pequenos particulares e construídos em cooperação, já se encontrava com cinco açudes públicos prontos.

Sistema do Acaraú, no Ceará, podendo represar cerca de 1,5 bilhões de metros cúbicos, contando então com 5 açudes prontos; Forquilha, no rio Madeira; Bonito, no rio Jatobá; Sobral, no Mata Fresca, Acaraú Mirim e São Vicente, nos rios de mesmo nome; um em construção: Jaibaras, no rio Jaibaras; um em estudos: Araras, na Acaraú, para 1 bilhão de metros cúbicos e três ainda sem estudos nos rios Macacos, Jacurutu e Groaíras, respectivamente. Sic. (VIEIRA, 1951, p. 455)

Consta em um telegrama, enviado ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no Rio de Janeiro por José Teodoro Soares,<sup>32</sup> uma espécie de cobrança posterior, do mesmo remetente, após não ter verificado o atendimento de sua solicitação inicial. Na segunda missiva, escrevia:

DECORRIDO 46 DIAS NOSSO TELEGRAMA PEDINDO ESTUDOS CONSTRUCCAO GRANDE ACUDE ARARA MEDIO ACARAU APESAR ORDEM EXPEDIDA AINDA NAO CHEGOU COMISSAO ESTUDOS POPULACÃO FLAGELADA DESCRENTE PROCURAM SERVICOS ATACADOS OUTROS MUNICIPIUOS NAO ENCONTRAM VOLTAM PIORES CONDIÇÕES FICANDO PARTE PERECENDO MARGENS ESTRADA FERRO FORTUNA PARTICULAR ANIQUILADA CARIDADE EXAUSTA FLAGELLADOS DESTERRADOS COGITAM ATACAR RESTANTE RECURSOS PARTICULARES IMPLORAMOS PATRIOTISMO V EXC ORDEM ATAQUE IMMEDIATO ACUDE ARARA RIO ACARAU E SÃO FRANCISCO ESTE ESTADO MEIO SALVAR POPULACAO ESS ZONA CONFIADOS HYPOTECAMOS SINCERA GRATIDAO SAUDACOES. JOSE TEODORO SOARES (sic).<sup>33</sup>

Na correspondência, também citada por Farias (2010) e Oliveira (2012), vemos a princípio que o remetente, ex-prefeito de Santa Cruz, atual Reriutaba, município onde o açude Araras foi, então, construído, preocupava-se com o fato de que a “população flagelada descrente”, após retornar das buscas por alistamentos, pudesse voltar em “piores condições”; solicitava, portanto, “patriotismo v. exc. [diretor do DNOCS] ordem [de] ataque imediato [para construção do] açude Araras [no] rio Acaraú e São Francisco [N]este Estado [como] meio de salvar população [d]ess[a] Zona”.

As fontes sugerem que “não podemos esquecer que estes [os serviços de emergência] saíam das forças políticas locais e que a sua origem surgiu do interesse e carência da própria região” (OLIVEIRA, 2012, p. 36). As solicitações deste tipo compunham o exagero

<sup>32</sup>Cel. José Teodoro Soares foi o primeiro prefeito de cidade de Santa Cruz do Norte, atual Reriutaba, é avô de um ex-deputado e ex-reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú de mesmo nome.

<sup>33</sup> DNOCS, Telegrama enviado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas 24 de setembro de 1950.

retórico do qual os agentes da indústria da seca se utilizavam para legitimar suas reivindicações.

Cabe ainda observar que a motivação das articulações políticas para solicitar a obra, evidenciadas na fonte, é o fato dos “flagelados desterrados cogita[re]m atacar [o] restante [dos] recursos particulares” e não somente uma solidariedade para com a “população flagelada descrente”, como escreviam as autoridades locais em seus telegramas.

As solicitações de estudos para projeções da barragem do açude Araras (naqueles estudos iniciais, o Araras é chamado então de açude Santa Cruz, em referência ao município sede da obra), a elaboração de um projeto e sua execução, porém, passam por agências de muitos sujeitos, redes de poderes, temporalidades<sup>34</sup> e contextos diversos.

Iniciaram-se os estudos em 6 de Maio de 1920 (relatório de Eng. J. R. Ferreira, de 1920), sem que todavia se possa determinar a data de sua conclusão por falta de documentos que digam, e, quanto ao total das despesas efetuadas apenas se pode informar pelas declarações a folha 25, que “vão custando a respeitável soma de 47:082\$ (constante do relatório de 1920) ou, mais ainda, 76: 578\$192 se, como suponho, àqueles não foram adicionados os 29:495\$596, já dispendidos pela comissão R. Ferreira” (sic). (IFOCS, 05 de maio de 1938, documento assinado por Fernando da Silva Novaes, ajudante técnico).

O documento citado, incluído na memória justificativa das obras, que geralmente era elaborada antes da execução de trabalhos pelo DNOCS, informa o início dos estudos ainda na década de 1920, mais de 30 anos antes de seu início, o que indica as morosas articulações necessária para o início de uma obra de açudagem das proporções do Araras.

Em uma correspondência oficial, em resposta ao telegrama N° 227T, de 18 de abril de 1939, Pereira Miranda, chefe do 1° Distrito (Então IFOCS), esclarece que “Devido acúmulo serviço ainda não foi possível iniciar desenho açude Santa Cruz, o que só poderá ser feito após conclusão bacia irrigação açude General Sampaio está prestes terminar-se pt”.<sup>35</sup>

Alguns anos depois, passada a recorrência de seca em 1942<sup>36</sup>, sem o início das obras do referido açude, no jornal A manhã, do dia 23 de outubro de 1945, em artigo onde enumera medidas consideradas de progresso para a região de Sobral, Pimentel Gomes, agrônomo sobralense, autor de diversos artigos relativos à empresa agrícola, divulgados em jornais de todo o Brasil, comenta que:

<sup>34</sup> Os primeiros estudos para a construção de um grande açude “Araras”, no então município de Santa Cruz, hoje Reriutaba, Estado do Ceará, foram iniciados em 1920, paralisadas em 1921, reiniciados em 1937 e concluídos a 7 de setembro de 1938. (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Coordenadoria Estadual do Ceará (CEST-CE). Setor de Arquivo. Acervos Açudes Públicos. Paulo Sarasate. “Resumo do Processo AS-15-1-20”. p.01. (DNOCS apud OLIVEIRA, 2012, p. 37).

<sup>35</sup> Ofício enviado pelo Chefe do Primeiro Distrito do então IFOCS, Pereira de Miranda, ao Presidente da Inspeção em 18 de abril de 1939- Desenho do Araras só após conclusão de General Sampaio- Arquivo do DNOCS, Fortaleza, Ceará.

<sup>36</sup> Esta seca foi um hiato nas ações de obras de emergências, a política, no contexto dos “soldados da borracha” foi migratória e não anti-migratória, o volume de obras se comparado a outros períodos foi bem menor.

ANOS ATRAS, numa cidade do interior, em afastado rincão brasileiro, movimentou-se a população sabendo da chegada de um grupo de técnicos do Ministério da Aviação. A que viriam eles? - perguntava-se nas rodas de esquina, nos cafés, nas barbearias, nos cavacos de farmácia e do juizado de direito. Obras a fazer, havia muitas; o que mais se desejava, porém era uma certa barragem num rio de regime irregularíssimo, rio cujas águas ora galgavam as margens, inundando as amplas e fertilíssimas várzeas, ora se reduziam a uma enfiada de poços num leito de areia. Havia também o caso da água canalizada. E à noite, os raros e antiquados lampeões a querosene estavam bem indicando a necessidade de uma usina elétrica. Sonhavam-se com melhoramentos e o Ministério da Aviação recebia u'a messe farta de louvores. Já os dois chefes políticos disputavam a honra de ter convencido S. Excia., o Sr. Ministro, conseguindo a construção do açude Araras, com capacidade de um milhão de metros cúbicos. Sic. (A MANHÃ, 23 de outubro de 1945).

Pela leitura da notícia citada vemos que o Açude Araras, ainda enquanto projeto, representava anseios de progresso para cidades da região Norte do Ceará.

Dez anos depois da promessa de início do desenho do açude Santa Cruz (o mesmo açude Araras) por Pereira Miranda, um dos chefes do órgão de combate as secas, a Assembleia Legislativa do Ceará encaminhava ao Ministério da Viação e Obras Públicas, por meio do telegrama de 27 de outubro de 1949, solicitação onde se diz que a

Assembleia Legislativa [do] Ceará, atendendo requerimento [do] Deputado Raimundo Ribeiro, solicita V. Ex.se interessar pela inclusão Açude Santa Cruz, conhecido nome Araras, no sistema barragem Nordeste a ser construído Governo Federal, salientando referida barragem projetada pra represar águas rio Acaraú, possui capacidade cerca um bilhão metros cúbicos e representaria fonte progresso inestimável zona norte Estado Ceará, Respeitosas saudações. Joaquim bastos Gonçalves, presidente.<sup>37</sup>

A obra visava, entre outras coisas, intensificar a cultura das terras “numa área superior a 5000 hectáres” de vazante, além da represa com “abastecimentos d’água das cidades de Sobral, Licânia e outros grandes núcleos de população de irrigação”; e – fato tão solicitado pela mídia da época – como solução definitiva para salvar a região do sofrimento com as secas por meio de uma “rede de irrigação e pratica de piscicultura”. Incluía-se ainda a produção de energia.<sup>38</sup>

<sup>37</sup>Telegrama recolhido no arquivo digital off-line da Secretaria Municipal de Cultura e Tecnologia de Varjota-SMCTV- Telegrama enviado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Joaquim Bastos Gonçalves, à Secretaria da Presidência da República em 27 de outubro de 1949.

<sup>38</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Coordenadoria Estadual do Ceará (CEST-CE). Setor de Arquivo. Acervos Açudes Público. Paulo Sarasate. Cópia. p.02. Apud. OLIVEIRA, 2012, p. 47. As águas represadas no Açude Araras, até pouco tempo, eram um importante recurso de energia produzida em sua hidroelétrica, inaugurada em 1967 (JORNAL DO BRASIL, 03 de março de 1967). Atualmente, o Araras é considerado o 4º maior açude cearense. Viabiliza as atividades desenvolvidas no Perímetro Irrigado Araras Norte, situado nos municípios de Varjota e Reriutaba (Figura 2) que, apesar de ter sido planejado nos anos de 1970, teve a implantação realizada na década de 1980, iniciando o funcionamento da infraestrutura de uso comum apenas na década de 1990. Além disso, o Açude Araras é responsável pelo abastecimento de água das populações residente nas zonas urbanas dos municípios de: Varjota (14.413 hab.); Reriutaba (10.590 hab.); Hidrolândia (11.054 hab.); Pires Ferreira (3.354 hab.) e Ipú (25.582 hab.). Com a seca vivenciada na Região

Mesmo levando em consideração os projetos de implementação da economia local, tendo como polo a cidade de Sobral, assim também da região como um todo, e fugindo de uma memória tributária aos políticos e instituições que encaminharam projetos e iniciativas formais para a construção do açude Araras, preferimos fazer uma história das iniciativas e esforços de trabalhadores e trabalhadoras da região para superarem suas dificuldades com a seca, e que resultavam como resposta do governo nas obras de emergência.

Mesmo não objetivando especificamente a construção do Açude Araras, as ações de massa e individuais dos camponeses durante as secas contribuíram para que fossem projetadas, orçadas e realizadas obras públicas na região; o Araras foi uma destas e atraiu milhares de retirantes para suas frentes.

Estes trabalhadores partiram de diversas localidades da atual Região Norte do Estado para o Araras. Lara Vanessa de Castro Ferreira (2016) estudou semelhantes processos em outras obras construídas no período das secas de 1951-53 e de 1958, em todo o Ceará, e escreve que, em suas pesquisas, verificou uma diversidade social quanto ao perfil dos “trabalhadores-cassacos”, “principalmente pela ausência de estudos especializados sobre a configuração socioeconômica no Interior do Ceará, no período estudado” (p. 49).

Realizamos entrevistas com muitos ex-trabalhadores da construção do Araras e o que notamos é que, de maneira geral, existe uma pequena diferença entre a migração das turmas de trabalhadores do período inicial da construção do açude, durante a seca de 1951-1953, e os que se engajaram na obra durante a seca de 1958.

Em 1951, eram os serviços iniciais, preparatórios, como abertura de estradas de acesso e descampados. Em 1952, durante a instalação de um acampamento de operários, os trabalhos se concentraram principalmente no desmatamento e na terraplanagem, contando com pouco uso de maquinarias. Os trabalhos realizados, portanto, neste momento, foram, em grande maioria, serviços braçais feitos por migrantes da seca.

---

atualmente (desde o ano de 2012), por meio de medida emergencial, no ano de 2015 se fez a canalização das águas do Açude Araras para abastecer também as zonas urbanas dos municípios de Crateús (52.688 habitantes) e Nova Russas (23.256 habitantes). Portanto, aproximadamente 140.937 habitantes são beneficiados pelas águas do Araras (UOL NOTÍCIAS. 2017). (XIMENES, 2018, p. 6). Historicamente o açude também foi grande fonte de renda para pescadores como relata os oradores entrevistados e diversos jornais (por exemplo os jornais: Noite de 20 fevereiro de 1963, Correio da Manhã de 08 de abril de 1961, estatísticas mais recentes dos Dados da Diretoria de Pesca e Piscicultura (DIPIS) do DNOCS que demonstram a continuidade da atividade da pesca no Araras com um total de 24.050 kg de pescados registrado no mês agosto de 2008.

Figura 3. Trabalhadores na construção da estrada de acesso ao açude público Araras (CE) Km 3 (1951).



Fonte: Relatório de obras executadas pelo DNOCS, em 1959 (FERREIRA, 2016, p. 124).

Muitos dos que chegaram nas frentes de serviços do Araras, em 1951, vinham já trabalhando na estrada de acesso Aires de Sousa-Araras, e/ou já tinham passado por outras obras do governo, pois a construção do canal de irrigação do Aires de Sousa, em Jaibaras, foi uma das primeiras obras públicas na região durante a seca de 1951-1953.

Muitos trabalhadores passavam de uma obra para outra por motivos diversos. Como já adiantamos no tópico anterior, foram os casos de Cesarina Bezerra de Oliveira (Cesária)<sup>39</sup> e Francisco Rodrigues Leitão (Sr. Tem Tem). Chegando no Araras, entre 1951 e 1953, fixaram-se desde o início das obras naquele local, bem diferente de outros trabalhadores que realizavam migrações pendulares, como Nestor Florentino de Oliveira, pois, mesmo tendo passado pelas obras de Jaibaras, só veio para o Araras definitivamente em 1957.

Aqui, poderemos conhecer melhor os percursos individuais de cada um, não para servir de exemplo, mas para analisarmos as ações que os trabalhadores das frentes de serviços realizavam em suas trajetórias rumo às obras de emergências do estado.

Francisco Rodrigues Leitão, que chamamos de Chico Tem Tem, ao responder se

<sup>39</sup> “Era, era os trabalhadores tudo de lá do Jaibaras pra cá, os trabalhador tudo” (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018). Esta é a fala de dona Cesária para explicar como os trabalhadores do Aires de Sousa construíram a estrada de acesso ao Araras.

teria migrado para o Jaibaras juntamente com a família, diz que: “Não, eu vim só, a mamãe ficou lá e eu vim só, aprendi a ser tratorista, no... da Serrota eu fui pro Pentecoste, aprendi ser tratorista e me botaram pro Jaibaras, do Jaibaras e vim pra cá” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Nesta fala, de Chico Tem Tem, vemos que as passagens pelas obras serviam como aprendizado de saber-fazer e que as migrações para as frentes de serviços eram também situações de despedidas e desencontros entre familiares; por isso, muitas vezes, os relatos se apresentam como memórias perturbadoras (PORTELLI, 2014, p.20) em que se torna difícil falar.

É certo que a seca desestabilizava as condições de vida de muitas pessoas, de diferentes classes sociais. Havia uma diversidade socioeconômica de indivíduos em busca dos socorros do governo em obras públicas, enquanto que, para outros sujeitos, as frentes de serviços representavam oportunidades de novos negócios.

José Arteiro Rocha, um aposentado pelo DNOCS, ex-trabalhador da construção do açude Araras, em entrevista a nós cedida em fevereiro de 2019, nos conta que, durante a adolescência, morou com um tio em Tapuio (Cariré): “Eu vim aqui para o Tapuio, que as minhas famílias tudo é lá né, e de lá, eu vim pra cá através do doutor ti meu né, naquele tempo não trabalhava pro DNOCS, trabalhava em fornecimento pra fornecer alimento pros cassaco, na época”. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Em uma pesquisa anterior, conversamos com o senhor Felix Ximenes Furtado, cuja família morava próximo ao local onde fora construído o açude. Felix relatou sua interação com aqueles que primeiro chegaram para iniciar a construção do açude e se alojaram na área, no acampamento dos operários da obra, local que posteriormente seria conhecido por Araras Velho. O entrevistado explica que

Veio muita gente, turma de locação, começou né, era um o pessoal tudo educado quando chegaram, [...] eu comboiava fa... vinha fazer a fera no... na... nesse tempo era Campo Grande, eu fazia a feira na serra grande trazia a farinha e a rapadura e ia vender quarta-feira no Macaraú, era uma feira né, ai dia de domingo dormia aqui no fechado, eu decia e ai com o comboi lá pro Arara Velho, tinha chegado as turmas, isso não deu pra nada eu vendi .... é... era muita gente né, veio muito quando começou, aquela turma, parece que, parece que era quinze home, é, pra fazer o alinhamento, contorno do açude, as rodagens essas coisas todos aqui, ligando o Ipu, ligando na Reriutaba, ligando pra Sobral, Cariré, foram fazendo essas turmas, fazendo isso, agora, atacaram o serviço logo assim que chegaram foi fazer o escritório a primeira coisa que fizeram foi o grupo escolar, e fizeram um galpão lá no Arara Velho para depósito de material né, enquanto faziam o escritório lá em cima, na hora começaram tudo né, [...] (FELIX XIMENES FURTADO, 2015).

Deste modo, não só migrantes se incorporaram as obras, mas também moradores de

áreas próximas onde iria iniciar a construção.

Maria Miranda do Nascimento, ou simplesmente dona Maria, é um exemplo deste tipo de migração. Ela, que é aposentada pelo DNOCS e tem hoje 91 anos de idade, em entrevista, nos conta que veio de Santa Quitéria para morar na região antes mesmo do início das obras do Açude Araras.

Morava em Santa Quitéria, de lá o papai veio, eu tinha ficado sem marido e eu vim também e aqui fiquei, passei um bocado de tempo sem trabalhar, quando um dia, eu fiquei com aquele negócio aquela lembrança que tavam me chamando né, eu fui lá, tomei banho, me ajitei, fui no escritório, nesse tempo, a gente vei em... cinquenta e... cinquenta e um, aí a gente, fiquei sem trabalhar né, pois, graças a deus me deu aquela vontade de ir no escritório, nesse tempo as coisas eram difíceis, eu fui lá, ai disse: - é, já ia mandar lhe chamar, eu disse, pois não, - Cê quer trabalhar? Eu digo, quero. Pois, então você vai para o hotel, tomar conta do hotel, aí eu fui, graças a deus, eu fui muito bem tratada, muito bem recebida, os engenheiro muito bacana, e eles, cê vai ficar aqui, eu disse, tá certo, e fiquei, eu trabalhei muito tempo, 25 anos, eu fiquei lá no hotel. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018).

Outro entrevistado, José Rodrigues Cavalcante (Zé Rodrigues), relatou ter chegado para alistamento nas obras do Açude Araras em 1952. Acrescentou que veio no mês de junho, “ainda rapaz”, e saiu do município do Graça, distante 54 quilômetros do local da frente de serviço de emergência no açude.

Na cidade de origem, Zé Rodrigues trabalhava “capinando, brocando, de tudo eu fazia”, “pros mais ou menos”, e veio para trabalhar como operário na construção da barragem acompanhado de “uns 10, ou mais, um magote todim”. O entrevistado relembra que

O rapaz disse assim: - Zé Rodrigues, vamos se ajuntar aqui, uma tropa, que vão fazer o açude Araras viu, era Araras nesse tempo, nós vamos pra lá se empregar rapaz que aqui não tá dando não, nós vamo se empregar lá viu, se nós tiver a sorte de se empregar, o ganho é bom” (JOSÉ RODRIGUES CAVALCANTE, 2018)

Deste modo, alguns camponeses que nunca tinham se empregado em obras públicas tiveram no Açude Araras suas primeiras experiências como alistados, foram os casos de Zé Neco e Zé Rodrigues, que acabamos de citar. Outros, como Cesária, Chico Tem Tem e Nestor, já mencionados, vieram para o Araras depois de terem passado pela construção das estradas de rodagem que ligavam o Aires de Sousa ao local do futuro açude.

Nestor já tinha trabalhado em outras obras do DNOCS durante aquele período, em lugares como: açude Acaraú Mirim, em Massapê, e açude Patos, em Sobral. Chico do Tem Tem, por sua vez, teve sua primeira experiência como trabalhador das obras contra as secas em Uruburetama, no Açude Serrota.

Já Dona Cesária, após trabalhar no Campo de Aviação do Araras, quando chegou na construção do açude, antes de se instalar definitivamente em uma barraca, teve de morar em

diversos locais com a família,

Quando foi pra desmatação eu fui transferida pra... o açude, pra o açude pra... mesmo pra culá pra... pra desmatação daqui do açude, mas, deixa que quando fizeram o campo aculá, já tavam fazendo a desmatação que isso aqui era só mata, mata legítima mesmo! Eu entrava aqui saia bem aculá na casa do finado Plaucides, na casa dos... eu saia lá era só mata, aí depois que foi, que fizeram as barraca lá que foi, que eu cozinhava pra 25 homens, 20 de operários e os outros eram... apontador, auxiliar era... [Indago: feitor?] - Feitor! Era, eu cozinhava pra eles. Aí eles fizeram minha barraca lá, e eu fui pra lá, e lá fiquei. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018)

Assim, constatamos que, de início, os trabalhadores do açude Araras não contaram com uma segurança de moradia ou mesmo manutenção como alistados. José Neco já prestou diversas entrevistas a estudantes e curiosos da temática, e nestas, em geral, conta que já existiam turmas em um acampamento quando chegou no “Araras em julho de 1952”.

Pro Araras, aqui foi convite, foi pessoas que foi daqui que tinha um feitor geral chamado Zé Albuquerque, - Cê conheceu? (Pergunta ao amigo ao lado, este responde apenas “conheci”). Aí ele andava atrás de compra 4 jumento pra botar água nas estradas, quando começasse o serviço, foi no 52, aí eu, tinha uns jumento lá e vendi pra ele e ele trouxe o jumento e depois me pagava e eu vim aqui atrás do jumento por que não tinha ido o dinheiro nem o jumento. E aí ele insistiu pra eu me empregar, e eu disse a ele que ia pensar e ele disse: - não pense não, vão alistar agora uma turma aí, de o meno uns 10 carpinteiro pra começar aqui o serviço, aí eu disse: - pois bota meu nome, como de fato ele botou e eu quando foi no dia 5 de julho de 52 fui chamado pra vim, e vim pra cá e aqui eu fiquei meu filho. (JOSE GERADO GOMES, 2018)

Nos relatórios dos serviços realizados em 1951, na descrição dos serviços feitos no “Ramal de Acesso ao Açude Araras”, é informado que:

Situação: - Estado do Ceará. Inicia-se no local do açude público Aires de Sousa, passa em Cariré e vai ao local da construção do grande açude Araras com o desenvolvimento previsto de 49 quilômetros. Os trabalhos iniciados como obra de emergência em outubro de 1951, teve uma frequência média de 1500 operários, amparando assim 7 500 pessôas. Os serviços realizados foram: Desmatamento [de] 1 507 800 m<sup>2</sup> [;] Construção de caminho de serviço [de] 27 840 m [; e ] Extensão concluída em plataforma chata [de] 3 864 m. (DNOCS. Relatório das Atividades Realizadas em 1951)

A construção das estradas de ligação entre o Aires de Sousa e o local do Açude Araras teria duração de mais de três anos e abriria caminho mais transitável,<sup>40</sup> a ser utilizado por muitos retirantes para chegar ao interior do município de Reriutaba para tentar alistamento onde iria ser construída a barragem do Araras.

O início dos serviços de construção do açude Araras teve sua autorização pelo Ministro da Aviação e Obras Públicas em agosto de 1951 (A MANHÃ, 28 de agosto de 1951),

<sup>40</sup>A estrada carroçável que foi construída na época tornou-se hoje a CE 183 no trecho que liga os municípios de Varjota (Território atual em que se situa o açude Araras) ao de Cariré, o trecho que liga Cariré à Jaibaras, distrito de Sobral, desde 2018 passou para a administração Federal.

com estudos, sondagens de matérias de solo e projetos feitos no primeiro semestre daquele ano. No entanto, nos relatórios dos serviços realizados em 1951, só constam sobre o açude Araras as atividades relacionadas à aludida rodovia de ligação com o açude Aires de Sousa.

Em telegrama enviado com “urgência” ao Diretor Geral no Rio de Janeiro, a administração local do DNOCS informava ter “REALIZADO DEMATAMENTO PARTE DESMATAMENTO Pt TRABALHAM 400 HOMENS” (sic).<sup>41</sup>

A maioria dos nossos entrevistados, apresentados até aqui, relatam terem migrado para o Araras em 1952. No entanto, ocorre um aumento considerável no número de alistados no ano de 1953, chegando a 4.600 alistados em outubro daquele ano (O POVO, 14 de outubro de 1953), terceiro ano seguido de seca e quando a barragem propriamente dita começa a ser erguida. Portanto, após o início da construção das estradas de acesso, as obras do Araras foram o objetivo de migração de milhares de retirantes da região.

Os relatórios das atividades realizadas pelo DNOCS em 1952 explicam que

Limitaram-se os serviços em 1952, na construção das vias de acesso ao local da futura obra, construção de modestas instalações para localização de pessoal nos serviços em realização, - construção do aeroporto, exploração de pedreiras e desmatamento no local da barragem e na área provável do futuro acampamento. (DNOCS, Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS em 1952).

Notamos que são citadas muitas atividades que os oradores relataram terem executado durante os primeiros momentos nas frentes de serviços do açude Araras. Vemos que tanto o açude quanto o acampamento para abrigar os trabalhadores são tratados (no relatório de 1952) como coisas “futuras”, ou seja, a construção propriamente dita não tinha sido iniciada.

As estradas que interligavam o local do futuro açude aos municípios vizinhos, porém, tiveram naquele ano prioridade.

Na parte referente a Rodovias foram iniciados os serviços de construção da rodovia Araras-Aires de Sousa, trecho Aires de Sousa- Cariré, construção de duas carroçáveis ligando Cariré e Reriutaba ao local da obra e construção da rodovia ligando os empréstimos ao local da barragem. (DNOCS, Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS em 1952).

As cidades citadas no relatório são circunvizinhas ao local da obra do Açude Araras. Cariré fica aproximadamente a 30 quilômetros ao norte do local das obras do Araras e recebia retirantes que procuravam tanto as obras do Aires de Sousa como os serviços de emergência do Araras. Uma outra cidade citada é Reriutaba, que, como já foi dito antes, recebia no interior de seu território a gigantesca obra do Araras e ficava apenas a 17 quilômetros ao oeste dali. As

---

<sup>41</sup>DNOCS, Telegrama enviado de Fortaleza em 08 de fevereiro de 1952 com destino a Direção Geral no Rio de Janeiro.

“rodovias ligando os empréstimos ao local da barragem”, que também foram citadas no relatório, eram vitais ao início da construção, já que por elas transitariam os veículos com materiais, como pedra, barro, piçarra e etc., necessários para a construção da represa.

É interessante notar que, ao passo em que os engenheiros priorizavam as estradas, estas davam mais acessibilidade à afluência de trabalhadores para o local das obras, talvez uma das razões pelas quais, antes do ápice da construção em plena seca de 1958, tenha havido maior procura por alistamento no ano de 1953, já com as vias abertas.

Cabe esclarecer neste momento que as migrações para as obras do açude Araras ocorriam e oscilavam todos os anos. Os alistamentos ocorreram principalmente em dois momentos: durante as secas de 1951-53 e, em quantidade superior, entre 1957 e 1958, ano de sua inauguração oficial. Neste capítulo, só citamos trabalhadores que migraram na primeira fase da obra (1951-1953), em meio à seca, durante os anos iniciais da barragem.

Os primeiros operários tiveram uma experiência de trabalho em uma frente de serviço que inicialmente não contava com nenhuma estrutura de assistência aos trabalhadores, a não ser o parco pagamento em gêneros alimentícios pelos seus duros serviços realizados naquele momento, sem auxílio de máquinas.

De tal modo que, em telegrama de 02 de dezembro de 1952 enviado pelo chefe do Primeiro Distrito<sup>42</sup> do DNOCS, Pereira Miranda, ao Diretor Geral do Departamento, Francisco Saboya de Albuquerque, justificam-se as “possibilidades [pelos] elementos [que] dispõe [aquele] Distrito”; ele solicita, para o ano de 1953, “receber [da] obra inclusive acampamento bem como trator”.<sup>43</sup>

Os locais de origem dos que migraram para o trabalho no Araras ao longo da seca de 1951-1953 eram relativamente mais próximos, com algumas exceções de migrações mais longas, basicamente de localidades vizinhas, de zonas rurais e municípios como Reriutaba, Graça, Cariré, Sobral, Forquilha, Ipu e Santa Quitéria, mas, certamente, de outros locais que nossa pesquisa não encontrou registros.

No próximo capítulo, veremos um pouco da natureza destas migrações, muitas um pêndulo diário, outras semanais. Para um considerável número de migrantes, as frentes de serviços no Açude Araras representaram um processo de migração duradoura; para outros, a fixação no local e em geral uma circulação dos camponeses como mão de obra nos serviços de

---

<sup>42</sup> Na década de 1950 o órgão operava com cinco “Divisões Regionais” (ver FERREIRA, 2016, p. 230), chamadas de “Distritos”, o distrito responsável pelas obras do Açude Araras era o 1º Distrito, com sede em Fortaleza, todas as divisões eram subordinadas à Direção Geral sediada no Rio de Janeiro, então capital do país.

<sup>43</sup> Telegrama enviado em 02 de dezembro de 1952 por Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito ao Sr. Diretor Geral do DNOCS- SMCTV.

emergências de combate as seca.

### 3. CAPÍTULO 2: UM LUGAR PARA FICAR.

#### 3.1. O acampamento dos operários do Açude Araras.

Eu briguei aqui por uma barraca, que até que tomei, de casinha né, sabe... que os doutor aí fizeram uma casa botaram no nome do João, do meu marido, vinha uns bonitão lá do não sei da onde, outros do não sei da onde, chegavam aqui, entravam dentro, tomavam e pronto, (bate as mãos uma na outra), eu ficava na mão, aí quando foi um dia, eu debaixo dos pau... dentro do sangrador, de baixo das moitas lá, no ri, ainda não tinha tomado água, o ri, e eu lá, quando foi um dia eu: “ - sabe de uma coisa? pera aí...” me disseram, me indagaram que tavam fazendo aqueles barracãozinhos alí de... segunda alí, e “ - sabe que eu hoje vou brigar!?” Aí eu disse: “ - olha, fica em casa vocês aqui, que eu vou lá, mas, eu não demoro muito não! Eu chego.” . (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Assim é narrado por Cesária a atitude que teve de tomar para conseguir uma “casinha” para morar no incipiente acampamento dos operários do Açude Araras, após já ter trabalhado em dois locais,<sup>44</sup> durante aquela seca que a fizera migrar com o marido e a família, em 1951 e 1952.

Primeiro, trabalhara na construção da estrada que ligava o local em que se encontrava (onde seria construído o Açude Araras) ao Açude Aires de Sousa, em Jaibaras; depois, trabalhou no desmatamento e construção da pista de pouso (aeroporto), parte da frente de serviço (Açude Araras), na qual ela e o esposo se incorporaram naquele momento.

Os eventos recordados na citação se passam quando Cesária desmatava a área que seria ocupada pela barragem do açude, arranchada “debaixo dos pau, dentro do sangrador, de baixo das moitas lá, no ri”, que não tinha “tomado água”. Era o terceiro ano seguido sem chuvas, durante a preparação das “instalações provisórias de pequeno vulto”, feitas para abrigar os operários em 1953 (DNOCS- Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS no Ano de 1953).

Muitos dos trabalhos de história local<sup>45</sup> que analisamos interpretam a formação do

<sup>44</sup> Dona Cesária não se alistara nos serviços de emergências; no entanto, “algumas mulheres [...] também obtinham trabalho nas obras, mas fora dos alistamentos, em número bastante reduzido se comparado à quantidade de homens, recebendo recursos cotados pelos colegas de turma alistados” (FERREIRA, 2016, p. 81).

<sup>45</sup> Muitos trabalhos de história local abordam a construção do acampamento do Açude Araras, alguns já citados: “Varjotararas”, de Gilmaria Rejane de Farias, publicado em 2010, e “História e Memória: Uma Nova Versão sobre a Construção do Açude Araras”, de Inara Alves de Oliveira, monografia defendida em 2012. Outros tentam penetrar no cotidiano dos trabalhadores da construção referida: “Os operários da construção do açude Paulo Sarasate (1951-1958): História Oral, Sociedade e Trabalho”, monografia defendida por Vladya Cezário Severiano, em 2012; “Os Cassacos do Ceará: Cotidiano na Construção do Açude Araras (1945-1958)”, artigo defendido como trabalho de conclusão de curso por Marcos Vinícius Linhares, em 2013; “‘Deus não Ordena Cassaco Sofrer’: Cotidiano e Memórias dos Trabalhadores da Construção do Açude Araras em Varjota-CE (1951-1958)”, monografia defendida por Rafael Pires Martins, em 2014; e “Delimitação territorial do DNOCS como abordagem de História Local na perspectiva de alunos do 9º ano e dos professores da escola Waldir Leopércio no ano de 2012”, Artigo defendido no Instituto De Estudos e Pesquisas Do Vale Do Acaraú – IVA, Sobral, por José Edivaldo Lúcio Pinto, em 2012.

acampamento como algo inerente à obra, quase como um favor paternalista dos engenheiros chefes, mas podemos investigar, a partir de um outro ponto de vista, em que medida o aglomerado de barracos levantados para abrigar os operários não foi fruto de lutas por moradia por parte dos trabalhadores migrantes, já que o número de casas construídas nos acampamentos era quase sempre menor que o número de necessitados.

O projeto de construção do Açude Araras previa instalações para os operários. No entanto, por todos os lugares pelos quais passou, Cesária teve de se preocupar com a habitação que ocuparia com a família, com o alimento e de onde tiraria a água para consumirem. Ao chegarem nas frentes de trabalho do Açude Araras não foi diferente.

Mas, de que maneira os trabalhadores da frente de serviço do Araras lutaram por um lugar e moradia em seu canteiro de obras?

Antes de adquirir um local para morar, Cesária teve de improvisar barracas e alojar-se embaixo de árvores, suportando a rotina de trabalho e o ambiente insalubre, situação comum nas obras de emergência, principalmente em seus inícios. Sua narrativa evidencia, portanto, as lutas que os trabalhadores migrantes das frentes de serviço travavam para conseguir alojamento e uma relativa segurança de suprimentos.

Não mais suportando ver os filhos ao relento e vivendo sem proteção, próximos a um rio que poderia ter uma cheia se voltasse a chover, motivada por comentários, entre os pares, que “indagaram que tavam fazendo aqueles barracozinhos ali, de... segunda ali”, Cesária tomou coragem para reivindicar moradia mais digna.

Foi... só!!! Eu só andava era só e Deus, marido trabalhando, né!? E os meninos ficavam em casa, aí eu vim, quando eu cheguei aí, examinei tudim: “ - De um-de-outro, de um-de-outro”, disse: “- Tem um fazendo ali aquela..ah... aquela casinha ali bem, aquela barraca bem ali”, já tinha uma primeira feita aculá, e a outra pra cá, e a outra branca pra cá, eu fui lá eu disse, examinei: “- Sr... Sr. fulando, de quem é? Pra quem é? Pra quem que cê tá fazendo essa... esse ranchim aqui?” Disse: “- É pra fulando de tal”, eu disse: “- E aculá, que fizeram uma casa e botaram o nome dela pro meu marido e como é que é? Já tá gente lá, já tão chegando lá !? Você tá fazendo essa aqui pra quem? Você ta fazendo ela é pra mim! Você vai acabar de fazer ela é pra mim (voz aumentando o volume) ! Ou você faz ela .... (risos)”. Me desculpe, mas eu era... (mais risos movimentando a cabeça para cima, quase misteriosa). (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Notamos, assim, que a entrevistada tinha uma noção de direito à moradia e isto era reivindicado por outros trabalhadores, gerando certos deveres por parte da administração da frente de serviço e um estado de atenção entre os próprios trabalhadores para não deixarem passar a chance de adquirir um melhor abrigo naquele ambiente novo, inóspito e concorrido.

Outra questão muito recorrente na fala da entrevistada é a distinção entre as pessoas no acampamento de operários, diferenças estabelecidas entre os ocupantes de alguns

cargos. A hierarquia social se manifestava na disparidade das moradias: para uns, de alvenaria, com bom espaço e acabamento, enquanto outros moravam em pequenos barracos de madeira ou lona; para os recém chegados e menos especializados, existia total falta de estrutura habitacional, obrigados, muitas vezes, a abrigarem-se sob as árvores.

No relato, o cenário do acampamento que estava se formando era composto de poucas casas (barracas), distantes umas das outras, com conflitos marcantes no processo de ocupação do espaço. As barracas estavam sendo construídas e aos poucos ocupadas por alguns operários; no entanto, assim como Cesária, no período, muitos trabalhadores e familiares, que muitas vezes os acompanhavam, viviam em encostas, sombras de árvores ou telhados de lona ou palhas.

As relações de poder são visíveis no contexto de ocupação da área do acampamento dos operários, por exemplo, quando a entrevistada se revolta (por) “que os doutor aí fizeram uma casa botaram no nome do João” e se sentia menosprezada pois “os bonitões não sei de onde” se apossaram do barraco enquanto ela ficava ao relento.

Em seguida, a interlocutora fala sobre a pressão exercida por ela sobre os construtores de uma outra casa. Conta que, para garantir o uso daquela moradia recém construída, fez uma ameaça, misteriosa, disse-lhes, empoderada: “Você vai acabar de fazer ela é pra mim (voz aumentando o volume)! Ou você faz ela .... (risos)”. Talvez a ameaça se respaldasse nos mistérios da mediunidade, que, em outro momento, disse possuir, e se valeu disso como instrumento na luta por melhores condições de vida naquele instante.

Para Cesária, a instalação no acampamento do Açude Araras, foi conquistada com muita luta. Isso revela que não bastava, ao trabalhador, estar empregado para garantir sua necessidade de moradia. Assim, ela, consciente das disputas que o processo envolvia, a partir do conhecimento de uma autoimagem que construía e socializava, contrapôs as regras de privilégios para ocupação das moradias e se impôs a partir de ameaças reticentes.

Por outro lado, o DNOCS necessitava oferecer certos recursos que atraíssem os operários para as obras, além do (baixo) salário. José Gerardo Gomes, sr. Zé Neco, outro sujeito já conhecido em nosso texto, diz ter vindo da localidade de Tapuio, Cariré, em julho de 1952, de onde migrou com a esposa.

Nós chegamos foi em julho, aí com a continuação do verão todim, quando chegou pertim do inverno, aí muito deles, inclusive o escritório foi coberto com palha de carnaúba, cobrindo de palha, minha barraca eu também cobri de palha e fiquei debaixo eu e a muiezinha, só era nós dois, não tinha filho e isto no 52. Em 53, já tinha filho, aí eu cobri uma parte da barraca de telha, essa telha era muito difícil pra ser adquirida, mas eu forcei e adquiri, aí fiquemos trabalhando aí neste galpão que era pra ser o escritório, trabalhamos no alicerce do posto médico e trabalhamos neste prédio que

era pra butar o motor da luz, as luz era aqui e depois que terminemos.<sup>46</sup>

Esta parte da fala de Zé Neco reforça as informações que colocamos acima sobre a gradativa luta pela conquista de moradia no acampamento<sup>47</sup>. As barracas feitas só foram cobertas, oferecendo um abrigo mais seguro, com a aproximação do período chuvoso: as “telhas eram muito difícil pra serem adquiridas”, mas Zé Neco “forçou” e conseguiu.

O entrevistado descreve a lenta construção de alguns prédios da administração da obra, como um “galpão que era pra ser o escritório”, um “posto médico” e um prédio para colocar “o motor da luz (gerador de energia elétrica)”. As primeiras edificações levantadas no acampamento não foram destinadas à moradia, isso é mais um indicativo da carência de moradias para os operários.

Zé Neco, em 2015, descrevendo o cenário que encontrou em sua chegada, fala que não existia nenhuma comunidade grande nas proximidades do local onde o açude seria construído.

Não... só tinha a Varjota que era a que ficou coberta da água do açude. Aonde... um lugarzinho que tem aí perto, hoje tá descoberto que o açude baixou muito viu, hoje tá descoberto onde era o cemitério, a igreja, o comérciuzinho que tinha era umas duas bodegas ou três e tá descoberto pra ali, só tinha ali mesmo. E tinha na beira do rio, morava uma, tinha umas quatro casas, era Sr. Plaucides, era o Sr. Gonçalves Pedro, e tinha outro que chamava Augustinho Alves, só tinha esses que eu conhecia quando eu cheguei aqui. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

Os antigos moradores da região mais próxima do local onde foi construído o acampamento de operários, nas margens do Rio Acaraú, eram, segundo José Neco, “Sr. Plaucides, o Sr. Gonçalves Pedro, Augustinho Alves”, que moravam mais dispersos seguindo o fluxo do rio, abaixo do local onde este seria represado.

A comunidade mais próxima do acampamento, da maneira informada pelos entrevistados, era Varjota, distrito de Reriutaba, também chamada de antiga “Vila Varjota”, localizada às margens do Rio Acaraú, acima do local onde seria feita a barragem; por isso, ficou submersa quando o açude acumulou água, em torno de 1960. O povoado tinha, pelas estimativas do Censo Geral de 1950, uma população de apenas 75 pessoas em seu quadro urbano. O acampamento dos operários e os prédios da administração também ficavam a uma

<sup>46</sup> Entrevista concedida por José Gerardo Gomes, em sua residência, em Varjota-CE, à pesquisadora Vladya Cezário Severiano em 02 de fevereiro de 2012.

<sup>47</sup> Sabemos que era comum da cultura sertaneja de pobres a moradia em casa de palha ou outros materiais menos resistentes, no entanto temos que criticar a ausência de condições favoráveis de trabalho, oportunação de trabalho decente em oposição ao trabalho degradante. As formas de moradias, para os entrevistados, talvez não os incomodava tanto quanto a falta de água, comida e segurança de vida (acidentes e doenças) nas frentes de serviço.

distância razoável daquela “Vila”.

Já tinha uma turma aqui arranchada, já tinha uma barraca feita pra arrancha os cassacos, naquela época chamava era cassacos não era funcionário. E eu quando cheguei, já desse lado aqui o que tem esses mercantil ai, tinha um feitor geral já numa barraca, José Albuquerque que era de Sobral, e quando começou esse açude foi o Dr. Luiz Saboia, foi quem começou. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

Com muitos retirantes chegando ao local das obras do Açude Araras em 1952, imaginamos então que os engenheiros, sob pressão, se apressaram para levantar um acampamento para depósito de materiais e abrigo para si e o restante dos empregados.

Os primeiros trabalhadores, segundo a citação, estavam alojados em apenas “uma barraca feita para arranchar os cassacos”. Observamos que o destaque dado para o tratamento dos trabalhadores no contexto de precaridade em que viveram no início da construção do açude emerge sob a identidade de “cassacos”, agora relegada ao passado.

Os trâmites de desenhos e projetos para construção do acampamento dos operários se iniciam em novembro de 1952,<sup>48</sup> mas sua efetivação só se daria no primeiro semestre de 1953.

Zé Neco também lembra das inúmeras famílias que chegavam em busca de emprego:

Eles chegavam de viagem, de pés a maior parte, aquela época carro era difícil, não era fácil, chegava com família, família pequena, passando fome, encostava aí, todo mundo quase dava, enquanto arrumava um emprego, que empregava logo, no outro dia ou com dois dias tava empregado. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

As necessidades mais imediatas dos trabalhadores, como vimos nesta citação de Zé Neco, eram o fornecimento de comida e o suprimento de água. À princípio, viviam, os recém chegados, com a ajuda de empregados já estabelecidos.

O acampamento dos “cassacos” do Araras foi projetado, como veremos à frente, para ficar próximo da obra da barragem que se iniciaria, na jusante do Rio Acaraú.

Era no pé da, na beira do rio, lá tinha um lugar chamado, chamado Varjota, não, naquele tempo era Arara viu!? Era tudo casinha de taipa, tudo coisa mesmo pra começar... é o começo de uma construção, e tudo morava lá, casa de taipa, casa de folha, casa de tudo, aí todo mundo trabalhava lá, e nós trabalhava numa... numa casa antiga, é... só tinha três ou era quatro casa aqui, existia, e eu trabalhava em uma delas, era o fornecimento. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Como vimos, as casas existentes originalmente no local em que seria construído o acampamento eram poucas, “só tinha três ou era quatro”, mas, com as informações que

---

<sup>48</sup> Ofício nº 248-T, enviado pelo Chefe do 1º Distrito, Pereira de Miranda, ao Diretor geral do DNOCS em 20 de novembro de 1952.

circulavam entre os retirantes e jornais, sobre os alistamentos, o acampamento ia se enchendo de pessoas atrás de colocação e um lugar para ficar.

Quando começou a chegar operário, que tinha o nome de cassaco, eu trabalhava na carpintaria, me tiraram com trinta homem pra fazer casa pra cassaco, essa rua da Jurema eu fiz todinha, fiz aquela rua do papoco, e fiz, ajudei nas duas vilas, vila operária que é aquela dali, e a vila mecânica que é essa que fica perto da guarita. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).<sup>49</sup>

Zé Neco, o mesmo que fizera chapéu na seca de 1942, estava agora empregado na frente de serviço do Açude Araras como carpinteiro e, naquele início do acampamento, construía muitas casas para os recém-chegados, companheiros de labuta, gente como Cesária, Zé Rodrigues, Chico Tem Tem e outros trabalhadores, que ele faz questão de explicar “que tinha[m] o nome de cassaco”.

A fala de José Neco descreve a formação de ruas como as “da Jurema”, as chamadas “Vila operária” e “Vila Mecânica”. Estas ruas de barracas e casas ficavam mais próximas do Escritório de administração do DNOCS, aludido por Zé Neco, e muito mais distantes do acampamento maior dos operários, onde viviam os trabalhadores menos especializados nas margens do Rio Acaraú – este ficou localizado muito próximo do local das barragens do açude que seria construído.

No tópico anterior, falamos da vinda de José Rodrigues Cavalcante (Zé Rodrigues), originário da cidade do Graça-CE, mais “um magote” de rapazes: este tipo de comboio de migrantes também era meio comum de chegada de trabalhadores para trabalhar na construção do Açude Araras.

Os grupos de trabalhadores poderiam ser aliciados por autoridades locais como forma de controle do alistamento e influência paternalista. Outros alistamentos no Araras também se davam sob recomendação de autoridades da municipalidade, fazendeiros e políticos locais, como objetivos de controle da mão de obra para o trabalho na região e sob pressão de ajudar os “seus” trabalhadores em momentos de necessidades.

Funcionários especializados de outras frentes de serviços, que o operário por ventura procurava e por algum motivo não ficava empregado, promoviam, também, indicações de alistamentos; mas, neste caso, a influência era diferente daquela exercida pelas autoridades locais. Chico Tem Tem preferiu sair das obras do Jaibaras para ir para o acampamento do

---

<sup>49</sup> Muitas das edificações citadas nesta entrevista e em outras fontes encontram-se de pé e em geral as residências originais ou após reformas são ocupadas por remanescentes de famílias de operários da construção do açude, em outros prédios, o posto médico, funciona atualmente o Hospital Municipal de Varjota-CE (após diversas ampliações e reformas), um prédio para funcionamento de uma escola e outros tantos da administração da obra, da mesma maneira, são hoje, ocupados por instituições públicas de atividades educacionais.

Açude Araras; teve para isso a ajuda de um chefe superior imediato.

Não, tinha um senhor que era o chefe do maquinário, finado Virgílio M[inaudível], ele me deu uma carta, nesse tempo aqui era o Doutor Luiz Saboya, aí eu apresentei ao doutor Luiz Saboya, aí ele me empregou, eu deixei lá. (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019)

Em março de 1953, eram “1600 homens em atividade” (A MANHÃ, 03 de março de 1953). Estes números variavam porque muitos largavam os postos de trabalho e retornavam para as roças após algumas chuvas ou por cortes do número de trabalhadores, como no fim de agosto, quando “1.400 trabalhadores do Açude Araras” (CORREIO DA MANHÃ, 29 de agosto de 1953) tiveram seus pontos [de emprego] cortados.

As pressões por novos alistamentos eram constantes, tanto por parte de políticos e autoridades municipais, quanto pelas aglomerações dos retirantes.

No dia 30 de setembro de 1953, o populista [presidente] Vargas autorizou a imediata contratação de cerca de 12.854 trabalhadores de ambos os sexos nas obras do açude Araras, transformando aquele local num verdadeiro formigueiro humano” (FARIAS, 2010, p. 47).

Um mês depois, em outubro, haveria no Araras uma concentração de 4.600 operários e o Ministro da Viação e Obras Públicas, em inspeção no local, “providenciou, imediatamente, o encaminhamento de 2.300 operários solteiros para o açude de Banabuiu” (A NOITE, 19 de outubro de 1953).

Isso revela as oscilações que os alistamentos na frente de serviço do Açude Araras sofriam, pois existia uma pressão para os alistamentos e a divulgação destes provocava uma procura ainda maior pelo serviço; no entanto, as chefias locais da obra, ora admitiam, ora transferiam, ora demitiam mais trabalhadores. Chico Tem Tem teve a experiência de ser transferido para trabalhar no açude de Banabuiu, onde nos conta ter se casado, e só depois retornou às obras do açude Araras. (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019)

Estas transferências eram medidas tomadas para aliviar a pressão que se formava com a aglomeração de retirantes. É notório o critério de escolha dos operários transferidos: “2.300 operários *solteiros*”. Os funcionários com família, muitas vezes, eram vistos como prioridade nas obras do governo buscando sua fixação próximo aos seus locais de origem, como já demonstramos antes, ou talvez porque trabalhadores com família demonstrariam mais resistência as transferências.

De todo modo, em novembro, o jornal Tribuna do Povo informa que

Na construção do açude Araras, já chegaram a trabalhar cerca de 7.630 trabalhadores, dos quais 90 por cento eram lavradores vítimas da seca que assolava

o Nordeste, Hoje [17 de novembro de 1953], esse número foi reduzido para 5 ou 6 mil e a miséria e a fome se assenhorearam completamente da situação. (TRIBUNA DO POVO, 17 de novembro de 1953).

Àquela altura, o aglomerado de pessoas e as péssimas condições de vida no acampamento tornavam o ambiente um barril de pólvora. Faltava água até para “as necessidades mais básicas” (FERREIRA, 2016, p. 116) e as diárias pagas não eram o suficiente para alimentar as famílias.

Fomos informados por um dos operários, que somente na primeira semana de novembro nasceram 22 crianças e todas haviam morrido. A causa é uma única: fome. Toda essa miséria se explica devido à exploração brutal e o regime desumano a que são submetidos os trabalhadores da construção. Ganham eles de 16 a 18 cruzeiros. Este é o salário pago pelo Departamento de Obras Contra a Seca à pais de família com proles numerosas, em sua maioria. (IMPrensa POPULAR, 17 de novembro de 1953).

Assim, o DNOCS, oferecendo alimento e moradia nas frentes de serviço, embora de maneira precária, atenuava as retiradas e invasões dos centros urbanos, mas, tinha, em contra partida, que evitar motins por parte dos migrantes aglomerados nas frentes de serviços, preocupando-se também em evitar exposições críticas nos noticiários sobre sua atuação no auxílio aos retirantes da seca, a informação de que das 22 crianças nascidas em novembro de 1953 todas haviam morrido demonstra o ambiente de trabalho altamente degradante e insalubre.

Deste modo, as aglomerações de retirantes nas obras públicas de então geravam discussões e preocupações sobre as localizações das moradias dos engenheiros e as dos demais trabalhadores, como no acampamento do Açude Araras. Este tema é explorado por Lara Vanessa de Castro Ferreira em seus estudos.<sup>50</sup>

A autora citada destaca que as casas dos engenheiros nos projetos eram indicadas para construção em locais distantes do acampamento dos operários, como evidência de uma intenção de controle, em uma visão “panóptica”, e por temor diante das ações dos trabalhadores (FERREIRA, 2015, p. 9).

Em telegrama de 28 de novembro de 1952, Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito, seção do DNOCS responsável pelas obras do Açude Araras, envia ao Diretor Geral do Departamento desenhos topográficos, “tendo em vista possibilitar a essa Administração escolher melhor a situação do acampamento”, já realizados os estudos da área do local destinado ao acampamento “até atingir o morro do Periquito”. Ele sugere então:

---

<sup>50</sup> Lara Vanessa de Castro Ferreira, em sua tese de doutoramento, pesquisou obras de emergências implantadas no Ceará durante as secas da década de 1950, dentre elas as obras do Açude Araras.

“[...] que as construções destinadas a Administração da obra, poderiam ficar localizadas no morro acima aludido, por oferecer as seguintes vantagens: a) local mais ventilado; b) ponto onde se descortina todo conjunto da obra; c) situação mais abrigada da poeira; d) local isolado do acampamento operário”<sup>51</sup>

Estas orientações não foram seguidas, inclusive as estradas de acesso à obra, ligando o local à Reriutaba (ao oeste), que já estavam praticamente concluídas, atravessaram o acampamento transversalmente, “defeituando”-o, fato observado em outro telegrama, entre os mesmos interlocutores, em 22 de janeiro de 1953.

Diferente das casas de madeira dos operários, construídas na beira das estradas já abertas, como os barracos feitos por Zé Neco, as estruturas erigidas para a administração e moradia das chefias eram de alvenaria. Estas são listadas em outro ofício de 1954:

Residência do Eng<sup>o</sup> Chefe; Maternidade e Posto de Puericultura; Clube recreativo; Residências simples; cinema; Edifício Técnico Administrativo; Hospital; Residência do Eng<sup>o</sup> Ajudante; Residência para solteiros; Residências geminadas; Hotel-Bar; Grupo escolar<sup>52</sup>.

Contrariando o que indicavam as orientações da Chefia do Primeiro Distrito, tais estruturas não foram feitas no “Morro do Periquito”, mas se concentraram em uma planície. A “Residência do Engenheiro Chefe; o Hospital Maternidade e Posto de Puericultura (que funcionavam em prédio único); Clube recreativo; Residências simples; Edifício Técnico Administrativo (Escritório); Residência do Engenheiro Ajudante; Residência para solteiros; Residências geminadas e Hotel-Bar” formaram uma larga rua, bifurcada a partir da estrada que ligava o local da obra ao município de Reriutaba.<sup>53</sup>

Mas, de fato, as memórias apontam como local do acampamento dos operários às margens do Rio Acaraú, cerca de dois quilômetros de distância do Escritório da Administração da Obra; atualmente, o local do acampamento dos operários é zona rural do município Varjota, logradouro conhecido por Araras Velho. De todo modo, o temor que os engenheiros tinham da aglomeração de trabalhadores foi fator preponderante na disposição final do acampamento.

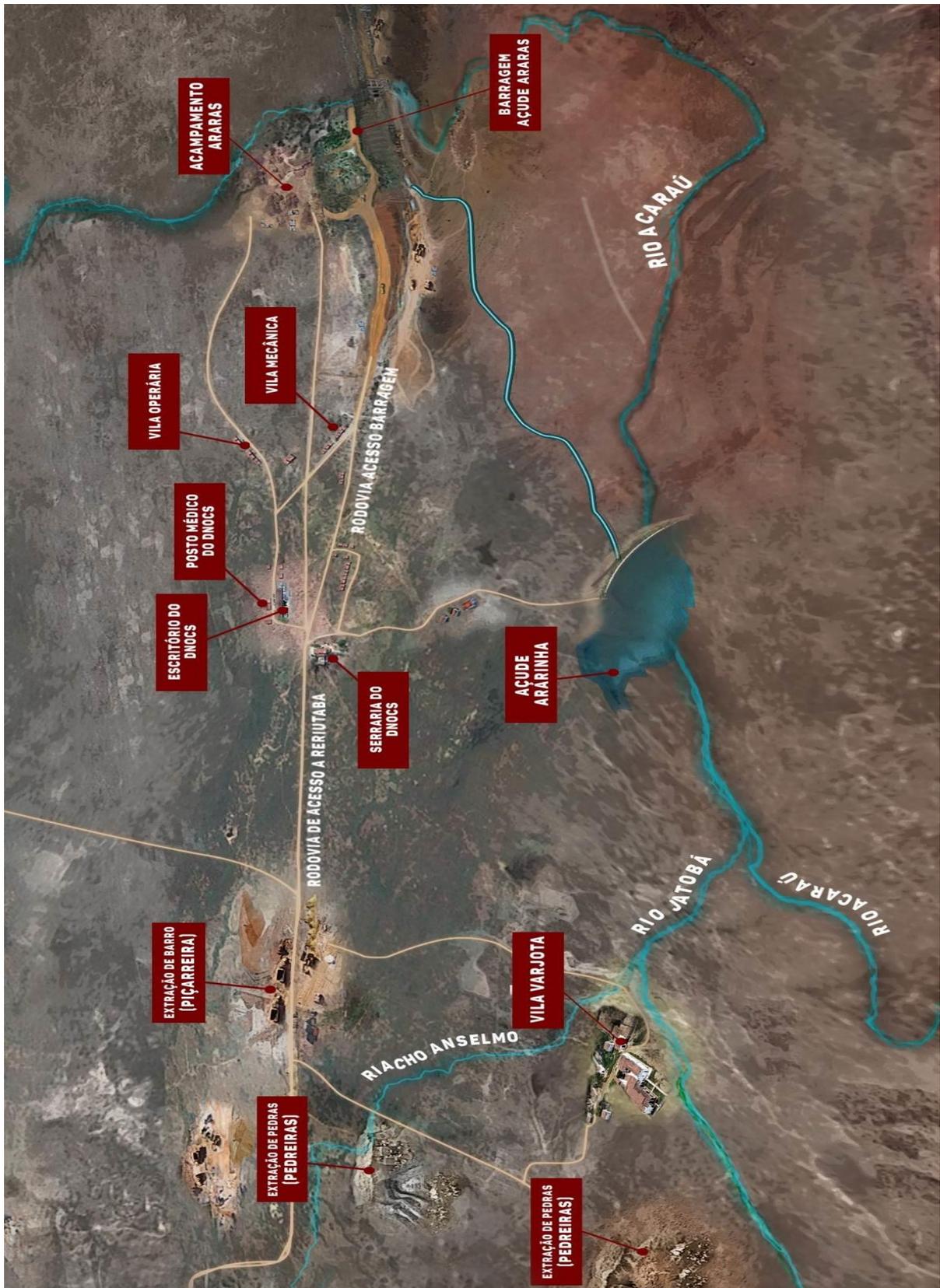
---

<sup>51</sup> DNOCS, Ofício nº 261- T de 28 de novembro de 1952 do Eng. Chefe do Distrito para Sr. Diretor Geral-SMCTV.

<sup>52</sup> DNOCS, ofício de 26 de janeiro de 1954 enviado pelo Eng. do S. P.O, Renato de O. Greenhalgh, ao Diretor da Divisão Técnica- SMCTV. Podemos ver o aspecto mais recente das edificações citadas em imagens colocadas em anexos desta dissertação.

<sup>53</sup> Posteriormente formou-se um bairro no local, na atual cidade de Varjota, chamado até hoje de Acampamento.

Figura 4: Ilustrativo da disposição das obras, estradas e moradias no espaço de construção do Açude Araras em meados da década de 1950.



Fonte: Imagem elaborada pelo designer de arte digital Antônio Martins Rodrigues (Bimartins).

Esta imagem não se propõe a ser um objeto cartográfico rigoroso, apenas busca ilustrar a disposição das obras e moradias dos operários e dos equipamentos do DNOCS, tendo como referência as estradas de acesso ao Araras, e não demarca tampouco a cronologia dos serviços realizados. No entanto, é um esforço de representação do espaço em torno do ano de 1956, embasado na documentação histórica analisada para este estudo.

As necessidades de materiais como barro, piçarra, pedras e outros, levaram o Departamento a explorar jazidas encontradas no entorno das estradas de acesso a obra.<sup>54</sup> Isso gerou amplos espaços descampados nas margens das mesmas estradas de acesso e a instalação (ao longo do tempo da obra) de barracas e casas de moradias de operários e populares da região naquele espaço mais afastado do núcleo das obras e das instalações do DNOCS, onde se aglutinava gradativamente uma população de migrantes e moradores antigos de regiões próximas à obra.

A falta de água para o abastecimento dos operários, apesar dos ajuntamentos formados, só foi solucionada definitivamente com a construção de um “açude auxiliar”, o chamado Ararinha,<sup>55</sup> o que também ramificou as estradas por onde circulavam os veículos e trabalhadores, dinamizando as espacialidades ocupadas pelo Departamento, antes restritas ao acampamento dos operários e ao local do Escritório de Administração da obra.

No entanto, a instalação de uma frente de serviço como o Açude Araras gerou na região uma movimentação comercial muito grande, que envolveu os antigos moradores da Vila Varjota. Segundo Zé Neco, o comércio era o negócio que muitos faziam (além da pecuária e agricultura, naquele ano arruinadas).

Da vida era comercio, tinha o Chico Flor, irmão do sr. Antônio, tinha uma bodega, Antônio Flor tinha uma bodega grande, forneceu muita gente, e mais alguns que tinha que eu não conhecia, tudo vei negociar com o povo, que era muito cassaco, precisava mesmo que tivesse uns locais que comprasse, aí graça a Deus não faltou não. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

Apesar de haver muitos trabalhadores, nem todos que procuravam emprego na construção do Açude Araras no ano em que se formou o enorme acampamento, em 1953, encontravam colocação naquela frente. Muitos ficavam pelas redondezas. Este número aumentava com os cortes nos pontos (de diárias) de centenas de trabalhadores que ocorreram entre agosto e setembro; assim, os movimentos migratórios para o Araras se configuravam como fluxos, mas também refluxos, já que muitos partiam em busca de outras alternativas em

---

<sup>54</sup> ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito ao Diretor Geral do DNOCS, 05 de setembro de 1951.

<sup>55</sup> ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito do DNOCS, 06 de junho de 1953.

outros lugares.

Maria Miranda, aposentada que também já citamos, migrou para o Araras em 1951, mas só se empregou posteriormente. Ela conta como as famílias de desempregados tinham de se virar dividindo as barracas com outras famílias já residentes e, para conseguir comida, contavam com a solidariedade dos trabalhadores já empregados.

As famílias numerosas de alguns trabalhadores passavam dificuldades, mas os retirantes com numerosos dependentes, que não tinham nenhum esteio de parente alistado na obra, viviam de maneira ainda mais miserável.

[...] piores, piores, gente passando fome, família grande, aí tudo passando fome, mas, toda vida o pessoal foi um pessoal bom, aí um dia um dava, outro dia o outra dava e era aquele negócio, até que se empregava e arranjasse o fornecimento, dinheiro a gente não via dinheiro não, não pegava em dinheiro, o pagamento vinha, aí você pegava, tirava a nota e dava pro escritório, aí eles ia e pagava, mas dinheiro mesmo, você não pegava em dinheiro. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018).

Nas memórias de Maria, assim como outros entrevistados já relataram, as constantes ajudas dentre os próprios retirantes era a acolhida e última esperança para quem migrava sem a certeza de alistamento. Neste grupo incluímos os que perderam o ponto de diária, sem mais tê-lo para trocar por comida; isto porque, no acampamento do Araras, naquele período, como mostra a fala de dona Maria, o operário “não pegava em dinheiro”.

A exploração nos fornecimentos elevava o custo de vida dos operários e beneficiava os comerciantes, autorizados pelo DNOCS, para montar os barracões de vendas. Tais condições de vida deixavam os trabalhadores insatisfeitos e realmente constituíam um perigo para a administração do DNOCS. Em contrapartida, os engenheiros tinham de manter o acampamento em ordem e a obra em funcionamento, procurando encaixar todos os trabalhadores alistados em serviços eficientes para o andamento da construção.

Este primeiro grupo de trabalhadores, que citamos neste capítulo, tinha moradias estabelecidas no acampamento; porém, sabemos que nem todos os que trabalharam nas obras do Açude Araras residiram em seus barracos, pois muitos prestavam serviços nos canteiros de obras durante um tempo e, a depender da distância que se localizavam suas casas, retornavam a estas no fim do dia, da semana, ou dentro de alguns dias, carregando consigo os poucos mantimentos adquiridos com os serviços.

As obras da barragem do Açude Araras transcorreram em oito anos, de 1951, com a abertura das estradas de acesso e outros serviços, até 1958, com a inauguração da barragem, e, em ritmos variados, neste período muitos trabalhadores migraram para lá, retornaram para suas casas, ou saíram do Araras para outras obras em uma infinidade de movimentos.

Todos os interlocutores entrevistados na pesquisa, que migraram para o Araras durante a seca de 1951-53, habitaram o acampamento do Açude Araras. Isso é marcante na distinção deste grupo de primeiros trabalhadores da obra. Porém, certamente nem todos habitaram o acampamento o tempo inteiro e foram poucos os casos de migrantes deste período que encontramos residindo na cidade sede da obra.

Os ex-trabalhadores que entrevistamos, que faziam deslocamentos entre suas casas fora do acampamento e o serviço, são sujeitos que se alistaram ou foram transferidos para aquela frente de serviço em anos posteriores, durante a seca de 1957-1958 principalmente.

### 3.1.1 Entre o serviço e o descanso: vivendo no canteiro de obras

A insalubridade no acampamento da construção do Açude Araras era muito grande. Além da carga horária exaustivas de doze horas diárias, implantada em determinados períodos da obra, os trabalhadores enfrentavam péssimas condições de moradia com estruturas precárias; outro agravante era a alta densidade populacional: “[...] Dali pra baixo tudinho era cheio de casas, não, casebres de taipa né. Era assim (gesto com as mãos). Era dia e noite (som de barulho). Eu chamava formigueiro humano (risos). Era muita gente, rapaz, ave Maria” (sic).<sup>56</sup>

Todo o contingente de retirantes, morando nestes “casebres”, não contava com saneamento e nem água canalizada. Inicialmente, até 1954, a água era obtida em pequenas cacimbas no leito do rio Acaraú; após a construção do açude auxiliar, o Ararinha, a água passou a ser transportada em lombo de jumentos até as moradias dos operários.

Mas, para as moradias localizadas à beira das estradas em construção naquele período, com relativa distância do acampamento e da nova fonte de água, o açude “Ararinha”, o abastecimento tornava-se mais trabalhoso e custoso. Os ocupantes de tais habitações penavam com as condições da água que consumiam.

Era em jumento, caneco vei, chegava lá fervendo rapaz, a água, e não tinha quem caísse doente, hoje em dia, diz que a água é toda tratada, toda tratada e todo mundo é doente, agora eu me encabulo é com isso viu, comer debaixo da barraca velha no meio do sol, quando nós chegava achego tava nata velha... eita...( ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

A ocasião narrada por seu Valente se passa justamente quando ele trabalhou na construção da estrada entre o Araras e Santa Quitéria, em 1958. Os “canecos” que o entrevistado

---

<sup>56</sup>Entrevista de concedida por JOSÉ ARTEIRO ROCHA, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Rafael Pires Martins no ano de 2014, (MATINS, 2014, p. 52).

se refere na citação são recipientes feitos de madeira, de couro ou outros materiais, acessórios acoplados ao lombo de animais de carga, onde se depositava a água para ser transportada do açude até as barracas.

Assim, as necessidades mais básicas, como beber, para aqueles trabalhadores, naquela situação, tornava-se um desafio de resistência, ingerindo “água fervendo” e comendo alimentos “debaixo de barraca velha no meio do sol”. A “nata velha”, que sr. Valente fala, não é a nata de leite, que, como tempero, pudesse ter sido acrescentada na receita do cozido; na verdade, ele se refere à crosta sobre a comida com o acúmulo de poeira que se formava nas superfícies dos cozidos preparados à beira da estrada.

Um aspecto nas memórias de sr. Valente nos chama a atenção: o modo como o entrevistado aborda a situação que viveu nas construções do Araras, consumindo água insalubre, mas que, segundo ele, “ninguém” caía doente. Comparando com situações atuais, ele diz que, “hoje em dia, diz que a água é toda tratada, toda tratada e todo mundo é doente”. Pensamos, mais uma vez, que as memórias de sofrimentos muitas vezes se tornam perturbantes (PORTELLI, 2014, p.20).

Em outros casos, como o narrado por Valente, os entrevistados, para realizarem uma espécie de catarse, tentando superar tais traumas, imaginam-se como pessoas mais fortalecidas do que as demais, para justificar, para si e para o entrevistador, que não sofreram algo indigno. Um artifício da memória em que as representações de suas experiências revelariam um vigor sobrecomum que aqueles sujeitos possuíam.

Edvar relata a situação em que muitos daqueles operários viveram, como Valente, destacados para a construção das estradas de Santa Quitéria.

Aí teve essa estrada pra Santa Quitéria coitados, sofreram muito, porque (engole a saliva pigarreando) eles bebiam água aí do açude, do Ararinha, foi construído primeiro o Ararinha, ali dentro do açude, do grande, era pra tirar água pro serviço, aí tirava água também pra eles beberem, fazia uma latada com quatro forquilha na beira da estrada, pra Santa Quitéria, aqui no rumo de Sobral, e botava um tambor que eles chamavam quinto, hoje ninguém sabe o que é quinto, é aqueles tambor de... aqueles tambor que vinha com óleo né, aí botava naquela latada o cara bebia ali, aquela água morna, de qualquer maneira né, aí morria criança aí na beira da estrada aí, gripado, passando fome, aquele sofrimento todo, dormindo mal né, era aquela coisa. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

A má alimentação, a água não tratada e a poeira a que estavam expostos, tanto os moradores do núcleo do acampamento dos operários, como também os demais trabalhadores de áreas adjacentes da obra, em suas péssimas moradias, faziam muitas vítimas, principalmente entre as crianças. O “formigueiro humano”, como dito por Zé Arreiro, tornava-se ainda mais turbulento com o trânsito dos veículos que passavam pelo acampamento.

O movimento era assim, naquela pista ali vindo do “empréstimo”, levando barro pra parede ali, naquela pista, e aqui passava ali, onde nós trabalhava na lubrificação passava por aqui, pra ir pegar barro de novo: mão e contra mão, uma mão lá, e contra mão aqui, né. Era uma poeira doida! Aqui era mata, aí o trator passou arrancando marmeleiro aqui, fez uma estrada, pra sair lá pra frente, [...] (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

Edvar se refere às duas vias paralelas, construídas na época, ligando o local da obra ao local onde o Departamento colhia materiais, como barro, piçarra e etc., para erigir a barragem do açude. Com o intenso movimento nas estradas, “era uma poeira doida” e, como dissemos, estas vias passavam por entre as moradias.

Em outro momento da entrevista, em trecho que já citamos no tópico anterior, Edvar nos fala dos turnos de seis em seis horas, durante o dia e a noite, sem parar, ritmo que tornava o ambiente com “muito barulho”, provocado pelos mesmos veículos que produziam a “poeira”, o pó do barro das estradas carroçáveis lançado no ar. Somado ao som dos motores das máquinas e caminhões, o barulho dificultava a dormida e o descanso, já que atravessava dias e noites sem parar.

A própria estrutura das barracas, “quatro forquilhas”, por exemplo, muitas vezes, poderia prejudicar a armação de redes para dormirem os trabalhadores, como relata experiências de outros retirantes em outras frentes (FERREIRA, 2016, p. 111). José Neco, em entrevista com a historiadora Vladya Severiano, fala da superlotação das barracas nos canteiros das obras:

[...] essa viagem que nós fizemos do Jaibaras até o Ipu, aí depois do Ipu a gente tirou pra frente até Ipueiras, esta ai era muita gente trabalhando, trabalhava junto quando era a noite que a barraca não cabia, dormia era nos pés de pau, assim como, como era assim muco num tabulero, onde uns pé de pau perto a gente armava uma rede, a lua clara!<sup>57</sup>

Nestas condições, o descanso no acampamento poderia se tornar uma agonia. Os trabalhadores estariam “dormindo mal” também pela própria falta de objetos, como redes, para deitar o corpo durante o descanso, pois muitos não possuíam o recurso para adquiri-las. Isso nos remete diretamente à imagens de pessoas dormindo amontoadas em uma só rede, ou mesmo no chão, adultos e crianças.

Eu cheguei, aí quando foi com três dias, minha rede, muito ruim, rasgou, bem no meio, rasgou certo, uma banda pra lá outra pra cá, e agora Edvar? Não, por causa disso eu não vou chorar não, eu vou botar no pé da parede aqui e vou dormir em cima dela, umas noite, quando passou mais uns dia, eu dormi três ou foi quatro noite no chão, no pé da parede lá, [...] quando eu cheguei lá, disse, boa noite, tinha uma moça até simpática, bonita, disse, o que que você quer? [...] pois me dê uma rede,[...], eu fui

---

<sup>57</sup>Entrevista concedida por José Gerardo Gomes, em sua residência, em Varjota-CE, à pesquisadora Vladya Cezário Severiano em 02 de fevereiro de 2012.

dormi nela cheirando a armazém, [...], aí tinha uma vizinha lá, mulher de um amigo meu, muito pobrezinhos eles, muito pobrezinhos, ela tinha uns três meninos, eu disse: dona Cidele, Cidele o nome dela, a senhora quer? Eu tô com vergonha, mas a senhora quer esses dois pedaços de rede pra senhora emendar pros meninos dormir dentro, ela disse: ô beleza! (EDVAR SOUZA LOPES, 2018)

Na entrevista com Edvar, percebemos sempre o humor que este colocava em suas narrativas; porém, esta sua jocosidade não esconde os dramas que viveu no Araras e no açude Orós, por onde passou.

Edvar, quando trabalhou nas frentes de serviços citadas, era solteiro e teve que dormir “três ou quatro noite(s) no chão” após se partir ao meio a única rede que possuía. Não tinha recurso para comprar outra de imediato. Quando finalmente comprou a rede nova, doou a antiga, ainda partida em duas “bandas”, para “Cidele”, esposa de um amigo, “muito pobrezinhos eles”, que tinha “uns três” filhos, possivelmente dormindo coletivamente na mesma rede, ou talvez no chão.

Além de tudo, os alimentos obtidos nos fornecimentos como forma de pagamento dos trabalhadores não saciavam a fome de todos os membros das famílias mais numerosas, devido aos poucos rendimentos recebidos pelas diárias de serviço e aos preços cobrados pelos itens. Muitos trabalhadores tinham de sacrificar sua alimentação para poderem oferecê-la aos filhos.

Ganhando uma minguada diária recebida em gêneros de ínfima qualidade e outros artigos vendidos pelos olhos da cara, os pobres operários vão lentamente, insensivelmente se exaurindo até morrerem de inanição, como aconteceu a infeliz mulher de um daqueles operários, que distribuindo a minguada ração que lhe tocava com os filhinhos, cuja fome queria atenuar, naniu-se até cair morta de FOME! Este fato ocorreu há poucos dias. (CORREIO DA SEMANA, 14 de fevereiro de 1953, apud FARIAS, 2010, p. 55).

Assim, a carência nutricional era o maior problema diário dos trabalhadores e seus dependentes. A variedade e qualidade dos itens fornecidos nos barracões do DNOCS, naquele período, além de caros, não tinham diversidade e nem boa conservação.

De arroz, farinha, café, sabão, açúcar, essas coisa tudo, feijão mulatinho, que chamava de brogodó, ele pulava dentro da panela e não cozinhava, abria as bandas, acho que ele vinha do Rio Grande do Sul. É vinha de longe, o feijão, e o arroz eu também não sei da onde era não, sei que... [pergunto se vendiam carne.] vendia, tinha carne no fornecimento, era aquela carne que chama de jabá né, era boa também, farinha d'água, uma rapadura pequena que chamava rapadura do pitanga, ela era assim vermelha, muito cozinhada, dura que só o diacho, né. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018)

Como vimos, muitos nutrientes necessários para a manutenção das funções imunológicas do corpo, obtidos em alimentos como frutas e verduras entre outros, não são mencionados nesta descrição e nem em outras entrevistas. As carências nutricionais somadas

às condições de vida, provocavam doenças, principalmente nas crianças.

Aquilo ali rapaz as doenças até que num foram assim de imprecionar por que tinha o posto médico e tinha três dottor pra tratar daquele povo, graças a Deus sobre doença a gente tirou até bem, sofreu muito, agora deu uma febre nas crianças, menino de um ano ,de um mês pra um ano, agora tinha dia que morria, muito menino, dois três quatro, por dia, e quem fazia os invelopizim de levar o meninuzim pa interrar era eu. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2012 apud SEVERIANO, 2012).

Zé Neco, que foi carpinteiro nas obras do Araras como já informamos, construía caixões, que ele chamava “envelope”, para enterrar os mortos do acampamento; neste relato, atribui a “uma febre” epidêmica a causa das mortes de muitas crianças.

### 3.2. A força e o serviço: Controle social pelo trabalho.

Apesar de existirem diversos pedidos de reabertura durante o ano de 1953, os alistamentos só ocorreram em agosto. Havia um grande número de trabalhadores a serem pagos e isso provocava a elevação dos custos totais da obra,<sup>58</sup> outra grande preocupação das chefias.<sup>59</sup>

Somadas às pressões, vindas de diferentes direções, para admissão de mais pessoal, tais fatos deixavam os engenheiros muitas vezes no impasses entre admitir mais pessoal e aumentar as tensões com a multidão de trabalhadores ou desacatar solicitações de parlamentares e voltar contra si as inimizades políticas.

Em ofício de 02 de fevereiro de 1954, emitido pela diretoria do DNOCS em Fortaleza para o Rio de Janeiro, já com o quadro agravado, Pereira de Miranda, que respondia pela atuação do DNOCS no Ceará, tenta justificar o encarecimento da obra do Açude Araras, e para responder às denúncias feitas ao Governador do Estado pelo deputado Plínio Pompeu, “sobre não aceitação de maior número de trabalhadores nas obras do Araras, expõe a crise financeira e humanitária que a frente passava”.

[...]justifica inicialmente, ante circunstancias atuais permiti ponderar não saber como harmonizar conforme desejais e clamor população ampliando se alistamento pessoal ou um melhor rendimento atividades supracitada observando se encontra e já sobremodo sacrificada elevado encarecimento trabalhos até agora realizados, (ilegível) vos tenho acentuado, justamente pelo excesso operários ali vem admitidos

<sup>58</sup> “De acordo com o ofício nº 504 (21/05/1951) do engenheiro Francisco Saboya, [...] As despesas com máquinas e aquisição de imóveis somariam Cr\$: 18.000.000,00 (ano de 1951, verba 4) e o custo do projeto, a ser aprovado, seria Cr\$: 172.412.000,00.” (FARIAS, 2010, p.46).

<sup>59</sup> Em telegrama enviado em 02 de julho de 1955 por Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito, com a finalidade de “prestar informações” ao Sr. Diretor Geral, é colocado os custos com as obras do Araras, a partir de 1951 até maio de 1955, segundo o telegrama, no ano de 1953 foram gastos 20.277. 416, 80 cr\$, três vezes o valor médio gasto nos demais anos daquele balanço.

desde início.<sup>60</sup>

Na sessão da Câmara Estadual dos Deputados, no dia 20 de outubro de 1953, o deputado Elísio Aguiar

[...] após ler uma carta que lhe enviara o sr. Joaquim Nepomuceno Silva, denunciando os maus-tratos e perseguições de que vêm sendo vítimas os trabalhadores do Açude Araras por parte do delegado da guarda dos trabalhos daquela construção apresentou um requerimento que logrou aprovação por unanimidade no sentido de que fosse levado o fato ao conhecimento do dr. Pereira de Miranda, diretor do DNOCS neste estado, afim de que vs Ex.cia. tome as necessárias providencias. (CEARÁ, Assembleia Legislativa, relatório da sessão de 20 de outubro de 1953)

Estas perseguições, denunciadas pelo deputado na Assembleia Estadual, eram mais uma variação das coerções que sofriam os operários por parte da administração da obra. No fim de outubro, a tensão entre as forças repressoras do acampamento do Araras e os funcionários daquela frente chegou a provocar dois assassinatos em um confronto armado entre os guardas do Engenheiro Chefe Luiz Saboya e trabalhadores.

Os acontecimentos violentos contra os trabalhadores do Açude Araras são repercutidos em jornais de diversos estados do país.

Fortaleza (via Western) - Nas obras do Açude de Araras teve lugar revoltante massacre de flagelados, diante da crescente disposição de luta dos sertanejos que ali trabalham, a administração das obras, sob a chefia do engenheiro Luiz Saboya, desencadeou um terror sangrento contra três mil homens. (IMPRESA POPULAR, 06 de novembro de 1953).

Apesar da manchete “A polícia organiza o massacre de Flagelados”, o jornal comunista só apresenta como vítima fatal um operário. A notícia, contudo, revela também as tensões entre os partidários do jornal e o governo. O periódico informa ainda detalhes do ocorrido:

Sábado último [31 de outubro de 1953] a polícia especial do Açude, sob o comando do conhecido capanga Chicão, a pretexto de apreender armas em poder dos trabalhadores, saiu a espancar indistintamente os flagelados, inclusive mulheres grávidas. Antônio Cândido, um oleiro sexagenário, há muito tempo visado pela polícia por sua coragem de protestar contra a exploração, resistiu aos capangas, sendo morto na luta desigual. Na luta morreu também o bandido Chicão. Os capangas tentaram ainda assassinar o filho de Antônio Cândido, no que foram impedidos pelos trabalhadores. Em virtude da revolta que o crime despertou, o governo de Raul Barbosa mandou a Araras centenas de policiaes para lança-los contra os trabalhadores. (IMPRESA POPULAR, 06 de novembro de 1953).

A notícia deixa transparecer um possível nível de “resistência e protesto” contra a exploração que os trabalhadores sofriam na obra, que estariam até “se armando” para um

---

<sup>60</sup>DNOCS- ofício nº -21 T, enviado pelo diretor do Primeiro Distrito, Pereira de Miranda, ao Diretor Geral do DNOCS em 02 de fevereiro de 1954.

possível levante. No confronto com o segurança do engenheiro, ocorre a intervenção de muitos trabalhadores e isso aponta para um movimento de coletividade. O funcionário morto, segundo a notícia, seria alguém com problemas anteriores com a polícia local do acampamento, o que indicaria uma continuidade na ação de resistência.

Podemos interpretar estes conflitos através dos conceitos desenvolvidos pelo cientista político James Scott, em sua obra intitulada “A dominação e a arte da resistência: Discurso Ocultos” (2013). Nesta obra, o autor trabalha com a noção de “resistências infrapolíticas” (p.253), em que sujeitos em uma situação de inferioridade de poder na luta social desenvolvem meios de articulação e efetivação de resistências sem que os oponentes estejam alertas sobre suas ações antes do momento mais oportuno ou limite negociado. Estes meios seriam os “discursos ocultos”, os quais “pretendem comunicar uma coisa aos que estão por dentro e outra aos estranhos e às autoridades” (SCOTT, 2013, p. 254).

Os discursos ocultos são gerados entre os pares e em situações de subordinação, constituem uma pressão para uma atuação prática para diminuir a exploração dos subordinados (SCOTT, 2013, p.259). Quando a pressão não é mais suportada, a ação insurgente se mostra, e desta forma tem-se o “discurso público” dos resistentes, ou seja, o que fica visível no embate social.

Deste modo, vemos as agências/ações dos trabalhadores para resistir à exploração naquela frente de serviços, em que um grande número de retirantes ali concentrados tornavam os protestos mais viáveis, impondo e testando limites no jogo da apropriação do seu trabalho (SCOTT, 2002, p. 21).

Destacamos que, após o conflito entre os trabalhadores e guardas do engenheiro residente, que tomou corpo no “discurso público” de ambos os lados, tanto da parte dos trabalhadores como por parte do Departamento, o confronto físico com vítima dos dois lados se desdobrou e, “em virtude da revolta que o crime despertou, o governo de Raul Barbosa mandou a Araras centenas de policiais para lança-los contra os trabalhadores”. (TRIBUNA DO POVO, 14 de novembro de 1953).

O entrevistado José Arteiro Rocha lembra de uma briga, mas não o motivo dos protestos; lembra de um grande reforço policial no acampamento:

[...] eita diabo, era todo dia tinha policial aqui [no acampamento do Araras], chegou mais, gente do exército, porque, porque tinha pouca gente, assim, aí, aí fizeram o acampamento aí e proibiram, cercaram, não entrava ninguém, só entrava gente conhecida. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019),

Ou seja, instalaram uma barreira policial na única estrada de acesso às obras; para

ser mais preciso, o acesso foi restringido a partir de uma larga portaria fixada próxima ao entroncamento que a estrada de acesso ligando o Araras à Reriutaba formava um “T” invertido, como demonstramos na imagem acima posta.

Foi depois dessa briga, aí separava aqui a cidade do acampamento, ali do Antônio Nilo mais ou menos, ali era, bem aí, a cerca, os portão, só entrava lá com ordem, se fosse uma pessoa desconhecida, ligava lá pro escritório pra ver se podei deixar entrar. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019)

Naquele momento, o isolamento do acampamento facilitava o silenciamento dos conflitos. O clima explosivo se dava pelo aglomerado de trabalhadores, pagamentos atrasados, exploração no trabalho e nos fornecimentos, falta de condições dignas de moradia, sem saneamento e abastecimento de água regular, os cortes em diárias, demissões e transferências. A revolta contra as chefias se disseminava e muitos recém-chegados não mais conseguiam se alistar.

Em meados do século XX, muitos acontecimentos no contexto internacional apontam para articulações populares tanto em cidades, como no campo, para cobrança de direitos, com participação em movimentos de massa, como os organizados pelo Partido Comunista em meio a polarização política pós Segunda Guerra Mundial.

Tais discussões ideológicas chegavam ao interior do Brasil e nas frentes de serviços de emergência; é o que apontam, por exemplo, as notícias do jornal O Democrata, em algumas edições do fim do ano de 1953, que dão conta da formação de comissões e delegados para “a instalação da conferência das secas e dos flagelados”, organizada em Fortaleza, com participação de trabalhadores representando os alistados no Açude Araras. (O DEMOCRATA, 19 de dezembro de 1953).

Não só os conflitos no Açude Araras, em fins de 1953, podem ter ligações com tais articulações por cobrança de direitos dos alistados, como também o clima de temor aos camponeses por parte das elites, com tomadas de medidas de repressão às organizações populares do campo, como as Ligas Camponesas, vão se fazer sentir nas frentes de trabalho do Ceará como estratégias de controle social.

Em um recorte de jornal que encontramos no acervo pessoal da historiadora Inara Alves de Oliveira, fala-se do referido conflito e assassinato que ocorreu no Araras em uma sexta-feira, 31 de outubro de 1953. Há também uma entrevista com o secretário do 1º distrito do DNOCS, que tenta esclarecer o ocorrido e diz que o conflito “não teve às proporções de uma ameaça à vida do engenheiro residente” (Luiz Saboya).

Cordeiro Neto foi o responsável pela intervenção policial no Araras. Lembremos

que o mesmo esteve envolvido, em 1936, na destruição do arraial do Caldeirão, no Crato, quando era chefe da polícia militar do Ceará, e foi também secretário de polícia nos anos de 1940. Na tentativa de limpar a imagem da instituição de todas as denúncias sofridas e da culpa sobre o sofrimento em que viviam os operários moradores do acampamento do Açude Araras, sua fala desvia a atenção do foco do problema e responsabiliza “o guarda que se encontrava armado e embriagado dentro do acampamento” pela morte do “ex-operário” Antônio Cândido.

O fato do secretário tratar a vítima por “ex-operário” pode indicar uma situação de protesto após demissões, ou a preparação de um “discurso público” por parte do Departamento, isto é, a construção social do conflito de modo a dissolver as imagens de violência que apareciam nas notícias sobre as frentes de serviços do Açude Araras.

Mas o que a publicação citada elucida, sem dúvida, é a intenção do representante do primeiro distrito tentar afastar suspeitas de protestos contra o engenheiro chefe da obra, Luiz Saboya, afirmando que “não houve conflito no Araras”. A garantia da ordem no acampamento seria uma prestação de contas que o Estado, através do DNOCS, daria para a sociedade que, por meio dos jornais, cobrava providências para os retirantes da seca para evitar convulsões sociais maiores.

Este sentimento de expectativas em relação à obra e ao acampamento eram capturado por parlamentares, que endereçavam reclamações e solicitações de esclarecimentos para as chefias do DNOCS. Durante as secas, como já falamos aqui, as obras hídricas ganhavam visibilidade incomparável, nos jornais e nas assembleias legislativas, não só quanto às solicitações de serviços, mas, também, quanto ao acompanhamento de seu andamento e a sua eficiência técnica.

As frentes de serviços tornavam-se pautas prioritárias, como foi o caso do telegrama encaminhado pelo Senador Plínio Pompeu, da cidade de Sobral-CE, para o Presidente da República, Getúlio Vargas, em 27 de janeiro de 1954, que expõe a situação da economia e dos camponeses da região, com esgotamento das condições ambientais de produção da agricultura e pecuária.

O Senador reclama de que, acima de tudo, existiam sinais de um quarto ano seguido de seca e denuncia no telegrama a falta de fiscalização e o mal-uso dos recursos nas obras do Araras.

Quanto andamento açude Araras [...], ainda não teve praticamente início... pois serviços preliminares se restringem estradas rodagem [...]. Chefe do distrito tem retirado máquinas essenciais para rápida construção barragem auxiliar que deverá servir para acumulação dagua destinada ao humedecimento terra para barragem

principal, fato acarretará atraso.<sup>61</sup>

As respostas dadas por Pereira de Miranda para se defender dessas denúncias nos permite entrever um pouco do cotidiano dos trabalhadores do açude naquele momento, além dos problemas de exploração, falta de estrutura do acampamento, cortes e demissões no quadro de empregados, por exemplo.

Em um primeiro telegrama, de 02 de fevereiro de 1954, enviado ao diretor Geral no Distrito Federal, o chefe do primeiro distrito alega que não admitia um maior número de funcionários porque a obra “já se encontrava sobremodo sacrificada com elevado encarecimento de trabalhos [...] justamente pelo excesso [de] operários ali vem sendo admitidos desde o início”.<sup>62</sup> A equação racionalidade técnica e admissão de trabalhadores é presente desde anos remotos em outras obras de emergência.

Na mesma correspondência, Pereira de Miranda fala ainda do atraso na construção da barragem auxiliar, que serviria para abastecer de água, tanto a obra, como os operários. Assim, todo o conjunto de dificuldades que a obra enfrentava, relacionada com o excesso de pessoal, tem a ver com o conflito apresentado, as péssimas condições de vida e a exploração do trabalho dos retirantes, retroalimentando as revoltas tramadas em grande parte como discursos ocultos.

Naquela altura, portanto, depois de quase quatro anos do início das obras, o “açude auxiliar” não estava ainda feito e os operários sofriam com falta de água, que era então “transportada doze quilometro [de] distancia enquanto se constrói pequeno açude com material seco armazenara agua trabalhos [de] construção [do] Araras”.

Temos de lembrar que, além destes problemas, o engenheiro chefe das obras do Araras, Luiz Saboya, enfrentava, há tempos, acusações que punham em dúvida sua idoneidade, como a acusação de ter desviado “quarenta operários do ‘Araras’ para trabalhar na fazenda ‘Timburana’ do sr. Luiz Saboya, recebendo pagamento como se estivessem na construção do açude em apreço”. (UNITÁRIO, 11 de abril de 1953).

Mas, há quem diga que “o estopim para sua transferência foi um desentendimento interno com seu engenheiro-ajudante Jairo Alencar Araripe. Sua chefia durou dois anos, de 1951 a 1953, e sua vaga foi ocupada por Francisco Aguiar Carneiro” (FARIAS, 2010, p. 49). Este tipo de (des)entendimento, provavelmente retirado de discursos públicos expressos nos

---

<sup>61</sup> Ministério da Viação e Obras Públicas, cópia de telegrama, procedência de Sobral- CE, enviado em 27 de janeiro de 1954, por Plínio Pompeu ao Presidente Getúlio Vargas.

<sup>62</sup> DNOCS, telegrama enviado por Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito, ao diretor geral do DNOCS no Rio de Janeiro, em 02 de fevereiro de 1954-SMCTV.

noticiários da época, promove o esquecimento das lutas e revoltas dos operários.

A figura dos engenheiros nos campos de serviços, como o Araras, nas memórias dos trabalhadores, eram, em geral paternalistas, no duplo atributo do termo: os engenheiros residentes responsáveis pelas obras eram aquele que poderia prover, proporcionar algo, mas também, aqueles chefes eram os mesmo que poderiam admoestar.

Luís Saboya, o primeiro engenheiro das obras do Araras, não custa lembrar, um membro de influente família sobralense, “foi um engenheiro que causou polêmica ao chefiar o ‘Projeto Araras’ e, de acordo com relatos de antigos trabalhadores, ele coordenou à mão-de-ferro” (FARIAS, 2010, p. 48).

[...] aí eu fiquei aí, e quando foi no fim do ano o doutor que tinha tomando conta aqui era doutor Luiz Saboya, ele era meio agastado, mas, comigo não tinha negócio de agastamento que a gente ia era trabalhar né, aí foi, eu pedi pra fazer a barraca e fiz e ele deu e eu trouxe a mulherzinha pra aí, foi onde nós teve 3 filho aqui, mas, com oito ano e seis mês eu viuvei, fiquei com esses três meninos pequeno e empregado. (JOSÉ GERARDO GOMES, 2018)

Esta fala de José Neco refere-se ao período de início do acampamento do Açude Araras, em 1953. Podemos entrever aqui as relações de hierarquia entre trabalhadores e o engenheiro chefe da obra, Luiz Saboya de Albuquerque, pois “ele era meio agastado”, mas “autorizou” a construção da “barraca” de José Neco. Ficam, assim, expressos os antagonismos em termos como “agastamento”, como uma característica exclusiva do chefe, o “doutor” que dava a um só tempo ordens e permissões para benfeitorias dos operários.

Além do engenheiro chefe, a obra tinha outros engenheiros ajudantes; um destes, durante o conflito maior no final de 1953, foi “dr. Jairo [Alencar Araripe]”. Pelas memórias de alguns ex-trabalhadores, existia um “feitor geral”, que lidava diretamente com os operários.

[...] nessa época o feitor geral era Zé Albuquerque e o engenheiro era... era dr. Luiz Saboya, ele não falava com cassaco, ele falava com... com o feitor geral. O feitor geral era quem atendia os cassacos, já o doutor Luiz não atendia não, mesmo...mesmo que fosse falar alguma de necessidade ele não dava atenção não, não atendia não. <sup>63</sup>

Os entrevistados também relatam que eram coordenados pelos feitores de turmas, ou seja, o feitor responsável por uma turma de trabalhadores: “ele só era o feitor mesmo que mandava os trabalhador trabalhar, e ajeitar né, tomava de conta de pá, picarete, caçamba, era ele, se faltasse alguma uma coisa qualquer, ele é quem pagava, mas nunca faltou lá” (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Entrevista concedida por José Gerardo Gomes, em sua residência, em Varjota-CE, à pesquisadora Vladya Cezário Severiano em 02 de fevereiro de 2012.

<sup>64</sup> Antônio Gomes da Silva, mais conhecido por Valente, é aposentado e lavrador, tem hoje 77 anos, trabalhou nos serviços de emergência de construção do Açude Araras como operário em 1958, atualmente mora no Bairro

A gestão da obra contava ainda com os serviços dos apontadores, que tinham como principal função marcar a diária nas cadernetas dos operários com um ponto, um registro diário; posteriormente, o ponto era trocado nos fornecimentos por alimentos: “a gente veio trazer as carteirinha, a caderneta, apontada aí, pelos ponto a gente fornecia” (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

José Arteiro, que, antes de trabalhar como eletricitista na frente de serviço do Araras, trabalhava em um dos fornecimentos, explica a organização do pagamento dos trabalhadores.

[...] quando o cara trabalhava o dia, ele dava [o apontador], botava um carimbozím dentro daquele quadrozím, aí a gente já sabia, ninguém podia roubar não, quando chegava no fim da semana, ele levava a cardeneta, eu chegava aqui, olhava aqui um, dois, três, quatro, cinco e meio, cinco pontos e meio, dá tanto, dá tanto, aí fornecia.<sup>65</sup> (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Este processo de direção e coordenação do trabalho, visando o fornecimento de alguns gêneros alimentícios “proporcionais à produção dos operários”, tornava a obra do Araras, naquele contexto, reprodutora de um ciclo vicioso que poderia gerar dívidas dos operários no barracão, uma força poderosa de controle social, exercida complementarmente por todos os seus agentes.

Tinha deles que era ruim que só. [...] Eles castigavam muito o pessoal, cortava muito os pontos, eram muito grosseiros, tinha que a gente saber levar, saber defender, porque se não soubesse já viu, se não tivesse paciência, ele botavam fora, “cê não vai ficar mais não”. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018).

É desta maneira que Maria Miranda descreve os desmandos das chefias do DNOCS nas obras do açude Araras. Vê-se, claramente, que uma das formas de “castigo”, que era utilizada por um chefe considerado “ruim”, era o “corte dos pontos” da diária, o que significaria a falta de alimento na mesa da família do trabalhador, já que os pontos eram trocados por gêneros alimentícios nos barracões (fornecimento).

Deste modo, confirmamos que “as práticas de dominações pessoal estão quase sempre intimamente associadas a um processo de apropriação” (SCOTT, 2013, p. 259). Em casos mais extremos, se o trabalhador não se resignasse, mesmo com a arrogância das chefias,

---

Pedreiras, periferia de Varjota-CE, na Rua Antônio Romualdo Tavares, s/n, colabora com nossa pesquisa compartilhando suas experiências nas frentes de serviços do DNOCS.

<sup>65</sup> O fornecimento era um comércio de gêneros básicos credenciado pelo DNOCS para estabelecer vendas por antecipação aos operários das frentes de serviços, os trabalhadores recebiam um registro em suas cadernetas pelo dia de trabalho, o ponto, cada ponto de uma diária equivaleria a um valor monetário, como não recebiam pagamento em datas regulares os operários adquiriam mercadorias fiado nos fornecimentos na proporção dos pontos que conseguissem acumular, os comerciantes mantinham controle do registro do que era sacado por cada um dos obreiros, quando o pagamento dos funcionários era liberado em espécie pelas chefias das frentes, descontava-se do salário dos trabalhadores o valor declarado pelos fornecedores e repassava-se aos mesmo, ficando o operário com o restante, se sobrasse.

“se não tivessem paciência, eles botavam fora”, isto significaria para o trabalhador e sua família, caso também vivesse no acampamento, a saída da moradia que ocupavam e uma longa jornada em busca de outros recursos, talvez em outras frentes de serviço, onde estariam sujeitos ao mesmo tratamento.

Por tudo isso, a manutenção do trabalhador na frente de serviço exigia um “saber levar”, um comportamento conscientemente ajustado para aparentar subordinação e deferência, um “discurso público” de conformismo encobrendo um “discurso oculto” de resistência.

Mas, foi muito sofrimento a vida no começo, porque a gente não tinha direito de chegar atrasado cinco minutos, perdia o ponto. Era seis hora pra tá lá no ponto, muitas vezes eu saia sem tomar café porque, se não, não tava lá as seis horas pra responder. Tinhas os apontador vei que chamava: - fulano de tal? Presente! Fulano de tal? Presente! Viu?! Então, a gente quando respondia, que falava com o feitor que a gente tava trabalhando, pra gente tomar um cafezinho, tomar. Depois eles arrumaram pra dá o café as oito horas e quinze minutos, para o café. Mas, naquele tempo, a gente tinha uma merendazinha. Mas, não chamava merenda, chamava soim! Era! [Pergunto se era soim por ser pequena a merenda] - É não, é porque era um saquinho vei com uma mão cheia de farinha, um pedaço de rapadura, amarrado no cinturão... isso aqui sabe disso de mais (aponta para o amigo ao lado). (JOSÉ GERARDO GOMES, 2018)

Zé Neco, no trecho citado, também demonstra a preocupação em não perder o ponto, que muitas vezes poderia ser retirado até mesmo pelo “atraso de cinco minutos”. Para evitar esta punição, chegava até mesmo a ir ao trabalho “sem tomar café [da manhã]”, levava uma “merendinha”: um pouco de farinha e um pedaço de rapadura, pendurada no cinturão, apelidada de “soim”.

Levar o alimento para o local do trabalho era um meio encontrado pelos trabalhadores para evitar atrasos, consumir a “merenda” no horário do serviço se mostrava um meio de cumprir o horário sem abdicar da necessidade de se alimentar: “cada forma de controle ou pagamento do trabalho provavelmente gera, mantidas as demais circunstâncias, suas próprias formas características de resistência silenciosa e ‘contra-apropriação’” (SCOTT, 2011, p. 225).

Os relatos orais se referem à oportunidade de receber o ponto da diária e continuar no trabalho para continuar a receber alimentos no fornecimento; este era o principal interesse do trabalhador. Os engenheiros, compreendendo isto, buscavam garantir uma maior produtividade dos operários fazendo este jogo, no qual o trabalhador poderia perder o pouco que ganhava caso não se enquadrasse na disciplina de trabalho exigida. Muitos aspectos do serviço no Araras eram estranhos à cultura laboral dos camponeses.<sup>66</sup> (FERREIRA, 2016, p. 212).

<sup>66</sup> Trataremos desta questão de notória relevância no capítulo 3.

Outro elemento de controle utilizado pela administração foi a distância entre as casas da chefia e as dos operários. Esta disposição das moradias (como abordamos no tópico anterior), além do efeito prático de dificultar o acesso direto dos trabalhadores aos engenheiros e outros funcionários da gestão da obra, causava um efeito simbólico de autoridade e distinção social das chefias. Este mecanismo tinha relativa eficácia no controle dos trabalhadores, diminuindo o número de protestos.

Não, reclamavam não, era tudo era satisfeito, com aquele que ganhava, com aquele que recebia, pra dá de comer suas famílias, por onde eu andava né?! Por onde eu via, por onde eu... que tudo eu prestava atenção. Agora, lá, de quem queria ser rico, que era de fora à parte da pobreza, lá, ninguém tinha nada a ver com eles. Sei lá, podia haver o que houvesse pra lá, agora pra cá, mexesse com nós não, pronto! (CEZARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Cesária, apesar de inicialmente mostrar um discurso público de “satisfação” que os operários sentiam pelo que ganhavam, enfatiza, em sua fala, a segmentação social que ocorria no acampamento do Açude Araras. Existia no acampamento os de “cá”, como ela, operários; e os de “lá”, os “que era de fora à parte da pobreza”, uma função simbólica da diferenciação de classe. No discurso oculto dos trabalhadores tudo estaria bem, desde que “não mexesse com nós”, declara Cezária.

No entanto, os trabalhadores investiam contra as chefias, como ocorreu no caso do confronto do fim de 1953. Contra estas ações e para os que causavam outros tipos de “desordem”, a força repressiva do DNOCS contava com homens armados, trabalhando como guardas a serviço dos engenheiros.

Na estrutura erigida pelo Departamento, existia, para tanto, uma edificação de alvenaria que foi adaptada para funcionar como cadeia, que não aparece no discurso público da instituição, nem nos relatórios de atividades, nem em boletins, muito menos nos projetos de edificações.

A historiadora Vladya Cesário<sup>67</sup> registrou fotos do lugar no momento em que entrevistava José Neco, em 2012. José Neco conta que alguns trabalhadores eram ali presos “porque bulia nas coisa alheia viu, ai vinha pra cadeia, apanhava dois dia pra resolver”.<sup>68</sup>

Isso mostra que o mecanismo de controle social pelo trabalho implantado tinha falhas e que os trabalhadores buscavam meios alternativos para resolverem seus problemas cotidianos. Os furtos bem-sucedidos resolviam problemas imediatos dos trabalhadores e

---

<sup>67</sup> Vladya Cesário é professora da rede municipal de ensino em Varjota, realizou em 2012 interessante pesquisa sobre “os operários da construção do Açude Paulo Sarasate”.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por José Gerardo Gomes, em sua residência, em Varjota-CE, à pesquisadora Vladya Cezário Severiano em 02 de fevereiro de 2012.

representavam uma forma de “resistência camponesas cotidiana”, sem desafiar abertamente a legitimidade dos exploradores ou dos proprietários (SCOTT, 2002, p.29).

[...] tinha um, não sei da donde... não sei da donde, de longe, nós trabalhava dentro de um riacho, lá no Calabá, pra cá de Santa Quitéria um pouco, aí, aí rapaz, quando ele cismava passasse uma rez por ali quando dá fê matavam e comiam, era porco, era tudo[...]. (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018)

Os mecanismos de disciplinamento e repressão não eram totalmente eficazes e os trabalhadores não eram ali totalmente controlados. As prisões são os últimos recursos repressores dos quais aquele sistema se utilizava.

Se as punições aos retirantes eram relativizadas devido ao contexto da escassez vivenciada com as secas, no acampamento, contudo, tinham, pelo menos no âmbito do “discurso público”, que se mostrarem contentes com o que conseguiam como pagamento pelo trabalho: os pontos por diárias para trocarem nos fornecimentos por bens indispensáveis.

Este era um forte elemento de controle social. As frentes de serviços eram vistas como “escolas de trabalho” (CÂNDIDO, 2019, p. 26) necessitando o controle do tempo, das ações nas horas do serviço e nas horas de descanso, e, para sua maior eficácia, os vícios deveriam ser abolidos, a ordem estaria garantida se todos vissem no trabalho a única finalidade e princípio da vida.

Para maior eficácia do controle dos operários no acampamento, o espaço ocupado pelas moradias e imediações da obra foram interditados, o DNOCS desapropriou uma extensa área: as “terras (compradas a preço irrisório) estendiam-se desde o Açude Araras até a famosa ‘cancela do DNOCS’,<sup>69</sup> que ficava próxima ao prédio comercial do ex-vereador Antônio Nilo Pereira” (FARIAS, 2010, p.15).

Em entrevista com João Rodrigues de Lima, mais conhecido por Avanir, um filho de ex-trabalhadores da construção do Açude Araras, aparecem um pouco das impressões de ordem propaladas pelo órgão construtor.

[...] o DNOCS tinha tanto moral, que bem aqui assim perto daqui, do meu irmão mora aqui, tinha uma cancela velha, com uma correntona, não entrava ninguém particular aqui pra dentro não, só pessoas do DNOCS, entrava um carro particular o vigia tinha que pegar a placa, o nome do motorista, tinha moral de mais, se você fizesse... um cassaco, funcionário, que nesse tempo ninguém era funcionário, era cassaco, se um cassaco arrumasse qualquer quizumba, o DNOCS transferia pra longe, nunca mais ele vinha aqui, ia pra outro setor do DNOCS. (JOÃO RODRIGUES DE LIMA, 2019).<sup>70</sup>

<sup>69</sup> A “cancela do DNOCS” foi aludida por muitos entrevistados, citamos no tópico anterior a visão de José Arteiro Rocha sobre sua implantação.

<sup>70</sup> Entrevista a nós concedida por João Rodrigues de Lima, mais conhecido por Avanir, em 15 de fevereiro de 2019, na residência de seu irmão, na Av. Presidente Castelo Branco, nº 5904, Centro, Varjota-CE.

Além dos cortes de pontos, ameaças, demissões e transferências, podemos dimensionar o aparato levantado pelo DNOCS para coibir ações de desavenças com os operários quando pensamos nos significados que a “cancela do DNOCS”, ou seja, os portões de acesso aos locais do acampamento e barragem, tiveram na memória dos trabalhadores. João Rodrigues, o sr. Avanir, associa a existência de tal cancela à moral que o DNOCS tinha, ou buscava construir material ou simbolicamente.

[...] Ali era dois vigia, um trabalhava umas seis horas, outro seis, ia trocando. (...) E era bem armado, era com rifle, se precisasse atirar, atirava mesmo. Se o caboco se espantasse, atirava. A pessoa que a polícia corria atrás, se ela pulasse [transpondo a cancela] pra dentro do Acampamento do DNOCS, aí a polícia voltava, nem atirava, nem bulia com aquele operário.<sup>71</sup>

Como vemos nesta fala de Zé Neco, a vigilância no portão era armada e constante com autorização para atirar “se precisasse”, um território de total influência do Departamento. O historiador Edvaldo Pinto elegeu a “cancela do DNOCS” como foco de sua pesquisa em 2012. Segundo ele:

O objetivo da referida autarquia era delimitar a sua atuação, e partir daí ter um maior controle dos materiais que adentrassem em sua área operacional, como também reprimir as desordens sociais. Para isso, através de uma “cancela”, dividiu-se um determinado perímetro em duas áreas distintas: Acampamento do DNOCS e Piçarreira (nome do antigo centro comercial de Varjota), área destinada, sobretudo aos comerciantes (PINTO, 2012, p.14).

Dona Maria lembra as constantes trocas de chefias no acampamento do DNOCS durante a construção do Açude Araras, certamente pelo rápido desgaste das relações entre os dirigentes da obra e os operários. Podemos lembrar, ainda, a saída do primeiro engenheiro chefe, Luiz Saboya, depois de intensos confrontos com os trabalhadores:

Relatam os feridos que o levante dos “cassacos” teve origem por conta da revolta reinante naquela construção, motivada pela insatisfação dos operários contra o engenheiro Saboya, acusado de extorsão, exigindo dos operários a prestação de tarefas sub-humanas, em troca de míseros cruzeiros. (JORNAL O GLOBO, 05 de novembro de 1953)

Segundo Maria Miranda, as trocas de engenheiros eram frequentes: o acampamento foi chefiado por “Dr. Carneiro (1954-1957), Dr. Maia (de 1957 até a conclusão em 1958)” (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018).

Após a saída de Luiz Saboya de Albuquerque no início de 1954, as obras do Açude Araras seriam chefiadas por Francisco Aguiar Carneiro, também de Sobral. Este novo

---

<sup>71</sup> Entrevista de concedida por JOSÉ GERARDO GOMES, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Edvaldo Pinto, no ano de 2012, (PINTO, 2012, p. 18).

engenheiro chefe teria de levar em consideração todas as tensões já ocorridas no acampamento antes de sua chegada.

Um fato importante que temos de ponderar, para compreender as relações naquele contexto, é que os chefes do serviço, que cobravam disciplina no cumprimento das tarefas e nos horários de trabalho, eram, ao mesmo tempo, uma espécie de responsáveis pela ordem no acampamento dos operários, impondo regras de conduta gerais para os moradores. Isso diz respeito ao comportamento dos trabalhadores mesmo em horário de descanso, fora do posto de trabalho, em suas vidas domésticas e de lazer.

José Arteiro, conforme já citado, quando lembra da instalação da cancela, diz que “naquele tempo tinha uma moral danada, naquele tempo não tinha bebida, não vendia bebida nem nada, tudo era...” (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019). Esta determinação antialcoólica reflete a visão dos dirigentes sobre os operários, visão esta, em parte, incorporada por alguns ex-trabalhadores.

Que qualidades os trabalhadores do Açude Araras deveriam ter para satisfazer as expectativas dos dirigentes da obra? De que maneira este disciplinamento refletia na formação de um perfil de trabalhador ideal para as obras do Açude Araras?

Não, não...não... tudo era, tudo era bom, no tempo que eu trabalhei nessa turma, comecei... só sai quando eu terminei, quando terminei, até o feitor achava bom, eu rapaz, ele disse “é um cara rapaz que entrou, tá no tempo todim... não tem falta nenhuma, eu não tinha, não boto falta de jeito nenhum não, tinha falta assim, quando eu levei esse golpe, mais não tinha falta que eu tava respondendo né?! Né?! Aí não é falta, mas negócio, que tinha muitos deles que faltava, um dia...dois... (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018)

Dessa forma, pela fala de Antônio Gomes (sr. Valente), fica claro que o trabalhador, para se adequar às expectativas do Departamento, não poderia faltar ao trabalho, mesmo se tivesse sofrido um “golpe”, ou pelo menos deveria ter justificativa de suas ações. Deveria demonstrar aceitação da ordem disciplinar, mesmo que apenas ao nível das aparências.

O feitor era quem estava mais próximo do trabalhador para lhe cobrar assiduidade. Podemos imaginar que o interesse em manter o operário com sistemática frequência ao serviço era também uma preocupação da administração da obra para conter a carência de mão de obra em alguns períodos do ano.<sup>72</sup>

Outra característica requerida dos trabalhadores pelas chefias da obra era a produtividade. Valente diz que, quando trabalhava cavando o chão com picaretas, para as fundações do sangradouro, o serviço “começava sete horas, terminava já meio dia, duas horas,

---

<sup>72</sup> A obra, em tempos de chuva, sofria a falta de braços para o trabalho devido o abandono dos postos por parte de alguns trabalhadores que retornavam ao plantio no campo.

três, era assim, trabalhando... que era pigoito, que eles faziam, era pigoito”, ou seja, “medido os pedaço de chão, com um metro de fundura” (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

Assim o “pigoito” era na verdade uma medida de produtividade exigida nas escavações para aquela etapa da obra. Perguntamos ao Sr. Valente se pararia o serviço caso tivesse algum bloqueio no “pigoito” escavado; ele simplesmente responde que “tinha que terminar, cê não podia parar né” (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

Desta maneira, mesmo que ocorresse algum problema técnico, os operários prosseguiram o serviço até concluir a meta, pois a produtividade era cobrada em diversos serviços:

Você sabe quantas carradas de barro o sujeito botava dentro de seis horas dali do empréstimo pra parede? Sabe não né? Os mais medroso botava treze carrada, quatorze, e os [motoristas] que não tinha medo de morrer botava dezoito, dezessete, dezoito. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).<sup>73</sup>

O disciplinamento era feito, então, com clareza de metas e exigências das condutas dos operários. As punições, instrumento bastante utilizado pelas chefias como reforço daquilo que não deveria ser feito pelos trabalhadores, era do mesmo modo usadas para cobrar perfeição na execução das tarefas. Sr. Edvar, que trabalhou também como mecânico, ao realizar a vistoria e manutenção nas máquinas e veículos do Departamento.

[...] tinha que escrever meu nome, quem tinha feito ali era eu, se aquele carro na hora que tava trabalhando perdesse um parafuso, me chamava atenção, cortava seis dias de serviço, porque... pra poder ter responsabilidade, [pergunto se era uma espécie de punição] era, exatamente, aí se fosse um dano maior, mais prejuízo, podia até botar pra fora né. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

José Arteiro lembra que, caso o operário gerasse algum prejuízo ao Departamento, mesmo que acidentalmente, seria demitido e não receberia o pagamento a ele devido.

Não, não, não de pagamento tinha [revoltas] assim, suponhamos que o motorista, aconteceu, o motorista derrubou, virou o truque, naquele tempo os carro chamava truque, os carro desumano, aí, dali mesmo podia ir embora que eles não pagava mais nada. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Esta conduta do Departamento, ao responsabilizar o operário pelo acidente sofrido, servia para incutir nos trabalhadores valores do trabalho disciplinado, metódico, muitas vezes especializado, em cada uma das etapas do processo.

Devemos tomar cuidado para não tirar a conclusão precipitada sobre os relatos orais

---

<sup>73</sup> Edvar Souza Lopez, aposentado, tem hoje 80 anos de idade, colabora com nossa pesquisa relatando suas experiências nas frentes de serviços de construção do Açude Araras e Orós, onde, segundo o mesmo, teria desempenhado a função de mecânico de veículos.

que atribuem valores morais ao trabalho no Araras. Quase sempre os depoimentos se referem ao serviço, a convivência no acampamento, inclusive as relações com as chefias, como harmônicas; os entrevistados aparentemente se mostram compatíveis com a imagem de moral do trabalho e do descanso cobrados no acampamento.

No entanto, antes, as memórias estão reiterando a intensidade do trabalho na obra. Isso pode ser interpretado como uma percepção da exploração do e no trabalho e não como aceitação de uma ideia de “harmonia” no trabalho; a aparente aceitação deste limite de suas ações de revolta fazia parte de uma estratégia de resistência no domínio do discurso oculto, já que os trabalhadores sabiam os riscos que corriam ao confrontar os chefes, estavam sob vigilância e por isso agiam com prudência (SCOTT, 2013, p. 266).

O orgulho de uma especialização ou de uma tarefa bem feita não pode ser confundido com aceitação ou desconhecimento da exploração no trabalho.

A maioria das pessoas, chegavam em casa, ia tomar um banho e ia dormir, né, que tava com sono que tinha que trabalhar né, por exemplo, quem largava... quem pegava meia noite até bem cedo, até seis da manhã, quando largava ia pra casa toma banho, tomar café e dormir um sono né, pra ir de novo da meio dia pra tarde né, até seis da tarde, e era assim. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

Este outro relato de Edvar está carregado de uma moral do trabalho aos moldes dos dirigentes da obra, ou seja, o trabalhador dedicaria exclusivamente suas energias e atenção ao trabalho, fora de expediente o trabalhador exemplar deveria se preocupar em repor os ânimos para novamente retomar o serviço. É o que também nos indica a fala de Nestor sobre as folgas:

Quase não tinha folga não, era no mundo era trabalhando muito, era de dia e de noite, um turno de dia e outro de noite, as folgas eram pouco, só tinha o dia pra aquilo ali, e daí era dormir, se não, não aguentava pegar de seis horas, as doze da noite, largava as doze, pegava às seis. (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Temos de considerar que a carga horária de trabalho referida pelo entrevistado era de 12 horas por dia, com turnos alternados de seis horas, diurnos ou noturnos. A manutenção da ordem era praticada como ocupação do tempo integral pelos trabalhadores; assim, nesta lógica, quanto menor o tempo fora do serviço, melhor.

Lembremos, então, o contexto e estratégias de trabalho que aqueles camponeses migrantes adotaram para superar as dificuldades durante a estiagem. Se estavam alistados, isso já era uma conquista de seus esforços e sucesso parcial em relação ao plano para se manterem e retornarem ao campo após a seca. O empenho nas tarefas e o orgulho em cumpri-las com perfeição, nesta perspectiva, são, portanto, experiências exitosas de suas próprias escolhas.

Os tipos de serviços desempenhados pelos trabalhadores eram muito diversificados.

Além daqueles feitos por fornecedores, motoristas, mecânicos, escavadores, existiam inúmeras funções. Os problemas enfrentados no cotidiano dos trabalhadores, por esta razão, variavam, não só de acordo com a atividade, mas, também, de acordo com o superior que acompanhava e fiscalizava o serviço mais de perto.

Este fiscal da linha de frente, ou seja, aquele que lidava diretamente com os operários, quase sempre o apontador, era quem mais entrava em atrito com os trabalhadores, já que repassava cobranças das chefias como sua função específica, à semelhança da história contada por Edvar quando trabalhava em outro açude após sair do Araras.

Aí lá no rio Jaguaribe também, eu trabalhando no posto mais o Severino que era da Paraíba, aí quando foi de manhã o apontador foi apontar, e o Severino atrasou poucos minutos, aí não queria apontar ele, se perdesse um dia hoje perdia domingo, dois dias, aí quiseram brigar, aí nós fomos atravessar o rio Jaguaribe, lá dentro trocando água tava dando nos peito, e lá tem um buraco debaixo da serra, que é feio o buraco, quem entrasse lá não voltava mais não, aí eu digo, “- Severino é melhor vocês calmar, não vão brigar não, se não nós vamos morrer nós três, sem precisão, vão virar essa canoa com nós, e nós vamos entrar naquele buracão acolá, nunca mais nós volta!”, eles calmaram, quando foi mais tarde os homens fizeram uma reunião com nós, vamos ver quem é que tem razão, se é o Severino ou se é o Mundico. “-Aí, tem que ser o Edvar primeiro”, as vezes me chamava de galego do Arara, “- é quem vai dizer primeiro alguma coisa”, eu disse não: “- eu vou contar só o que eu vi que eu não gosto de mentira, foi porque o Mundico não querendo apontar que ele chegou pouco minutos, e aí o Severino quis discutir com ele dentro do ri, eu mandei eles calmar, mas... eu tô do lado do Severino!” Né?! Aí todo mundo votou pro Severino, aí os homens disseram: “- Pois pronto, porque se fosse um cabra contra o Severino nós ia dá as conta dele agora, mas como todo mundo ta do lado dele, começando logo pelo Edvar, pode ir trabalhar!”, aí acabou. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018)

Neste conflito, motivado pela discordância sobre o ponto da diária de “Severino”, que o apontador “Mundico” se recusava a dar devido a um atraso de “poucos minutos”, vemos que a ação do apontador poderia custar duas diárias a menos na conta do trabalhador, mas a discussão seria levada para sua resolução em esferas administrativas mais altas.<sup>74</sup>

Edvar, quando convocado pelas chefias para testemunhar sobre o ocorrido, colocasse ao lado de Severino, livrando-o de uma possível demissão. Mesmo nessas condições extremas, podemos perceber uma certa solidariedade de classe, uma cumplicidade como forma de restência cotidiana (SCOTT, 2002, p. 19).

Nestor Florentino, que trabalhava como ferreiro nas obras do Araras, testemunhou diversas contendas entre operários e pessoas de cargos mais elevados. Ele resume o sentimento que existia entre os trabalhadores e ainda o compara com o comportamento das classes dirigentes; diz que os “cassacos” não se delatavam.

<sup>74</sup> Em alguns outros casos, tivemos também relatos de “apontamento positivo” feito em cardenetas de trabalhadores mesmo estes tendo faltado ao trabalho, é importante não generalizar o entendimento das ações dos administradores das obras e seus colaboradores como somente negativa.

Não, tudo era gente boa, nunca teve confusão, um *cassaco* não fazia mal em canto nenhum, que os outros tudo provava né, tudo negava, assim como essas denúncias dos grande lá fora, hoje em dia né, uns querem, outros não querem, do mesmo jeito era nós, nunca ninguém respondia por um não né (grifo nosso) (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Após relatar longa história na qual ajudou a livrar o companheiro “Toim de Lima” de punições, justifica: “que nós não gostava de ser contra nossos amigos não, era mesmo que um bocado de irmão” (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

As experiências de antagonismos, cooperações e sofrimentos parecidos gerava nestes trabalhadores o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social, que se confrontava com outros no dia a dia de trabalho e convivência no acampamento, como experiência, uma consciência de classe (THOMPSON, 2001, p. 201), não como entidades social-históricas soltas no espaço e no tempo. O que encontramos são os indivíduos nas lutas diárias e cotidianas para melhorar sua condição de trabalho e vida.

### 3.3 - As mulheres no acampamento do Açude Araras.

Tratando ainda do cotidiano no acampamento dos operários da construção do Açude Araras, nos debruçaremos sobre as experiências das mulheres que viveram e trabalharam naquele espaço. Muitas delas lutaram pelos alojamentos, cuidavam dos maridos e das crianças, pegavam água, conseguiam lenha para o fogão, faziam comida, algumas, como barraqueiras,<sup>75</sup> trabalhavam nas obras, mesmo que sem formalidade em grande maioria, negociavam nos fornecimentos, curavam familiares moribundos e participavam dos momentos de lazer.

Na década de 1950, o DNOCS pouco contratava mulheres, mesmo nas obras de emergências, o regulamento não permitia sua contratação, apenas em casos excepcionais, ou em trabalhos especializados, então, as que se empregavam contrariavam as normas. De tal modo, as mulheres presentes nas frentes de serviços não entram nos registros institucionais do Departamento; assim, suas histórias ficam na maior parte das vezes negligenciadas.

Muitas mulheres acompanhavam os maridos na migração, alojavam-se no Araras e labutavam diariamente para manter os filhos sob vigilância moral e restrições. Podemos analisar aqui algumas experiências de mulheres no Araras, como a que segue:

Quando os trabalhador saía tudim, deixava cada qual....deixava sua panela com a, com o feijão pra botar no fogo, e as panelas era no chão, era cavada uma vala, eles cavavam, tinha que cavar uma vala bem feita, pra sair, quando eles saiam pro serviço eu saia

---

<sup>75</sup>Barraqueira é o termo utilizado pelos oradores que entrevistamos para designar as mulheres que trabalhavam como cozinheiras em uma barraca de operários.

fazendo o fogo, quando eu fazia o fogo tacava o que era de panela tudim, e cozinhava tudim, agora dos feitor e apontador, era... separado, deles, eles levavam pra minha barraca queijo, os queijo grande, traçado de carne, pra poder, pra mim fazer pra eles, assar carne, fazer tudo, eu fazia tudo isso pra eles, aí um dizia assim, outros dizia assim, chamava a minha menina que era assim pequenininha e dizia assim: - cadê a barraqueirinha nova? E ela já vinha, a chego vinha com tudo, mandava ela se sentar e ela se sentava, e eles iam e botava aquela merenda deles e botavam ela ali também. “- Dona Cesária quando a senhora quizer qualquer coisa dessa que nós trás aqui, a senhora pode tirar, não precisa pedir, pode tirar. Eu digo : - sim! Eu mesmo ia!? Nunca! (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Neste trecho da entrevista de Cesária, podemos perceber que muitas crianças permaneciam nas barracas do acampamento com a mãe, ou outras pessoas da família, enquanto o pai ia trabalhar.

Podemos ver também que algumas mulheres trabalhavam como “barraqueiras”, ou seja, cozinhavam para um grupo de trabalhadores enquanto eles labutavam. Na citação, temos detalhes do cotidiano de trabalho de dona Cesária, uma das inúmeras barraqueiras que também trabalharam no açude.

Na fala de Cesária, é possível ver a diferença entre a alimentação dos trabalhadores comuns; “com o feijão”, a precariedade das refeições dos trabalhadores chama a atenção, enquanto que a alimentação dos “feitores e apontadores, era separado, deles”; com “queijo grande, traçado de carne”, assim a oferta de alimento não era o principal motivo de dietas pobres em variedades, mas sim, tais carências eram motivadas pela disparidade nos pagamentos dos funcionários.

Apesar do ensaio de gentileza que alguns trabalhadores mais bem guarnecidos faziam ao oferecer seus alimentos para Cesária “tirar” um pouco, sem precisar “pedir”, fica marcada a consciência daquela desigualdade por ambas as partes, pois Cesária enfatiza: “nunca” pegou algo do que lhe ofereciam.

Os trabalhadores solteiros, muitos sem viabilidade de tempo ou por quaisquer outras limitações, pagavam do próprio bolso algumas mulheres, esposas ou parentes de colegas das frentes, para prepararem sua comida enquanto estavam no serviço.

O fato de muitas mulheres prepararem a comida de alguns operários não significa que esta tarefa fosse desempenhada apenas por elas, pois, em alguns casos, os operários pagavam um colega homem para realizar tal função, ou a administração separava um da turma, para tais serviços; também não significa que as mulheres se empregassem somente neste tipo de tarefa, pois muitas delas trabalharam no acampamento do Açude Araras como enfermeiras, zeladoras, professoras e etc.

No entanto, elegemos como sujeitos de nossa pesquisa apenas trabalhadores e trabalhadoras rurais expropriados que migraram para o serviço na frente de construção do Açude Araras; assim, não abordaremos com profundidade as experiências de outros

profissionais.

Mas, em que medida as mulheres, esposas, filhas, ou mesmo amigas dos trabalhadores estavam diretamente ligadas à manutenção dos serviços da gigantesca obra? Elas estavam ali não só como coadjuvantes, dependentes, e sim como colaboradoras, provedoras de suas necessidades e das necessidades de seus entes queridos.

As mulheres cuidavam das crianças que ficavam nas barracas, cozinhavam para a família, e, muitas vezes, para outros operários como modo de obtenção de recursos, enquanto outras costuravam e realizavam inúmeros outros serviços que não tivemos conhecimento.

Cesária, como já colocamos anteriormente, foi uma destas mulheres, teve muita iniciativa para conseguir moradia para si e sua família, teve de lidar diretamente com os construtores dos barracos, era barraqueira, e, além disso, ajudava o esposo no trabalho mesmo estando grávida. Ela diz: “por que eu morei aqui, vivi aqui muito tempo, em cima desse serrote, eu, bucho pra aculá, ia ajuda meu marido em metrar<sup>76</sup> pedra, arrancar pedra e metrar, em cima daquele outro serrote tudim, alí, e de noite eu pescava [...]” (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Outras ações fundamentais das mulheres eram na cura de doenças, já que, nem por todos os problemas de saúde, os operários poderiam receber, a qualquer momento, atendimento médico no posto de saúde que existia. Chico Tem Tem explica que “não, existia um cara pra dar assistência, tinha um posto chamado posto médico, na época, tinha um enfermeirozim, fazia o curativo e mandava o cara ir para casa.” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Somente em casos mais graves os trabalhadores eram atendidos pelos médicos do DNOCS. Em tais circunstâncias, Cesária atendia muitas pessoas com suas habilidades terapêuticas. Desta forma, os pais de muitas crianças as levavam até Cesária como alternativa para tratarem suas enfermidades:

Não, era difícil, era muito difícil, as pessoas era... era criança que chegava quais morto na minha casa, aí... por aí ia saindo, mas, que eu não gostava, aí ia saindo e as crianças ainda hoje, tem deles aí ave Maria, tem maior amor por essa madrinha Cesária deles, chegaram quase mortim, saiam bom, o menino ali o rapazinho do Pedro Boto, tem é muito, tem é vários, aqui. Eu fui assim, meia destocada, desde de eu criança. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018)

Maria Miranda, outra ex-funcionária que entrevistamos, também trabalhou como cozinheira, no hotel do DNOCS. Mesmo ganhando pouco dinheiro, conseguia manter, sem o marido, os dois filhos que já tinha e ainda criou mais doze crianças que lhes foram deixadas

---

<sup>76</sup>“Mettrar” significa, na linguagem destes trabalhadores, cavar buracos de área de um metro quadrado, o procedimento era o primeiro passo efetivo para a estrutura de concreto das fundações da barragem.

pelos pais em sua barraca:

Era a Gilca, é a caçula, o outro é o Francisco Miranda, aí começou, como eu tinha esses meninos, começou uma perseguição, chegava uma mulher...” “- Dona Maria eu trouxe esse menino pra senhora”, digo: “- Quero não meu filho que eu trabalho!” Eu tinha arrumado o emprego. “- Eu trabalho, eu não posso cuidar de menino não! Os meu a mamãe é quem fica com eles”, aí... “- não mas, cê fica , cê fica”. “- Fico não, não quero”. “- Dona maria, eu tenho que fazer uma compra ali, deixa ele ficar aí enquanto eu volto, que pra andar com menino é muito ruim”. Pronto, desaparecia que até hoje, não sei como era a mãe, não sei quem era. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018).

Como vimos, muitos pais, passando por situações de total carência, abandonavam os filhos com quem acreditassem poder cuidar melhor. Maria foi uma das pessoas caridosas que, com esforço, cuidou de crianças deixadas pelos pais.

Em seu relato, também vemos que Maria Miranda contava com a ajuda da mãe para cuidar das crianças enquanto trabalhava. Assim, a família, com a indispensável colaboração das mulheres, mantinha laços de solidariedade para consigo e para com outros, transforma-se em um meio ativado pelos trabalhadores para suportar aquelas situações:

Dava pra sobreviver, nesse tempo, eu comecei com dois mil réis, aí passou, ia aumentando... aumentando e o papai disse: “- minha filha, cê vai gastar seu dinheiro todim!” eu digo: “- é o jeito pai, tem nada não, não vai fazer falta, aí a gente fazia as compras, tinha os fornecimentos”. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018)

Percebemos que, apesar do salário ser pequeno, era o que tinham para o sustento da família e, mesmo sendo jovem, Maria Miranda “era a mais velha, era a chefe da família”; logo, sentia-se responsável pelos familiares.

Nesse contexto, fica claro que as posições de comando dentro do grupo familiar poderiam ser, portanto, ocupadas por mulheres. Com a renda, a barraqueira ainda ajudava os pais a criar os irmãos. Estando Maria no hotel, tinha contato constante com os chefes da obra. Aproveitando-se desta oportunidade, batalhou vaga para os irmãos também se empregarem nas obras do Araras; por fim, todos os irmãos estavam empregados:

Trabalhava, graças a Deus, meu pai, meus irmãos, no começo eles não trabalhavam não, mas, depois que eu trabalhando, ai eu fui, falei com o engenheiro, contei a minha história pra ele, aí ele: “- Dona Maria, pois mande aqui”, aí eu mandei, foi o papai, o compadre Manel, o compadre Raimundo, e o José, aí sei que mandei eles pra lá, seis, ele empregou, graças a Deus, a gente foi viver uma vida boa, eu fiz, que, eu como era a mais velha, era a chefe da família, aí tudo era mandado por mim, eu dizia como era pra fazer. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018)

Assim, as experiências de Cesária e Maria Miranda são representativas das vivências femininas nas obras de construção do Açude Araras, protagonistas, progenitoras, provedoras e protetoras de suas redes de parentes e amigos, muitos daqueles adquiridos no

acampamento, naquele canteiro de obras.

Figura 5: Mulher segurando uma criança durante a visita de Juscelino Kubitschek às obras do Açude Araras, em abril de 1958.



Foto: Cruz. Acervo: Agência Nacional. Fonte: Arquivo Nacional.

Nesta imagem, registrada durante a visita do Presidente da República Juscelino Kubitschek às obras do Araras, em abril de 1958, vemos, ao centro, uma mulher de baixa estatura segurando uma criança, ao lado de um trabalhador da obra sem blusa e com a calça rasgada,<sup>77</sup> a mulher, de pés descalços, roupa simples com uma criança nua em seus braços, ganha destaque em face das autoridades governamentais ensapatadas e vestidas de terno e gravatas. Um contraste.

Outras oradoras que entrevistamos foram Maria de Lurdes e Francisca Rodrigues de Lima. Iremos agora conhecer um pouco de suas histórias. Elas também contribuíram diretamente para a manutenção de suas famílias, mesmo não sendo barraqueiras, cuidando dos familiares e de amigos em suas instalações do acampamento.

Maria de Lourdes veio para a construção do Açude Araras em 1958, ainda “adolescente”, acompanhando os pais e irmãos. A família de trabalhadores rurais anteriormente

<sup>77</sup> O mesmo trabalhador e o presidente são mostrados conversando em outra foto tirada no mesmo evento e divulgada no jornal *Diário da Noite* publicado em 19 de abril de 1958.

morava em Moquéim de Dentro, na zona rural de Reriutaba. Já Francisca Rodrigues de Lima veio de Jaíbaras para o Araras no mesmo ano, já casada. A primeira, como filha e irmã, e a segunda, como mãe e esposa, ficavam na barraca cuidando diariamente das crianças pequenas e preparando as comidas, enquanto os homens, empregados da obra, iam para os serviços.

As tragédias propensas a ocorrerem naquele ambiente marcou a história de nossas duas oradoras. Maria de Lourdes conta que perdeu dois irmãos assim que a família chegou no local das construções do Açude Araras.

Aqui, na Varjota, ali na Piçarreira<sup>78</sup>, morreram todos dois lá, [Pergunto do que morreram] o outro... um de sarampo, o outro foi a tosse, aquele coqueluche brabo sabe? Que deu e ele era pequeno, e eu não sei como foi aquilo e ele não aguentou o rojão e o bichim morreu, tinha quatro ano mesmo. (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019)

Durante a crise de saúde que matou os irmãos de Lourdes, a família procurou atendimento no hospital (posto médico) do acampamento, mas...

[...] Tinha muito pouco, a gente tinha que vir aqui nesse hospital pra trazer, mas, não teve jeito não meu fi, o coqueluche foi muito brabo e ele tava meio fraco parece né, eu sei que ele morreu! O outro morreu de sarampo, sarampo deu atacou a graganta e ele morreu! Entendeu? Chegemo logo aqui, a gente quando foi, a mamãe trouxe ele dormindo né, ele tinha seis mês, uns cinco a seis meses quando ele chegou aqui, e aí chegemo no auge da doença, caiu um sarampo e uma catapora que não teve na história, quase mata tudim, mas graças a Deus só foi ele e o outro foi de do coqueluche. (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019).

Pelo que relatou Maria de Lourdes, as epidemias faziam muitas vítimas entre as crianças no acampamento. Outro fator que provocava muitas mortes, estas também de adultos, era os acidentes de trabalho, principalmente os que envolviam veículos e máquinas. Francisca Lima perdeu o esposo e dois irmãos em acidentes deste tipo.

As memórias de acidentes fatais envolvendo máquinas e operários são muito recorrentes nas falas dos entrevistados, que sempre fazem menção a grandiosidade das máquinas, velocidade, e etc. Em especial uma máquina chamada popularmente de “Loda”, que seria capaz de carregar um “Truque” (máquina de cargas) em poucos segundos.

---

<sup>78</sup> Varjota é um termo utilizado por alguns entrevistados para se referir ao acampamento do Araras, por ser o nome do município o qual atualmente circunscreve-se, na zona urbana, a área que os barracos dos operários ocuparam na época da construção do açude. Hoje muitos dos barracos estão demolidos ou foram reformados e incorporados a malha urbana da cidade. Piçarreira é referente a uma área específica, distante do núcleo do acampamento dos operários, atualmente também foi assimilada pelo ambiente urbano de Varjota, correspondendo ao seu centro comercial.

Figura 6: Loder carregando Truks com materiais retirados do “Emprestimos”, em 1958.



Foto: Cruz. Acervo: Agência Nacional. Fonte: Arquivo Nacional.

Figura 7: Truks transportando materiais retirados do “Emprestimos” para a barragem do Açude Arars em 1958.



Foto: Cruz. Acervo: Agência Nacional. Fonte: Arquivo Nacional.

A velocidade e a quantidade de material transportado pelas máquinas colocava em risco motoristas e operários que trabalhavam sem equipamentos de proteção. Na imagem seguinte, constatamos como o motorista do “Truck” conduzia a máquina sem nenhuma cabina de proteção, capacete ou outros equipamentos de proteção individual.

Francisca conta que o marido “ajudava na máquina, aí aconteceu um desastre com ele, ele bateu a coisa da máquina nele, um ferro, não sei como é o nome, bateu nele aí capou o fim” (FRANCISCA RODRIGUES DE LIMA, 2019). Após perder o marido, a entrevistada passou por períodos de extremas dificuldades, na condição de viúva e com sete filhos para criar.

Entrevistamos um dos filhos de Francisca Lima, João Rodrigues de Lima (ou Avanir), sujeito que já citamos aqui, que tinha na época doze anos de idade e é o filho mais velho. Ele conta que

quando a máquina matou meu pai, meu pai não teve mais condições de comprar nada, de nós comprar mais nada na cooperativa, [...] aí nós ficamos, aí nós ficamos, quando foi um período veio uma...uma alistação pra empregar, pessoas no DNOCS, aí me chamaram pra mim ir, eu fui lá, cheguei lá era de menor, não podia, eu era de menor, aí disse: - “Pois, emprega a mãe dele”. A minha mãe era viúva né?! Aí levaram minha mãe e empregaram ela, empregaram minha mãe, ela foi trabalhar de zeladora, foi trabalhar no colégio, lá no Waldir Leopércio, lá em baixo o Waldir Leopércio, que já tinha o Waldir Leopércio, nós estudava lá, só estudava pessoas do Dnocs, particular de jeito nenhum. (JOÃO RODRIGUES DE LIMA, 2019).

Esta fala de Avanir, explicando sobre o alistamento de sua mãe, somente quando enviuvou, também serve para retomarmos discussões sobre a situação das crianças, filhos dos retirantes, nascidos no canteiro de obras ou trazidos pelos pais até aquele lugar.

Então, no momento em que os adultos estavam trabalhando, onde e como ficavam as crianças? Ficavam todos na barraca para serem cuidadas? Estes contribuía em algum serviço doméstico ou de outra natureza?

A escola onde Francisca fora trabalhar depois de viúva, como “zeladora”, escola Waldir Leopercio, foi construída em 1955<sup>79</sup> e recebia os filhos de “funcionários” do Departamento para instruí-los nas primeiras letras; porém, somente os filhos de funcionários poderiam estudar naquele recinto.

Durante a entrevista com Francisca Lima, sua filha, com quem mora atualmente, acrescentava informações à fala da mãe e nos relatou sobre as vivências e memórias daquela época da construção do açude que o irmão mais velho Avanir compartilha com a família, segundo ela,

---

<sup>79</sup>Esta informação foi retirada das anotações que o sr. Felix Ximenes Furtado realizou em cadernos manuscritos a partir da década de 1970, a organização dos “escritos” é feita em cadernos com arames espiral, numerados e paginados manualmente e segue uma cronologia bem definida.

Ele [Avanir] era pequeno, ele trabalhava, não, ele trabalhava lá, quando ele [o pai de Avanir] era vivo, trabalhava ele [Avanir] e a minha irmã, ele quem tomava de conta, e ela quem tomava de conta [da família na ausência dos pais], eles estudavam, ele disse que ia buscar leite pra nós aqui nos barracão, não tinha de primeiro os barracão ali?! Ele disse que ia buscar pra nós leite, que nós comia leite, ele que ia buscar, pequeno, ele era pequeno.<sup>80</sup>

Pela fala da filha de Francisca, irmã de Avanir, ele trabalhava, sem alistamento por ser de menor, mas, em alguns momentos, ajudava o pai nos serviços nas obras do Araras.

Avanir, em sua entrevista em outro momento e local, relembra a liberdade em que viviam as crianças no acampamento: “A gente andava era de pés correndo atrás de... menino velho, brincando dentro do mato uns com os outros, era mato brabo, lá na frente da onde eu moro, ali era mato de relame das altura mais horrível do mundo”. (JOÃO RODRIGUES DE LIMA, 2019)

Assim, vemos que a escola Waldir Leopércio, onde Avanir e outras crianças filhos de operários do DNOCS estudaram naquele período, não funcionou desde o início das obras, não funcionava em tempo integral e certamente não recebia todas as faixas etárias para a escolarização. Cesária, além de todas as coisas que fazia como mãe, esposa e barraqueira, lembra que

ainda ensinei aqui, ainda ensinava os meninos a... pichotim os meninos dá... dá... dos operários que tinha, ensinava até das seis horas até as oito [pergunta o que ensinava], a ler. Botei, então, eu ensinava quando era nove horas, eu despachava eles, nove horas eu já tava... já ia pra beira do açude pescar, eu fui pescadeira, eu fui tudo aqui nesse lugar. (CESÁRIA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Assim vemos que as crianças precisavam ser, muitas vezes, amparadas pelos vizinhos enquanto os pais trabalhavam, como nos relatos anteriores de Maria Miranda e esta última fala de Cesária, ou eram cuidadas pelos irmãos mais velhos.

Chico Tem Tem, bem como Avanir, também ficou órfão de pai, quando sua mãe se empregou em outra frente de serviço que não era o Araras: “[...] as meninas [irmãs de Tem-tem] era de menor e não faziam nada não”; enquanto a mãe trabalhava, elas “[...] só ajudando a mamãe mesmo, em casa” (FRANCICO RODRIGUES LEITÃO, 2019).

Mas, o que fica evidenciado pelas entrevistas analisadas é que as mulheres eram peças chave na dinâmica cotidiana dos trabalhadores residentes no canteiro de obras, tanto por prepararem a comida, quanto em momentos de enfermidades, para organizar o funcionamento doméstico, cuidar e educar as crianças, seus trabalhos, mesmo em alguns casos não sendo considerados produtivos na perspectiva do trabalho remunerado, garantiam a reprodução do

---

<sup>80</sup>Fala da filha cuidadora de Francisca Rodrigues de Lima durante a entrevista que realizamos com a ex-cozinheira do DNOCS em sua residência, em Varjota-CE, na data de 14 de fevereiro de 2019.

mesmo no ambiente doméstico, elas eram ainda, muitas vezes, o esteio de famílias inteiras.

As relações de solidariedade entre os operários eram uma estratégia para sobreviver naquelas condições. Os favores feitos por mulheres contribuía para a manutenção de redes de ajuda mútuas entre os operários.

Deste modo, além das situações de acolhida de retirante pelos próprios operários que já citamos, existem relatos de panelas onde a comida era preparada coletivamente:

Sim aquele caldeirão é quando foi se unindo mais o povo, que a gente que trabalhava, muita gente, e muita gente conversava, que era melhor numa panela maior, pra fazer de muito naquela panela, que ate o gosto ficava melhor, e tinha deles que concordava, ai butava aquele tempero na panela, e marcava, enfiava uma paia ou uma embira e fazia um nó dois nó pra saber que aquele pedaço era daquela pessoa, fazia muito isso acontecia demais isso na turma, eu nunca fiz isso não. Você acredita que tem dia que eu tenho saudade, sofria muito, mais era tão assim, bom por que a gente tinha aqueles amigos.<sup>81</sup>

As estratégias de solidariedade cotidianas, assim, incluíam favores como cuidar de crianças de outros, ou mesmo cozinhar na mesma panela, onde não só poupavam tempo, ingredientes, como também “o gosto [da comida] ficava melhor” e as mulheres articulavam estas redes de ajuda mútua.

Além de dividir comida, os operários, em muitas ocasiões, também dividiam as casas, pois “as vezes saia, sai uns, aí deixava trancada, uma pessoa ficava recebendo a chave, aí eles, dividia” (MARIA MIRANDA, 2018).

No entanto, mesmo com muitos gestos de solidariedade, a grande concentração de pessoas provocava muitas preocupações, pois o controle social incluía comportamentos disciplinados fora do horário de serviço, entre estes, a contenção de vícios e o cuidado com a possibilidade de liberdade sexual.<sup>82</sup>

Em acampamentos deste tipo, quando possível, existia a separação das casas de solteiros das casas dos operários casados,<sup>83</sup>; em Orós, Edvar percebeu este cuidado em separar os rapazes das famílias residentes: “era uns galpão de zinco, os casado moravam separado, agora os rapazes moravam em galpão de zinco”. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018)

As questões relacionadas a valores de honra feminina das moças solteiras, como virgindade, e das mulheres casadas, como a fidelidade e comportamentos distintos, sem

<sup>81</sup>Entrevista concedida por José Gerardo Gomes, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Marcos Vinícius Linhares de Paulo, em 2016. (DE PAULO, 2016, p. 13).

<sup>82</sup>Desde os primórdios do capitalismo, os pobres são representados socialmente como uma “classe perigosa”, não somente pelo potencial de insurreição, mas, por todos os mitos e estigmas de marginalização propalados pelas elites para justificar a repressão e o trabalho como elemento dignificante. (Cf. CHALHOUB, 2001, p. 76).

<sup>83</sup>Podemos lembrar a descrição de casas para solteiros presentes em ofício listando as estruturas do acampamento (DNOCS, ofício de 26 de janeiro de 1954 do Engenheiro do S. P.O, Renato de O. Greenhalgh, ao Diretor da Divisão Técnica).

misturar-se em farras masculinas, por exemplo, eram socializadas. A mulher que não seguisse códigos como estes corria o risco de ficar mal “falada”. Aspectos moralizantes como estes também estavam presentes no controle social pretendido no acampamento, mesmo as condições de moradias não oferecendo muita privacidade, o que muito dificultava a eficiência do controle pretendido.

Através das entrevistas, notamos que casos de consumação sexual entre pessoas não casadas ou mesmo boatos poderiam gerar questões e problemas, até mesmo chegando a demissões de operários, pois soubemos que “teve uma confusão de um rapaz que falou aí na pedreira, numa filha de uns parentes dele que vieram do Paulo Pessoa né, aí...” (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Este caso que Nestor começou a nos contar quase gerou a demissão do operário que proferiu os boatos; seu emprego foi salvo pela cumplicidade dos companheiros de serviço (entre estes Nestor) que negaram qualquer declaração, ocorreu que

[...] ele tinha falado que ela não era mais moça, ele falou parece que um passado dela [da moça difamada], parece que com ele né, parece, aí foi, ele disse: “não”, eu digo, não doutor, ou sargento, é porque eu não sei mesmo não que eu trabalho longe dele por causa dos fogos, eu bato, até apronto os ferros pra ele, assim assado”, eu botei a defesa! (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

Nestor justificou a inocência dos trabalhadores no caso, alegando a concentração no trabalho como impedimento para as supostas fofocas.

Mas não apenas as mulheres solteiras eram observadas pelos funcionários graduados, como no caso acima mencionado; os apontadores e feitores, além dos guardas, desempenhavam papel de vigilantes morais e informantes dos engenheiros, eram os principais responsáveis pelo controle social no acampamento, onde uma outra preocupação era o comportamento de mulheres casadas.

Cesária relata suas andanças desacompanhada do marido, quando existia um receio por parte de alguns companheiros de trabalho e superiores. O receio deles era suscitado pelas chances que ela poderia ter de ser assediada ou importunada por outros; no entanto, ela garantia seu respeito pela seriedade com que tratava cotidianamente os moradores e superiores no trabalho.

Travessava esse rí pra todo lado mais os americano, aí que o João começou, depois a trabalhar mais os americano aqui, eu vinha de lá do outro lado, os americano vinha de lá que o rí tava cheio ne?! (batidas das mão) pega a canoa vinha me, me pegar bem aqui, do finado Raimundo Alves aqui, eu pegava, me deixava lá do outro lado, e dizia assim “mulher tu não tem medo desses homem não?” eu disse “porque?, por que que eu posso ter medo dele? Eles não vem com... com... brutalidade comigo, eu não vou com, também tirar prosa como eles, então, vamos sérios e vamos sério e nós fica, e

tudo bem, me respeita muito bem, eu e meu marido, pronto”, mas, que eu levei aqui muito nome de doida, levei, mas eu nem escutava não tava nem aí, pra mim tavam...(risos). (CESARINA BEZARRA DE OLIVEIRA, 2018).

As noções morais e disciplinares eram, portanto, em grande parte compartilhadas pelos próprios operários, que, por vezes, ofereciam resistências abertas, como fez Cesária e em outros casos velados diluídos no próprio fazer do cotidiano.

Apesar da carga horária exaustiva, os operários arrumavam tempo para o lazer, seja em família na barraca, ou com os vizinhos.

[...] se juntava o que era de... de... trabalhador e tudo e as mulher e tudo, ali naqueles terreiro a gente conversando, a gente brincando, aí nós dizia assim “quando for daqui a uns tempo aquilo aculá só é luz... alumiando aculá...” disto nós achava graça, achava graça, como de fato, foi mesmo. (CESARINA BEZARRA DE OLIVEIRA, 2018).

As noites nos terreiros poderiam ser animadas com música tirada de algum instrumento tocado pelos operários. Francisca Lima não lembra o nome de um instrumento que ouvia tocar frequentemente, mas nos fala da animação que estes ajuntamentos poderiam produzir entre os operários, mesmo nas pequenas barracas:

Era comum, era quase toda noite, quase toda noite dançavam, aquela coisinha de plástico que a gente toca, aquela pequenininha, [...], aquela outra, a gente toca muito em casa com ela, que a gente compra muito em casa, a gente faz é comprar, toca muito em casa com ele [...]. (FRANCISCA RODRIGUES DE LIMA, 2019).

Para além do trabalho e danças, realizavam-se também cultos e missas em algumas casas no acampamento. Como não tinha prédio específico que funcionasse como igreja, os eventos “era mais na república, nessa república” (MARIA DE LOURDES, 2019). O que Lourdes nos diz aqui é que as reuniões religiosas se realizavam principalmente nas casa dos engenheiros.

Ah, eu não me lembro muito, era o padre da Reriutaba né meu filho, que era município, isso aqui era município da Reriutaba, entendeu, aí ele vinha celebrar muitos anos, o padre da Reriutaba ficou trabalhando aqui, nessa cidade. (MARIA DE LOURDES, 2019)

As manifestações religiosas coletivas não eram constantes e eram hegemonicamente católicas, porém existiam outras. Eventualmente, o acampamento recebia visitas de missionários, como relata Avanir: “Rapaz eu não sei de onde ele vinha, ele andava visitando as cidades, aqui na Varjota ele passou bem uns três mês, tinha missa todo dia lá no Arara vei, e os festejos do frei Alves, era animado de mais[...]” (JOÃO RODRIGUES DE LIMA, 2019).

Como os operários tinham muitas necessidades, que extrapolavam a simples

comida e bebida, os responsáveis pela organização do acampamento buscaram estabelecer um dia padrão para as folgas,<sup>84</sup> pois a labuta era muito exaustiva. As folgas passaram a ter início a partir das tardes de sábado e durante o dia de domingo: “aí nós fomos chamados pelo engenheiro pra combinar o negócio da feira. Um dizia é quarta, o outro, é sábado. Tinha deles que achava que tinha feriado né. Até que nós combinamos, todo mundo, pra ser domingo. É um dia de lazer e tudo mais.”<sup>85</sup>

Como vimos na fala de Zé Arteiro, um dos comerciantes no acampamento, convencionou-se entre comerciantes e engenheiros chefes realizar uma feira no domingo, dia da folga dos operários, porque: “lá em baixo parece que tinha quatro casa antiga né, casarão que era umas mostra de grande, aí, era... era, só tinha lá, aí depois começaram umas casinhas por lá, aí fizeram um mercado, um barracão né, foi até meu sogro que fez, fez um barracão...” (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

No “barracão” funcionavam as feiras aos domingos: “Tinha a feira, era ali, tinha a feira ali. [Pergunto se acontecia dificilmente] Não, era direto como a feira daí da rua, ainda era melhor ainda, era grande, aí a feira, tinha loja, tinha tudo, era uma rua aí...” (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Além de comprarem mercadorias na feira, os operários faziam dela um momento de lazer: “Porque a feira aqui é um lazer viu, não é só a feira não. Aí a gente combinou pra domingo e vem de lá pra cá. Olhe, foi em 54, 53 pra 54, foi quando começou a primeira feira aqui, de animal, nas costas de animal né (risos).”<sup>86</sup>

As feiras, como momentos de encontro dos trabalhadores, poderia muito bem servir para discutirem sobre suas condições de trabalho, identificar oportunidades e socializar os antagonismos estabelecidos no dia a dia de trabalho, bem como divulgar para amigos momentos de novos alistamentos.

Durante a feira era comum ter música, dança e jogos em um bar construído por um daqueles comerciantes, no entorno do mesmo galpão onde funcionavam as vendas: “Aqui, o Bejamim, veio pra morar aqui né, que tinha um bar, ele tinha um bar e fazia as festas dia de domingo, todo domingo tinha festa lá né, barracão velho, feito [...] era muito animado! (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

---

<sup>84</sup> Alain Corbin, em “A fadiga, o repouso e a conquista do tempo livre”, discorre sobre as discussões entre cientistas e industriais para convencionar o domingo como dia de descanso no início do século XX, o descanso semanal e o sistema de divisão do dia em “três oitos” visavam a maior produtividade dos trabalhadores. (Cf. CORBIN, A. A fadiga, o repouso e a conquista do tempo (p. 333-361). In: História dos tempos livres. Teorema, 2001.

<sup>85</sup> Entrevista concedida por JOSÉ ARTEIRO ROCHA, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Rafael Pires Martins no ano de 2014, (ver MATINS, 2014).

<sup>86</sup> Idem.

O Bar de Bejamim é muito comentado em entrevistas que versam sobre o lazer no acampamento, sempre associando o lazer dos operários ao uso de álcool (MARTINS, 2014, p. 38),

Rapaz quase não tinha festa não, por aí tinha umas festas por aí, mas, por exemplo, chamava de samba né?! Hoje a gente chama forró, aí chamavam de samba, aí aqueles motoristas e algum que tava mais de folga por ali, às vezes, por exemplo, de sábado pra domingo, aí pra aquelas festas, fazia bagunça também e tinha uns que eram meio bagunceiro, eles andavam de peixeira né, e é aquela coisa né, bebiam, né, aí é aquela coisa. (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

Vemos ali a tríade “Samba”, “bebidas” e “brigas”. As brigas, que, por muitos relatos, eram motivadas por disputas de homens por mulheres e não por questões trabalhistas, segundo os entrevistados, podem revelar um pouco deste lazer e noções morais de controle e de relações amorosas dentro do acampamento:

Não, o que teve, foi bem ali assim, que tinha o cabaré né?! A putaria, lá mataram um, criatura, de bala, finado Zé Melquides. Zé Melquides, mataram ele em riba de uns pedra aculá, onde tem uns pedra aculá, mataram ele, também foi só o que... por causa de que? (cochichando), de mulher, de mulher, por causa de mulher. (CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018)

A existência de bar, de “cabaré”, disputas por mulheres, revela um ambiente de predominância masculina, pois existia uma cultura machista de rígido controle dos papéis sociais de homens, com maior liberdade, e mulheres, com grandes restrições.

Assim, as mulheres que se envolviam nas festas masculinas com bebidas, e que, possivelmente, eram as pivôs de brigas entre os homens, fazem parte daquele sistema de sociabilidades como elemento de vazão das pressões, em ambientes específicos; elas atuavam com uma licença moral, fazendo disto uma razão para a permanência no acampamento, mesmo sem estarem alistadas na frente de serviço.

Severino Barbosa, aposentado pelo DNOCS como eletricitista, foi transferido para os serviços no Açude Araras em uma fase decisiva da obra em que o acampamento dos operários e entornos já se encontrava bastante povoado e desenvolvido. Em seu relato, diz que, quando chegou no Araras, não era casado:

Não, eu cheguei aqui em 57, trazia 1 conto e 900 no bolso, isso era dinheiro, tinha uma rua velha ali, tinha um chamego vei ali em baixo, vinha mulher de todo canto. A rua velha lá em baixo era cheinha de mulher de fora, mulher bonita rapaz, vinha de Nova Russas, Crateús, corria dinheiro, aqui corria dinheiro, eles faziam uma casa lá na rua velha, ficou cheinho, a cédula maior que tinha era 100 mil reis aqueles (inaudível), começou a aparecer, mas a cédula maior mesmo era 10 conto. (SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE, 2019).

Neste depoimento, vemos que a aglomeração de trabalhadores, pelo menos nas

fases finais da obra, proporcionou a circulação de muito dinheiro, e isso, somado à predominância masculina, atraía mulheres de outros lugares ao ponto de deixar “uma casa lá na rua velha” (o acampamento dos operários) “cheinha”. Relacionamentos poderiam, assim, ser iniciados com os funcionários.

Elas vinham e ficavam em barraca, os caboco faziam as barracas pra umas, outras iam 4, 5 numa barraca, quando era dia de sábado elas iam, outro dia já vinha outras de lá, e assim tirou 58, 59, 60, alí era lotado de mulher e corria dinheiro, mas, era um tempo bom, era um tempo bom. (SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE, 2019).

A migração destas mulheres citadas por Severino revela que a ação dos homens do acampamento, ao construir barracas para abrigá-las, gerava uma aceitação, por parte da administração do acampamento. Em outro trecho de sua fala, Severino revela também a agência destas mulheres em tirar proveito material da situação:

[...] vinha pra cá um misto galinha d'água preto, um misto preto dava duas viagens de Sobral pra cá carregando bebida, bebida e cigarro pro povo, duas vezes por semana carregado, lotado, tinha dois bar lá em baixo, um carrada que vinha só dava pra vender uma noite, e as mulher, *as mulher tomava dinheiro de nego aí* [...]. (SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE, 2019).

No entanto, os comportamentos considerados desviantes emergem em falas citadas ao longo do texto, de consumo de álcool, ou relacionamentos sexuais sem vínculos matrimoniais, e fazem parte de releituras que os camponeses operários fazem dos padrões comportamentais impostos pelo “outro”: os engenheiros e administradores do acampamento.

Com uma dura rotina nos serviços e apesar de todos os dispositivos de controle social para o disciplinamento dos retirantes para o trabalho aos moldes fabris, com rígidos cumprimentos de horários, fragmentação de tarefas, com tudo isso, os operários das obras do Açude Araras, como vimos, encontravam tempo para a família, o lazer e o amor.

## 4. CAPÍTULO 3: AS LÓGICAS DE TRABALHO E SEUS FINS.

### 4.1. Camponeses-operários:

Para compreendermos melhor o universo de experiências dos trabalhadores da construção do Açude Araras, temos de entender, que durante seus oito anos de edificação (1951-1958), a obra passou por diversas fases, no que diz respeito à oferta e procura por seus postos de trabalho, lentidão e aceleração de sua cadência, injeção ou carência de recursos financeiros e técnicos.

Considerando esta perspectiva, percebemos dois picos de alistamentos nos referidos serviços, justamente durante as duas secas que ocorreram na década de 1950: a primeira entre 1951-1953 e a segunda entre o fim de 1957 e em 1958, que ficou conhecida como a “grande seca”.

Os dois períodos de maior efervescência no Araras coincidiram, por razões explicáveis, com o início e o fim da construção. Por outro lado, existiu um período entre o fim de 1954 e que duraria até 1956, quando parece ter ocorrido uma baixa no número de trabalhadores e de trabalhos realizados.

Os primeiros serviços realizados no complexo de obras do Açude Araras foram evidentemente as estradas de acesso, pois o local, zona rural de Reriutaba, não possuía caminhos transitáveis por veículos necessários aos trabalhos e ao transporte de materiais. Tais “caminhos de serviços” foram abertos a partir de outubro de 1951,<sup>87</sup> por meio do desmatamento-destocamento, desbaste de solo, aterros e demais trabalhos realizados pelos retirantes operários.

As citadas estradas de acesso ao Araras hoje compõem o sistema rodoviário estadual e as principais avenidas da cidade sede da barragem (Varjota-CE). Foram estas, na época, denominadas de: “Caminho de serviço – Araras – Aires de Sousa; Rodovia- Araras – Aires de Souza BR 222, e as demais: Rodovia Aeroporto Araras – Reriutaba – Rodovia de Acesso aos empréstimos (13 m de largura); Rodovia de acesso a Barragem Auxiliar (Ararinha)”<sup>88</sup> estas três últimas iniciadas apenas em 1952.

Quase ao mesmo tempo, em 1952, foi iniciada a construção do campo de aviação e logo em seguida foi iniciada a construção de “modestas instalações” de casas para os funcionários e edifícios para a administração do DNOCS, entre o fim de 1952 e início de 1953

---

<sup>87</sup> A construção de estradas, porém, seguiria até 1958 devido às reformas e ampliações das mesmas, bem como novas ligações rodoviárias internas e externas à obra.

<sup>88</sup> Telegrama enviado pelo Chefe do Primeiro Distrito de DNOCS, Pereira de Miranda, ao Diretor Geral do órgão em 02 de julho de 1955.

(DNOCS, Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS em 1952).

Os custos de construção destas estradas seriam mais altos em seus primeiros trabalhos, se usássemos a lógica de que as estradas novas seriam mais caras para serem feitas, justamente pelo fato de serem abertas a partir de estados iniciais dos terrenos em picadas na “mata virgem”; no entanto, não foi isso que as “Informações Prestadas”, referentes as despesas com estradas construídas entre 1951 até maio de 1955, mostraram:

Nas construções acima referidas foram feitas por ano a partir de 1951 as seguintes despesas:  
1951 - Cr\$ 3.127.031,90;  
1952 - Cr\$ 7.810.099,60;  
1953 - Cr\$ 20.277.416,80;  
1954 - Cr\$ 8.618.866,00;  
1955 (até maio) - Cr\$ 33.270,40.<sup>89</sup>

O ano de maiores despesas, como se vê, não foi o primeiro (1951), mas foi o de 1953, com mais de 20 milhões de cruzeiros gastos. O segundo ano de maior dispêndio foi o de 1954, com mais de 8 milhões e meio de cruzeiros, seguido muito de perto pelos valores de 1952, com quase 8 milhões. Porém, no primeiro ano, o de 1951, as despesas com as estradas foram de pouco mais de 3 milhões de cruzeiros, menos da metade dos três anos subsequentes. No entanto, o que mais nos chama atenção são os gastos de 1955, com pouco mais de meio milhão de cruzeiros.

Estas informações apontam para o pico de gastos e atividades em plena seca de 1953. O dinheiro era especialmente gasto com pagamento de pessoal em plena alta de alistamentos. Podemos entender também, com a tabela de gastos com estradas, que, após a seca, com a chegada das chuvas, os trabalhos diminuíram de ritmo, pois, mesmo com os gastos de 1955 (ano chuvoso) correspondendo a apenas 5 meses daquele ano, somam uma totalidade ínfima em relação aos gastos nos demais anos calculados.

Esta lógica, de maiores gastos em períodos de seca e menores gastos em período chuvosos, se impõe porque, com a chegada do inverno, aumentavam as dispensas de trabalhadores e os serviços chegavam a quase parar. É o que diz o ex-motorista de trator no Araras, Chico Tem Tem, o mesmo que trabalhou nas estradas iniciais Araras-Aires de Sousa. Quando pergunto se as obras paravam durante o inverno, ele informa que “a maioria, pelo menos os motoristas sempre o doutor dispensava e só quando começasse de novo, continuasse a seca, que não podia rodar no inverno, só no verão” (FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO,

---

<sup>89</sup> Idem.

2019).

Durante o inverno (período de chuvas) de 1954, outras evidências indicam maior lentidão nas obras do Araras. Em telegrama enviado do Diretor Geral do DNOCS para o chefe do 1º distrito, Pereira de Miranda, responsável pelo Departamento no Ceará, são transmitidas reclamações do senador Plínio Pompeu que chegaram até o Presidente da República e ganharam repercussão nacional.

Terem sido retirados os tratores do “Araras”, ficando a Loder [maquina extratora de barro] paralisada, com retardamento da conclusão do açude auxiliar “Ararinha”, enquanto a verba de emergência destinada à construção da grande barragem era, em parte, aplicada na aquisição de novas máquinas.<sup>90</sup>

O trecho leva a entender que houve um desaparecimento dos equipamentos naquele momento provocando uma lentidão nos trabalhos. No relatório das atividades realizadas em 1953, constatamos a consistência destas conclusões. Ali é colocado que “os serviços que se referem à barragem, propriamente dita, tiveram o seu início retardado por falta de água e tratores”. (DNOCS-Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS no Ano de 1953)

Em 20 de julho de 1956, o agrônomo Pimentel Gomes, como colunista do jornal Correio da Manhã, queixava-se de que “a bacia do Acaraú está esquecida” e suas expectativas para com a obra do Araras se perdiam no longo período de espera que a construção levaria para sua finalização. O jornalista, favorável à atuação do Governo e do DNOCS, clamava: “Faz-se mister apressar a construção do açude Araras, cuja capacidade é de 1 milhão de metros cúbicos”. (CORREIO DA MANHÃ, 20 de julho de 1956)

Mas, para termos um referencial sobre a lentidão ou rapidez com que as obras foram concluídas, podemos analisar uma projeção feita em sete de março de 1952: o “Plano de Execução” e orçamento dos custos, elaborado pelo engenheiro Lohengri Meira de Vasconcelos Chaves, apresentado ao Diretor Geral do Departamento.

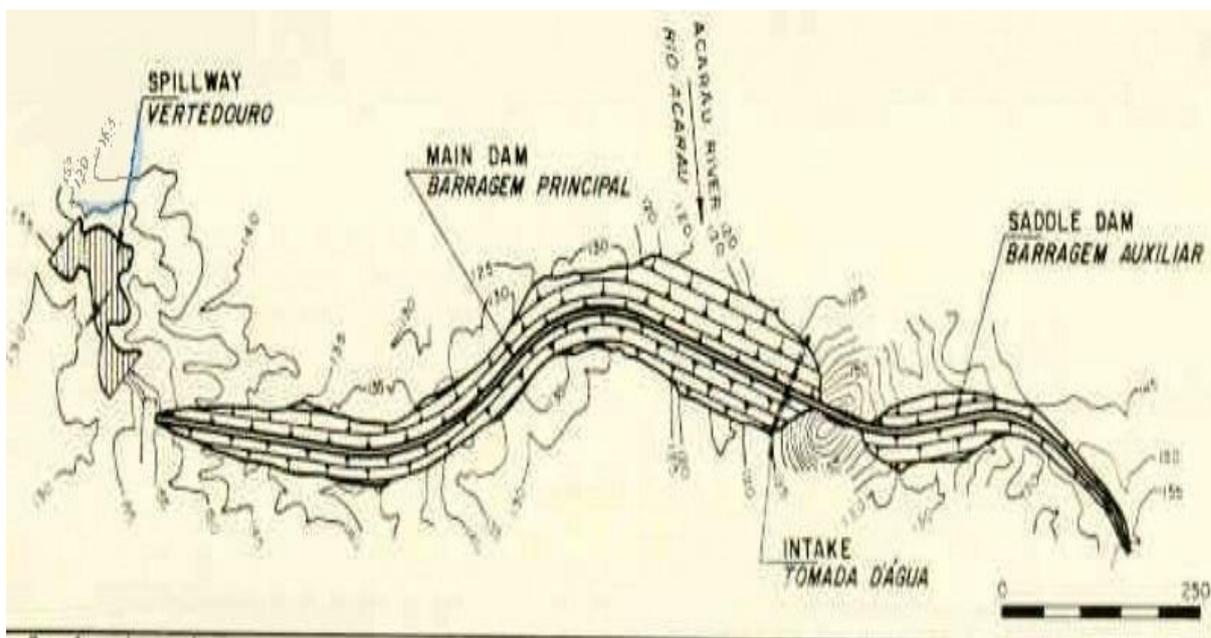
No referido documento, o engenheiro responsável pelos projetos da barragem estava “prevendo a execução da obra em um quinquênio, isto é, de 1952 a 1956, com a colocação de 800.000 m<sup>3</sup> de terra por ano, no máximo” (DNOCS- Programa de execução do açude público “Santa Cruz, no município de Reriutaba-CE). O engenheiro distinguiu dois trechos da barragem do Açude, denominando-os de trecho I e trecho II, a serem feitos em quatro fases.

---

<sup>90</sup> Telegrama enviado pelo Diretor Geral do DNOCS ao Chefe do Primeiro Distrito do órgão, Pereira de Miranda, em 17 de fevereiro de 1954- SMCTV.

Porém, a barragem propriamente dita só foi iniciada após a construção do açude de pequeno porte, para que servisse ao abastecimento dos operários e da demanda de água para a obra, o Ararinha, em 1954 (CORREIO DA MANHÃ, 13 novembro de 1954).

Figura 8: Arranjo Geral do Açude Araras



Fonte: FARIAS, 2010, p. 45.

A barragem do grande Araras foi projetada, conforme vemos na figura acima, para ser construída em duas etapas, em duas fases. No total, a represa possuía o comprimento total de 2.600 m, com uma altura máxima de 38 m,<sup>91</sup> dividida em duas partes de extensões desiguais por um morro natural que foi aproveitado na sua estrutura, conhecido por morro das Araras,<sup>92</sup> o que alguns apontam como motivo para o nome do Açude (FARIAS, 2010, p.17).<sup>93</sup>

<sup>91</sup>Informações retiradas do site oficial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, disponível em: <https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20do%20Ceara/araras.htm>. Acessado em 14 de janeiro de 2020.

<sup>92</sup> O morro das Araras, também é chamado de Tanques em documentos do DNOCS, atualmente é mais conhecido por Gruta do Araras, onde foram colocadas imagens de santos católicos, um local acessível e bastante frequentado por moradores locais e visitantes de outras cidades.

<sup>93</sup> O nome Oficial Açude Público Federal Paulo Sarasate seria em homenagem ao governador em exercício no Ceará em 1958, ano de inauguração da barragem, mas só viria a ser adotado, segundo algumas fontes, no início da década de 1970 (XIMENES, 2015, p. 75).

Figura 9: Morro aproveitado na estrutura da barragem do Açude Araras.



Fonte: Arquivo pessoal de Tecla Lopes, autor desconhecido.

Vemos, no centro da imagem, o morro das Araras, ladeado pelas barragens auxiliar e principal do Araras. A parte maior, à esquerda na imagem, identificada por barragem principal, tem em torno de 1.732 metros de comprimento; a parte menor da barragem, à direita na imagem, é identificada por barragem auxiliar, e tem aproximadamente 787 metros de comprimento. O primeiro trecho construído foi o chamado de barragem auxiliar,<sup>94</sup> mas a segunda só viria a ser iniciada em 1956, ano previsto no “Plano de Execução” para conclusão da obra. O açude só viria de fato a ser inaugurado em 1958.

O caráter assistencialista, que os primeiros serviços tiveram entre 1951 e início de 1954, na ocupação dos retirantes que afluíam durante as secas em busca de emprego, se deve ao paternalismo que o Estado assumia desde o final do século XIX (NEVES, 2000, p.208), como já foi explicado.

Mas, o outro lado da moeda era o fator técnico da obra. O não cumprimento do programa de execução nos prazos estabelecidos era justificado pelos administradores pelo emprego de mão de obra não especializada e os altos custos que a obra atingia pelo excesso de pessoal admitido.

---

<sup>94</sup> O açude Ararinha em alguns telegramas no contexto das obras de construção também é identificado por barragem auxiliar.

No mesmo raciocínio e argumento usado pelos engenheiros do DNOCS, toda a pressão para o emprego de retirantes diminuiria na medida em que o inverno se aproximava e a alternativa comumente utilizada, de transferir operários de uma obra para outra para diminuir a tensão interna, era suspensa, assim pensou e agiu Luiz Saboya em seus últimos atos na chefia do Araras. Diz ele:

Esclareço [que a] construção [do] Açude Araras tem alistado quatro mil novecentos sessenta homens abastecidos com água transportada até doze quilômetros [de] distancia, sendo contraindicado aumento[do] pessoal mesmo [se] houvesse facilidade [na] obtenção [de] água pelo agravamento elevado [do] custo [da] obras [pela] situação [de] emergência se vem verificando desfeito todo nossos esforços contrário, principalmente face [a] precariedade [dos] meios [que] dispomos. [As] Obras mais próximas são [a] irrigação Aires de Souza dificilmente dotada [de] meios financeiros [para o] ano corrente como sabeis e rodovia Sobral- Meruoca- Massapê sem recursos e [em] vias [de] conclusão trabalhos. Situação geral parece ir melhorar dentro pouco tempo [com a] aproximação [do] inverno [que] se anuncia.<sup>95</sup>

No telegrama enviado ao diretor Geral do DNOCS, para justificar a não admissão de mais funcionários, o engenheiro chefe do Araras demonstra uma consciência da tendência nas oscilações da oferta e procura de serviços nas obras do estado. A grande afluência de retirantes em busca de alistamento ocorria durante as secas, como aquela que se findava com o inverno de 1954, ao passo que, se ocorresse inverno, a procura pelos postos diminuiria drasticamente.

Por esta razão é que existiram dois momentos de intensa migração para as obras do Açude Araras: durante a seca de 1951-53, principalmente em seu terceiro ano; e durante a seca de 1958, evidenciando as flutuações na procura pelos postos de serviços e na carência por mão de obra no Araras.

As variações de oferta e procura pelos serviços refletia diretamente nas condições de vida, que poderia variar de acordo com o momento em que os trabalhadores chegavam no canteiro de obras. Em período de seca, com grande procura pelos postos de serviço, a superlotação e os discursos do assistencialismo eram usados como justificativas para tratamento exploratório daqueles retirantes nos serviços e nos fornecimentos de gêneros.

O arranjo político entre as chefias das obras e os fornecedores de gêneros para os alistados era um dos principais pontos de sustentação das frentes de serviços de emergência na década de 1950, tendo em vista que, durante a seca de 1951-1953, o Governo Federal retrocedeu ao sistema de pagamentos dos trabalhadores das obras em forma de alimentos (FROTA, 1985, p. 237).

---

<sup>95</sup> Telegrama enviado pelo engenheiro chefe do Açude Araras Luiz Saboya ao Diretor Geral em 25 de janeiro de 1954-SMCTV.

No entanto, em 1953, José Américo de Almeida, de volta ao Ministério da Viação e Obras Públicas, determinou o pagamento de operários das obras de combate às secas em dinheiro. Porém, a construção do Araras, assim como outras obras exclusivas no Ceará, foi tomada como uma exceção (LUCCHESI, 2017, p. 86). Deste modo, vários comerciantes das regiões circunvizinhas montaram negócios e fornecimentos na extensão das obras e acampamentos do Açude.

Um destes comerciantes, filho de antigos proprietários de áreas onde a barragem seria construída, foi Felix Ximenes Furtado. Ele comercializava mercadorias agrícolas vindas da Serra da Ibiapaba, principalmente adquiridas e transportadas em lombos de animais, para vender diretamente aos trabalhadores da construção do Açude Araras, bem como aos fornecedores de toda a região.

Felix tornou-se também um líder político local e registrou, com anotações manuscritas precisas, acontecimentos relacionados ao desenvolvimento do povoado que foi formado com os desdobramentos das obras do Araras. Em uma destas anotações, relaciona “os primeiros comerciantes no Araras Velho abaixo da parede do açude”:

Augusto Rocha, José Taumaturgo, Valfriso Macedo, José Facundo com Teodoro Sales, Francisco Macedo, Antônio Caetano, Felix Ximenes, Raimundo Ximenes Ferreira, Jacó e Artur Ximenes, Manoel Oliveira, José Cardozo, Bejamim Macedo, Chaga Francisco, Simplicio Braga, Braz Rodrigues Macedo, Joaquim X. Paulo, José Rodrigues Viana, Antônio- Bitá. Os residentes proprietários local Manuel Jorge e Gonçalo Pedro, João Alves Ximenes, Agostinho Alves, Plácido, Albetizo, estes era[m] dono[s] do local.<sup>96</sup>

Estes fornecedores eram autorizados pelo DNOCS para comercializarem por antecipação gêneros de primeira necessidade e outros artigos com os trabalhadores alistados. A maioria era de grandes comerciantes ou fazendeiros dos municípios vizinhos ao local da frente de serviços.

Por exemplo, Augusto Rocha era membro de família de comerciantes e fazendeiros do município de Cariré, com parentes na política carirense, como o irmão José Alcides Rocha (ELÍSIO, 2006, p.44); José Taumaturgo, comerciante oriundo do município de Reriutaba, era de família tradicional daquele lugar (ver NETO, 2006); e a família Macedo era, do mesmo modo, em Pacujá (CORREIO DA SEMANA, 13 de novembro de 1954).

---

<sup>96</sup> Esta informação foi retirada das anotações que o sr. Felix Ximenes Furtado realizou em cadernos manuscritos a partir da década de 1960, a organização dos “escritos” é feita em cadernos com arames espiral numerados e paginados manualmente e segue uma cronologia bem definida. O texto do qual o fragmento foi retirado não possui título, mas versa sobre a suposta inauguração do açude, em seguida lista ordenadamente cada um dos engenheiros responsáveis pela obra e por último cita os nomes de fornecedores e comerciantes do Araras. Os manuscritos são mantidos no arquivo pessoal do próprio Félix Ximenes.

Entrevistamos Getúlio Ferreira Rocha, ex-operário de obras de açudagem que também trabalhou no fornecimento mantido por Augusto Rocha no acampamento do Açude Araras; era primo do atendente de fornecimento José Arteiro, já citado aqui. Em entrevista realizada em sua residência, em Cariré, Getúlio informa que trabalhou no comércio de Manuel Tibúrcio, morador local, ao pé da parede do açude; diz ainda que os alimentos dispostos nos fornecimentos “vinham das feiras, a gente comprava e fornecia”, “vinha de animal”, mas que as mercadorias também eram adquiridas no “município de Sobral”. Ao perguntarmos sobre o tio comerciante e fazendeiro, Augusto Rocha, o entrevistado diz que Augusto era seu patrão e que trabalhava junto com Manuel Tibúrcio. Na época, o orador morava em Amanaiaras, distrito de Reriutaba, mas passava longos períodos no Araras.

Getúlio confirma, na entrevista, a informação de que Augusto Rocha também já havia trabalhado como empreiteiro na construção de açudes na região: “é aqui perto o açude, é perto, foi ele que construiu”. Eles construíam os açudes com “material, com pá, com jumentos [...] ele chamava né!? Ele chamava os cassacos! Aí ia, registrava né, aí eles iam trabalhar lá, de cassaco” (GETÚLIO FERREIRA ROCHA, 2019).

Não conseguimos montar em detalhes as possíveis redes de relacionamentos entre os fornecedores e os administradores das obras, mas inúmeros fatores e notícias apontam para o poder de influência de famílias proprietárias de terras, como a dos Saboya, em toda a região Norte do estado a partir de Sobral, cidade apontada como a principal beneficiária das “riquezas” que a construção do Araras traria.

Os “Saboya”, em alianças com outras famílias poderosas, uma vez no controle de cargos importantes na gestão das obras de combate às secas, como foram durante muito tempo na década de 1950, certamente, estendiam sua influência política e econômica aos acessos de alistamentos e aos fornecimentos nos canteiros de obras, como foi o do Araras.

Nas discussões que seriam travadas para justificar a criação de outro órgão de intervenção estatal no Nordeste, a SUDENE, na passagem da década de 1950 para 1960, políticos e autoridades em geral usariam a concentração de investimento em “um só lugar” como ponto negativo da atuação do DNOCS: “Lembra o sr. Dix-Huit Rosado o ocorrido com o açude Araras no Ceará onde têm sido aplicado mais recursos do que em todo o Estado do Rio Grande do Norte (CORREIO DA MANHÃ, 23 de janeiro de 1960).<sup>97</sup>

Os “Saboya de Albuquerque” eram, além de portadores de outras posições de poder,

---

<sup>97</sup> O diretor do DNOCS cearense ao qual se refere a reportagem era o José Candido Pessoa, antes dele um outro cearense já havia dirigido o DNOCS, entre 1951 e 1953, Francisco Saboya de Albuquerque, que pertencia a uma influente família proprietária de terras em Sobral.

no início das obras do Açude, até aproximadamente a metade do período de sua construção, ocupantes de vários postos no comando do DNOCS, quando surgem inúmeras denúncias de corrupção e violências envolvendo aquela frente de serviços.

O primeiro fornecimento montado na referida obra, em 1952, foi o de Augusto Rocha, no qual trabalharam seus sobrinhos, Getúlio e José Arteiro Rocha, como já foi dito antes. Zé Arteiro, em diversas entrevistas que concedeu a pesquisadores locais ao longo de sua vida, explica como funcionava o serviço e o fornecimento. Na entrevista que realizamos com ele em 2019, ele fala da autorização prévia que o comerciante deveria receber do engenheiro chefe da obra para montar um “barracão”:

Não, ele começou com o dr. Luiz Saboia, foi quem arrumou pra ele botar fornecimento aí, ele, ele era cadastrado no DNOCS, tudo bem direitinho, quando era, como é que se diz? Quando chegava o dinheiro do pagamento, fim do mês, ele ia receber lá, aí, recebia, todo o dinheiro. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Os principais gastos das obras do Araras eram com pagamento de trabalhadores e estes pagamentos, segundo os entrevistados, durante muito tempo eram feitos aos fornecedores para descontarem do que os operários tinham “comprado”.

Porque é o seguinte: suponhamos que uma folha de pagamento dava, dava x dia de sábado, aí eles tiravam o fornecimento e ficava um saldozinho, aquele saldozinho eles compravam nas bodegas, mas geralmente eles compravam no fornecimento, tudo. [...] Nós fornecia mil e tanto, só nós. Só o nosso comércio, era.<sup>98</sup>

Em uma reportagem postada no jornal Correio da Manhã, de 18 de março de 1953, temos a noção da exploração feita nos fornecimentos estabelecidos no Araras no período da seca de 1953, bem como nas demais frentes de serviços de emergências. A extorsão era um dos principais motivos pelos quais muitos camponeses optavam pela migração em vez de se alistarem nas obras do governo.

A referida publicação mostra o caso de “Nicolau Caetano, de 45 anos”, um retirante que migrou com um filho para o Rio de Janeiro em um caminhão “pau de arara”, deixando em “Reritaba a mulher e quatro filhos mais”, por falta de condições para levá-los com ele. O retirante diz que “lá no Açude Arara a gente ganha 15 cruzeiros por dia e tem de levar 12 em comida. O dinheiro não dá!” (CORREIO DA MANHÃ, 18 de março de 1953). A compra de alimentos (muitas vezes de péssima qualidade) nos fornecimentos tomava, segundo o relato, cerca de 80% dos ínfimos ganhos pela diária de trabalho.

A reportagem foi realizada por Antônio Callado, o mesmo jornalista que cunhou o

---

<sup>98</sup>Entrevista concedida por JOSÉ ARTEIRO ROCHA, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Rafael Pires Martins no ano de 2014, (MATINS, 2014, p. 51).

termo “industriais das secas” para designar os sujeitos atuantes nos esquemas de utilização das estiagens do Nordeste para atrair verbas, bem como seus usos com fins eleitorais e comerciais que geraram a miséria de retirantes e trabalhadores de obras do governo. (CALLADO, 1960).

Além do trabalho verdadeiramente escravo e os baixíssimos salários, nem mesmo a importância que lhes cabe pelo seu esforço, os operários tem direito a receber. Isto porque o D.N.O.C.S., entra em conluio com os fornecedores, para que estes se encarreguem do assalto aos miseráveis salários dos trabalhadores. Como é notório o pagamento se atraza durante meses seguidos. Então os <barrações> fornecem aos operários alimentos pelo duplo ou triplo do preço, razão pelo qual no dia do pagamento somente recebem, vales., enquanto o dinheiro vai para as mãos dos fornecedores. Sic. (TRIBUNA DO POVO, 21 de novembro de 1953).

No caso do fornecimento de Augusto Rocha, segundo José Arteiro Rocha, as mercadorias eram trazidas de “Sobral, o tio Augusto é quem conseguia as mercadorias, toda semana trazia uma carrada” (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019). Porém, os valores pelos quais eram repassadas aos trabalhadores eram excessivos (TRIBUNA DO POVO, 21 de novembro de 1953).

Era razoável mesmo. Era meio caro, porque você sabe que aonde tem o cassaco eles procuram explorar um pouquinho né. Mas aí era no fornecimento, no comércio eles não compravam nada, no comércio eles compravam quando recebiam um saldozinho, eles compravam no comércio.<sup>99</sup>

#### Outras formas de exploração eram também empregadas

O documento vil da exploração. Latas de querosene vendidas aos flagelados por Cr\$ 160.00 e, em seguida, entregues ao mesmo revendedor por Cr\$ 80.00 em espécie. É a única maneira de o cassaco ver a cor do dinheiro. Este furto é praticado em todas as frentes de serviços de emergência (O SEMANÁRIO, 05 de junho de 1958).<sup>100</sup>

Desta maneira, as frentes de serviços funcionavam como negócios lucrativos para os fornecedores e poder político na barganha eleitoral dos grupos dominantes, promovendo a exploração da mão de obra dos retirantes. A deserção era, naquelas circunstâncias, uma forma de resistência dos camponeses à exploração a que eram submetidos (SCOTT, 2011, p .219).

As obras do açude Araras que será um dos maiores do Brasil, com capacidade de um bilhão de metros cúbicos d'água, tinham 1.600 homens em atividade, admitidos de acordo com a determinação pessoal do presidente Getúlio Vargas, mas após as chuvas, 900 deles abandonaram o serviço, para tratar do plantio de suas terras e o gado (CORREIO DA MANHÃ, 03 de março de 1953).

Esta notícia, do abandono dos postos de trabalho do Araras por 900 operários, reforça o entendimento sobre a identidade social da maioria daqueles trabalhadores das frentes

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Em 1958 a diária paga a um alistado em obras de emergência era equivalente a 40 cruzeiros.

de serviços do Estado, pois, como já foi dito, grande parte se constituía de lavradores acossados pelas secas. O trabalho nas frentes de serviços se mostrava como uma alternativa reivindicada para passarem o período de estiagem, um modo de manutenção da condição de camponeses (MENEZES, 2002, p. 49).

Além das experiências de trabalho, os operários vivenciavam os antagonismos no cotidiano do acampamento, nas moradias, nos pagamentos de salários, alimentação, ou quando procuravam alguns serviços prestados precariamente pelo Departamento. Por exemplo, quando perguntamos a Maria Miranda, outra ex-trabalhadora da construção do Araras, se os operários ficavam empregados por muito tempo no Departamento, ela responde que muitos “desistia(m)”.

[...] não tava se dando, não recebia dinheiro, aí eles ia embora! As conta, recebi as conta era só em feijão, em arroz, essas coisas assim, só em alimento, mas, não existia dinheiro, cê tinha, uma necessidade de um remédio, você tinha que falar primeiro com o pessoal do escritório, vá, tal parte, lá a gente ia, comprava o remédio, trazia o papel e dava a eles, mas, a gente mesmo não pegava em dinheiro, não, era muito ruim. (MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO, 2018)

Vemos que a total dependência em que os engenheiros tentavam colocar os operários – até para adquirir um remédio “tinha que falar primeiro com o pessoal do escritório” do DNOCS – desagradava a muitos e a própria entrevistada caracteriza este tipo de controle como “muito ruim”.

A preferência pelo modo de trabalho camponês, a maior autonomia no trabalho e vida no campo, fazia com que, em períodos de inverno, as obras sofressem uma deserção por parte dos operários-camponeses empregados. Foi também por esta razão que, entre 1954 e 1956, as obras do Açude Araras diminuíram o ritmo de produtividade, adiando sua conclusão.

Se adotarmos a perspectiva dos operários, enxergaremos que muitos resultados obtidos no canteiro de obras eram frutos de conflitos travados no cotidiano. Estes conflitos afetavam as políticas de Estado ao mesmo tempo que eram influenciados por elas, assim:

A interrupção brusca no governo de Getúlio Vargas de certa forma paralisou as realizações do Dnocs até a entrada de Juscelino Kubitschek na Presidência da República em 1956, marcando um novo momento de valorização das políticas contra as secas e de desenvolvimento regional. (LUCCHESI, 2017, p. 90).

As discussões sobre integração nacional, que perpassavam a construção do Açude Araras, tomaram mais corpo em meio à comoção e rearranjos provocados após o suicídio do presidente Getúlio Vargas e com a chegada de Juscelino Kubitschek, eleito em uma coligação partidária baseada na herança política do populismo varguista.

Os novos estadistas no governo federal tentariam alterar a política de combate às secas, de ações morosas e paliativas em momentos de seca, para a implementação de amplos investimentos de impacto econômico na direção do capital, da indústria e da integração nacional.

Entretanto, para a superação destes problemas, seriam necessárias ‘a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões’ e ‘uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país’ (FURTADO, 1980, p. 242). Com base no pensamento da CEPAL e de Celso Furtado, foi formulado o *Plano de Metas* do governo de Juscelino Kubitschek. (LOPES, 2019, p. 64).

O nacional-desenvolvimentismo que Kubitschek propunha envolvia um mecanismo de estruturação do país para desenvolver uma industrialização comparável aos processos que vinham ocorrendo na economia internacional. Por esta razão, investimentos em infraestrutura ligados à produção de energia, mobilidade de mercadorias, agroindústria, dentre outros, que as obras do Araras poderiam estimular, eram abraçados.

Com a finalidade de acelerar a conclusão das obras e dando maior autonomia à administração local do Araras, ocorreu a criação da “Comissão do Vale do Acaraú”, por meio da Portaria nº 2/S, de 02 de janeiro de 1957.

Cria, em caráter provisório, a “Comissão do Vale do Acaraú”, com sede no acampamento do açude ‘Araras’, no Estado do Ceará, com os encargos de construir o referido açude, executar os serviços a ele correlatos e todas obras públicas sitas no Vale do dito rio, bem como o aproveitamento hidroelétrico da Serra de Ibiapaba, atribuindo-se a esta Comissão, para a execução de todos esses trabalhos, a competência peculiar a um Distrito do Departamento de Sêcas. D. O. 16 de janeiro de 1957 e “Boletim do Pessoal” nº. 640. (BRASIL, 1957).

Além disso, é programada a transferência de máquinas de outras obras para o Araras em uma verdadeira concentração da maquinaria do DNOCS naquele local (CORREIO DA MANHÃ, 25 de janeiro de 1957). Todas as máquinas que trabalhavam nos serviços do Pentecostes seriam transportadas para o Araras, estando nas cogitações da Diretoria Geral do DNOCS inaugurá-lo no ano de 1958 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09 de janeiro de 1957).

Desta forma, a segunda grande leva de migrantes do Araras se constitui inicialmente de trabalhadores especializados que foram transferidos pelo DNOCS de outras obras do estado e até de fora do Ceará, durante a implementação técnica que os serviços receberiam, visando maior agilidade em seu término.

O impulso de aceleração do término da construção do açude ocorreu após o período de maior lentidão pelo qual as obras passaram, conforme explicamos acima. Tudo se deu a partir de ajustes de chefia da Direção Geral do DNOCS em 1956: “Esse reservatório teve as suas

obras intensificadas na administração do dr. José Candido Parente Pessoa” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de março de 1957).

A chefia local das obras também sofreu mudanças, com a saída do engenheiro residente que ocupava o cargo desde 1954, Francisco Aguiar Carneiro, e a chegada do novo engenheiro chefe local, Anastácio Honório Maia, que ficaria encarregado da obra de 1957 até sua conclusão.

As obras também receberam em 1957 uma injeção de orçamento:

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas foi autorizado pelo Presidente da República a adquirir materiais necessários à construção do açude “Araras”, utilizando a verba de sessenta milhões de cruzeiros que lhe foi consignado, no vigente Orçamento. Com esses recursos serão adquiridos cimento, aço, madeira, implementos mecânicos e outros materiais de que precisa o DNOCS para a estrutura da galeria de descarga e também realizadas as despesas resultantes de natureza especial dos trabalhos (A NOITE, 27 de junho de 1957).

O fator técnico da obra justificava, naquele momento, a utilização de mais dinheiro, com boa parte dos recursos já consumidos durante o contexto das secas de 1951-53, sem esquecer todas as acusações de corrupção que a administração das obras foi alvo no período da referida estiagem.

O Araras é por estas razões um bom exemplo de como o DNOCS precisava flexibilizar sua atuação entre a busca pela produtividade e a assistência paternalista, frente à pressão dos retirantes. A maleabilidade que os agentes técnicos precisavam ter durante as obras, que intercalavam períodos chuvosos e secos, constituía uma verdadeira “engenharia das secas” (CÂNDIDO, 2019, p.221).

Neste prisma se compreende a colocação dos engenheiros ao produzirem programas de expectativas como o que segue:

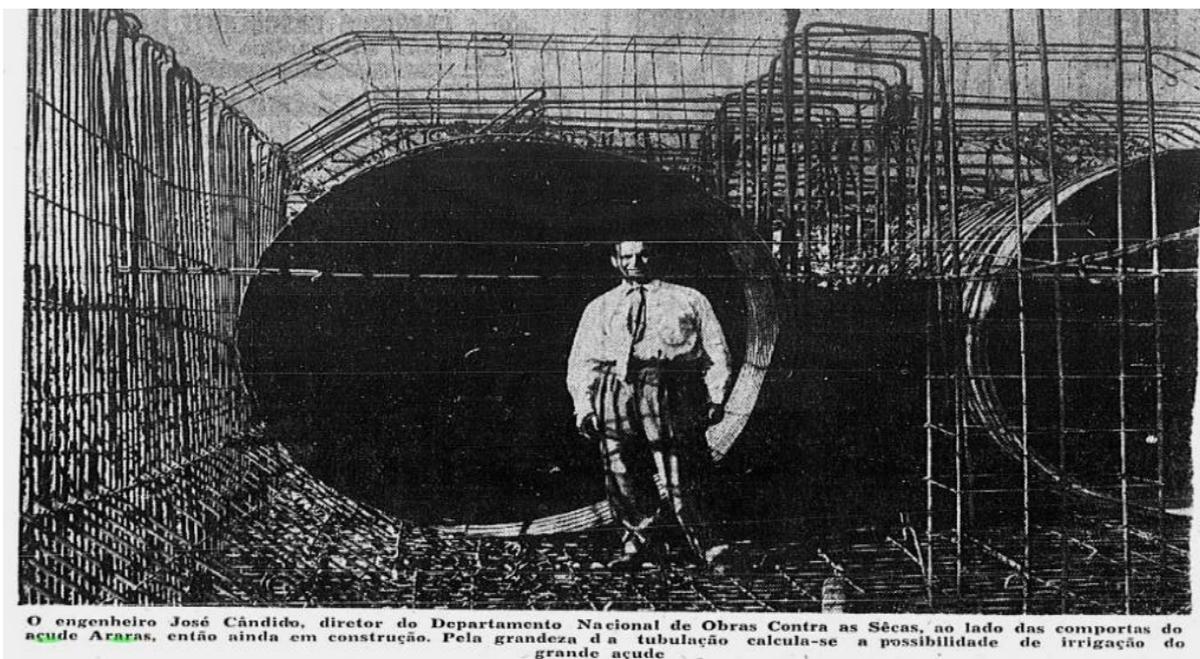
A construção do açude “Araras” é obra essencialmente de engenharia hidráulica, que obriga a rápida aceleração na marcha do trabalho, visando a tornar possível a execução de determinados serviços, em tempo extremamente curto, antes das estações chuvosas e das cheias torrenciais, características dos rios do Nordeste (A NOITE, 27 de junho de 1957).

A construção das comportas de saída de água na barragem e da galeria da tomada de água eram etapas do serviço de extrema dificuldade técnica, necessitando, inclusive, de condições especiais do ambiente para sua execução, e não poderia sofrer a ação das águas do rio, que aumentaria durante as chuvas.

De forma diferente das secas, a incidência de chuvas igualmente poderia comprometer a execução dos serviços. O período de chuvas, que normalmente se inicia entre o fim do ano e o início do seguinte, não foi como se esperava em 1957, pois, no começo de 1958,

se revelava uma segunda seca, a mais intensa que os serviços de construção do açude Araras e seus obreiros enfrentariam.

Figura 10: Diretor do DNOCS, José Cândido posando para foto em armações de ferro das futuras comportas do Açude Araras.



Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 06 de abril de 1958.

Por um lado, a nova estiagem facilitou a execução dos serviços de tubulações e barragem do Rio Acaraú, como explica Nestor Florentino de Oliveira (2019), armador de ferragem, como a que o Diretor do DNOCS pousou para a foto mostrada acima. Nestor foi transferido do Açude Aires de Sousa, em 1957: “viemos, chegemo aqui, fomo trabalhar na parede, trabalhemo de 57 a 59 pra acabar, fizemo, *peguemos o 58 seco, se não nós não tinha tampado esse rio não né*, mas, foi seco ajudou!”.

Porém, na perspectiva humanitária dos serviços, a seca aprofundou o sofrimento dos operários ali alistados.

#### 4.2. Os trabalhadores na conclusão do Açude Araras (1958): o rescaldo ou o fim do começo.

Ah, o 58 foi um seco mesmo que não deu nada, a gente plantou morreu tudo na cova, e o mato cresceu, a chuva não era chuva de criar nada não, agora ainda dão essas

chuvas que criam, mas, naquele tempo em 58, era 58 mesmo! Foi seco geral! Não teve chuva normal de jeito nenhum! (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019).

Maria de Lourdes do Nascimento era ainda adolescente quando vivenciou a seca de 1958.<sup>101</sup> Na época, morava com seus pais e três irmãos mais novos em uma localidade rural chamada Muquem de Dentro, no município de Reriutaba, Ceará. Ela relata a intensidade que o fenômeno teve em sua vida: o que a família “plantou morreu tudo na cova”; deste modo, o grupo de agricultores viria a se juntar aos inúmeros retirantes em busca de auxílio para superar a estiagem.<sup>102</sup>

Após o 19 de março daquele ano, os jornais alardeavam novamente outra seca, a “grande seca”, e as medidas tomadas pelo Estado, como a doação de “mais de 70 Milhões em Alimentos Para os Flagelados do Nordeste” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02 de abril de 1958) para evitar as invasões dos centros urbanos por aqueles que perderam a principal fonte alimentar (NEVES, 2000, p. 47).

Este ano ocorreu num contexto de proposição de mudanças nos projetos para o Nordeste, de preocupação com o avanço de movimentos sociais no campo, sendo a ele somados a eclosão de uma grande seca e o calendário eleitoral. Resultado disso foi um número ainda maior de frentes de serviços estabelecidas, como já foi mencionado, movimentando, mais uma vez, uma rede de relacionamentos entre diferentes sujeitos. (FERREIRA, 2016, p. 70).

O ano de 1958 foi o de maiores “despesas realizadas” em “obras contra as secas”. Segundo o DNOCS, foram destinados Cr\$ 5.024.987.812,80 (RELATÓRIO DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELO DNOCS em 1959, p. 22). Foram criadas 78 novas frentes de trabalho do governo, a construir canais, poços, rodovias e barragens, além das obras já existentes. (BOLETIM DNOCS V 18, nº 2, novembro de 1958, p. 32).

No Ceará, os serviços de grande vulto recebiam vasta mão de obra dos retirantes, com destaque para a construção do Açude Banabuiú, no município homônimo, na Mesorregião dos sertões cearenses, e o Araras, no então município de Reriutaba, a Noroeste do estado.

As obras do Açude Araras (atualmente Paulo Sarasate), situadas no médio curso do rio Acaraú, foram iniciadas durante a seca de 1951-1953, e, desde 1957, passavam por um processo de aceleração em sua cadência, sendo prevista e festejada sua conclusão para os meses

<sup>101</sup> Maria de Lourdes do Nascimento é aposentada como trabalhadora rural, na data da entrevista tinha 68 anos de idade, é filha e irmã de ex-operários das obras do Açude Araras e relata que acompanhou de perto as etapas de sua finalização e a posterior fixação da população remanescentes e novos migrantes no entorno da barragem. Maria de Lourdes utilizou o termo “rescaldo” para se referir ao período de conclusão do açude, o significado remete a uma brasa quase apagada, mas que em seu interior conserva o calor intrépido, a metáfora se mostra adequada para representar o processo.

<sup>102</sup> “O saldo negativo referente à lavoura deve orçar em cerca de 700 mil toneladas de culturas de subsistência (feijão, milho, banana)”. (DUARTE, 202, p.98)

do meio do ano. (DIARIO DE NOTÍCIAS, 25 de maio de 1958).

Porém, aumentava a procura por alistamento (emprego) naquela barragem. Então, em que medida a seca de 1958 e o programa para conclusão da barragem do Açude Araras afetaram a vida de seus operários?

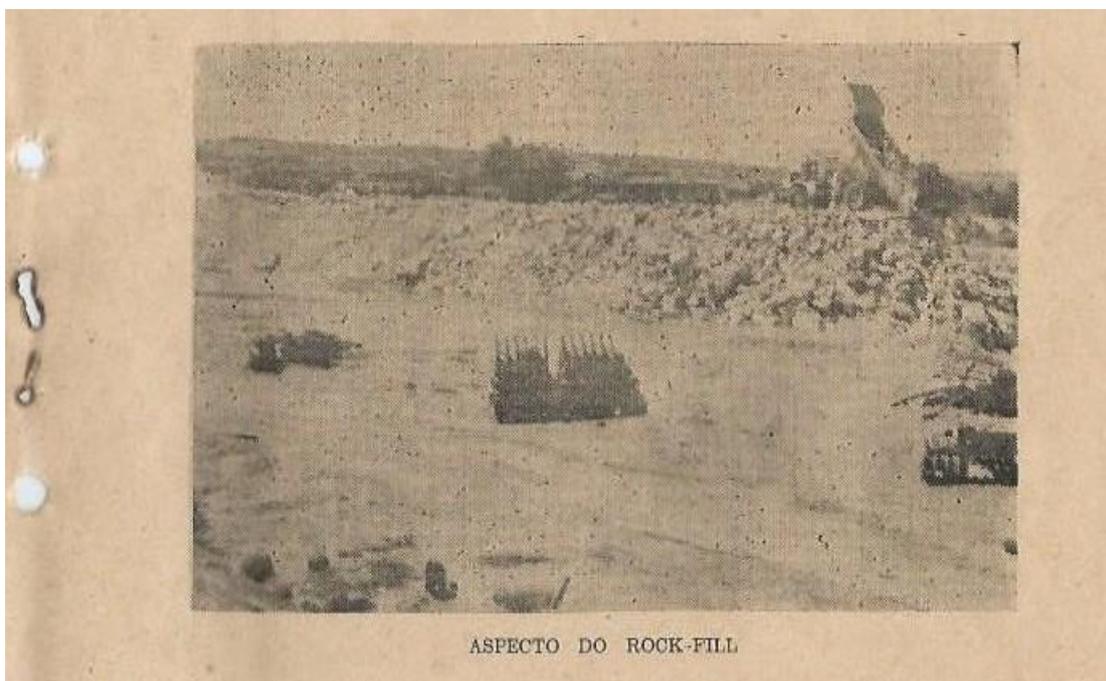
Durante a seca de 1958, foram empregados milhares de retirantes nas frentes de trabalho do Araras. Alguns jornais trazem o número de 10 mil funcionários (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 de maio de 1958). Ao mesmo tempo, a política desenvolvimentista, para acelerar o término da obra, incrementava-a, já em vias de conclusão, com mecanização e transferência de mão de obra especializada para o local (CORREIO DA MANHÃ, 01 de junho de 1958).

Todo o contingente de empregados do DNOCS com vínculos anteriores, incluindo os inúmeros funcionários especializados que foram transferidos do Açude de Pentecoste para o Araras em 1957 (BOLETIM DNOCS V 18, nº 2, novembro de 1958, p. 30), passaram a dividir espaço com os retirantes recém alistados.

Trabalhadores de outras obras, como os açudes Curema, na Paraíba, Aires de Sousa e Banabuiú, no Ceará, dentre outras, também foram transferidos para atender às determinações de aceleração para a conclusão do Araras.

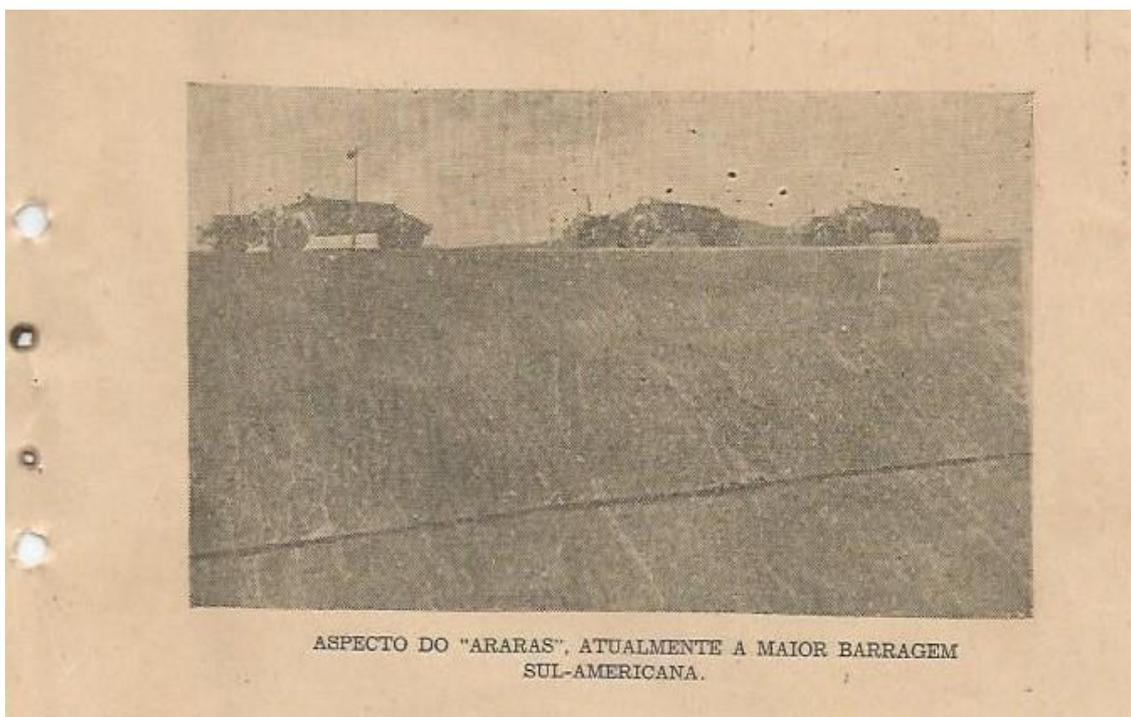
Além disso, os serviços que demandavam mais braços se encontravam já concluídos, como as rodovias que ligavam o local da obra aos municípios de Reriutaba e Cariré, além da barragem principal, tendo esta sido erigida entre 1957 e a primeira metade de 1958, com o auxílio de inúmeras máquinas destinadas àquela obra.

Figura 11: Maquinas transportando rochas e materiais para a construção da barragem principal do Açude Araras.



Fonte: Convite para inauguração do Açude Araras, M.V.O.P-DNOCS- 1958.

Figura 12: Perfil da barragem principal do Açude Araras com trânsito de “Trucks”, máquinas de descarregar barro.



Fonte: Convite para inauguração do Açude Araras, M.V.O.P-DNOCS. 1958.

Outros serviços mais especializados, como a construção da torre de tomada de água (conhecida como galeria), a estrutura de tubulações e as comportas, por onde a água escoaria até uma futura hidroelétrica que seria ali instalada, também são deste período.

Aquela frente de trabalho então iniciou novos serviços de emergências para abertura da estrada para Santa Quitéria (43 quilômetros a Leste), e outra ligando-a à cidade de Ipu (30 quilômetros a Sudeste). Começou ainda a construção do sangradouro definitivo do açude, visando absorver a multidão de trabalhadores que cercava o canteiro de obras em busca de “colocação”.

Eu me lembro, eu tava em 58, mais cedo do que isso, 5:30 [da tarde], eu tava lá no acampamento, na parede auxiliar [barragem], abaixo da parede, quando eu senti uma quinturona danada, diabo de calorsão, olhei ali onde é a parede hoje, era tudo... vinha alvim de gente, saco na cabeça, mulher com menino no braço, chego você sentia o peso no chão, tum, tum, tum, tum (SEVERINO BARBOSA DE ANDRADE, 2019).<sup>103</sup>

Nesta fala, Severino Barbosa de Andrade, então funcionário especializado que havia sido transferido do Açude Curema, em 1957, com a descrição de que “vinha alvim de gente, saco na cabeça, mulher com menino no braço”, refere-se às multidões de retirantes que testemunhou chegando ao açude em busca de alistamento em 1958, enfatizando a ideia da imensa quantidade com sinestésias do “peso no chão” e do som de “tum, tum, tum, tum” que a multidão produzia ao se aproximar.

Para os recém-chegados, era muito difícil encontrar local para ficar; com as barracas do acampamento dos operários todas já ocupadas, os retirantes se arranchavam ao relento, embaixo de árvores, ou dividiam moradia com os já estabelecidos, quando eram convidados pelos moradores e autorizados pelas chefias da frente para persistirem no local pelo alistamento.

Começaram a trabalhar, era sábado, domingo e dia santo, onde você chegava, tinha casa aí que tinha 16 morador numa casa só, estranho, as casas não cabia mais, os caba pegavam e faziam uma carreira de estaca de uma pra outra e os cassacos armavam a rede das mulher (SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE, 2019).

Naquelas circunstâncias, com a proximidade das barracas, divisão de moradia por várias pessoas de famílias diferentes, muitas vezes desconhecidas, mas, no entanto, com expectativas e sofrimentos parecidos, os trabalhadores desenvolveram uma solidariedade entre si, dividindo também a alimentação preparada nas barracas.

Agora tinha uma carreira de barraca, cheio de barraca, cada barraca daquela tinha uma

---

<sup>103</sup>Severino Barbosa Andrade é aposentado pelo DNOCS, tem atualmente 86 anos de idade, foi um dos trabalhadores especializados transferidos em 1957 para as obras do Açude Araras, viera do Açude Curema, na Paraíba, para trabalhar como eletricitista no Araras.

mulher cozinhando [barraqueira], cozinhando pra todo mundo, você: - ‘tá aqui, tantos quilos de carne’. Entregava a mulher, botava aqueles tachão no fogo, um tacho daqueles cozinhando dava pra duas, três turmas comer, comia do seu, comia do meu, fazia uma panela de café era pra todo mundo, e eles não brigavam não, se fosse outro brigava. (SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE, 2019)

Muitos trabalhadores rurais de localidades mais próximas se empregavam no Araras e mantinham as famílias em seus locais de origem realizando viagens diárias ou semanais para entregarem os suprimentos adquiridos em troca do trabalho, como fazia Edvar de Souza Lopes:

Eu vim morar com a minha tia porque era perto do emprego né, aí a gente só andava a pé né, que daqui pra casa da minha mãe era 6 quilômetro, sete né, aí pra gente vir pra tá no ponto não dava certo, não, aí eu dormia aí, aí eu me fornecia na cooperativa e eu dizia, mamãe mande o Zé Dilson e o Assis amanhã, de tarde, com esse jumento pra trazer umas coisas, trazer umas coisas, trazer farinha d’água, feijão brogodó conhecido assim, rapadura, café, ela via as coisas do tanto que eu mandasse e eu mandava de acordo com as minhas posse né, não deixava quase saldo não que era como... era um dono de casa né?! (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

O depoimento de Edvar acaba por mostrar que o emprego nas frentes de serviços do DNOCS era uma estratégia de reprodução da vida familiar camponesa naquele contexto de seca. As ligações mantidas entre o migrante e a família que recebia gêneros enviados por ele é uma evidência disto.

Assim, as migrações não são determinações apenas do universo econômico. Existe uma conexão entre o modo de vida dos sujeitos, camponeses, antes dessas migrações e depois de seu estabelecimento nas frentes de serviços, mantendo a família no campo.

Antônio Gomes da Silva,<sup>104</sup> que possui o bonito apelido de “Valente”, era outro agricultor da região; morava em Cajazeiras (cerca de 8 quilômetros do local da obra) com os pais e irmãos, quando, durante a seca de 1958, conseguiu alistamento nas obras do Araras, e explica como se organizava, sendo ele naquele momento o esteio da família.

Lá em casa tinha o pai e dois irmão, mas não trabalhava não, só era eu. Eu poupava pra quando chegar ir no Macaraú comprar dois quilo de feijão, dois de farinha... outras coisinhas velha que eu... pra dá de comer a eles, aí ainda levava um pouquim veiiii, quando dava, quando não dava eu deixava, quando era, quando eu chegava lá, quando era no outro dia ia pro fornecimento, tirar coisas, as coisas... um quilo de feijão e uma rapadura veia preta e eu passava a semana todinha com isso (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

Porém, com o agravamento da seca, aquela população flutuante, que ocupava o canteiro de obras apenas durante os serviços, precisou, em grande medida, trazer os parentes

---

<sup>104</sup> Antônio Gomes da Silva, aposentado como lavrador, tem hoje 76 anos, trabalhou nos serviços de emergência de construção do Açude Araras como operário em 1958, atualmente mora no Bairro Pedreiras, periferia de Varjota-CE, na Rua Antônio Romualdo Tavares, s/n, colabora com nossa pesquisa compartilhando suas experiências nas frentes de serviços do DNOCS durante sua juventude.

para junto de si, para viverem também no acampamento dos operários, como fez a família de Maria de Lourdes:

Nesse tempo foi em cinquenta e oito [seca de 1958], não tinha água, não choveu, aí viemos embora, porque não tinha água, o papai foi buscar nós, a família todinha, os filhos, nós só morava lá mais a mamãe e o papai só ia de quinze em quinze dias, daí nós viemos embora, porque não tinha água, daí o papai arrumou um casebrezinho na Pedreira e nós viemos morar lá, na construção, e as máquinas eram tudo trabalhando lá, tirando terra, os trator aquelas vespas, e a... tudo trabalhando, daí o pai trouxe nós, arrumou um casebrezinho lá, porque não tinha aqui, tava tudo cheio, trouxe nós e botou lá. (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019)

O cotidiano de fome dos retirantes no Araras, guardadas as especificidades dos casos, eram um tanto maiores do que conheciam antes, era ainda acrescido de alguns agravantes como o serviço exaustivo e a moradia coletiva. Com o acampamento de operários “tudo cheio”, muitos retirantes foram colocados para trabalhar e morar nas margens das já citadas estradas que saíam do Açude Araras para Santa Quitéria e para Ipu.

Valente, ao ser transferido das obras do sangradouro para trabalhar na abertura da estrada para Santa Quitéria, devido à distância, não podia mais retornar à casa dos pais com tanta frequência.

E dormia lá na barraca mesmo, não podia ir que era longe, do.. do Macaraú... como é? Santa Quitéria pra cá? Era longe rapaz! Segunda-feira, para nós pegar lá o serviço nós saía daqui meia noite, ia três- quatro [pessoas] pra lá. Para lá eu passei fome [...] nós do lado das rodagem, eu passei muita fome. (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018)

A assistência prestada pelo Departamento aos trabalhadores, como refere o depoimento, não garantia o mínimo conforto ou bem estar social, principalmente aos últimos alistados, colocados para serviços nas estradas.<sup>105</sup>

[...] nas estrada eu passava fome, bebia ruim, ficava carregando aquela água véa amarela, a gente passava tanta sede, tinha vez nós não agoentava nós vinha, contava ia encontrar as carga vea d'água no camim rapaz, encontrar com muita sede rapaz, pra morrer de sede, agua vea quente rapaz que eita diabo, quente e nós... e nós invadia logo uma carga bebia logo todia, de uma vez só, não chegava nem no lugar lá de botar lá no tanque que era pra aquela água. (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018)

O açude foi inaugurado em 31 de julho de 1958, no auge da procura por suas vagas de emprego. De que maneira as levas de trabalhadores se inseriam em tais dinâmicas? Qual foi

<sup>105</sup> Através dos relatos de história oral, relatórios do DNOCS e notícias de jornais da época, tivemos conhecimento da existência de alguns serviços de assistências aos operários das obras de construção do Açude Araras, assim como ocorria na maioria das grandes obras do DNOCS, o acampamento de operários possuía nas proximidades escola, posto de saúde, cooperativas para fornecimento de gêneros alimentícios, havia distribuição de água e leite para os moradores, mesmo funcionando este sistema de maneira insatisfatória a face assistencialista das obras de emergências por estes meios se representava.

o impacto sofrido na vida dos trabalhadores com a inauguração da barragem?

Os retirantes que procuravam alistamento e se empregaram em 1958, devido a obra ser naquele momento entendida como “serviço de emergência”, não tinham os mesmos rendimentos que os “veteranos”, com vínculos anteriores com o DNOCS. O Departamento, através da justificativa das circunstâncias, estava “pagando aos flagelados, a título de auxílio, um salário reduzido [em gêneros]” (DIÁRIO CARIOCA, 12 de julho de 1958).

O sr. João Vicente de Oliveira,<sup>106</sup> esposo de nossa colaboradora Cesaria, por exemplo, era um destes funcionários fixos do DNOCS no Araras. Em registros de cadernetas,<sup>107</sup> no ano de 1956, tinha uma remuneração mensal em média de mais de 800,00 cruzeiros, que, em 1957, subiu para mais de 1.800,00 cruzeiros e que, em 1958, sofreu uma queda, variando entre 1.290,00 e 1.740,00 cruzeiros.

Enquanto isso, alguns jornais denunciavam a exploração dos trabalhadores pelo DNOCS e pelos fornecimentos, e que aumentava à medida que a seca se agravava:<sup>108</sup>

Na construção do Açude Araras formigueiros humanos abrem estradas e fazem jus a uma diária de 40 cruzeiros. Entretanto, até agora, os trabalhadores não viram a cor do dinheiro. Recebem pagamento em gêneros. Os fornecedores enriquecem à custa da fome e da desorganização administrativa do governo. A ‘diária’ de 40 cruzeiros dá apenas, para o trabalhador com família alimentar-se exclusivamente de feijão e só feijão. (CORREIO DA MANHÃ, 11 de maio de 1958).

A assistência que os retirantes não encontravam nas obras do governo, apesar das expectativas, fazia com que a migração para fora do estado, principalmente para o sudeste, continuasse sendo a solução que muitos camponeses buscavam para escapar da estiagem (DIÁRIO CARIOCA, 08 de outubro de 1958).<sup>109</sup>

Com todas as reclamações e tensões geradas por conta da exploração dos trabalhadores nos fornecimentos, o último engenheiro chefe que as obras do Açude Araras teve antes de sua inauguração, Anastácio Honório Maia, implantou uma cooperativa de aquisição e

<sup>106</sup> João Vicente de Oliveira, já falecera, foi esposo de Cesarina Bezerra de Oliveira, outra colaboradora de nossa pesquisa cujas falas citamos ao longo do texto, interessante notar que Cesária, mesmo trabalhando de barraqueira, não teve registros em carteira de trabalho pelo DNOCS, enquanto o marido o obteve trabalhando de motorista ao que foi informado pela entrevistada.

<sup>107</sup> Conseguimos imagens da carteira de registros de pagamentos de João Vicente de Oliveira através de sua esposa durante a entrevista que realizamos com ela em 05 de maio de 2018, esta nos revelou um arquivo pessoal com documentos do esposo que remetem ao período em que trabalhou na construção do Açude Araras.

<sup>108</sup> A longa carga horária de trabalho chegava a 12 horas diárias, em dois turnos de 6 horas, o tipo de pagamento em gênero, a mitigação e atrasos nos pagamentos que gerava dívidas com os fornecedores, as condições de trabalho e vida nos alojamentos configura uma relação de trabalho compulsório.

<sup>109</sup> Em 1958, visando manter a mão de obra e o eleitorado nos seus lugares de origem, dificultando as migrações para fora do Estado, o DNOCS e o DNER montaram barreiras policiais para fiscalizar o porte de documentação fornecida pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), barrando os que não o apresentavam ( FERREIRA, 2016, p. 42).

venda de alimentos aos trabalhadores.

O processo é simples de ser imitado: cada trabalhador entra com a importância de cem cruzeiros. Com esse dinheiro a direção das obras compra os gêneros em outros Estados e os vende a seus associados pelo preço de custo, acrescido de uma insignificante taxa de frente e outras dispersas. (ULTIMA HORA, 20 de dezembro de 1958).

No entanto, o acesso aos fornecimentos da cooperativa seria apenas para os associados; os trabalhadores alistados durante a seca, em serviços temporários, continuavam a se fornecer em comércios particulares de diversas naturezas que pululavam em todas as áreas relacionadas aos serviços do Araras, inclusive as localizadas fora da “cancela” de isolamento do acampamento e da administração da obra.

Desta maneira, fica evidente que o “formigueiro humano” da obra era, naquela altura, uma sociedade relativamente organizada e com participação ativa de indivíduos que não tinham necessariamente cargos no Departamento, mas que opinavam sobre algumas decisões importantes, principalmente ligadas ao consumo das rendas oriundas do pagamento dos trabalhadores, como os referidos fornecedores e proprietários de terras dos arredores, bem como das que estavam em processo de indenização pelo Governo Federal.

O editorial do jornal “Última Hora”, a pouco citado, de orientação antiliberal, conclui sua comparação entre “os fornecedores particulares” e a recém criada “cooperativa” de compras de gêneros dos trabalhadores do Açude Araras com outra denúncia de ocorrência do que chamaríamos hoje de “tráfico de influência” por parte dos fornecedores junto às autoridades dirigentes das obras de emergências.

Muitos engenheiros com que conversamos afirmaram-nos, reservadamente, que tal medida não era posta em prática em virtude da pressão que exerciam os fornecedores particulares nos órgãos subordinados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, pois, a indústria da venda de gêneros alimentícios aos flagelados é uma das mais rendosas de todo o Nordeste. (ULTIMA HORA, 20 de dezembro de 1958).

Assim, o trabalhador que optava pelo serviço de emergência se expunha a diversas tentativas de extorsão. Além da diferença nos pagamentos via fornecimento, os serviços desempenhados pelos alistados durante a seca eram bastante pesados, insalubres e arriscados: “Ó, eu mesmo, eu mesmo, tava cavando lá, tava cavando assim, aí um cara, era apertado de mais nera!?! Imprensado, quando ele tacou o picarete assim pegou bem aqui assim, cortou (mostrando uma cicatriz nas costas)” (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2019).

Devido à procura e ao preenchimento das vagas, em meados de 1958, nem todos os que chegavam ao Araras tinham êxito no alistamento, ao passo que a “Frequência Média Diária de flagelados no Ceará” aumentava a partir dos meses de junho e julho (RELATÓRIO DOS

SERVIÇOS REALIZADOS PELO DNOCS EM 1959, p. 21).

Francisca Arcelina do Nascimento, que colaborou com uma pesquisa feita por Francisca Clédia Sousa de Oliveira (2019) sobre “As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980-1990)”, conta que, durante a seca de 1958 (morando próximo às construções do Araras), se encontrou por dias sozinha em casa com dois filhos pequenos durante a ausência do marido que saía em busca de sustento, mas “sem prazo pra voltar” (OLIVEIRA, 2019, p. 27).

Na seca do 58 as coisas era difícil. Meu marido, que Deus lhe guarde, não era muito de ficar em casa, ele ganhava o mundo e a gente ficava, os meninos era pequenos sabe? Não tinha como levar não. Ele saía sem prazo pra voltar e eu ficava. No 58 foi seco e ele já não vinha pra casa há um tempo e eu correndo né? Atrás de ganhar pelo menos a comida dos meu fie. <sup>110</sup>

Francisca explica que tomou iniciativas para não deixar os filhos morrerem de fome. Isso mais uma vez demonstra a agência e importância das mulheres na vida das famílias camponesas, em que os papéis sociais das mulheres e dos homens se complementam, principalmente durante as estiagens.

O trecho que citamos da fala de Francisca Arcelina evidencia que as obras do Açude Araras não garantiam o sustento de todos os camponeses que as procuravam, visto que, durante o período de ausência do marido de Arcelina, a família ficou sem suprimentos, o que pode ter resultado do não alistamento do esposo nas obras referidas, ou até mesmo de um alistamento sem ganhos suficientes.

Os migrantes, para terem uma maior chance de empregarem-se, precisavam estrategicamente “se chegar a um homem grande”.

O jornal Correio do Ceará também noticiou, no quarto mês de 1958, que turmas de trabalhadores foram encaminhadas por particulares e pela prefeitura. Primeiro, pessoas transportadas em dois trens ‘superlotados’, fretados por Tim Mourão de Ipueiras e Rocha Aguiar do Ipu, foram direcionadas ao açude Araras para trabalhar no ‘desmatamento da bacia hidráulica’. [Correio do Ceará 10/4/58]. No mesmo mês, chegaram outras ‘turmas’ àquele açude, dessa vez, ‘organizadas por prefeitos das cidades da zona norte’. [Correio do Ceará. 16/4/58]. (FERREIRA, 2016, p. 88).

Assim, as obras de emergência, na lógica da indústria das secas, prestavam-se aos jogos de barganhas eleitorais, característicos do mandonismo rural.

Na medida que se concluíam as obras, diminuía a necessidade de trabalhadores naquela frente; assim, a tensão entre trabalhadores e a sociedade ali estabelecida, dirigida pelos

---

<sup>110</sup> Entrevista concedida por Francisca Arcelina do Nascimento, em sua residência, em Varjota-CE, à pesquisadora Francisca Clédia Sousa de Oliveira, em 2018.

comerciantes, proprietários e chefias das obras, voltou a aumentar:

Esse povo [retirante] vinha do interior aí, Santa Quitéria [e outros lugares], pra esse mundo aí, Pedra Branca, esse mundo aí do sertão, tudo, futiando, pra se empregarem, quando chegaram aí, o homem mais forte que tinha ali dentro da rua era o Félix Ximenes, aí, pra invadir, - invadir o que? Só tinha, aí como se diz, só tinha rapadura, café, sabão, essas coisa, aí o Felix Ximenes chamou os dono do comercio e: -“rapaz, vambora, eu vou dá, eu vou dá pra começar uma saca de açúcar e uma de farinha, e vocês dão uma saca de rapadura, outro dá uma lata de querosene, outros dão um pacote de café grande, eu sei que fez comida pra todo mundo, aquela rua velha, ficou alvim o chão, dormia no chão, fazendo o fogo ali a negrada, outros traziam um pedaço de carne do sertão, assava, mas eles não brigaram com ninguém, quando foi no outro dia o doutor mandou todo mundo ir pro escritório com a caderneta na mão pegando o nome e a idade, da mulher e quantos meninos tinha e ia se fornecer na cooperativa. (SEVERINO BARBOSA ANDRADE, 2019)

Na citação, vemos que a presença dos retirantes representava uma ameaça para o comércio e para os depósitos situados no canteiro das obras e uma maneira de pressionar por alistamento. Uma manobra articulada entre os “homens mais fortes que tinha ali dentro da rua”, no entanto, garantiu uma negociação através da distribuição de sacas de açúcar, farinha, rapadura e outros gêneros, evitando conflitos maiores – a estratégia dos retirantes deu certo!

No dia seguinte, o fornecimento na “cooperativa” completava o ajuste das tensões. Mas, nem sempre essa fórmula funcionava; porém, o contexto de legitimidade (THOMPSON, 1998, p. 201, e SCOTT, 2002, p. 268) alcançado pelas ações das massas nos momentos de secas era interpretado pelos retirantes e utilizado por eles a seu favor.

Sr. Valente comenta conosco que, durante a seca de 1958, as obras do Araras estavam lotadas. Por conta da sobrecarga de trabalhadores, muitos não puderam se alistar, mas nem por isso confiavam o suprimento de suas necessidades à solidariedade de terceiros; muitos lançavam mão de ações de massa para conseguirem ganhos imediatos e, ao mesmo tempo, pressionarem por abertura de vagas de trabalho.

Ali em riba tem uma casa veia era um fornecimento, tinha um fornecimento, do povo da Manaiara, dos Vicent... do ricão da Manaiara, um negão que tinha lá, não to lembrado quem era, o nome dele (sussurrando), tinha assim, porque, aí cansei de ver aí, nós ia pra lá, a negrada chegava com umas carrada de rapadura, a negrada invadiam, os que não tava empregado ainda sabe? Invadiam, com fome rapaz, com fome. (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018)

Estes saques também poderiam ser formas de resistência dos camponeses diante da exploração nos fornecimentos e resposta à exploração no trabalho, ou simplesmente revelavam uma noção de que o comércio naquele momento não deveria seguir o princípio da propriedade das mercadorias e sim de assistência aos necessitados.

Não, não tinha nada, o governo era quem pagava, invadiam! Eu vi lá bem umas três vezes, chegava a carradona, quem não tava alistado ainda, tinha chegado para

trabalhar e não tava alistado. Tá compreendendo? Aí foi eles invadiram, tava com fome rapaz, subiam mesmo no carro mesmo, com fome, também não diziam nem nada... que sacudiam rapadura pros outro que tava em baixo, invadiam, rapaz era ligeiro! Era muita gente rapaz, ave Maria. Homem, homem e mulher também, tudo, invadia (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

A fala do sr. Valente mostra a consciência de um dever de reciprocidade entre o Estado e a população pobre em momentos de crise, uma economia moral (THOMPSON, 1998, p. 152) que envolvia também os comerciantes e fornecedores, algo que os levava a relativizar as ações de massa, como os saques, ficando sem punições, sabendo que se fosse em outro momento isso resultaria em repressão severa.

Com todos os fatores confluindo para que o Araras se transformasse em uma atmosfera de tensões sociais explosivas, como em outros momentos, as chefias das obras se utilizavam de transferências de trabalhadores dali para outras obras em lugares distantes: “aí uns foram transferidos, uns que vieram do Banabuiú, voltaram pra trás” (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019).

Nesta situação, o fim iminente das obras de emergência do Araras preocupava não só os operários, mas também as autoridades das cidades circunvizinhas,

Os trabalhadores do açude Araras querem continuar no serviço- CEARÁ; 28 (Serviço especial de A NOITE) – Os agricultores da região de São Benedito<sup>111</sup>, neste Estado, enviaram veemente apelo ao governo federal, para suspender os cortes feitos no operariado que trabalham no açude Araras, a fim de evitar que eles voltem a ficar famintos e procurem invadir outras localidades. Sic. (A NOITE, 28 de setembro de 1958).

Os retirantes que tiveram seus pontos cortados após a inauguração da barragem (que se deu em julho de 1958) buscavam maneiras de prestar serviços à particulares da região.

Parava, parava quando era assim, que todo mundo ia plantar né, chegava o inverno né, todo mundo ia plantar, aí parava né. Quando era no verão, na seca mesmo, era registrado a seca né, aí, agora não, agora a coisa tá mais coisada que... é máquina. É... (ANTÔNIO GOMES DA SILVA, 2018).

Vemos na fala de Valente a percepção da mecanização no processo de trabalho das obras do governo substituindo a mão de obra dos retirantes. O Araras foi, sem dúvida, um grande laboratório de testes em sua fase final e o trabalho manual perdia cada vez mais espaço. Com a mecanização, os feitos na barragem eram creditados aos engenheiros e ao aparato técnico (e não ao trabalhador), sugerindo-se que apenas por meios científicos se “tenha colocado e

---

<sup>111</sup> O município de São Benedito fica na Serra da Ibiapaba à 65 quilômetros de distância dos locais das obras do Araras, a preocupação dos moradores daquela cidade com a volta dos “famintos” demonstra a intensidade das tensões sociais e o alcance de influência dos serviços do Açude Araras como atração de mão de obra dos migrantes.

compactado por dia, na imensa barragem, cêrca de vinte mil metros cúbicos de terra, com o auxílio de poderosas máquinas” (DIÁRIO DA NOITE, 05 de abril de 1958).

No entanto, esta alternância entre o trabalho nas emergências e nas roças, dentre outros, possibilitou a permanência de migrantes que se estabeleceram no entorno do Açude Araras. O irmão da entrevistada Maria de Lourdes, Antônio Francisco do Nascimento, também trabalhou nas obras do açude Araras.

“[...] e aí quando choveu, aí eu tava trabalhando na emergência, fazendo aquele rip rap que chama, que é botando aquelas pedras, aí o feitor disse mesmo assim: - ‘quem quer cinco ponto pra ir plantar?’ Eu disse - ‘Eu quero!’ Aí eu peguei os cinco pontos e desabei lá pro Muquem [Reriutaba-CE], plantar lá.” (ANTÔNIO FRANCISCO DO NASCIMENTO, 2019).<sup>112</sup>

Deste modo, após a estiagem, quando chovia bem, como ocorreu em 1959, os retirantes, em grande maioria lavradores, procuravam reconstituir seus roçados. Assim, o canteiro de obras do Araras foi se esvaziando gradativamente, os serviços foram sendo concluídos e a dispensa e transferência do pessoal daquela frente foi quase total:

Aí começou a fracassar o emprego aqui né, começaram a tirar os funcionários quase tudo pra lá e ficou só os que necessitavam ficar aqui que ainda tava no *rescaldo* da parede, certo?! Começaram a trabalhar rescaldando a parede, colocando aquelas pedras, para o lado de dentro, colocando piçarra para o lado de cá, plantando grama, tudo isso eles começaram a fazer depois que foram embora para Orós, vamos dizer que era o *rescaldo* da parede. (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019).

Muitos trabalhadores que levaram a família para morar no acampamento do Araras, ou constituíram-na por lá, não se transferiam facilmente para outras obras:

Não, ficava, e os maridos saíam, ia trabalhar fora, mas, quando dava no fim da semana eles tavam aqui, na casa, em casa, junto com a família e traziam mantimento de lá pra dá de comer a família aqui, que ficava aqui, nesse lugar aqui, era assim. (CEZARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Severino, outro exemplo, também justifica, com o mesmo argumento, o motivo pelo qual não quis seguir para outra obra; ele diz: “porque eu já tava construindo uma casa aqui, sair com os troço na cabeça daqui pra lá, que a coisa pior do mundo é mudar, você não tem nada pra levar, mas, se você for se mudar de um poste desse pro outro você quebra um bocado de coisa” (SEVERINO BARBOSA ANDRADE, 2019).

A incerteza em relação ao novo lugar, ao novo serviço, era outro motivo de apego dos trabalhadores ao Araras, já conhecido por eles:

Não, eu fui indicado pra ir toda vida pro Orós, mas não quis ir não, aguentei com o

<sup>112</sup> Antônio Francisco do Nascimento é aposentado pelo DNOCS, tem 78 anos, é irmão de Maria de Lourdes, outra entrevistada que citamos, trabalhou como operário nas obras de construção do Açude Araras em 1958.

chefe aqui, conversei com ele até ficar, não adianta, talvez ia pra lá, quando depois eu não ia voltar lá pra minha terrinha, ou pra outro canto, talvez tivesse ficado no Orós, eu não queria mais sair daqui! Não, já tava aqui rapaz, já casei e vou andar com as coisas na cabeça pra cima e pra baixo, e muito que pediram pra ir se arrependeram, que o Orós era lugar de acidente, acidente era... cê não conhece o Orós não, o Orós era muito acidentado [...] (SEVERINO BARBOSA ANDRADE, 2019).

Mesmo considerando suas idas e vindas, em grande parte, aqueles migrantes permaneceram no entorno do açude: “acabaram ficando aqui, outros... uns que vieram pra cá voltaram e outros que vieram de outro lugar vieram pra aqui ficaram, e muitos que foi pro Orós, ficou no Orós, do Orós tá no Banabuiú hoje e aí trocou de lugar, né, achou uma coisa melhor” (SEVERINO BARBOSA ANDRADE, 2019).

Àquela altura, o Araras era uma comunidade relativamente estruturada, com posto de saúde, escola e uma população relativamente grande, pois as populações preexistentes em volta do canteiro de obras, com o passar dos anos (a obra no local do Araras foi iniciada em 1952), confluíam, principalmente em momentos de seca, para as áreas de concentração dos trabalhadores, como mostramos, e somaram-se às levadas de migrantes.

### 4.3. A identidade social dos retirantes das secas

As políticas intervencionistas no semiárido, em meados do século XX, representavam um movimento de expansão do capitalismo no campo. Segundo tais discursos, o campo, por meio de projetos de rodovias, açudagem, eletrificação e irrigação, se integraria ao processo de modernização urbana. Por esta razão, o Araras, desde suas projeções iniciais, visava beneficiar centralmente a cidade de Sobral, de “promissora industrialização” (CORREIO DA MANHÃ, 22 de março de 1950).

O campo, a partir destes projetos, passaria a integrar uma economia de mercado, os implementos se dariam através da oferta de eletricidade gerada por usinas hidroelétricas que deveriam acompanhar a construção das grandes barragens, como a do Araras, além da “onda de verduras” que “desceria” pelas margens do referido rio com a irrigação.

Estas expectativas estavam afinadas com discursos de modernização pelas obras de açudagem praticadas pelo DNOCS, concebida pelo seu corpo de engenheiros e técnicos, bem como era imaginada e ansiada por uma elite econômica relacionada à pecuária e ao cultivo de algodão, sujeitos proprietários de largas faixas de terras do sertão.

A açudagem, no discurso de muitos desses sujeitos, ia além da infraestrutura, pois, segundo estes:

É o açude que permite a exploração da terra seca. Justificando este conceito diz o agrônomo José Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-industrial do Departamento de Secas: [...] Os estudos de plantas da terra seca como: a oticica, a favela, a carnaúba, o pinhão bravo, o pega-pinto, o mata-pasto e outros, somente foram e estão sendo realizados porque a açudagem tornou a vida possível no sertão, porque o açude criou um clima científico de estudos locais, porque o açude permitiu a conquista da terra seca. (VIEIRA, 1951, p. 455)

O clima de cientificidade que as obras representavam, a imagem de modernidade que elas suscitavam, era materializado pelo açude, uma intervenção “civilizatória” na paisagem, como um instrumento tecnológico colossal, signo de modernidade. O “objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, [porém] ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo” (SANTOS, 2006, p. 41).

Logo, o açude, como imagem de progresso, seria colocado em contraste com a imagem construída de Nordeste atrasado (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.211) e o sertanejo como ignorante, isolado do resto do mundo,<sup>113</sup> imagens das quais a indústria das secas fazia uso para solicitar recursos ao governo. As obras de açudagem se propunham então a mudar o comportamento de trabalho dos sertanejos através da mecanização e da agricultura irrigada.

Nesta medida, os sertanejos eram representados como sujeitos atrasados e que só o progresso poderia salvar da penúria que a seca e a ignorância os colocavam. Com justificativas deste tipo, defendiam-se intervenções estatais que a longo prazo produziram um processo de proletarização nos retirantes – mas não sem resistências. Assim, a demanda por braços para o trabalho nas obras públicas que, porém, mecanizava-se cada vez mais, exigia a fixação dos camponeses (CÂNDIDO, 2019, p. 99).

As constantes movimentações dos camponeses, neste prisma, e ainda mais quando se tornavam retirantes, eram indesejadas. Talvez por esta razão, a figura do trabalhador das frentes de serviços, desde o início do século XX, era construída de forma negativa.

A imagem dos retirantes trabalhadores das frentes de serviços do governo era associada à do marsupial (ou gambá) conhecido no Nordeste como “cassaco”,<sup>114</sup> termo utilizado pela administração das obras, em meios letrados e em jornais, associado aos retirantes, talvez pelo odor que adquiriam durante o trabalho em situações insalubres de moradias, ou por carregarem consigo a prole, ou por serem ótimos cavadores, ou por estarem sempre em busca de alimento, ou também pelas suas movimentações frenéticas em busca de serviço.

<sup>113</sup> É o que vemos em notícias de jornais da época como o Diário da Noite, publicado no dia 05 de abril de 1958 por exemplo.

<sup>114</sup> A acunha “cassaco” é debatida na tese de doutoramento de Lara Vanessa de Castro Ferreira através de uma análise das experiências de trabalhadores em obras de emergência do governo no Ceará durante a década de 1950, sob o título: “Cassacos: trabalhadores na luta contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950).

A obra literária “Cassacos”, de Cordeiro de Andrade (1934),<sup>115</sup> é tida como o indício mais antigo de uso do termo em alusão aos camponeses trabalhadores das obras de socorros públicos nas secas (FERREIRA, 2016, p. 55). Neste romance, o autor utiliza o nome “cassacos” para se referir aos retirantes da seca de 1919, que chegavam à cidade de Sobral em busca de “adjutórios” e trabalho no açude de Forquilha, quase sempre em situações degradantes ou violentas.

Em “Cassacos”, Cordeiro de Andrade também define personagens retirantes vitimados em relatos de secas passadas, como “Marcelino”, pequeno camponês que “sempre tinha um jeitinho de vida, uns capados engordando, umas miuças no chiqueiro, o terreiro cheio de galinha”, mas perdeu tudo na seca de 1915, migrou com a esposa e cinco filhos pequenos para Sobral, “fiado nos serviços públicos que andavam ultimando, parece que na rodagem da Meruoca e da Ibiapina”. (ANDRADE, 1934, p.46)

Na ficção, o retirante não teria obtido o alistamento devido à falta de “padrinho” e passou a pedir ajuda aos moradores e comerciantes locais, quando foi desafiado por “um grupo de desocupados” a olhar direto ao sol por cinco minutos em troca de 5 mil réis. Interessado em matar a fome dos filhos, a personagem aceita o desafio, e acaba cego. Durante o sacrifício de Marcelino, “um engraxate ambulante apreciou; – Tá ficando doido, cassaco? Olha a Porangaba!”. (ANDRADE, 1934, p.47)

Por este tipo de exposições, com personagens narrando as histórias quase sempre como observadores, é que notamos que o “cassaco”, na obra do autor sobralense, seria sempre “o outro”, o sertanejo “animalizado”, o pária da sociedade. Assim, por meio das falas dos personagens, Cordeiro até amplia a discussão sobre a fragilidade social dos pobres no campo; após falar do pauperismo dos retirantes nas obras de emergência, um personagem se questiona:

- Na verdade, compadre, Quê que pobre vem fazer no ôco desse mundo? Trabalha, trabalha, suor escorrendo que nem bica, dorme em riba, de esteira, come um pratinho de barro de feijão naqua e sal, uma triste vez por dia, e no fim das contas, patrão é que é dono de tudo, passa bem, tem casa bonita prá morar, e anda no trinque, todo perequeté. Tará direito, compadre, uma coisa assim, assim? Você acha mesmo? (ANDRADE, 1934, p.81).

Durante as secas, a população pobre camponesa é a primeira e principal parcela social a migrar para as cidades e procurar as obras públicas:

---

<sup>115</sup> “[...] Tendo por nome de batismo Antônio Cordeiro de Andrade, jornalista e romancista nascido na cidade de Sobral em outubro de 1908, que desde criança trabalha em periódicos da cidade, dentre eles como tipógrafo na gráfica de Deolindo Barreto, jornalista responsável pelo periódico sobralense “A Lucta”. Dada tal habilidade, funda em 1931 o semanário local “O Debate”, onde ferrenhamente ataca as elites partidárias locais, por seus descasos políticos diante dos problemas sociais da cidade, ocasionando mais adiante seu exílio na cidade do Rio de Janeiro, onde reside até o final de sua vida em 1943.” (FLORÊNCIO, 2016, p. 06.).

“Ao lado dos muros, nas calçadas, debaixo de pés de arvores desgalhadas, dormiam os entoados de Deus. A bôrra humana. Os criminosos de amanhã. Os bandidos que o Estado Burguês crêa, inconscientemente” (ANDRADE, 1934, p. 179).

Cordeiro de Andrade queixa-se, utilizando os diálogos dos personagens em “Cassacos”, de que “faltava-lhes consciência proletária” (p. 113). As resistências cotidianas dos retirantes não eram tomadas naquele romance como ações políticas por não serem institucionalizadas ou massificadas.

De todas as formas, a acunha é sempre pejorativa. No entanto, se refletirmos sobre certas atribuições feitas em representações dos trabalhadores das frentes de serviços como “cassacos” poderemos compreender conflitos sociais em tais simbolismos, como no caso da descrição feita por Oswaldo Lamartine de Faria,<sup>116</sup> em artigo intitulado “Cassacos”, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1964: “Cassaco é chamado, em todo aquele mundo, o simples sertanejo de rede-nas-costas que vive no ciganismo do trabalho nas construções públicas”.

Lamartine, pensando os retirantes operários, durante a década de 1960, distingue os “cassacos” dos agricultores que se empregavam nos serviços do governo apenas enquanto esperavam a volta do inverno, diferente de Cordeiro de Andrade, que escreveu na década de 1930, e leva em consideração as experiências dos campos de concentração das secas em 1915 e de 1932. O romancista sobralense minimizava os ditos “cassacos”, representados como indefesos, ao passo que Oswaldo Lamartine os via como “Pilhericos” e “Paleadores”.

Em outra obra literária, “Os Cassacos”, já citada no primeiro capítulo, de Luciano Barreira, publicada em 1976, mas que busca retratar fatos da seca de 1958 na região do Sertão Central do Ceará, os retirantes representados empregados em obras públicas também são de origem pobre, desempenham tarefas árduas, mas demonstram consciência de direitos e resistências individuais, bem como se articulam em ações de massa:

- De fato já vem correndo o boato que cassacos de outras turmas pretendem fazer matança na fazenda [de propriedade do engenheiro-chefe do Banabuiú]; se forem poucos serão punidos da pior maneira, mas se forem muitos, certamente que não haverá ninguém com meios de puni-los. (BARREIRA, 1976, p. 200)

Estas descrições dos trabalhadores das frentes de serviços, que os textos literários

---

<sup>116</sup> Oswaldo Lamartine de Faria, nasceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 15 de novembro de 1919, filho de família tradicional abastada trabalhou como administrador de grandes fazendas, ingressou na década de 1950 nos quadros do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), mas não abriu mão de atividades relacionadas ao campo.

continuam a chamar de “cassacos”, em meados do século XX, passam a considerar a agência dos retirantes, a exemplo dos textos de Barreira e Lamartine de Faria.

Lamartine chega a categorizar os ditos “cassacos” de parasitas, pois, seriam, segundo a descrição, “Piolho[s] das construções públicas onde cedo aprendem a ‘dar-de-mamar a enxada’,<sup>117</sup> e são por isso habitualmente enfeitados como diaristas nas fazendas daquelas redondezas”.

Compreendemos que, diante do crescente disciplinamento a que estavam impelidos os camponeses-retirantes, o “ciganismo” e o empenho no trabalho – o poeta potiguar emprega o termo “dar de mamar a enxada” – colocavam os chefes e patrões das fazendas em um desafio constante para obter a produtividade requerida. Por esta razão, a desqualificação das práticas itinerantes e da limitada especialização no trabalho.

Nesta perspectiva, a movimentação dos camponeses pode não significar indolência, como querem representar os setores alinhados com a classe dominante, mas eram antes maneiras de reativação de uma “economia moral”, na qual teriam mais vantagens na negociação entre troca de favores e deferências.

Uma vez envolvida em uma economia de mercado, a mão de obra dos camponeses seria transformada em mercadoria com valor de troca, sujeita a desvalorização pela reprodução de exércitos de trabalhadores reservas que se geram no livre mercado. Os trabalhadores, por estes termos, com as constantes migrações, resistiam a ser incorporados a esse processo.

---

<sup>117</sup> Segundo nota de rodapé do próprio autor da descrição citada “dar de mamar a enxada” significa: “folgar, malandra em serviço; [termo] alusivo ao gesto de descansar com o cabo da enxada apoiado no sovaco” (FARIA, 1964, p. 137).

Figura 13: Ilustração de trabalhadores das obras do governo presente na descrição de Oswaldo Lamartine de Faria sobre “Cassacos”.



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, Janeiro-Março de 1964, p.138, desenhista não identificado.

Na imagem acima, em terreno de topografia mais baixa, vemos muitos trabalhadores vestidos de forma quase padronizada, com blusas, calças, descalços e usando chapéus com abas, na lida do que parece ser a construção de um açude, utilizando enxadas, picaretas e pás; estão carregando caixas fixadas a jumentos que são tangidos a cipoadas até o alto da suposta barragem; ao fundo, uma barraca com redes armadas nas estacas e mais trabalhadores no alto da barragem.

A ausência de máquinas, porém, destoa da realidade das obras públicas de açudagem erigidas na década de 1950, como o Açude Araras, bastante mecanizadas. O desenho, portanto, revela uma visão folclorizada dos trabalhadores das frentes de serviços, representados como aqueles que usavam somente ferramentas simples de trabalho, sendo o foco da imagética discursiva feito de modo a reforçar a ideia de morosidade daqueles serviços e desqualificação técnica dos trabalhadores.

No modo como finaliza o texto, Lamartine também transparece preconceitos com os trabalhadores das obras de emergências, escrevendo que: “A permanência do cassaco no local se finda com o término da obra ou a notícia de uma outra frente de trabalho de

remuneração mais vantajoso. Aí alcança a estrada e recomeça o ciganismo...” (FARIA, 1964, 137).

Esta descrição, mesmo fazendo as ressalvas de que nem todos os obreiros dos serviços de emergências seriam como os ditos “cassacos”, acaba por generalizar o perfil e comportamento daqueles trabalhadores, pois a experiência dos trabalhadores do Açude Araras, onde muitos permaneceram após a conclusão das obras, nos mostra justamente o contrário: nem todos os migrantes empregados seguiam as rotas das obras públicas ou retornavam as roças e fazendas.

Entendimentos generalizantes sobre a experiência de milhares de sujeitos, quando categorizados enquanto cassacos, migrantes permanentes proletarizados, ou mesmo camponeses coesos e “não proletarizáveis”, promovem uma descrição artificial que esconde o universo diversificado de experiências dos trabalhadores das frentes de serviços.

No caso das frentes de serviços de construção do Açude Araras, ocorreu um processo de proletarização, mas que não teve continuidade generalizada. Durante as obras, os retirantes eram impedidos de praticar a agricultura associada ao trabalho na construção civil da barragem, conforme relata Cesária:

Não, não, não foi, eles foi ter espaço pra fazer roçado, pra plantar, já depois, que já tava tudo começado, organizado, tinha deles que plantavam um pedaço de legume assim pro lado, pra outro, ali no sangrador nas terra do finado Albetiso, era isso mas eles não tinha a licença de sair pra brocar o mato pra fazer roçado, tinha não. (CEZARINA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018)

Este tipo de controle da liberdade do trabalho dos obreiros visava a alienação da força de trabalho dos retirantes, assim como o sistema de trabalho por tarefas e outras formas de espoliação da autonomia de trabalho são partes de uma tentativa de proletarização dos camponeses empregados nas frentes de serviços.

Traço marcante da disciplina de trabalho fabril era a fixação de horários abstratos. No Araras, assim como em muitas obras, o momento de início e trocas de turnos era feito por meio de toques em sinos improvisados, como uma grande roda de metal apelidada pelos trabalhadores de “cachorra”.

Servia, era o relógio do acampamento, pra todo mundo, dava! Se você bater uma cachorra hoje lá no sangradouro a gente ouve. Tinha um despertador lá na barraca, onde tava o vigia, quando dava uma hora o caba ia lá e batia, quando era duas hora batia duas hora, quando era 3 horas, 4 hora, 5 hora, se não obedecesse era cortado o ponto. E tinha o chefe da guarda também, tinha um relógio de hora em hora enfiava aquela chave naquele buraco, quando fosse a manhã bem cedo chegava na guarita geral, abria, o seu, bateu 7, bateu 8, bateu 9, 10 você não bateu. Marcava tudim no relógio, só registrava se ele viesse com aquela chave e girasse. (SEVERINO BARBOSA DE ANDRADE, 2019).

Severino nos conta, infelizmente com o gravador desligado, que, entre os pares, os trabalhadores brincavam sobre o fato do disciplinamento dos horários ser instrumentalizado por aquele objeto chamado por eles de “cachorra”: diziam que eram “mandados por uma cachorra”.

As frentes de serviços colocavam em trabalho cooperativo migrantes de diferentes procedências e saberes, e a necessidade de diversos tipos de serviços acabava por gerar um processo de troca de experiências que resultava no aprendizado de vários ofícios especializados, resultando na formação prática de condutores de máquinas, mecânicos, ferreiros, oleiros, pedreiros, carpinteiros, cavouqueiros, bem como de outros serviços ligados a manutenção cotidiana no acampamento de obras.

Muitos dos que aprendiam novas tarefas seguiam-nas como profissão, seja na frente de serviço, onde adquiriram o novo tipo de trabalho, seja seguindo a rota das obras públicas. Este processo de “socialização de ofícios”, relacionado aos trabalhos de construção civil promovido no canteiro de obras, é mais um indício da existência de um processo de proletarização dos camponeses operários, uma vez que muitos, ao aderirem ao labor das obras, diminuían seus investimentos no trabalho do campo.

Desta forma foi que Nestor, de família campesina, aprendeu a ser ferreiro nas obras do Jaíbaras: “fiz serviço em todo canto, as ponte do canal do Jaíbaras, tudo foi eu que moldei os ferros, aprendi com os outro mesmos!”. E depois seguiu para outras obras do DNOCS:

“Mas, muito bom, era difícil as coisas como hoje, hoje as coisas tudo é fácil, nesse tempo era difícil, os ganho também muito pouco, com esses ganho fiquemo mesmo, não cresceu não né, eu entrei com 24 ano, muito novo, trabalhei dentro, todo no DNOCS, todim, só me aposentei quando eu completei a idade que me aposentei aí foi que eu fui brocar roçado pra mim, também não fui mais trabalhar pro governo, já tinha me aposentado por ele, mas eu gostei daquilo ali. (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019)

No entanto, por outro lado, sabemos que muitos migrantes levaram novas experiências de trabalho de volta ao campo e não aderiram aos regimes de trabalhos tão diferentes aos que estavam habituados como camponeses. Por exemplo, Edvar aprendeu a ser mecânico com os colegas nas obras do Araras; porém, depois de passar por experiências no açude de Orós, decidiu não seguir carreira no DNOCS.

Não, eu vim pra cá, pra minha terra mesmo né, aí meu patrão depois não queria que eu saísse, mas, quando eu sai não foi só eu, saiu mais outros também, de livre e espontânea vontade né, saí né, porque a gente quis sair mesmo, a gente novim, e aquela coisa, ele dizia’ rapaz futuramente vocês são funcionários aí, e vão viver uma vida boa’. Mas, você sabe, o cabra quando é novim com 19 anos, lá vai esperar que chegue esse tempo, quando é né?! (EDVAR SOUZA LOPES, 2018).

Para além dos limites do canteiro das obras públicas, existia a possibilidade de aqueles trabalhadores, influenciados pelo cotidiano nos serviços do DNOCS, ficarem nos locais onde realizaram as obras.

Desta maneira foi que muitos dos ex-trabalhadores do Araras ficaram no local depois da conclusão da obra. Pergunto à Cesária se todos que ficaram continuaram empregados e ela me responde que: “Não, [pois, podiam ser] pescador, os que se viravam, arrumavam pescaria, aí iam pescar direto, pra vender fora, era isso, os que ficaram aqui, agora os que...” (CESÁRIA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2019).

A venda de peixe tornou-se, para muitos ex-trabalhadores do DNOCS no Araras, a principal atividade geradora de renda. É o que indica a fala de Cesária: “Eu vendia pros pescador que não tinha coleta, ia tomado se os doutor aí soubesse, os, eles tomavam né?! Aí eu vendia, eles pescavam e eu vendia pra eles, porque eu tinha coleta né?! Eu tinha licença de...” (CESÁRIA BEZERRA DE OLIVEIRA, 2018).

Contudo, a resistência de muitos daqueles trabalhadores não nos permite definir categorias de análises homogeneizantes, totalizantes. Após a inauguração da barragem, muitos dos retirantes da seca que se empregaram na obra retomaram suas atividades no campo logo que as chuvas retornaram em 1959: “Porque a maioria era lavrador, aí tinha que ir, aí eles iam trabalhar na roça né, porque choveu, aí deu legume, nesse tempo deu muito legume, depois do 58, 59 deu as chuva boa, o inverno foi bom aí todo mundo foi trabalhar, entendeu?” (MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, 2019).

Este tipo de fala e outros tipos de fontes nos confirmam que muitos dos trabalhadores do Araras, talvez a maioria, utilizaram as frentes de serviços como modo de reprodução da vida camponesa, mas, no processo de experiência de trabalho naquelas frentes, alguns se proletarizavam, como o José Neco o qual citamos a seguir:

Eu fiquei por aqui, trabalhei 37 anos no DNOCS, e hoje ainda tô aqui com 89 anos vou fazer no dia 19 desse mês, ainda tô por aqui, mas, graças a Deus, eu trabalhei com uns três ou quatro engenheiro que era chefe [...] E aí graças a Deus deu pra tirar o tempo e me aposentei, já faz... não tô lembrado o dia que me aposentei, isso aí eu não me lembro o dia, mas eu já tenho mais de 20 anos aposentado né, tô aqui escapando aqui, jesus que nós abençoe né?! (JOSÉ GERARDO GOMES, 2018)

Através dos relatos, percebemos que, muitas vezes, as frente de serviços arregimentavam camponeses que se incorporavam aos quadros permanentes de operários dos órgãos construtores e, mesmo que mantivessem atividades mistas com a agricultura, os migrantes que passaram a residir em cidades, como a formada após o Araras, e abriam novas possibilidades na reprodução social do trabalho transgeracional, no qual muitos filhos de ex-

operários, após o êxodo rural dos pais, integram-se aos quadros proletários citadinos.

As frentes de serviços, de tal modo, representavam um laboratório para o disciplinamento de trabalhadores capitalizados para os serviços em interação com máquinas, com controle de tarefas e sincronização de resultados visando o produto final, produto este mercantilizado e não autoconsumido.

O processo de formação de turmas de trabalhadores, em uma tentativa de administrar hierarquicamente os milhares de operários alistados, também pode ser visto como uma maneira de “despojar o operário de qualquer controle” (MARGLIN, 1989, p.41, apud CÂNDIDO, 2019, p. 259), alienando seu trabalho, o que gerava conflitos com a resistência dos trabalhadores no contexto das obras de emergência.

Então, as formas de resistências camponesas são indícios dos embates entre as lógicas de trabalho no campo contra o disciplinamento fabril (DECCA, 2004, p. 10), propalado pelo Estado interventor, com resquícios paternalistas.

Os trabalhadores das frentes de serviços passam, pelas vivências e conflitos, a desenvolver uma consciência de pertencimento a um grupo social específico, em um conflito com pano de fundo econômico, mas que possui conteúdo cultural de controle do comportamento e mentalidades. É um processo de proletarização cujo trabalho cooperativo desempenhado no campo, na agricultura de base familiar, é assediado pelas atividades etapistas das tarefas sincronizadas nas frentes de serviços.

As rendas em gêneros obtidas pelos camponeses são monetarizadas no canteiro de obras e o tempo é quantificado, ou seja, o valor do trabalho passa a ser medido pelo tempo gasto para realizá-lo (THOMPSON, 1998, p. 272). Este tipo de pagamento pelo trabalho é desvantajoso para o operário, pois o que é estipulado como valor a ser pago pelo empregador ao empregado leva sempre em consideração a oferta de mão de obra, em períodos de seca abundantes nos canteiros de obras do estado, somada ao discurso de assistencialismo que justificava os baixíssimos salários pagos.

A figura dos fiscais e a coerção psicológica para o trabalho constante eram outros elementos de estranheza por parte dos sertanejos, acostumados a fazer a administração do uso de seu tempo pela duração de tarefas no trabalho doméstico e da roça, ainda que ocorrendo cobranças dos proprietários de terra no universo cultural do campo.

Mesmo quando o pagamento pelo trabalho dos retirantes era feito por tarefas, em valor ofertado pelo empregador e não estipulado pelo trabalhador, o cálculo de previsão de tempo/valor a ser pago pela tarefa era sempre subestimado e não levava em consideração as dificuldades encontradas eventualmente na realização do serviço.

Por exemplo, as “pigoitas”, os buracos de fundações medidos em metros cúbicos, abertas pelo entrevistado Valente, vez por outra poderiam encontrar uma pedra no caminho e demorar 11, 13 ou 14 horas para serem terminadas, ficando o trabalhador no prejuízo do rendimento e exaurido.

Nesta monetarização das rendas, ainda que pagas em forma de gêneros alimentícios, os atrasos para os pagamentos dos trabalhadores pelo DNOCS oneravam os custos do fornecimento e serviam de justificativa para a exploração feita pelos fornecedores aos retirantes.

Os retirantes são transformados em consumidores despossuídos que têm na venda da força de trabalho a única maneira de obter o sustento sem abrir conflito direto com os demais sujeitos sociais.

A deferência na teatralização do poder paternalista feita pelos donos de terras, foi, por vezes, no canteiro de obras do Araras, substituída pela noção de hierarquia e autoridade definidas no comando dos operários pelo saber técnico de engenheiros e não pela propriedade e benefícios viabilizados pelo controle e uso da terra no campo.

O domínio dos usos do espaço no campo era comprimido pelas moradias do acampamento, enfileiradas, com barracas a abrigar pessoas muitas vezes estranhas, de conjuntos familiares diferentes, mas que, por outro lado, estimulava a solidariedade e o mutualismo na resistência cotidiana ao pauperismo.

As muitas tarefas que os camponeses realizavam no campo ao longo do dia para gerar mais recursos foram substituídas no canteiro de obras pelas tarefas exclusivas, únicas e repetitivas, muitas vezes alheias aos afazeres dos sertanejos e com valor de renda fixado.

Alguns dos que alcançavam certo status na nova função viam vantagens em se manter nos empregos especializados, necessitando cada vez mais demandar tempo para aperfeiçoar sua prática, afastando-se de atividades de trabalho que não atingissem o nível de rentabilidade monetária no ofício especializado.

Porém, a quem a esperada formação de mão de obra disciplinada e o desenvolvimento econômico beneficiaria? Os implementos de açudagem e irrigação, a longo prazo, serviram a uma agricultura moderna, “mas o importante é criar tipos de fazendas modelo para as diversas ecologias do Nordeste. Serão fazendas perfeitamente adaptadas ao meio [...]. Estas fazendas terão áreas regadas, quando possível, e áreas não regadas [para culturas secas]”. (Boletim- DNOCS. V 19-1959, p 120).

Como vimos, a irrigação visava beneficiar principalmente fazendeiros em grandes áreas, o que excluiria os pequenos produtores e deixaria a maioria dos sertanejos como mão de obra para uma agroindústria estimulada pelo Estado.

É evidente que o Estado é um agente das demarcações espaciais, é um elemento importante nas relações de poder que recortam os espaços, mas ele mesmo não é, como se pensa, um sujeito privilegiado do poder, é apenas uma resultante da intrincada e pouco racional rede de relações de poder que atravessa uma dada sociedade, ele é um terminal dos fluxos multidirecionais de relações de força que se distribui desigualmente pelo tecido social. (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 75)

As obras do Açude Araras, inauguradas em julho de 1958, se inscreviam neste horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006, p.321), de crença no “progresso” pelo acúmulo de água para irrigar terras secas.

No discurso institucional, presente no convite elaborado pela Direção da obra para anunciar a inauguração da barragem, tentando encobrir o caráter assistencial, exploratório e autoritário que os serviços desempenharam, com o trabalho de milhares de retirantes nos períodos das secas de 1951-1953 e 1958, fica acentuado mais uma vez que o açude

[...] tem como finalidade principal, a regulação das enchentes e perenização do referido rio, aproveitamento hidroelétrico com capacidade aproximada de 10.000 KW, irrigação de uma área superior a 20.000 há e criação de peixes, dando à zona norte do Ceará, maior expansão econômica e social. (M.V.O.P-DNOCS- Inauguração do Açude Público “Araras”. 1958.)

O complexo de obras, do qual o açude era o primeiro passo, em nome de uma “expansão econômica e social” seletiva, ignorava o campo de experiências que os operários e a população do entorno vivenciaram, para muitos de maneira dolorosa.<sup>118</sup>

A ideia de que a criação de estruturas de irrigação proporcionaria o crescimento econômico e este traria a reboque um bem-estar social acessível a todas as classes foi no fundo uma maneira de contrapor as ideias de redistribuição de terras e renda que ganhavam fôlego na luta social do campo com a formação das ligas camponesas na década de 1950.

Os mesmos editoriais que propagandeavam o “progresso” que as obras hídricas trariam explicitavam suas posições políticas em relação às reformas estruturais da propriedade de terras em manchetes, como a que esbravejava que “não precisa o Brasil de nenhuma Reforma Agrária” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de julho de 1959).

Por esta ideologia, a solução para o velho problema do descompasso econômico da região Nordeste era desvinculada da concentração de terras e colocada sobre os meios técnicos de produção agrária. Como consequência, bastaria resolver o problema de oferta de água, com obras de irrigação, mantendo uma massa de mão de obra capacitada e disponível através dos serviços das próprias obras públicas, para se resolver os problemas sociais do semiárido.

O simbolismo empregado na identidade de cassacos também participa no

---

<sup>118</sup> Ver por exemplo OLIVEIRA, 2012, que argumenta sobre as oposições e sofrimentos de moradores da região com a construção do Açude Araras.

disciplinamento para o trabalho aguardado para a “modernização do campo”. As imagens feitas dos retirantes como seres violentos ou de moral duvidosa contribuíam para uma representação dos trabalhadores rurais de maneira animalizada.

E também rapaz, tá doido, uma multidão de gente daquela ali, era muita, muita gente. Só podia dar briga as coisas tudinha né. Mas a vida era normal, igual a nossa aqui. Porque naquele tempo a educação era zero né. O pessoal era tudo mal educado naquela época, hoje eles tão tendo.<sup>119</sup>

Vemos a reprodução da visão depreciativa dos trabalhadores nesta fala do ex-fornecedor do acampamento do Araras, José Arteiro Rocha. Estas imagens de terror eram sintetizadas em termos como “cassacos”, legitimavam a repressão imposta nos canteiros de obras e nos acampamentos dos retirantes e desqualificavam, no plano simbólico, os trabalhadores para baratear sua mão de obra no plano material.

As condições em que viviam os operários/camponeses e o contexto de pauperização que sofriam no processo de migração se recompunham em identidades provisórias que assumiam (NETO, 2017, p. 44): “Eu era chamado ‘galego do araras’” (EDVAR DE SOUZA LOPES, 2018). Foi o que disse Edvar sobre suas passagens nas obras do Açude Orós, após sair do Araras.

Estas identidades sociais, por outro lado, se revestiam em estigmas sociais (GOFFMAN, 2013, p. 41): “Aí duas cafezeiras disseram, rapaz, tá chegando muito caboco do Araras, e os cassacos do Araras eles não prestam não, aonde tem festa eles acabam, e a moça que olhar pra eles é porque não tem vergonha, e se vender uma xícara de café eles não paga.” (EDVAR DE SOUZA LOPES, 2018).

Os trabalhadores chamados de cassacos por chefes, companheiros de trabalho ou pelos jornais na década de 1950 e comunidades por onde passavam, carregavam um estigma social muitas vezes utilizado para justificar tratamento degradante.

Os ex-trabalhadores do açude Araras que entrevistamos, em maioria, demonstram recusar a identificação de “cassaco”: “Já tinha uma turma aqui arranchada, já tinha uma barraca feita pra arrancar os cassacos, naquela época chamava era cassacos não era funcionário” (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

Vou fazer como na reunião que nós tivemos, nossos apelidos era de cassaco, perguntava porque, porque quando nós se conhecemo o entendimento era que nós cavava, aonde chegava era a casa dos cassaco né, e até aqui nessa conversa passou o tempo e nós fomo na reunião fiquemo por cassaco mesmo né, porque foi o apelide que fizeram e

<sup>119</sup> Entrevista de concedida por JOSÉ ARTEIRO ROCHA, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Rafael Pires Martins no ano de 2014, (MATINS, 2014, p. 38).

eu digo, agora era tão mal feito. (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

A reunião a que Nestor se refere, onde teria se reproduzido o “mal feito” apelido de cassacos, foi o evento da prefeitura municipal de Varjota, sede atual da barragem do Açude Araras, realizado em 2017, através da Secretaria de Cultura e Tecnologia:

O Seminário de História e Memória sobre Varjota e cerimônia de entrega da Comenda Cassaco, abriu oficialmente as festividades do 32º aniversário de emancipação política de Varjota, na qual, cerca de 120 Cassacos e familiares dos Cassacos in memoria receberam a Comenda Cassacos em mãos. (VARJOTA, 2017)

Tal projeto, apesar do êxito em positivar o termo “cassacos” para a opinião pública local, em forma de homenagens aos ex-trabalhadores do Araras, que receberam uma comenda, não refletiu sobre a adequação do nome (cassacos) para representar o universo de migrações e experiências daqueles que vivenciaram a construção do açude, empregado de maneira generalizante para representar os empregados do Araras de diversos momentos diferentes, em diferentes situações sociais e funcionais dos serviços, incluindo, também, funcionários do DNOCS que atuaram ali tempos depois da inauguração da barragem.

Optamos, portanto, por não utilizar o termo cassacos para nos referirmos aos retirantes trabalhadores da construção do Açude Araras, para não correremos o risco de reproduzir adjetivos e preconceitos relacionados a gênese social do estigma, e nem homogeneizar as experiências dos migrantes e trabalhadores daquela frente.

No entanto, a manipulação da identidade feita pelos próprios trabalhadores era um sinal de resistência, pois, em alguns casos, evidenciar sua condição de retirante poderia lhe facilitar o acesso ao emprego ou a alguma melhoria no cotidiano; em outros casos, destacar certa característica a eles atribuída, como por exemplo o potencial de agressividade, poderia do mesmo modo coagir administradores ou fornecedores a lhe garantir o que julgavam justo receber.

[...] aí o José de Alencar, doido, aí, ele morreu já, chegou lá ele “vim receber meu dinheiro”, “não senhor, você virou o carro acabou-se não tem direito a nada, aí ele tinha ido receber o dinheiro aí puxou o revólver, aí botou todo mundo pra correr, aí o doutor Maia mandou, paga... paga, paga esse doido! Paga esse doido pra ele ir se embora, tinha assim, mas não era normal mesmo. (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Obviamente, “puxar um revólver” para alguém é uma forma evidente de ameaça; no entanto, com o aparato de segurança utilizado pelos engenheiros, principalmente em situação de conflito de interesses, achamos difícil que operários tenham tido muitas oportunidades de usar armas de fogo no acampamento. Destacamos do relato de José Arteiro o uso da agressividade pelo motorista José de Alencar, chamado no relato duas vezes de “doido”,

denotando o efeito de realce de identidades (GOFMAN, 2013, p. 267) que compunham as lutas cotidianas no acampamento.

O estado de pauperismo e exploração que os trabalhadores das frentes de serviços em meados do século XX eram submetidos, em certa medida, os aproximavam das imagens feitas em torno dos servos rachadores de lenha e tiradores de água descritos no antigo testamento da Bíblia, transpostos como figuras de párias da humanidade no início da era moderna, conforme analisa Peter Linebaugh e Marcus Rediker, na obra “A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário”.

Estes “malditos” trabalhadores, ao construírem diques, estariam ainda buscando fontes de água da qual não seriam os principais beneficiados, como os servos aguadeiros não eram das águas que carregavam. Estas mesmas represas proporcionavam a instalação de hidroelétricas, fonte de energia, como o calor do fogo produzido pela lenha transportada pelos servos “malditos”.

A energia elétrica, tão reivindicada para a industrialização no Ceará na década de 1950, possibilitava o avanço de novos sistemas de trabalho expandidos com a irrigação e mecanização ao meio rural, onde as lavouras de subsistência perderiam espaço para o agronegócio, que, por fim, manteria aqueles mesmos obreiros construtores do açude como mão de obra proletária.

De todo modo, ressaltava-se a grandiosidade da represa, e mesmo tendo sua construção se estendido de 1951 a 1958, as fontes hemerográficas, apesar da magnitude do açude, informam sua conclusão em tempo recorde, de até 13 meses (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 de agosto de 1958). O discurso oficial atribui tamanho feito ao poder da tecnologia das máquinas utilizadas no Araras (O NORDETE, 28 de agosto de 1958) e não ao esforço dos retirantes.

Assim, os méritos de realização da grande obra são atribuídos ao poderio industrial e aos governantes no poder, principalmente Juscelino Kubitschek, e não aos trabalhadores: “o resultado é que os rachadores de lenha e os tiradores de água são invisíveis, anônimos e esquecidos, apesar de terem transformado a face da Terra construindo a infraestrutura da ‘civilização’”. (LINEBAUGH e REDIKER, 2008, p. 50).

Nestor Florentino, refletindo sobre sua experiência de trabalho nas frentes de serviço do governo no curso de sua vida, remete ao fator da água como pedra angular de todos os processos nos quais se envolveu enquanto operário da construção civil no Araras, cujas secas faziam o tom das migrações. O entrevistado não se mostra satisfeito com o reconhecimento do esforço dispendido em trabalhar no semiárido construindo obras hídricas.

Não, as água era pouca mesmo né, era, mas, dava pra quebra galho, não dava pra gente ficar desamparado por causa disso não, eu tô achando hoje mais difícil, que eu trabalhei todo nesses açudes e compro água pra beber, né, é mais trabalhoso isso aí né, a gente trabalhar tanto e ainda comprar água pra beber. (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

#### 4. CONCLUSÃO

Pode-se dizer que o papel que o Açude Araras desempenhou como política antimigratória, durante os serviços de sua construção, na década de 1950, teve relativo êxito, pois boa parte daqueles operários permaneceram no entorno da obra ou retornaram para o campo, seja com o retorno das chuvas ou após os principais trabalhos da represa estarem concluídos.

O processo de disciplinamento e proletarização, empreendido pelos serviços de emergência, gerou transformações na experiência de trabalho e nas identidades de alguns desses obreiros. Porém, as migrações oscilavam entre fixações, rotações e movimentos pendulares, sem necessariamente o caráter de permanência definitiva, apontando para motivações que extrapolam o âmbito econômico.

As obras permanentes de combate às secas, acionadas como frentes ou serviços de emergência para evitar a dispersão da mão de obra e do eleitorado, geraram dois momentos de intensa migração para as obras do Açude Araras: durante a seca de 1951-53, principalmente em seu terceiro ano; e durante a seca de 1958.

Por outro lado, a preferência pelo modo de vida camponês, com maior autonomia no trabalho e cotidiano, fazia com que, em períodos de inverno, as obras sofressem uma deserção por parte dos operários-camponeses empregados. Foi também por esta razão que, entre 1954 e 1956, as obras de construção do Açude Araras sofreram uma lentidão em seu ritmo de produtividade, adiando sua conclusão.

O Araras é um bom exemplo de como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) precisava flexibilizar sua atuação, entre a busca pela produtividade e a assistência paternalista, frente às pressões exercidas pelos retirantes para abertura de vagas nos serviços, bem como para melhoria nas condições de trabalho e moradia nos abarracamentos construídos nos canteiros de obras. A maleabilidade que os agentes técnicos precisavam ter durante as obras, que intercalavam períodos chuvosos e secas, constituía uma verdadeira “engenharia das secas” (CÂNDIDO, 2019, p.221).

Alguns dos migrantes que se fixaram ainda exerceram serviços para o Departamento no próprio açude ou em outros lugares, como a construção das estradas de acesso ao Araras até Ipu, em um ramal à esquerda da rodovia que ligava a obra à Reriutaba e a estrada que ligava o açude ao município de Santa Quitéria. (DNOCS- Relatório das atividades realizadas em 1959, p. 199).

Outras obras, como a construção de uma hidroelétrica inaugurada em 1967 e a

própria transferência dos remanescentes para a área próxima, chamada então de Piçarreira, com a construção de um novo mercado e novas ruas, ocuparam muitos braços após a inauguração da barragem. Posteriormente, as obras do Araras se desdobraram na construção de canais de irrigação na década de 1980 e na instalação do Perímetro Irrigado Araras Norte.

O DNOCS desapropriou grande extensão de terra para as instalações do açude, assim como para alojamento dos seus operários e seu pessoal técnico administrativo. Isso também provocou alteração da dinâmica de ocupação do espaço no sentido de concentração daqueles que foram removidos de suas terras devido à inundação provocada pelas águas do açude.

Dentre os contingentes que migraram para a região, mas não diretamente para ocupar postos de serviços na represa, estão os moradores do distrito Varjota, tanto de seus quadros rurais, quanto urbano, localizado aproximadamente a 3 km de distância da barragem.

Os trabalhadores migrantes das frentes de serviços do Araras possuíam experiências anteriores como moradores em terras de terceiros. Eram, em grande maioria, pequenos agricultores, sem poderem usufruir de reservas de água ou de gêneros durante as estiagens.

Após as vivências nos postos de trabalho e no acampamento de moradia, durante as obras de construção do açude, ao se depararem com a infraestrutura construída por eles mesmos, passaram a ocupar os arredores.

A possibilidade de trabalho na agricultura, em conjunto com outras fontes de recursos, como a pesca, facilitadas pela estrutura e densidade populacional no local, levou muitos migrantes a optarem pela fixação na comunidade formada com as obras. Mas estes, de maneira geral, não romperam com o modo de vida camponês e construíram subjetividades identitárias de apego ao lugar e às redes de solidariedade e família adquiridas no processo de migração.

Deste modo, formou-se uma cidade, que, após a emancipação, em 1985, adotou o nome de Varjota, em referência ao antigo distrito existente à jusante do Rio Acaraú. Porém, toda a formação da malha urbana e boa parte da constituição populacional do município tem relações estreitas com as obras do Açude Araras. Este processo de urbanização e seus conflitos no espaço ocupado pelos migrantes remanescentes merecem uma pesquisa à parte.

A exploração da mão de obra dos retirantes beneficiou uma classe de proprietários com capital acumulado, servindo ao enriquecimento de fornecedores e industriais das secas. No entanto, o processo de proletarização, que está na base dessa exploração, não foi inevitável ou definitivo e nem transpassou sem resistência aqueles sujeitos envolvidos.

A deserção dos serviços era, naquelas circunstâncias, uma forma de resistência dos

camponeses à exploração a que estavam submetidos (SCOTT, 2011, p. 219). Os saques e outras ações individuais também podem ser vistos como formas de resistência camponesa e revelavam uma noção de que o comércio e o Estado, naquele momento de seca, não deveriam seguir os princípios de mercado e, sim, atender a uma lógica de economia moral que atendesse às demandas objetivas e subjetivas dos atingidos pela seca e pela fome.

Então, as formas de resistências são indícios dos embates entre as lógicas de trabalho no campo contra o disciplinamento fabril (DECCA, 2004, p. 10), propalado pelo Estado interventor com elementos do paternalismo rural persistente.

Com uma dura rotina nos serviços e apesar de todos os dispositivos de controle social e disciplinamento, com rígidos cumprimentos de horários e fragmentação de tarefas, os operários do Açude Araras, como vimos, encontravam tempo para a família, o lazer e o amor.

A vivência de antagonismos, cooperação e sofrimentos parecidos gerava, nestes trabalhadores, o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social, que se confrontava com outros tantos no dia a dia de trabalho, como no cotidiano do acampamento (THOMPSON, 2001, p. 201). Portanto, a identidade de “cassaco” não abarca o seu universo de experiências, servindo ainda para reproduzir estigmas sociais endereçados àqueles sujeitos.

Os retirantes assim, foram operários na construção do Açude Araras, mas não estavam somente em busca de emprego e nem apenas em busca de nova “moradia”, lutavam por maior liberdade de trabalho, intuía a possibilidade de produzirem e consumirem seus próprios recursos, para resistirem tanto às explorações de proprietários rurais, como ao trabalho capitalista. Os trabalhadores tendiam a voltarem a agricultura de autoconsumo, que continuava a ser seu mais profundo horizonte de expectativa.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTE, Verena. **Histórias dentro da história**. In: Pinsky, Carla (org.) Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
- \_\_\_\_\_, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, 514 p.
- ANDRADE, Cordeiro de. **Cassacos**. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC, Departamentos de Ciências Sociais, 2005 (Tese de Doutorado).
- BARREIRA, Luciano. **Os Cassacos**. Rio de Janeiro. Nova Cultura, 1976.
- BLOCH, Marc. **A observação histórica**. In: Apologia da História ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-131.
- CALLADO, Antônio. **Os Industriais da sêca e os Galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes: **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**/ Tyrone Apollo Pontes Cândido. – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019.
- CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Sidney Chalhoub. -2ª ed -- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;\*revisão técnica [de] Arno Vogel. – 3 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERVO CHELOTTI, Marcelo. **Reterritorialização e identidade territorial**. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 1, 2010.

- CORBIN, A. **A fadiga, o repouso e a conquista do tempo** (pp.333-361). In História dos tempos livres. Teorema, 2001.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**/ Edgar Salvadori de Decca. – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DE PAULO, Marcos Vinicius Linhares. **Os cassacos do Ceará: Cotidiano na construção do Açude Araras (1945-1958)**. Artigo – Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral, 2014.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed.rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças. Fortaleza: UFC/Stylus Comunicações, 1989.
- DUARTE, Renato Santos. **A seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE**/ Renato dos Santos Duarte (Organizador).- Fortaleza: Banco do Nordeste ; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. 200p.- (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste; v. 1).
- ELÍSIO, Filinto. **A História de Cariré**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- FARIAS, Gilmar Rejane. **Varjotararas**. Sobral: Sobral Gráfica, 2010.
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)** / Paulo Fontes. – Rio de Janeiro : editora FGV, 2008.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (CEARÁ, ANOS 1950)**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Migrantes, retirantes, trabalhadores: Memória, História e as representações em torno dos cassacos**. In: I Encontro Estadual da ANPUH-AP- I Jornada Internacional de estudos de História da Amazônia: “Diáspora, migrações e territorialidades na Pan-Amazônia”, 1., 2014, Macapá. P. 1-12.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** / Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Documentação Oral e a temática da seca: estudos**/ Luciara Silveira de Aragão e Frota. – Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.
- FLORÊNCIO, Maria Germana Lopes. **“Corôa do Menino Deus cair, sêca na certa... Tiro e queda”**: O regionalismo de 1930 na obra **Os Cassacos**. In XV Encontro Estadual de História do Ceará- Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos. 15., 2016, Fortaleza.

- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a Força: história da miséria e da caridade na Europa**. Tradução Maria da Assunção Santos. Lisboa, Portugal. Terramar, 1986.
- GOFFMAN, Erving, 1922-1982. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**/ Erving Goffman: [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes].- Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**/ Erving Goffman; tradução de Maria Célia Santos Raposo. 19. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013
- GRYNPZPAN, Mário. **Campesinato**. In: Dicionário da terra. Márcia Mota (organizadora). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUERRA, Paulo de Brito. **Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais**, por Paulo de Brito Guerra. Fortaleza, Divisão de Documentos, 1977.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . **Censo Demográfico – 1950**. Rio de Janeiro, IBGE, 1956 (vol. XIV). Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd\\_1950\\_ce.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdf)>. Acessado em 09 de novembro de 2019.
- \_\_\_\_\_, Oswaldo Lamartine de Faria. **Cassaco**. In Revista Brasileira de Geografia. 1964.
- \_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol.XVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acessado em 09 de novembro de 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Espaço de experiência e horizonte de expectativa** In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Berilo Vargas.
- LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por medos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. ed. ,1º reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2008.
- LUCCHESI, Fernanda. **O feijão de Zé Américo: Terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de coremas**. 2017. 118 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos. **No caminho de pedras de Abacatal: experiências sociais de grupos negros no Pará**. Belém: NAEA/ UFPA, 2º.

Ed. 2004 (1º ed. 1999).

MARTINS, Rafael Pires. "**Deus não Ordena Cassaco Sofrer**": Cotidiano e Memórias dos Trabalhadores da Construção do Açude Araras em Varjota- CE (1951- 1958). 2013. 47. Monografia- Faculdade Kurius, Maranguape, 2014.

NETO, Regina. B .G. **Amazônia, Território em movimento: vidas precárias**. Revista História Unisonos, 21 (1):38-50, Janeiro/Abril 2017.

NEVES, Frederico de Castro. **A Seca na História do Ceará**. In: Simone de Souza. (Org.). Uma Nova História do Ceará. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 76-102.

---

. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

---

. **Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História. Contexto, v.15, nº29, p. 93 - 122,1995.

---

. **Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 16, set. 2012. ISSN2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11186>>. Acesso em: 03 set. 2019.

OLIVEIRA, Clédia Sousa de. **As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota–CE (1980- 1990)** in Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: SertãoCult; Edições UVA, 2019.

OLIVEIRA, Inara Alves de. **HISTÓRIA E MEMÓRIA: Uma Nova Versão sobre a Construção do Açude Araras**. 2012; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em História e Geografia) - FACULDADE KURIOS.

PAGEÚ, Ohana de Alencar. "**Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante**": **Organização de mulheres do MST no Assentamento 10 de Abril**". 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PALMEIRA, Moacir. 2009 (1977). **Casa e trabalho: notas as relações sociais na plantation Tradicional**. In Camponeses brasileiros, vol. 1: Leituras e interpretações clássicas, org. C. Welch et al. São Paulo: Editora da Unesp; Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 203-215.

PINTO, José Edivaldo Lúcio. **Delimitação territorial do DNOCS como abordagem de História Local na perspectiva de alunos do 9º ano e dos professores da escola Waldir Leopércio no Ano de 2012**. Artigo- Instituto De Estudos E Pesquisas Do Vale Do Acaraú – IVA, Sobral, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. In: Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009. Resumo.

- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas.
- RODRIGUES, Francisco Magnel Carvalho. **De onde vem o “varjotense” ? A construção da identidade**. 2014-2016 f. Monografia (Especialização em Ensino de História do Ceará)- Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2014-2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razões e emoções**. Milton Santos. – 4 ed. 2º reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência**. In. Raízes. Campina Grande, vol. 21, nº 01. 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Dominação e a arte da Resistência: Discursos Ocultos**. Tradução Pedro Serra Pereira, Lisboa, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.
- SEVERIANO, Vladya Cezário. **Os operários da construção do Açude Paulo Sarasate (1951-1958): História Oral, Sociedade e Trabalho**; Artigo - Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú- IVA, Sobral, 2012.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**/ E. P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. – Campinas, SP: Editora da UNICAP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**/ E. P. Thompson, revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello. Paulo Fontes. – São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**/ Gilberto Velho. 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- VIANA, Mailson Furtado. **1958 (em busca de petróleo transparente) aos cassacos do DNOCS do Araras**. In Cinco inscrições da mortalidade/ MENDONÇA, Alan.. [et AL]. Alan Mendonça, Bruno Paulino, Braúna, Mailson Furtado Viana. – Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2018.
- VARJOTA. Carlos Dorneles Monte. Secretaria de Cultura e Tecnologia (Org.). **Cassacos: A força da nossa história**. 2017. Disponível em: <[https://varjota.ce.gov.br/pmv/index.php?option=com\\_sppagebuilder&view=page&id=31&Itemid=627](https://varjota.ce.gov.br/pmv/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=31&Itemid=627)>. Acesso em: 25 janeiro. 2020.
- VIEIRA, Flávio. **O polígono das secas brasileiras**. In Boletim Geográfico, Ano XI, agosto de 1951, nº 101. Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, Seção Regional Nordeste (DG-SRNE). Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1951\\_v9\\_n101\\_ago.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1951_v9_n101_ago.pdf)>, acessado em 07 de novembro de 2019.
- XIMENES, Antonia Vanessa Silva Freire Moraes, SAMPAIO José Levi Furtado. **O Projeto**

**Araras Norte em meio à seca no sertão revelando as fragilidades dos perímetros irrigados implantados no semiárido nordestino.** Revista Casa da Geografia de Sobral, Sobral-CE, v. 20, n. 2, p. 3-18, Jul. 2018. ISSN 23168056. Disponível em <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/download/342/345>, acessado em 08 de novembro de 2019.

---

\_\_\_\_\_, Antônia Vanessa Silva Freire Moraes. **Perímetro Irrigado Araras Norte e suas implicações sócio-territoriais.** 2015. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, Ceará, 2015.

## FONTES CONSULTADAS

### Fontes Oficiais:

ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - 4. Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito do DNOCS, 23 de outubro de 1951.

ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - 4 .Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito do DNOCS, 25 de agosto de 1951.

ACERVO 1ª DR DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Açude Araras - .Telegrama enviado pelo Chefe do 1º Distrito ao Diretor Geral do DNOCS, 05 de setembro de 1951.

ARQUIVO SEGUNDA DIVISÃO REGIONAL DO DNOCS. Fundo Açudes Públicos Ceará. Pasta Açude Araras, n.4.

BRASIL. Decreto nº 19.726, de 20 de fevereiro de 1931. Aprova O Regulamento da Inspeção Federal de Obras Contra As Secas.

BRASIL. Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951. Revisão dos Limites da área do Polígono das Secas.

DNOCS, Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Seca V 18, nº 2, novembro de 1958.

DNOCS. Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Seca, novembro de 1959, VOL.20, N.6

DNOCS. Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Seca, vol. 18, publicação trimestral do DNOCS para as obras e serviços de 1958.

DNOCS. Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS em 1951.

DNOCS, Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS em 1952.

DNOCS, Telegrama enviado à Inspeção de Obras Contra as Secas 24 de setembro de 1950.

DNOCS, Telegrama enviado de Fortaleza em 08 de fevereiro de 1952 com destino a Direção Geral no Rio de Janeiro

IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviços Nacional de Recenseamento, Censo Geral 1950, Série Regional, Volume XIV, Tomo I.

IFOCS, 05 de maio de 1938, documento assinado por Fernando da Silva Novaes, ajudante técnico.

Memória Justificativa dos estudos complementares da construção do açude Santa Cruz, assinada por F. Cruz de Carvalho, 04 de outubro de 1927.

Ofício 18 de abril de 1939- Desenho do Araras só após conclusão de General Sampaio-Arquivo no PICI.

Relatório anual do DNOCS para as obras e serviços de 1967. DNOCS- BIBLIOTECA Zenaide Sá Carneiro da Cunhado, LIVRO N° DO Registro.

DNOCS- Relatório das Atividades Realizadas pelo DNOCS no Ano de 1953.

Ofício nº 248-T, enviado pelo Chefe do 1º Distrito, Pereira de Miranda, ao Diretor geral do DNOCS, em 20 de novembro de 1952

Telegrama recolhido no arquivo digital off-line da Secretaria Municipal de Cultura e Tecnologia de Varjota- SMCTV- Telegrama enviado pelo Presidente Assembleia Legislativa do Ceará Joaquim Bastos Gonçalves à Secretaria da Presidência da República em 27 de outubro de 1949.

DNOCS. Ofício nº 261- T de 28 de novembro de 1952, do Engenheiro Chefe do Distrito, para Sr. Diretor Geral.

DNOCS. Ofício de 26 de janeiro de 1954 do Engenheiro do S. P.O, Renato de O. Greenhalgh, ao Diretor da Divisão Técnica- SMCTV.

DNOCS. Ofício nº -21 T, enviado pelo diretor do Primeiro Distrito, Pereira de Miranda, ao Diretor Geral do DNOCS em 02 de fevereiro de 1954- SMCTV.

CEARÁ, Assembleia Legislativa, Sessão relatório da sessão de 20 de outubro de 1953.

Telegrama enviado em 02 de julho de 1955 por Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito ” ao Sr. Diretor Geral do DNOCS-SMCTV.

Telegrama enviado em 02 de dezembro de 1952 por Pereira de Miranda, chefe do primeiro

distrito ao Sr. Diretor Geral do DNOCS- SMCTV.

Telegrama enviado pelo engenheiro chefe do Açude Araras Luiz Saboya ao Diretor Geral em 25 de janeiro de 1954-SMCTV.

Telegrama enviado pelo Diretor Geral do DNOCS ao Chefe do Primeiro Distrito do órgão, Pereira de Miranda, em 17 de fevereiro de 1954- SMCTV.

Ministério da Viação e Obras Públicas, cópia de telegrama, procedência de Sobral-CE, enviado em 27 de janeiro de 1954, por Plínio Pompeu ao Presidente Getulio Vargas.

Convite para inauguração do Açude Araras, M.V.O.P-DNOCS. 1958- SMCTV.

DNOCS, telegrama enviado por Pereira de Miranda, chefe do primeiro distrito, ao diretor geral do DNOCS, no rio de Janeiro, em 02 de fevereiro de 1954.

DNOCS, Relatório dos Serviços Realizados pelo Dnocs em 1959.

#### **Entrevistas:**

ANTONIO FRANCISCO DO NASCIMENTO. Mais conhecido como Maria Preta. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em **14** de fevereiro de 2019, em sua residência, Rua Dr. Luiz Saboia, nº 1044, bairro Caixa D'agua, Varjota-CE.

ANTÔNIO GOMES DA SILVA. Mais conhecido como Valente. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 05 de maio de 2018, em sua residência, Rua Antônio Rômulo Tavares, S/N, Pedreira, Varjota-CE.

CESARINA BEZERRA DE OLIVEIRA. Mais conhecida como Cesária. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 05 de maio de 2018, em sua residência, Sítio Araras Velho, Zona Rural de Varjota-CE.

EDVAR SOUZA LOPES. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 04 de maio de 2018, em sua residência, Rua Dr. Luiz Saboia, nº 1172, bairro Caixa D'agua, Varjota-CE.

FELIX XIMENES FURTADO. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 23 de dezembro de 2015, em sua residência, Rua Modesto de Mendonça, Nº 604, Centro, Varjota-CE.

FRANCISCO RODRIGUES LEITÃO. Mais conhecido como Chico Tem-tem. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 08 de janeiro de 2019, em sua residência, Estrada para o Angelim, Zona Rural, Varjota-CE.

GETÚLIO FERREIRA ROCHA. Mais conhecido como Chico Tem-tem. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 07 de novembro de 2019, em sua residência, Rua Luiz de Sena Dias, Centro, Cariré-CE.

JOÃO RODRIGUES DE LIMA. Mais conhecido como Avanir. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 15 de fevereiro de 2019, na residência de seu irmão, na Av. Presidente Castelo Branco, nº 5904, Centro, Varjota-CE.

JOSÉ ARTEIRO ROCHA. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 12 de fevereiro de 2019, em sua residência, Rua, Antônio de Oliveira nº 9, bairro Centro, Varjota-CE.

JOSÉ GERADO GOMES. Mais conhecido como Zé Neco. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 03 de novembro de 2018, em sua residência, Av. Presidente Castelo Branco (Estrada para Santa Quitéria), nº 329, bairro Acampamento, Varjota-CE.

JOSÉ RODRIGUES CAVALCANTE. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 01 de maio de 2018, em sua residência, Rua Antônio Martins Neto, nº 02, bairro Centro, Varjota-CE.

JOÃO RODRIGUES DE LIMA. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 15 de fevereiro de 2019, em sua residência, Av. Presidente Castelo Branco, nº 5904, bairro Centro, Varjota-CE.

MARIA MIRANDA DO NASCIMENTO. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 04 de maio de 2018, em sua residência, Rua Dr. Luiz Saboia, nº 1170, bairro Caixa D'água, Varjota-CE.

MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 14 de fevereiro de 2019, em sua residência, Rua Dr. Luiz Saboia, nº 1044, bairro Caixa D'água, Varjota-CE.

NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 08 de janeiro de 2019, em sua residência, Rua Antônio Florêncio de Araújo, Ararinha, Varjota-CE.

SEVERINO DE BARBOSA ANDRADE. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Magnel Carvalho Rodrigues, realizada em 04 de julho de 2019, em sua residência, Avenida Virgílio Távora, S/N, Centro, Varjota-CE.

**Impressas:**

A MANHÃ, 23 de outubro de 1945.

A MANHÃ, 28 de agosto de 1951.

A NOITE, 31 de março de 1951.

A NOITE, 01 de junho de 1951.

A MANHÃ, 28 de agosto de 1951.

A MANHÃ, 03 de março de 1953.

A NOITE, 19 de outubro de 1953.

A NOITE, 27 de junho de 1957.

A NOITE, 28 de setembro de 1958.

CORREIO DA MANHÃ, 22 de março de 1950.

CORREIO DA MANHÃ, 28 de março de 1951.

CORREIO DA MANHÃ, 12 de maio de 1951.

CORREIO DA MANHÃ, 09 de junho de 1951.

CORREIO DA MANHÃ, 02 de agosto de 1951.

CORREIO DA MANHÃ, 03 de março de 1953.

CORREIO DA MANHÃ, 18 de março de 1953.

CORREIO DA MANHÃ, 29 de agosto de 1953.

CORREIO DA MANHÃ, 13 novembro de 1954.

CORREIO DA MANHÃ, 20 de julho de 1956.

CORREIO DA MANHÃ, 25 de janeiro de 1957.

CORREIO DA MANHÃ, 06 de abril de 1958.

CORREIO DA MANHÃ, 11 de maio de 1958.

CORREIO DA MANHÃ, 01 de junho de 1958.

CORREIO DA MANHÃ, 23 de janeiro de 1960.

CORREIO DA SEMANA, 24 de fevereiro de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 28 de fevereiro de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 14 de março de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 31 de março de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 31 de outubro de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 14 de novembro de 1951.

CORREIO DA SEMANA, 24 de setembro de 1952.

CORREIO DA SEMANA, 26 de novembro de 1952.

CORREIO DA SEMANA, 05 de março de 1953.

CORREIO DA SEMANA, 13 de novembro de 1954.

DIÁRIO CARIOCA, 12 de julho de 1958.

DIÁRIO CARIOCA, 08 de outubro de 1958.

DIÁRIO DA NOITE, 05 de abril de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31 de maio de 1951.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02 de abril de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 de agosto de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 de maio de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 de maio de 1958.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de julho de 1959.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 09 de janeiro de 1957.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de março de 1957.

IMPrensa POPULAR, 06 de novembro de 1953.

IMPrensa POPULAR, 17 de novembro de 1953.

IPU EM JORNAL, 28 de fevereiro de 1958.

JORNAL DO BRASIL, 03 de março de 1967

JORNAL O GLOBO, 05 de novembro de 1953.

O DEMOCRATA, 19 de dezembro de 1953

O JORNAL, 30 de maio de 1951.

O JORNAL, 30 de novembro de 1951.

O JORNAL, 03 de dezembro de 1952.

O NORDETE, 28 de agosto de 1958.

O POVO, 29 de março de 1951.

O POVO, 14 de outubro de 1953

TRIBUNA DA IMPrensa, de 30 de novembro de 1951.

TRIBUNA DO POVO, 14 de novembro de 1953.

TRIBUNA DO POVO, 17 de novembro de 1953.

TRIBUNA DO POVO, 21 de novembro de 1953.

UNITÁRIO, 17 de julho de 1952.

UNITÁRIO, 07 de agosto 1952.

UNITÁRIO, 11 de abril de 1953.

UNITÁRIO, 14 de junho de 1953.

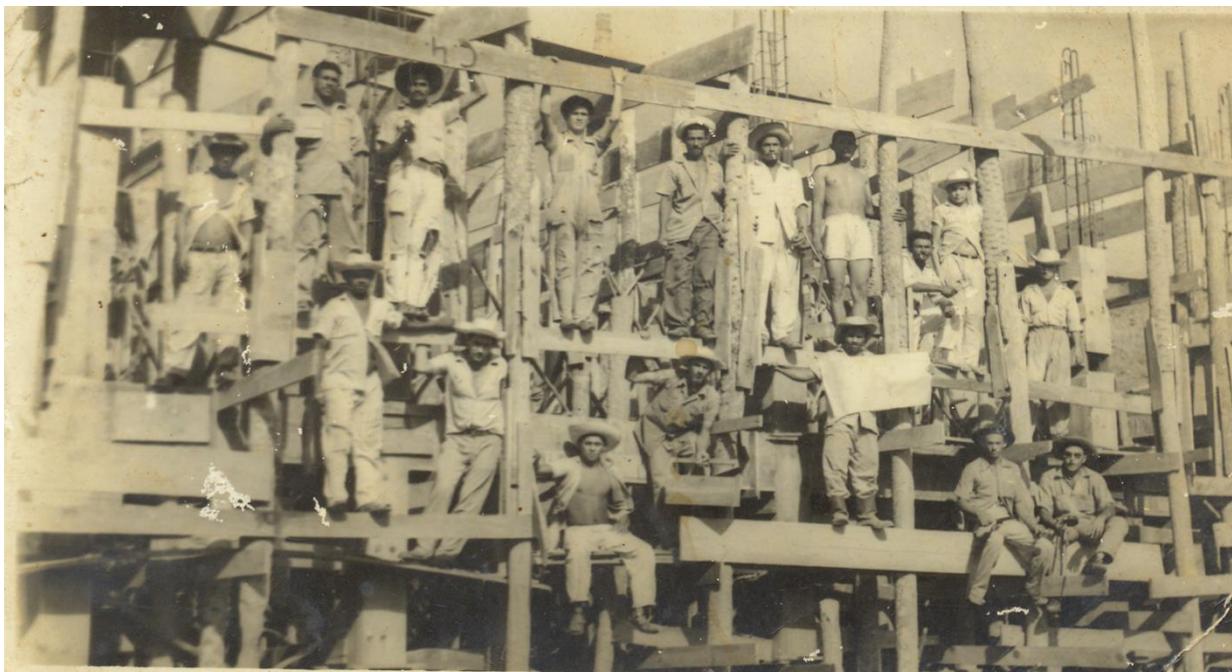
ULTIMA HORA, 20 de dezembro de 1958.

**Manuscritas:**

Arquivo pessoal de Felix Ximenes Furtado. Livro 02, Crônicas Históricas sobre Araras e Varjota.

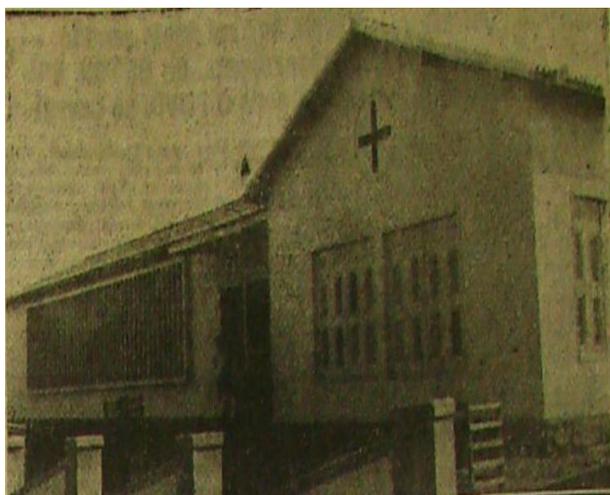
## ANEXOS

Figura 12: Trabalhadores nas caixas e escoras de madeiras na construção da galeria de tomada de água do Açude Araras, em 1958.



Fonte: Acervo pessoal José Arteiro Rocha.

Figura 13: Hospital do Açude Araras, 1958.



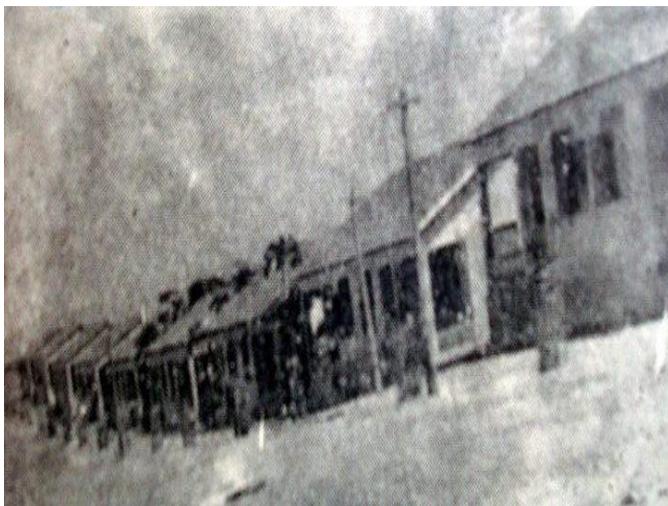
Fonte: Jornal O Povo, 23 de maio de 1958.

Figura 14: Aspecto atual do Escritório do DNOCS, em Varjota-CE.



Fonte: Acervo digital off-line da Sec. de Cultura e Tecnologia de Varjota-CE.

Figura 15: Aspecto de uma das “vilas operária” de alvenaria no acampamento do Açude Araras.



Fonte: Acervo digital off-line da Sec. de Cultura e Tecnologia de Varjota-CE.

Figura 16: Aspecto de uma casa geminada construída de alvenaria no acampamento do Açude Araras para abrigar pessoal técnico.



Fonte: Acervo digital off-line da Sec. de Cultura e Tecnologia de Varjota-CE.

Figura 17: Visão Aérea Açude Araras em 1958.



Fonte: Acervo digital offline Secretaria de Cultura e Tecnologia de Varjota-CE.

Figura 18: Prédio onde funcionou o Grupo escolar Waldir Leopércio no acampamento do Açude Araras.



Fonte: Arquivo pessoal Tecla Lopes.

Figura 19: Prédio onde funcionou o Hotel-bar no acampamento do Açude Araras.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Figura 20: Barragem do Açude Ararinha, 2015 <sup>120</sup>



Fonte: Arquivo pessoal Baldo Feitosa

Figura 21: Trecho do canal de transposição das águas do açude Ararinha para a barragem principal do açude Araras, 2015.



Fonte: Arquivo pessoal Baldo Feitosa

<sup>120</sup> Tanto a barragem do açude Ararinha como o canal de transposição de suas águas para os tanques na parede principal do Açude Araras ficam a maior parte do tempo submersas, em períodos de seca, quando as águas do Araras ficam abaixo do nível de 10% de sua capacidade total, é possível ver as estruturas em seu leito, como ocorreu em 2015.



Figura 24: Placas Comemorativas e de Conclusão do Açude Araras fixada sobre a barragem.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Figura 25: Roda metálica utilizada para sinalizar as horas no acampamento do Açude Araras, conhecida entre os trabalhadores por “cachorra”.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.